

180 ANOS DE HISTÓRIA.

MONGERAL  AEGON



PAÇO IMPERIAL

Foi no suntuoso casarão que a Mongeral foi criada, em 1835

Karl Wilhelm von Thiermin, 1818

Mongeral Aegon - 180 anos de história
Copyright 2010 Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

M64M

Miranda, Oswaldo

Mongeral Aegon : 175 anos de história / Oswaldo Miranda. - Rio de Janeiro :
Monte Castelo Idéias, 2010. 352p. : il.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-63542-00-7

1. Mongeral Previdência e Seguros - História. 2. Previdência social - Rio de Janeiro
(Estado). 3. Rio de Janeiro (Estado) - Servidores públicos. I. Mongeral Aegon Seguros
e Previdência.

10-1705. CDD: 368.40098153 / CDU: 36(815.3)(09)

018644



REALIZAÇÃO
Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.

PESQUISA E TEXTOS
Oswaldo Miranda

EDIÇÃO E COORDENAÇÃO
Rona Editora

REVISÃO
XXXXXXXXXX

PESQUISA ICONOGRÁFICA
Oswaldo Miranda Sandra Horta Alberto Taveira

PROJETO GRÁFICO
Dominínio Público Comunicação

MONGERAL AEGON
Construa seu amanhã

ORGULHO DO PASSADO,
COMPROMISSO COM O FUTURO

Recontar uma história escrita por 180 anos sem um dia sequer de descanso é uma missão de vida. Muitas vidas. Ao longo de todos esses anos, milhões de pessoas assinaram capítulos do que é, hoje, a mais longeva empresa de previdência do Brasil. A Mongeral Aegon chega aos 180 anos personificando a realidade da população brasileira, formada cada vez mais por 'novos velhos', um conceito ao qual somos extremamente simpáticos, pois é a síntese de uma transformação demográfica vigente, absoluta, rica e desafiadora, como quase tudo o que enfrentamos ao longo dos nossos quase dois séculos de Brasil. Como quase tudo o que eu, pessoalmente, tive o prazer de guiar enquanto CEO desta empresa por mais de uma década. Um projeto de vida de pessoas. De pessoas para pessoas.

Nos últimos cinco anos, muita coisa mudou nesta jovem senhora. Fizemos transformações profundas na forma como expressamos o nosso estar na sociedade. Passamos a explicar nosso posicionamento guiados por um propósito. Ajudar as pessoas a assumir a responsabilidade por seu futuro financeiro é uma razão de existir tecida no dia a dia tendo como molas a clareza, o trabalho em parceria e a superação de expectativas, tríade de valores fundamentais à nossa atuação e que, portanto, são a base para o que exercemos para aqueles que conosco se relacionam. Nossa marca mudou e agora traz debaixo de si o slogan Construa seu amanhã, que sintetiza nossa função de sermos indutores de conhecimento sobre planejamento para realizações. Estar ao lado de nossos hoje um milhão de clientes ao longo de suas jornadas de vida é uma função nobre, partilhada por todos os mais de 1.200 colaboradores que hoje compõem a Mongeral Aegon, pelos mais de 4 mil corretores que atuam conosco em todo o país, por nossas centenas de parceiros de negócios, por aqueles que fazem funcionar as ferramentas que permitem que estejamos próximos daqueles que querem entrar diretamente em contato conosco.

De um lado, nossa empresa sendo cada vez mais capaz de levar informação sobre os riscos sociais de morte prematura, invalidez para o trabalho e aposentadoria sem recursos para pessoas em todo o Brasil. De outro, cada uma das pessoas com as quais entramos em contato, se empoderando para assumir a responsabilidade que é de cada um, de tomar para si as rédeas de garantias de que a vida financeira estará segura caso aconteçam imprevistos. Completar 180 anos exercendo este propósito ao lado de uma sociedade em transformação constante só pode fazer de mim uma pessoa grata pela oportunidade de contribuir para essa história que celebramos nesta edição atualizada, não somente com uma síntese dos nossos últimos cinco anos, como também com cinco histórias de vidas que fazem parte da nossa história, e que temos o prazer de dizer que também têm um pouco da nossa contribuição.

É com uma alegria enorme que convido você a embarcar conosco nesta engrenagem viva como cada um de nós, na trajetória desta que, sim, é uma empresa com tudo o que caracteriza uma organização deste tipo - e virtuosa! Mas que, acima de tudo, se diferencia por ter alma, preservada por uma cultura de amor às pessoas e de celebração à qualidade de vida, que começou a ser escrita no século dezoito, e tem sido inovadora o suficiente para se manter jovem quase dois séculos depois. A todas as histórias contidas neste livro, a todos aqueles que deixaram um pouco de seus dias para que pudéssemos completar os nossos, meu muito obrigado.

SUMÁRIO

10
Introdução
12
Um dia para ficar na história
30
O início
62
A sede, uma história à parte
78
Um benefício pioneiro
90
Vida e obra do fundador
104
Um sinal de perigo
128
Novo regime, velhos problemas

156
A recuperação e a caixa de empréstimos
186
O primeiro centenário
220
A vitória da criatividade
242
Um novo tempo sob o amparo da lei
266
Tempos difíceis
280
A reconstrução e a retomada do crescimento
304
Uma nova era
328
Cronologia da Previdência brasileira

INTRODUÇÃO

A cada grupo de dez empresas abertas que se iniciam no Brasil, seis encerram suas atividades ao fim de cinco anos. O dado, revelado por pesquisas nos registros cartoriais e nos arquivos do Ministério da Fazenda, traz à luz um fenômeno preocupante, intrinsecamente ligado às oscilações da economia nacional ao longo dos séculos 19 e 20, e que também carrega a herança de nosso passado colonial e escravocrata.

Ao tolher o desenvolvimento de empresas no país, a administração colonial impediu também a formação da cultura, que faz do empreendedor alguém atento à preservação e à evolução da obra – ou seja, um zeloso construtor de legados para o futuro.

Por esse motivo, não há no Brasil uma só empresa bicentenária. Há cinco anos, das mais antigas em continuidade, três eram jornais. O “Diário de Pernambuco”, que começou a circular em 1825; o “Jornal do Commercio” do Rio de Janeiro, em atividade desde 1827; e o “Monitor Campista”, de Campos dos Goitacazes, no estado do Rio, que fez funcionar sua prensa pela primeira vez em 1834, mas, lamentavelmente, fechou as portas em novembro de 2009. Portanto, a terceira recordista de longevidade, inicialmente focada no ramo de bebidas, passou a ser a Moinhos Unidos Brasil – Mate S/A, produtora do Mate Real, sediada no Paraná, cuja origem também remonta ao ano de 1834.

Especificamente na área financeira, casas bancárias, seguradoras, montepios, e outras instituições similares, não resistiram por muito tempo às crises econômicas intermitentes. O Banco do Brasil, por exemplo, fundado em 1808, teve sua extinção decretada pelo Parlamento em 23 de setembro de 1829, em razão de sua situação falimentar, interrompendo as operações em 11 de dezembro do mesmo ano até ser recriado pela Lei 638 de cinco de julho de 1853.

Não por acaso – como será demonstrado no correr deste livro – há apenas uma representante do ramo de finanças no grupo restrito das empresas mais duradouras

do país. A quarta mais antiga em atividade ininterrupta é a atual Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A., estabelecida na cidade do Rio de Janeiro no distante ano de 1835, com o nome de Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado.

Nasceu por iniciativa de um proeminente homem público – Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, brasileiro de formação europeia, um visionário no melhor sentido da palavra, comprometido com o ideal de edificar sólidos alicerces políticos, sociais, culturais e econômicos para o desenvolvimento de sua recém-criada nação. Ministro do Império e responsável direto pela fase mais importante e delicada da formação do segundo imperador do Brasil, Aureliano legou a Mongeral Aegon ao futuro, sem prazo de validade, e teve a sorte de contar com excepcionais parceiros que o sucederam nessa missão.

Com 180 anos de existência, a empresa precursora da previdência no Brasil é um sucesso consolidado no tempo e uma referência para quem se dispõe a estudar e compreender as origens e a evolução histórica desse segmento de vital valor para a sociedade moderna.

Este livro registra os principais momentos dos primeiros 65.700 dias de vida profícua da Mongeral Aegon. Apesar das dificuldades inerentes ao processo de pesquisa histórica no Brasil – agravadas pela destruição de volumosa documentação em incêndio na sede da empresa em 1885 e, posteriormente, por uma infestação de cupins – os acontecimentos mais significativos puderam ser identificados e encadeados com precisão cronológica, pavimentando um percurso de ações pioneiras e, por vezes, arrojadas.

Sem pretensões acadêmicas, este trabalho - revisto e ampliado na segunda edição - resgata uma história empresarial de competência e perseverança, exemplo para as novas gerações de empreendedores brasileiros.

Oswaldo Miranda



Vista da Rua Direita no Rio de Janeiro. Hoje, Rua Primeiro de Março.



**AURELIANO DE SOUSA E OLIVEIRA
COUTINHO**

Fundador do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, hoje Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.

Passava das cinco e meia quando Aureliano atravessou os portões do casarão da Rua do Imperador(1), rumo ao primeiro compromisso do dia. Estava atrasado para as orações na Sé e, depois, havia tanta coisa a fazer que o tempo lhe parecia escasso. Mesmo assim, ordenou ao cocheiro que esperasse, enquanto admirava detidamente o solar que pertencera à Marquesa de Santos. Ali vivera os momentos mais prazerosos de sua ascensão política, recepcionando a nata da sociedade com festas inesquecíveis, como aquela em que foi servida, pela primeira vez no Brasil, uma taça de sorvete. Ainda estava escuro e a luz vacilante dos lampiões mal revelava os graciosos contornos do prédio imponente e bem cuidado. No entanto, conseguia distinguir cada ressaltado, reta e curva. Todos os detalhes estavam carinhosamente preservados na sua memória prodigiosa, motivo de orgulho dos amigos e de inveja dos adversários.

(1) Rua do Imperador, atual Av. Pedro II.



Também conhecido como Palácio da Quinta da Boa Vista, foi onde D. Pedro II nasceu, cresceu e se educou - Aquarelas de Thomas Ender, 1817-1818

O País andava conturbado e, sem a autoridade constitucional de um governante legitimado pela Constituição, o quadro agravava-se mais e mais.

A posição que ocupava no governo o levou a buscar moradia nas vizinhanças do palácio da Quinta da Boa Vista. Precisava estar atento a todos os acontecimentos na residência da Família Imperial. Lá, o menino Pedro de Alcântara vinha sendo preparado para se tornar o segundo monarca do Brasil. Aos 9 anos, o jovem órfão vivia praticamente recluso, cercado de atenta segurança, instalada após terem sido descobertos planos para o seu sequestro. Alheio a tudo, seguia rotina espartana, acompanhada de perto pelo ministro. Não por acaso, Aureliano influíra pessoalmente na escolha do tutor e dos preceptores. Além de empenhar-se na formação do descendente dos Bragança e Habsburgos para as penosas obrigações que assumiria mais tarde, trouxe para si o compromisso de mantê-lo longe, tanto

quanto possível, do rebuliço que tomara de assalto a nação, desde a abdicação de Pedro I.

O País andava conturbado e, sem a autoridade constitucional de um governante legitimado pela Constituição, o quadro agravava-se mais e mais, sobrecarregando regentes e ministros com o trabalho de manter a unidade nacional. A independência aproximava-se do 13º aniversário e as crises e revoltas sucediam-se, eclodindo em diversos pontos do gigantesco território. Na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, havia indícios inequívocos de um movimento separatista. No Norte e no Nordeste, o panorama era igualmente preocupante. As parcelas portuguesa e nativa, ambas insatisfeitas, cada qual a seu modo querendo estabilidade política e desenvolvimento econômico inatingíveis em prazo curto,

demonstravam indisposição para o sacrifício que a pátria exigia. Com as finanças devastadas pela estada da Corte lusitana e pela alta dívida externa e com as condições comerciais pactuadas com a Inglaterra e, ainda, arcando com os custos inerentes à consolidação do Estado recém-criado, o Brasil caminhava a passos lentos para um destino aparentemente nebuloso.

As questões de fronteiras, o derrame de moeda falsa e a corrupção no poder público eram outros entraves onerosos que o governo regencial empenhava-se em afastar, mas que, apesar dos esforços, não conseguia. Como se o emaranhado de problemas não bastasse, os conservadores de primeira e última hora exerciam uma oposição ferrenha, incansável e, por vezes, insidiosa ao regime. A fase mais aguda da crise começara com o empenho do grupo dos

Caramurus em reconduzir o primeiro imperador ao poder e nem a sua morte prematura aplacara a ânsia de poder dos retrógrados restauradores. A todo instante erguiam obstáculos às ideias liberais e, com isso, refreavam o processo evolutivo de uma política genuinamente brasileira. O afastamento de José Bonifácio de Andrada e Silva da tutela do herdeiro da Coroa e o seu exílio na ilha de Paquetá – duros golpes no projeto dos partidários do conservadorismo – foram insuficientes para serenar os ânimos. Sempre encontravam uma nova maneira de embargar o progresso.

No centro desse turbilhão, lá estava ele, Aureliano, um dos ativistas da facção Áulica e o responsável direto pela desdita



MEMÓRIAS

Na Rua do Imperador, atual Avenida Pedro II, localizava-se o Solar que pertenceu à Marquesa de Santos

Frederic Hagedorn, 1842

A FASE MAIS AGUDA DA CRISE COMEÇARA COM O EMPENHO DO GRUPO DOS CARAMURUS EM RECONDUZIR O PRIMEIRO IMPERADOR AO PODER E NEM A SUA MORTE PREMATURA APLACARA A ÂNSIA DE PODER DOS RETRÓGRADOS RESTAURADORES



VISTA PARA MATA-PORCOS

A atual Rua Estácio de Sá, com as montanhas da Carioca e da Tijuca

Aquarela de Thomas Ender, 1817-1818

do velho Andrada. Agora, novos antagonistas oriundos do seu próprio movimento, engrossavam as fileiras dessa oposição insaciável. Bernardo Pereira de Vasconcelos, até então um dos discípulos de Evaristo da Veiga, era o mais exaltado de todos. Ultimamente, dedicava-se com todas as forças a lançar ácidas críticas ao sistema implantado pelo governo que apoiara e, principalmente, ao desempenho de Aureliano, pondo em dúvida sua capacidade de gerir os negócios da Justiça e dos Estrangeiros. Seus ataques revelaram-se muito mais daninhos do que os do mulato “Orelhas”, capanga contratado pelos conservadores para insuflar a baderna nas ruas da Corte. Àquela altura, a pele de anta que a imprensa atribuía a Aureliano, armadura que o mantinha a salvo dos vícios da administração pública e dos inimigos, ameaçava esgarçar-se sob a pressão quase insuportável de uma campanha alimentada pelas diferenças pessoais e o repúdio ao federalismo. Não lhe restava alternativa a não ser a renúncia. Era preciso deixar o foco no primeiro plano da cena política e abrigar-se, temporariamente, na penumbra protetora das articulações que a

vida privada permitia. Assumiria seu posto como desembargador da Relação. Essa era a única maneira de recuperar as forças, arregimentar outros aliados para, mais tarde, retornar à linha de frente, quem sabe, pelas mãos do futuro imperador. Somente assim transformaria a inevitável derrota em uma retumbante vitória. Estava decidido.

Subitamente, um forte solavanco estremeceu o tílbur. A impaciência do cavalo arrancou Aureliano de seus pensamentos, atirando-o de volta à realidade cotidiana. Ao seu sinal, o cocheiro estalou as rédeas sobre o lombo do animal, pondo o carro em marcha apressada. O percurso era o de sempre, saindo da Rua do Imperador, descendo a de São Cristóvão⁽²⁾ até a Mata-Porcós⁽³⁾, que desembocava no campo da Aclamação⁽⁴⁾. Depois, tomava a Rua do Conde⁽⁵⁾, tangenciando a Praça da Constituição⁽⁶⁾ para chegar à antiga Via do Piolho⁽⁷⁾. Dali em diante, bastava seguir pelo traçado irregular da Rua da Cadeia Velha⁽⁸⁾ para desembocar na Direita⁽⁹⁾. A igreja ficava defronte ao Paço da Cidade, tão próxima que Aureliano poderia ir a pé ao trabalho no término da missa.

Naquele sábado de frescor

surpreendente para o verão afoqueado do Rio de Janeiro, o ministro precisava mais do que nunca do conforto da fé. Sentia-se muito intranquilo e lutava consigo mesmo para manter as emoções sob controle. A natureza e a educação europeia haviam forjado um temperamento equilibrado, tornando-o um homem seguro e racional. Tinha plena consciência da sua força interior e do carisma que a todos seduzia, impondo sua vontade, facilitando seus objetivos, invariavelmente com o sorriso claro, o olhar plácido e a palavra hábil. No entanto, toda a sua competência, todo o seu talento pareciam-lhe insuficientes para enfrentar a colossal onda de intrigas que se interpunha entre ele e o País dos seus sonhos.

(2) Rua de São Cristóvão, atual Joaquim Palhares.

(3) Rua Mata-Porcós, atual Estácio de Sá.

(4) Praça da Aclamação, atual da República.

(5) Rua do Conde, atual Visconde do Rio Branco.

(6) Praça da Constituição, atual Praça Tiradentes

(7) Via do Piolho, atual Rua da Carioca.

(8) Rua da Cadeia Velha, atual da Assembleia.

(9) Rua Direita, atual 1o de Março.

UM DIA PARA FICAR NA HISTÓRIA

Na igreja da Sé, vários figurões do Império acompanhavam a cerimônia com fingida contrição, atentos às conversas de pé de ouvido entre os altos funcionários da Administração Pública. Como se dizia, estavam lá com um olho no padre e outro na missa. O latim litúrgico reverberava pela nave solene, amplificando a voz monócórdia do sacerdote. Entretanto, a inquietude de Aureliano soava mais alto. Insistiu em ficar por mais alguns instantes, tentou acompanhar as orações, mas nada. Não conseguia concentrar-se. As preocupações apoderaram-se dos seus sentidos e, por fim, resolveu sair. Era o melhor a fazer naquele momento. Atravessou a rua com passo apressado e ganhou o prédio mal cuidado do Palácio do Governo. No segundo andar, encontrou o oficial da Secretaria de Estado, João Carneiro de

Campos, e dele ouviu atentamente as últimas notícias da Regência. O Brigadeiro Lima e Silva e o Deputado Bráulio Moniz estavam desolados com a sua iminente renúncia, mas entendiam-lhe as razões e respeitavam, acima de tudo, suas decisões, sempre bem fundamentadas. Ademais, logo Diogo Feijó assumiria, abrindo espaço para um novo ministério. Não valia a pena prolongar a agonia de Aureliano, insistindo em mantê-lo no cargo até o fim. Estava fora, se assim lhe convinha.

Todavia, antes da saída, restava-lhe na manga um trunfo de efeito, o derradeiro lance de mestre. Sua despedida poderia ficar marcada por uma iniciativa importante, capaz de repercutir positivamente, carreando o apoio do funcionalismo para a causa dos liberais, introduzindo um novo conceito nas relações do

Estado com a classe trabalhadora e, finalmente, servindo de ponto de partida para a estruturação de programas sociais. Seria uma espécie de plataforma para, mais tarde, retomar seu lugar. Naquela manhã atípica, Aureliano Coutinho, ministro da Justiça e, interinamente, dos Negócios Estrangeiros, entrou na sala dos regentes com os papéis do plano do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado nas mãos. Em seu coração, o presentimento de estar prestes a fazer história.



RIO ANTIGO

Em primeiro plano, o portão da Quinta da Boa Vista, e, ao fundo, a Lagoa da Sentinela, área atualmente ocupada pela Avenida Marquês de Sapucaí

Litografia de Aubrun sobre foto de Victor Frond, 1850-60.



CENA CARIOCA

Casas típicas do século XVIII na
Via do Piolho, atual Rua da Carioca
Aquarelas de Thomas Ender, 1817-1818

A audiência foi rápida e eficaz. O plano, fruto amadurecido cuidadosamente ao longo de meses de trabalho, estava pronto e contava com a simpatia da cúpula do governo. Aprovado sem ressalvas, foi consagrado em decreto da Regência, introduzindo a previdência social no País, de forma oficial e organizada. Encerrada a breve reunião, tomou as medidas protocolares para dar andamento à instituição e convocou Carneiro de Campos, Muniz Sarmiento e Pedro da Veiga. Passou-lhes os documentos e as instruções para a assembleia que escolheria a primeira diretoria. Vários companheiros de peso haviam prometido associar-se ao montepio, tão logo fosse decretada a fundação, e o quórum para a assembleia seria alcançado em poucos meses. Sugeriu o Senado da Câmara da Corte como local da votação e apontou o Conde de Valença como seu candidato à presidência. Em seguida, os quatro políticos revisaram todos os procedimentos, acertaram minúcias e deram curso aos comunicados pertinentes, liquidando o assunto naquele momento. O relógio marcava oito e um quarto. Despediram-se

formalmente e partiram para os seus afazeres diários.

Sozinho no amplo gabinete, Aureliano sacou da pasta a carta que vinha escrevendo há dias. Leu, releu e ainda mais uma vez, como se quisesse extrair de cada palavra a convicção de que estava agindo corretamente. Abria mão da maior conquista da sua vida pública, entregando o cargo de ministro aos seus detratores em uma bandeja. Lembrou-se de São João Batista e a comparação provocou-lhe um mal-estar passageiro, um calafrio no pescoço, sucedido de imediato por uma onda de energia. Num rompante, tomou a pena e, com firmeza, assinou a demissão. A sorte estava lançada.

O movimento do almoço no restaurante do Pharoux era intenso. Bem localizado, defronte ao mar da Rua Fresca⁽¹⁰⁾, na esquina com o Largo do Paço⁽¹¹⁾, o hotel de Louis Adolphe Pharoux oferecia finas iguarias e vinhos requintados para a satisfação dos mais exigentes paladares da Corte. Frequentado pela elite social e política, pelo menos na comida e na bebida nada devia à maioria dos estabelecimentos europeus. Ao entrar, Aureliano foi recebido

com rapapés pelo proprietário e imediatamente conduzido ao reservado, onde o aguardavam seu substituto no Ministério da Justiça, Manuel Alves Branco, e Paulo Barboza, mordomo do Paço da Quinta, designado por ele mesmo. Antes de deixá-los, o francês fez questão de dar conta dos planos para a construção do cais do hotel, destinado à atracação das barcas a vapor que substituíram as faluas na travessia Rio-Niterói. Com um gesto teatral, tomou as mãos de Aureliano e beijou-as em agradecimento pela modernização dos transportes na Baía de Guanabara, que, segundo ele, “somente seria possível graças à visão de estadista e espírito empreendedor do ministro, um brasileiro extraordinário, que pensava apenas no bem-estar dos seus concidadãos”. Saiu exultante, sem perceber o constrangimento que causara, obrigando Aureliano a desculpar-se pelos exageros do hoteleiro.

A mesa estava posta com

(10) A rua Fresca desapareceu com a reforma dos arredores da Praça XV de novembro.

(11) Largo do Paço, atual Praça XV de novembro

vistosa porcelana francesa, cálices de cristal da Bohemia, talheres de prata inglesa e finos guardanapos de linho branco. Assim que os garçons serviram a famosa sopa de tartaruga, acompanhada de uma generosa porção de pãezinhos de trigo quentes e manteiga holandesa, Aureliano iniciou uma detalhada exposição da sua estratégia para evitar um desgaste ainda maior à Regência e à sua própria imagem. Comentou cada um dos seus passos pausadamente, dando ênfase à criação da entidade. Concordavam que a instituição serviria perfeitamente ao propósito de angariar a simpatia dos servidores para o modelo de Estado que almejavam. Haviam discutido o assunto inúmeras vezes no Clube da Joana e pesaram muito bem a importância da medida para o sucesso de suas futuras ações políticas. Paulo Barboza, que deixara por algumas horas as atribuições de chefe da Mordomia do Palácio da Boa Vista para comparecer ao encontro, apostava todas as fichas no empreendimento. Entusiasmado defensor da entidade, fez questão

de levantar um brinde à sua criação, erguendo a taça de Cheval Blanc. A manhã já ia alta quando decidiram encerrar o almoço com o tradicional vinho do Porto.

A conversa mudara de rumo, mas os três aliados falavam de coisas não menos sérias. Alves Branco mostrava-se abismado com o custo de vida. Achava absurdo pagar 2 mil e 300 réis por um par de sapatos, mesmo sendo de fabricação francesa. Barboza partilhava a preocupação do amigo e revelou que gastara 25 mil réis na compra de uma única barrica de vinho no depósito de Monsieur Bellard, na Rua da Quitanda. Aureliano citou o preço do gelo, cujo comércio fora tão incentivado por ele e que era vendido na confeitaria de Mr. Déroche e no depósito da Prainha a escorchantes 60 réis a libra. Considerando que um professor do ensino público ganhava apenas 50 mil réis por mês, tinha certeza de que a situação não andava nada boa para o grosso da população. Sabiam que a carestia precisava ser combatida prontamente e uma das maneiras

de fazê-lo seria incentivando a indústria nacional. Aureliano discorreu sobre a importância de trazer do exterior mão-de-obra qualificada e enfrentar a Inglaterra, aumentando as taxas sobre os artigos que exportava para o Brasil. Graças ao Tratado de 1827, a economia nacional sangrava anualmente em quase 3 milhões de libras esterlinas, destinadas ao pagamento dos serviços da Grã-Bretanha para o nosso reconhecimento na Europa como nação independente. Pelo mesmo motivo, não se alcançava o equilíbrio da balança comercial de jeito nenhum. Tudo vinha de fora pelas mãos dos ingleses, monopólio que rendia míseros 15% em tarifas ao Brasil.

Estimular as invenções brasileiras era outro ponto defendido por Aureliano, emérito estudioso das ciências. Mencionou o caso do francês Billot, que inventara uma engenhoca capaz de descarregar duas mil balas por minuto, sem utilizar ar, mola elástica ou combustível algum. A máquina metralhadora estava sendo aperfeiçoada à custa do governo

da França. Depois de pronta, revolucionaria o comércio de armas, gerando mais divisas e progresso para o povo do país europeu. Sem dúvida, era o exemplo a ser seguido pelo Império para que fatos semelhantes ao ocorrido no interior da Província de São Paulo não se repetissem. Lá, um gaulês radicado na Vila de São Carlos havia criado uma máquina capaz de reproduzir as imagens como numa pintura, dando-lhe o nome de photographie. O homem procurara a ajuda das autoridades locais para tocar o invento, mas essas, ao tomarem conhecimento de que o processo de fixação das imagens exigia o emprego de urina, negaram-lhe qualquer patrocínio. Os três amigos riram com o método esdrúxulo do franco-brasileiro, porém concordaram que o governo deveria exercer o poder de mecenas para dar asas a essas iniciativas. Mais uma vez, Alves Branco e Paulo Barboza comungaram as ideias do ministro. Engoliram o último gole do Porto, abraçaram-se fraternalmente e deixaram o Pharoux para cuidar da vida.



SENADO DA CÂMARA DA CORTE

Onde foi realizada a assembleia para escolha da primeira diretoria do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado

Com a materialização daquele ideal, todos os funcionários públicos e militares teriam onde buscar recursos para amparar a família

No trajeto de volta a casa, Aureliano sentia-se mais tranquilo. Abriu o “Jornal do Commercio” e correu os olhos pela matéria do Barão de Haussez sobre as confusas eleições no parlamento inglês, detendo-se mais adiante, com prazer, nas notas das Províncias do Maranhão e de Goiás, dando conta de que a situação estava calma, sem perturbações da ordem. Sim, ele fizera a sua parte. Fora duro, rigoroso, até inflexível como ministro da Justiça, mas cumprira o seu dever, preservando a integridade da nação. Lembrou-se da juventude e dos colegas do curso de Ciências Jurídicas e Sociais de Coimbra a lhe atíçarem o patriotismo com piadas rudes sobre a terra dos índios, negros e mestiços. Sua terra! Em muitas ocasiões, replicara com indisfarçável indignação. Noutras calara, guardando para si o imenso amor

que devotava ao Brasil.

O tempo passara rapidamente. Aos 34 anos, o filho do competente coronel do Imperial Corpo de Engenheiros consolidara uma carreira e tanto, integralmente dedicada à sua pátria querida. Como juiz, desembargador, presidente da Província de São Paulo, intendente de Polícia da Corte, ministro da Justiça e dos Estrangeiros, havia realizado muitas obras expressivas, com o único propósito de beneficiar o seu povo, a sua gente índia, negra e mestiça. E, agora, o montepio! Com a materialização daquele ideal, todos os funcionários públicos e militares teriam onde buscar recursos para amparar a família, sem depender da boa vontade dos oficiais da Secretaria das Mercês, dos magistrados e dos parlamentares da Assembleia Geral. Nada mais de pedidos, requerimentos

e processos intermináveis, que se arrastavam nas instâncias do poder por anos a fio, enquanto seres humanos padeciam toda a sorte de privações. A organização garantiria o direito à subsistência, permitindo que servidores de todos os níveis sociais e econômicos provessem o futuro de seus dependentes, deixando-lhes meios para viverem com dignidade.



BARCAS A VAPOR

O bairro portuário da Gamboa visto do Morro da Providência, em 1865
George Leuzinger, 1865



ESCRAVOS TIGRES

Com cordões de ferro, realizavam o trabalho indigno de recolher os dejetos acumulados nas casas

Lerouge e Bernardo sobre desenho de Js. Arago, 1840

Do banco acolchoado da caruagem, Aureliano descortinava o movimento dos escravos no vai-e-vem incessante das ruas acanhadas do Centro. As mulheres carregavam enormes tabuleiros de doces e outras guloseimas, trouxas de roupas, botijões de água e óleo de baleia, cestos de frutos e bolsas abarrotadas de quinquilharias. Os moleques mal podiam com o peso de suas varas de linguiça e charque, enquanto os homens feitos transportavam em seus carrinhos de mão toda sorte de trastes. Alguns paravam aqui e ali para descansar, fumar ou trocar dois dedos de prosa. Observados por milicianos enfadados, cordões de “tigres” ajeitavam os barriletes para começar o trabalho indigno de recolher os dejetos acumulados durante o dia nas casas da região. Negros retintos, pardos e mulatos de origem africana tocavam a vida no País mais promissor do continente sul-americano, com a comovente resignação dos cativos. Perto da esquina da Rua do Sacramento⁽¹²⁾ com a Praça da Constituição, encostada à parede lateral do Teatro São João, diante da casa onde morara José Bonifácio, a figura magra e espigada de uma

mocinha prendeu o seu interesse. Devia ter 15 anos, não mais. Os cabelos acobreados, a tez alva, a fisionomia de traços finos e delicados contrastavam com os andrajos de algodão grosso e os pés descalços, o que caracterizava sua condição de escrava. Sem dúvida, tratava-se de uma submissa, uma escravinha quase tão branca quanto a sua roupa, um retrato vivo da miscigenação. Cuidada e bem vestida, passaria facilmente por uma sinhazinha nos salões mais nobres da cidade. Aureliano recostou-se e deixou escapar um longo suspiro. Até quando os homens subjugariam seus semelhantes?

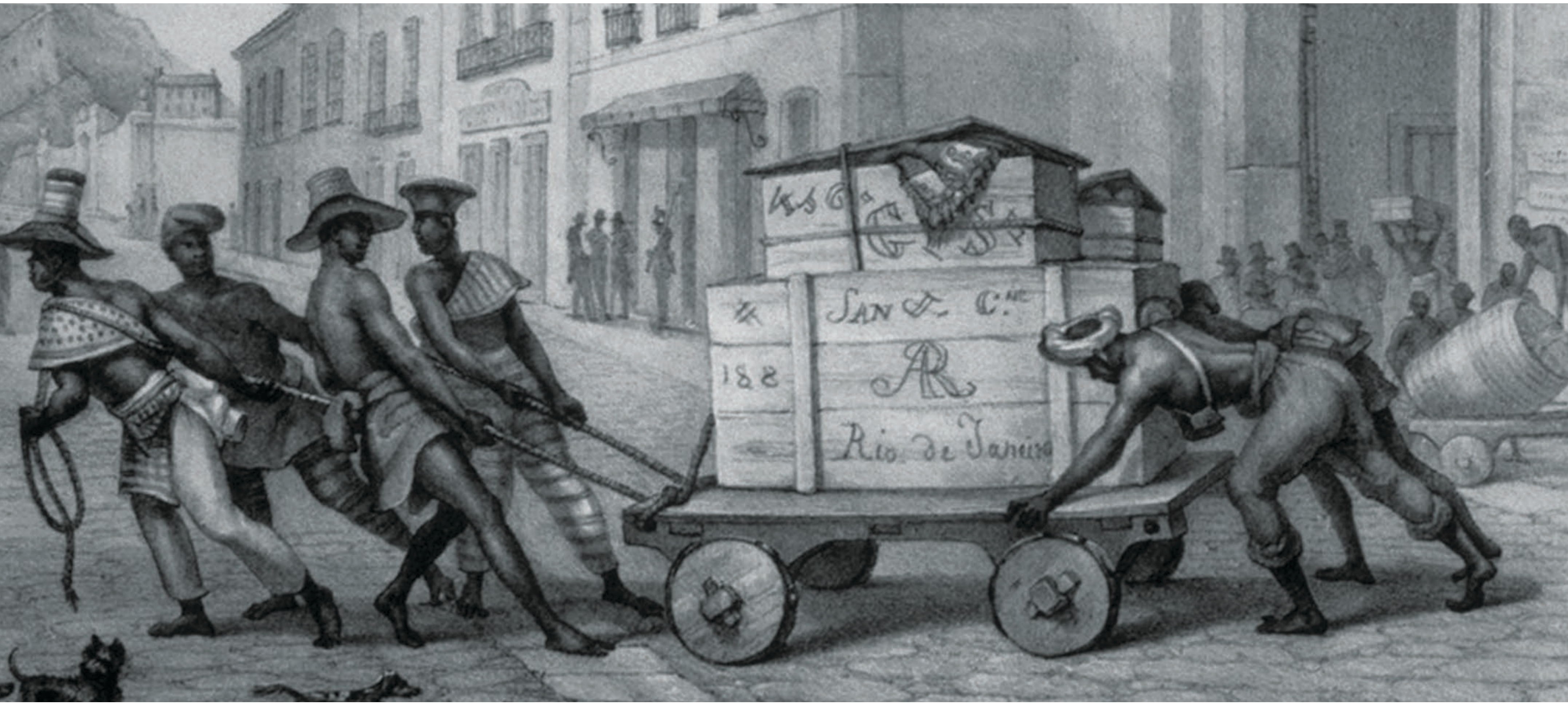
* * *

A dramatização do dia em que a previdência nasceu no Brasil não é um exercício literário produzido, pura e simplesmente, pela imaginação do autor. O capítulo está fundamentado em informações precisas sobre a vida e as atividades de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, fundador do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, hoje, Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. Tudo dentro do

contexto político da época e dos hábitos e costumes cotidianos da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, capital do Império em 1835.

O texto, que romanceia um momento histórico para o povo brasileiro, procura mostrar a realidade daquela época. As palavras e pensamentos atribuídos a Aureliano, embora fictícios, são plausíveis, face às circunstâncias que enfrentava em sua carreira política e aos fatos ocorridos em 10 de janeiro daquele ano e nos dias seguintes, quando apresentou sua demissão dos cargos de ministro da Justiça e ministro dos Estrangeiros (equivalente, na atualidade, a ministro das Relações Exteriores).

Aureliano foi uma figura ímpar, muito à frente de seu tempo. Seu caráter e influência nos destinos da nação podem ser comprovados na ampla documentação resguardada por alguns dos mais importantes arquivos da memória nacional, bem como na breve biografia inserida nesta publicação.



Gravura de Debret representando carregadores de caixas de açúcar. Jean Baptiste Debret, Paris, 1834-39

Fundado em 1835, o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado foi a primeira instituição brasileira de previdência social, de cunho praticamente oficial e com bases legais organizadas por um ministro de Estado. Sua criação obedeceu a um decreto da Regência, triunvirato que governava o País em nome do menino Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Orleans e Bragança, sucessor de Pedro I no trono do novíssimo Império brasileiro.

Engatinhando como nação, o Brasil vivia um momento extremamente conturbado, marcado por revoltas regionais, lutas políticas e incertezas quanto ao futuro.

O sistema regencial, adotado logo após a abdicação de Pedro I em 1831, dividiu as forças políticas nacionais em dois

blocos antagônicos. De um lado, o partido dos Conservadores ou “Caramurus”, reacionários seguidores da corrente absolutista que pregava a centralização do poder, com a consequente tutela das províncias, e que pleitearam, até 1834, a recondução de Pedro I ao trono. Do outro, o partido dos Liberais ou “Saquaremas”, subdividido em dois grupos, os Exaltados e os Moderados, que buscavam implantar um regime mais aberto a partir do federalismo. Acreditavam que a decisão do ex-monarca dera ao País a possibilidade de começar a construir uma verdadeira democracia, com o futuro imperador exercendo realmente o poder moderador, fundamentado no respeito às instituições legais.

Os “Saquaremas”, dentre os quais pontificava o moderado Aureliano Coutinho, temiam a fragmentação do Estado

brasileiro, prenunciada pela imensa extensão territorial e pelo engessamento da administração pública – dogmática, insensível e inerte frente aos problemas regionais que se avolumavam. A vastidão do território, potencializada pelas dificuldades de comunicação (as Províncias de Goiás e Mato Grosso somente prestaram juramento de fidelidade ao Império em janeiro de 1823, quatro meses após a Independência), representava o maior obstáculo à integração nacional.

D. PEDRO I

Primeiro imperador do Brasil (de 1822 a 1831) e 28º rei de Portugal





GUERRA DOS FARRAPOS

A Revolução Farroupilha durou 10 anos, estendendo-se até 1845, quando Duque de Caxias aceitou os termos dos revoltosos no acordo chamado “Paz do Ponche Verde”

Lerouge e Bernardo sobre desenho de Js. Arago, 1840

Com efeito, várias insurreições e movimentos separatistas eclodiram nesse tempo, como a Cabanagem no Pará e a Revolta dos (escravos) Malês na Bahia, sendo o mais grave a Guerra dos Farrapos, que chegou a instalar uma república nas Províncias de Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Foi liderada pelo Deputado federalista e Coronel das milícias Bento Gonçalves e aliou liberais exaltados (partidários do regime federativo e republicano) aos estancieiros insatisfeitos com os altos impostos cobrados pelo Governo Imperial sobre o charque – principal fonte de alimentação dos escravos. A Revolução Farroupilha durou 10 anos, estendendo-se até 1845, quando Duque de Caxias aceitou os termos dos revoltosos no acordo chamado “Paz do Ponche Verde”.

Em 1835, encerrava-se o ciclo das Regências Trinas, tendo início a primeira das duas Regências Unas, com a eleição do Padre Diogo Antônio Feijó, chefe liberal paulista, com apenas 2.826 votos. No ano anterior, 1834, o Ato Adicional à Constituição de 1824 (a primeira Carta Magna do Brasil independente e a de maior duração, 67 anos) deu início ao processo de autonomia gradativa

das províncias, criando as assembleias legislativas provinciais, uma recorrente reivindicação dos liberais federalistas.

Ao completar 13 anos de Independência, o Brasil tornara-se um País singular na América do Sul. Única monarquia entre repúblicas, diferenciava-se também pelo idioma e pela vocação escravocrata, além de possuir um território colossal, grande parte surrupiada da Coroa Espanhola no tempo da colonização. Mantinha questões candentes de fronteiras, principalmente com os vizinhos do sul, e sua população, estimada em 5,5 milhões de habitantes, ainda não despertara totalmente para a nacionalidade – as Províncias do Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e parte da Bahia resistiam à proclamação da Independência.

NOBRES, COMERCIANTES E ESCRAVOS

A economia estava firmemente ancorada na agricultura e no extrativismo, tocados pelos escravos. Essa mão-de-obra barata e abundante – aproximadamente 30% dos habitantes eram escravos – abria caminho para o enriquecimento de uma casta ruralista, mas em pouco ou nada

influía para a evolução do País no campo tecnológico. Outros fatores para a estagnação econômica eram a falta de instrução do povo, a extrema pobreza do proletariado e o bacharelismo. Esses problemas e suas consequências mantinham o País praticamente parado: o despreparo da população para exercer os mais simples ofícios; a necessidade de o chefe de família empregar os filhos menores semianalfabetos para complementar a renda e garantir a sobrevivência; e a febre do diploma, que levava os mais abonados a buscarem na formação superior uma plataforma para a carreira no serviço público. Em decorrência, a indústria primária não supria as necessidades da população, o que fazia do Brasil um importador de manufaturados, impedido, muitas vezes, de pôr em prática as mais básicas ações de desenvolvimento por falta de equipamentos e de profissionais especializados.



INSURREIÇÕES

Acima, vista parcial de Belém na época da Cabanagem

Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius, 1835

Ao lado, negro de origem Muçulmana: protagonista da Revolta dos Malês, na Bahia

Jean Baptiste Debret, Paris, 1834-39

Ao sabor dos interesses ingleses, por força de acordos comerciais leoninos, o País via também seus cofres sangrarem com uma dívida externa pesada, tributo cobrado pelo reconhecimento da Independência. Suas instituições recém-nascidas careciam de organização e, sobretudo, de homens educados e capacitados para o exercício da vida pública.

Por outro lado, o sistema eleitoral era um entrave à evolução política. Edificado pelos oligarcas, contemplava o direito ao voto apenas para aqueles que dispunham de recursos pecuniários. Os eleitores que realmente decidiam precisavam comprovar rendimentos mínimos de 200 mil a 400 mil réis ao ano, conforme a eleição (vereador ou deputado geral), o que eliminava do processo decisório a esmagadora maioria, mantendo a situação totalmente favorável sempre aos mesmos representantes da elite social e econômica, que se revezavam no poder eleição após eleição. No Senado, topo do Poder Legislativo, a perpetuação da casta alta era ainda mais consolidada: seus membros, escolhidos pelo imperador em lista tríplice, tinham mandato vitalício.

No sistema socioeconômico



vigente na alvorada do Império brasileiro havia três classes bem definidas: a dominante, formada pelos nobres e grandes proprietários rurais; a média, composta de ricos comerciantes, importadores e exportadores, mercadores de escravos, representantes dos mais altos escalões do serviço público e o clero; e a baixa, constituída de pequenos lavradores, sitiantes, artesãos, marinheiros, soldados e escravos alforriados. E havia ainda os escravos, que

não tinham direitos de cidadania. Poucos homens livres exerciam cargos de carreira, em sua maioria concentrados no serviço público. Inexistiam instrumentos normativos muito claros nas relações de trabalho entre empregadores e empregados. Faltavam as mais básicas garantias capazes de proporcionar um futuro razoavelmente seguro para os trabalhadores que ingressavam na inatividade, assim como para as famílias no caso de morte do provedor. Não

SENADO

Palácio do Conde dos Arcos, sede do Senado do Império, situado na Praça da Aclamação, atual Praça da República, no Rio de Janeiro



EVOLUÇÃO DA MOEDA 1580 - 1832

Em 1580 circulavam no Brasil os Reales hispano-americanos, cuja equivalência com os Réis portugueses foi estabelecida em 1582. O açúcar tornou-se moeda legalmente reconhecida em 1614 e os escravos negros da Bahia chegaram a usar como moeda pequenos caramujos, (búzios). Mas foi em 1645 que surgiram em Pernambuco as primeiras moedas no Brasil, cunhadas pelos invasores holandeses.

Até 1700, o pano de algodão valeu como moeda no Maranhão, o Real português circulou na Colônia e o valor das moedas aumentou com o passar do tempo. Em 1699, por ordem da Coroa, passaram a circular no Brasil as moedas de prata, com carimbo, no valor de 80, 160, 320, 640 réis. Um pouco antes foi instalada a primeira Casa da Moeda brasileira, na Bahia, que depois mudou-se para o Rio de Janeiro e, em seguida, para Pernambuco, cunhando as primeiras moedas de valores em Réis em ouro e prata. Só em 1702, por determinação real, passaram a circular no Brasil as moedas de cobre cunhadas no Porto, em Portugal, com valores de 10 e 20 réis.

O Maranhão passou a ter moeda própria em 1749 e, anos depois, os Reales espanhóis, ainda em circulação, foram recunhados, passando a valer 960 réis. Em 1821, D. João VI retornou a Portugal, esvaziando o Tesouro. Todos os pagamentos foram suspensos, iniciando-se a emissão de dinheiro sem lastro metálico.

havia nenhuma lei trabalhista, ou qualquer mecanismo de proteção ao profissional. Os trabalhos manuais eram desprezados por serem considerados “funções de escravos” e apenas os militares e funcionários públicos contavam com alguma parcela de segurança, ainda que primária. Como acontecia com a população brasileira de um modo geral no início do século 19, também nos escalões médios

e inferiores do serviço público civil e militar, quando o chefe da família morria, seus dependentes somente contavam com três formas de sobrevivência possível: os eventuais bens deixados pelo falecido; o trabalho artesanal, que fazia concorrência ao dos escravos; ou a caridade dos parentes.

Encaminhadas pela Secretaria das Mercês ao Legislativo – Câmaras de Vereadores, Deputados e Senado –, pensões e aposentadorias eram concedidas conforme a importância dos requerentes, interesses políticos ou em situações muito especiais. Francisco de Lima e Silva, ex-regente e pai do futuro Duque de Caxias, teve de se submeter à benevolência do Senado, pelejando durante bom tempo para ver acolhido seu pedido de aposentadoria. O processo era tão lento e difícil – por vezes até humilhante – que Aureliano Coutinho proibiu em testamento que sua família reivindicasse qualquer benefício do Estado. Com a falta de critérios, as aposentadorias e pensões eram pontuais, olhando-se a quem o Estado estendia a mão, conforme o decreto reproduzido a seguir, assinado pelo próprio Aureliano.

“Decreto nº 10 – de 7 de agosto de 1834.

Aprova a aposentadoria concedida ao Desembargador Visconde de Goyanna. A Regência em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembleia Geral. Artigo único. Fica aprovada a aposentadoria concedida pelo Governo ao Desembargador Visconde de Goyanna, por Decreto de Maio de 1833, com o vencimento do ordenado de um conto novecentos e cinquenta mil réis, que vencia como Chanceler da extinta Casa da Suplicação. Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessários. Palácio do Rio de Janeiro em sete de agosto de mil oitocentos e trinta e quatro, décimo terceiro da Independência (sic) e do Império. Francisco de Lima e Silva, João Bráulio Moniz, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho. Transitou na Chancelaria do Império em 9 de Agosto de 1834. — João Carneiro de Campos.”



ESCRavidÃO

Até 1888, a economia era quase que exclusivamente movida pelos escravos, que não tinham Direitos de cidadania

Rugendas, 1825



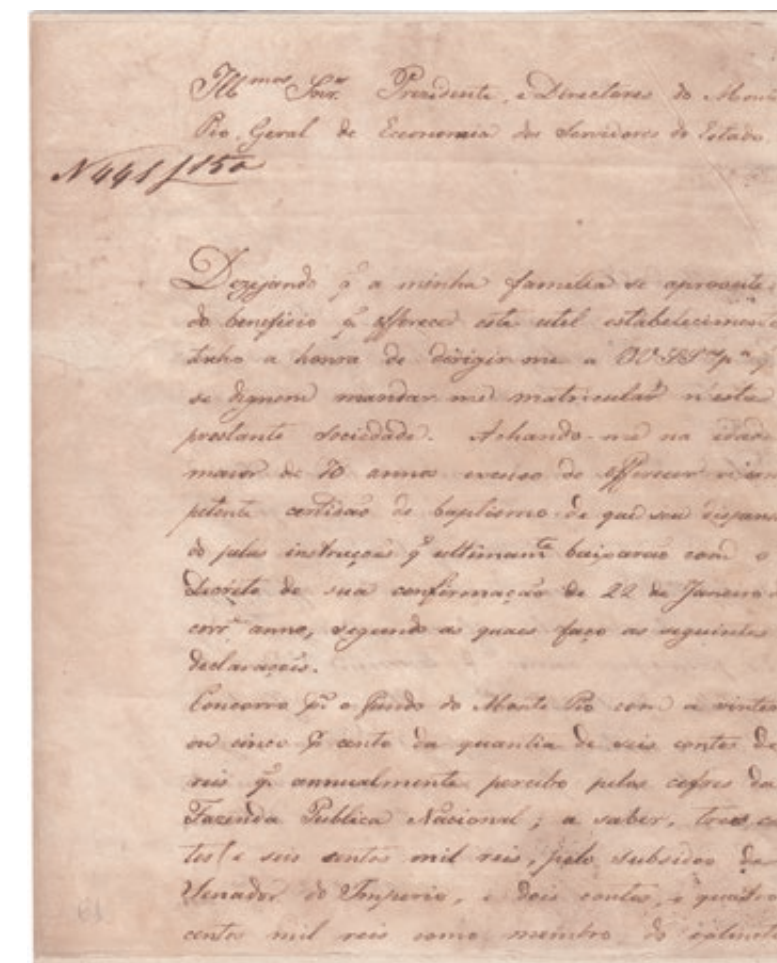
ESTAGNAÇÃO

Os escravos trabalhavam para uma casta ruralista que não influía para a evolução do País no campo tecnológico

Rugendas, 1825

Com remuneração situada em um patamar acima do ocupado pelos trabalhadores da iniciativa privada, os funcionários públicos classificavam-se em três grandes grupos. Os diplomatas, magistrados, inspetores, promotores e delegados estavam entre os mais destacados. Os tesoureiros, contadores, escrivães, professores, conferentes e fiscais formavam a camada intermediária. E, por fim, vinham os policiais, serventes, cocheiros, cavaleiros, acendedores de lampiões etc., cujos proventos mal davam para a subsistência.

Nas Forças Armadas a situação era ainda mais aflitiva. Os militares de baixa patente recebiam uma miséria e os mais graduados tinham vencimentos, em média, menores do que os salários dos funcionários públicos do seu nível. Um juiz recebia 4 contos de réis (1 conto equivale a 1 milhão de réis) por ano, um professor ganhava 600 mil réis anuais, um servente de iluminação tinha um salário mensal de 12 mil réis e um soldado do Exército percebia apenas 8 mil réis de soldo. O custo de vida pode ser aferido, quando se sabe que um par de sapatos comuns custava, aproximadamente, 1.800



réis, uma libra de manteiga de primeira, 280 réis, um exemplar do Jornal do Commercio, 160 réis, e uma libra de gelo, 60 réis.

PLANO PIONEIRO

Nesse cenário social e econômico, os fundamentos da constituição de uma entidade sem fins lucrativos, que pudesse prover de recursos os dependentes de todos os funcionários públicos

PEDIDO DE PENSÃO

Para ingressar no Montepio, o futuro participante tinha que enviar uma carta escrita de próprio punho à entidade dando conta de suas necessidades.

Na ilustração, o pedido de inscrição do Marquês de Inhambupe George Leuzinger, 1865



FRANCISCO DE LIMA E SILVA
Chefe da Regência, assinou o decreto de fundação da entidade

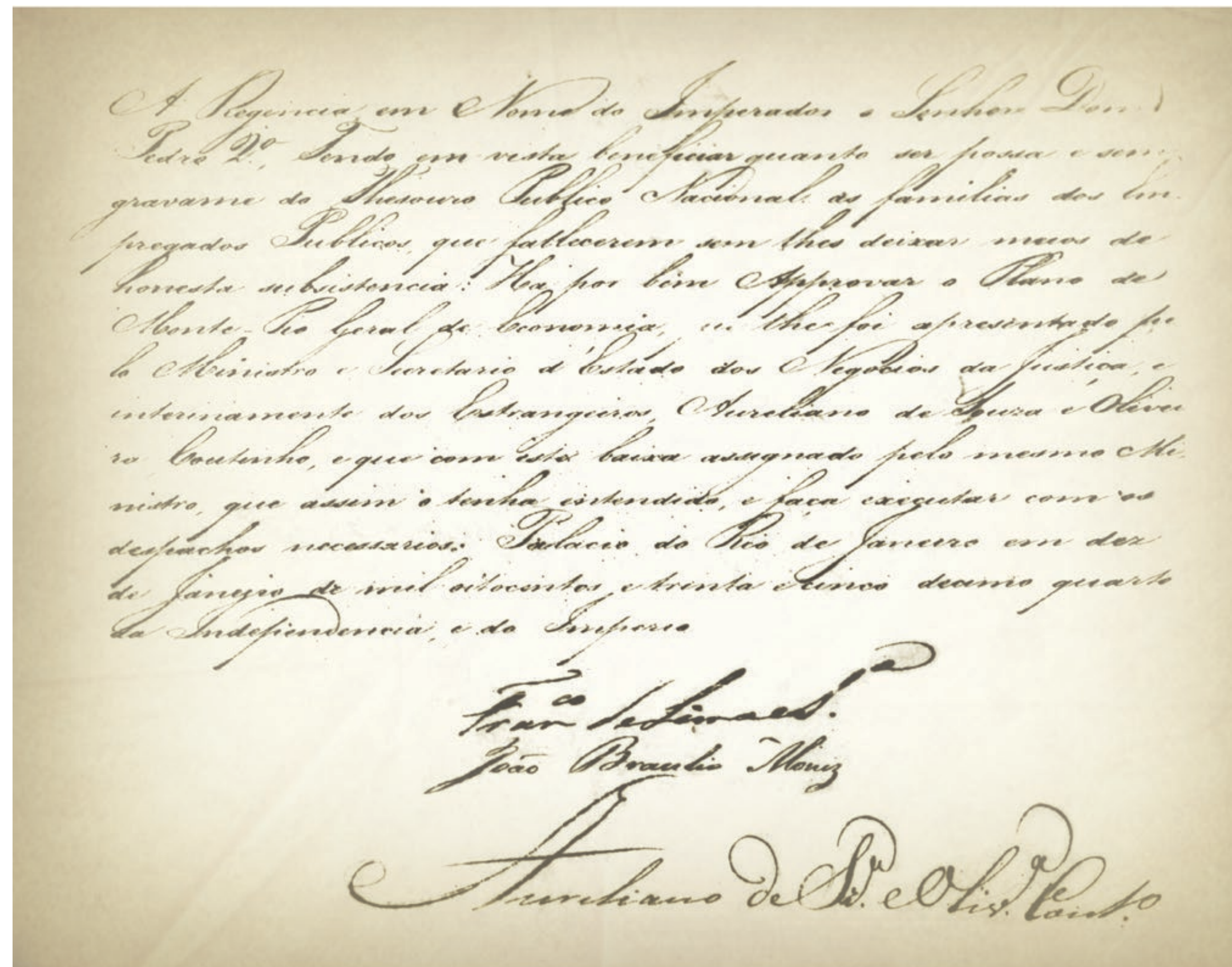
do Império, foram aprovados com um tanto de alívio, por decreto do Governo em 10 de janeiro de 1835 (um sábado atípico, de temperatura amena), certamente pela manhã, em um dos salões do segundo andar do Paço da Cidade do Rio de Janeiro, sede administrativa do País desde os tempos de Colônia até o fim do Império. O projeto inusitado recebeu o aval da Regência trina, representada no ato pelo Brigadeiro Francisco de Lima e Silva e pelo Deputado João Bráulio Moniz.

A criação do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado teve, portanto, o objetivo de dar um novo formato à relação do Governo com seus funcionários, valendo-se da prática habitual de conceder a terceiros a permissão para desenvolver atividades que o próprio Estado não podia, nem queria exercer por absoluta falta de conhecimento e experiência. A instituição não possuía caráter compulsório e, dessa forma, o servidor optava livremente por associar-se, fazendo-o por meio de um pedido escrito de próprio punho, submetido à aprovação da diretoria. Caso fosse aceito, seguia-se uma contribuição inicial a título de joia – uma espécie

de entrada – e anuidades cujos valores eram calculados pelas tábuas atuariais da época, sempre em razão da importância estipulada para o benefício de pensão contratado e, nunca, pela idade do proponente.

Esses recursos, somados aos dos demais participantes, compunham um patrimônio comum, que era, em grande parte, aplicado em Apólices da Dívida Pública, de modo a formar um fundo garantidor dos compromissos assumidos. Todos eram sócios do empreendimento. Em sua íntegra, o decreto que instituiu o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, depositado atualmente no Arquivo Nacional, estabeleceu o seguinte:

“A Regência, em nome do Imperador, o Senhor Dom Pedro Segundo. Tendo em vista beneficiar, quanto se possa, e sem gravame do Tesouro Público Nacional, as famílias dos Empregados Públicos que falecerem sem lhes deixar meios de honesta subsistência: Há por bem aprovar o Plano de Monte-Pio Geral de Economia que lhe foi apresentado pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça e interinamente dos Estrangeiros,



Reprodução do Decreto que instituiu o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado

Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, e que com este baixa, assinado pelo mesmo Ministro, que assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessários. Palácio do Rio de Janeiro, em dez de janeiro de mil oitocentos e trinta e cinco, décimo quarto da Independência e do Império. Francisco de Lima e Silva, João Bráulio Muniz, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho”.

O texto do plano de pensão que deu origem à instituição, elaborado meticulosamente por Aureliano Coutinho, é considerado pelos especialistas contemporâneos em previdência um trabalho extraordinário para a época, pois reúne alguns dos principais dispositivos do sistema, sendo inegável sua atualidade, como atesta a transcrição do original, que se encontra também sob a guarda do Arquivo Nacional.

OS PRIMEIROS DIRIGENTES

No plano apresentado por Aureliano, ficara estabelecida a convocação de uma assembleia geral dos sócios (denominação dada aos participantes da instituição), assim que atingissem o

número de 100 inscritos, quórum considerado suficiente para nomear uma comissão composta por três funcionários públicos, a quem caberia a tarefa de organizar a fundação da entidade. A assembleia elegeria por votação secreta cinco diretores, dos quais um presidente, um tesoureiro e um secretário, escolhendo por sorteio, dentre os sócios inscritos, 12 diretores adjuntos, cuja missão precípua seria deliberar sobre os assuntos de fundamental importância para o funcionamento da organização. Essas decisões se dariam por maioria de votos, devendo, todavia, estar presentes, no mínimo, sete adjuntos além da diretoria.



**ESTEVÃO RIBEIRO DE REZENDE,
O MARQUÊS DE VALENÇA**

Eleito primeiro presidente do montepio, recusou o cargo por estar enfermo



O Governo Imperial, representado pela Regência, designou, para constituírem a comissão organizadora, o conselheiro João Carneiro de Campos, oficial da Chancelaria do Império e da Secretaria dos Negócios da Justiça; Alexandre Maria de Muniz Sarmiento, diretor da Contadoria Geral do Tesouro Nacional; e João Pedro da Veiga, tesoureiro das loterias do Império, todos eles funcionários públicos. Em 14 de junho de 1835, realizaram a Assembleia Geral, com a presença de 63 participantes,

dando início aos trabalhos no recinto do Senado da Câmara da Corte, o equivalente na época à atual Câmara dos Vereadores do Município do Rio de Janeiro.

Em primeiro escrutínio, foi eleito presidente Estevão Ribeiro de Rezende, o Conde de Valença, posteriormente Marquês. Por não se encontrar presente, foi notificado por uma mensagem levada à sua residência por estafeta, tendo recusado o cargo por estar enfermo. Na segunda votação, saiu eleita a primeira diretoria da

organização, constituída por João Carneiro de Campos, presidente; João Jacques da Silva Lisboa, secretário; Manoel Moreira Lírio da Silva Carneiro, tesoureiro; Emiliano Faustino Lins e Joaquim Teixeira de Macedo, diretores. João Carneiro de Campos, Oficial da Chancelaria do Império, foi eleito presidente com 36 votos. Para exercer as funções de adjuntos foram sorteados 12 nomes entre os presentes, conforme consta na ata

FOLIA DO DIVINO

A devoção ao Divino Espírito Santo chegou ao Brasil junto com os portugueses
Debret, 1826

TEXTO DO PLANO DE PENSÃO QUE DEU ORIGEM À INSTITUIÇÃO

“Plano de Monte Geral de Economia para todos os Servidores do Estado, a que se refere o Decreto da data deste.

Art. 1º - Fica criado o Monte Geral de Economia para a subsistência e socorro das famílias dos Empregados Públicos de qualquer classe, que falecerem em exercício, ou aposentados no serviço da Nação.

Art. 2º - São considerados como tais para a entrada no presente estabelecimento:

Parágrafo 1º. Todos os cidadãos que recebem ordenado, soldo, ou salário do Tesouro Público, ou por qualquer outra Repartição Pública, por ofício, praça, emprego ou outro serviço de qualquer denominação que seja.

Parágrafo 2º. Todos os Empregados nomeados pelo Governo Central, ou pelos Governos Provinciais, que servem empregos ou ofícios com ordenado ou sem ele, declarando neste caso o valor em que os estima, a fim de entrarem para a Caixa anualmente com a quantia correspondente aos cinco por cento do valor estimado, pagos aos quartéis, debaixo das condições gerais adiante mencionadas.

Art. 3º - Os Empregados de qualquer das classes referidas, que dentro de dois anos se não matricularem, só poderão ser admitidos por aprovação da Mesa plena, satisfazendo as quotas de seus ordenados, vencidas desde o estabelecimento da Caixa. A mesma regra se seguirá com os Empregados nomeados depois, contando-se o tempo desde o seu efetivo exercício.

Art. 4º - O fundo do Monte de Economia será formado: Parágrafo 1º. Da vintena, ou cinco por cento da quantia que anualmente vencer o Empregado, que voluntariamente se quiser matricular, deduzidos no ato do pagamento do quartel da Repartição respectiva por onde ele se fizer.

Parágrafo 2º. De cinco por cento pagos aos quartéis na Tesouraria da Caixa desta Instituição, da quantia em que os Empregados que não vencem ordenado, ou que vencerem pequeno, avaliarem seus empregos, ou esse aumento, além do ordenado na forma do Artigo 2º, Parágrafo 2º.

Parágrafo 3º. De dois e meio por cento da quantia que cada sucessor ou herdeiro contemplado neste Plano, receber do Cofre do Monte de Economia, deduzidos no ato do pagamento.

Parágrafo 4º. Do produto líquido das loterias, no caso que a Assembleia Geral Legislativa se digne conceder para aumento do fundo do estabelecimento.

Art. 5º - Compete pensão do Monte de Economia: Parágrafo 1º. Às viúvas dos Empregados contribuintes, que existirem com seus maridos; entre os quais se compreende o cônjuge ausente por justa causa, e às filhas solteiras, nascidas de legítimo matrimônio, que viviam em companhia do pai, ao tempo da morte deste, e às filhas casadas com consentimento do pai, ou suprimen-to judicial, no caso de denegação, e aos filhos menores de vinte e cinco anos () que viverem debaixo do pátrio poder, ou em sua companhia. À viúva pertencerá metade, e aos filhos e filhas, a outra metade repartidamente.*

() Ainda que a emancipação legal é hoje aos vinte e um anos de idade, contudo os quatro seguintes são dados como em subsídio para no entanto buscar o filho varão meios de vida.*

Parágrafo 2º. Não ficando viúva ou filhas legítimas, mas ficando filhas legitimadas solteiras, ou casadas com consentimento de pai, gozarão estas das pensões repartidamente. A legitimação pode ser por declaração no assento do batismo, assinada pelo pai, com testemunhas, por carta judicial ou por testamento. Havendo filhos legítimos menores de vinte e cinco anos, concorrerão proporcionalmente.

Parágrafo 3º. Se o Empregado não tiver descendentes, mas tiver mãe ou outro ascendente, que em sua companhia ou de seu amparo vivesse, ou irmãs em iguais circunstâncias, gozarão estas da pensão repartidamente, salva sempre a meação da viúva, se a houver.

Parágrafo 4º. No caso do falecimento da mãe, depois de ter começado a perceber a pensão, crescerá às filhas a meação que àquela pertencia, mas por morte de uma das irmãs, não tendo sobrevivido à mãe, que lhe devera suceder, reverterá para a Caixa Geral a parte que percebia a falecida.

Parágrafo 5º. Na falta de tais ascendentes e de tais descendentes, poderá o Empregado dispor por testamento de metade da pensão que competia aos chamados nos parágrafos antecedentes, em favor de qualquer parente, ou ainda de

estranho, recaindo a outra parte em favor da Caixa. Sucedendo, porém, na hipótese deste parágrafo, morrer o Empregado intestado, entender-se-á haver legado em favor da Caixa.

Art. 6º - O vencimento da pensão do Monte de Economia é de metade do ordenado, que vencer o Empregado ao tempo da morte, ou do total de que anualmente pagava os cinco por cento. Se estiver em comissão, acontecida depois da matrícula, continuará a contribuir em relação ao ordenado que tinha anteriormente, ou em relação à comissão, como mais lhe aprouver.

Art. 7º - Enquanto o capital dado a prêmio se não acumular, na forma declarada no art. 22, o pagamento das pensões do Monte de Economia será feito nas proporções seguintes:

Parágrafo 1º. As viúvas, filhos ou filhas, ascendentes ou irmãs, dos Empregados falecidos que venciam de ordenado ou soldo até dois contos de réis inclusive perceberão metade; os herdeiros instituídos para esta sucessão receberão a quarta parte.

Parágrafo 2º. Se o ordenado ou soldo exceder de dois contos de réis, quer o vencimento seja efetivo, quer seja estimado, nos casos do Parágrafo 2º, Art. 4º, receberão os herdeiros chamados por esta instituição um conto de réis anualmente e mais um quinto de excesso dos dois contos de réis, e assim pertencerá ao herdeiro do Empregado que ven-cia três contos de réis, um conto e duzentos e ao de quatro contos, um conto e quatrocentos, e assim proporcionalmente.

Art. 8º - O produto da consignação dos cinco por cento pagos pelos Empregados, os dois e meio por cento pagos pelos pensionários do subsídio pago pelas loterias, passarão do Tesouro, e demais repartições, segundo o lugar em que se fizer o pagamento, para uma Caixa denominada da Direção dos fundos do Monte Geral de Economia, até aos primeiros dez dias depois de findo o pagamento do quartel da respectiva classe, assim como o saldo da loteria, que se extrair no intervalo do quartel, quando não esteja, como deve ser, recolhida na Caixa logo depois dos pagamentos.

Art. 9º - As sobras de todo o dinheiro que entrar no cofre, logo que se pague o quartel aos pensionários,

serão das a juro composto ou em compra de apólices da Dívida Pública, desconto de bilhetes da Alfândega, na falta daquelas, ou em quaisquer fundos públicos de igual natureza, reservando-se em ser somente a quantia que se julgar necessária para as despesas correntes.

Art. 10 – Nos primeiros dois anos, contados da compra das primeiras apólices, ou outras transações da Caixa, não se despenderá do cofre quantia alguma que não seja a precisa para andamento da administração, mas os herdeiros dos contribuintes, que houverem falecido depois da entrada para a Caixa com as quantias que lhes tocava pagar enquanto viveram, ficam com direito de receber no fim desses dois anos a quarta parte do ordenado do falecido Empregado, ou metade da pensão que competiria por sua morte, se falecesse depois desse prazo. Estes pensionários pagarão cinco por cento do que receberem.

Art. 11 – Enquanto a Caixa deste giro não tiver de capital uma soma acumulada, igual à soma total em que se importarem os ordenados que anualmente vencerem os Empregados matriculados, estes concorrerão para a instituição pela maneira seguinte:

Parágrafo 1º. Os Empregados de idade até trinta anos inclusive entrarão no primeiro quartel com cinco por cento de seu ordenado, ou vencimento, e no primeiro quartel do segundo ano, farão a mesma contribuição de cinco por cento em um só pagamento, e daí em diante nos anos seguintes a dedução será a mesma quantia, mas a quartéis.

Parágrafo 2º. Os Empregados que contarem de idade de trinta anos decorridos até quarenta inclusive, contribuirão no primeiro ano, e primeiro quartel com a décima do ordenado; no segundo ano e primeiro quartel com cinco por cento em um pagamento e daí por diante por quartéis; os de quarenta até cinquenta anos com a décima no primeiro e segundo ano, nos primeiros quartéis, e no terceiro com cinco por cento no primeiro quartel, e nos mais anos seguintes com os quartéis na ordem regular. Os de cinquenta até sessenta anos, com a décima por três anos pagas no primeiro quartel do ano, e no quarto ano com cinco por cento no primeiro

quartel. Os de sessenta anos e daí para cima com a décima por quatro anos, pagos da mesma sorte, e no quinto com os cinco por cento no primeiro, ficando depois na regra geral.

Art. 12 – É livre ao Empregado adiantar o pagamento das épocas marcadas, como mais lhe convier, entrando logo com toda a quantia, que lhe pertencer contribuir conforme a idade, ou com metade, ou a terça parte, para depois, findos os prazos marcados no artigo antecedente, ficarem todos igualados.

Art. 13 – Os herdeiros dos Empregados de mais de trinta, quarenta, cinquenta e sessenta anos chamados por esta instituição só terão direito à quarta parte da pensão correspondente, depois que o dito Empregado tiver entrado com metade da contribuição que está marcada, e assim por diante até completar a maioria que lhe for correspondente, e havendo-a completado entrarão nas regras ordinárias; enquanto, porém, o Empregado não preencher essa maioria, não poderá dispor em testamento a favor de parentes, ou de estranhos, faculdade de que pode gozar, antecipando as épocas do pagamento, como lhe é facultado.

Art. 14 – Acontecendo ser o Empregado contribuinte condenado por sentença à perda do emprego, antes de ter vinte anos de serviço, ser-lhe-á restituída toda a quantia com que tiver entrado. Se tiver vinte anos completos de serviço, a sua família receberá a pensão, como se o Empregado fosse falecido naturalmente, e então esta pagará anualmente cinco por cento da pensão.

Art. 15 – Se o empregado for demitido a arbítrio do Governo, nos casos em que lhe for permitido fazê-lo, discricionariamente, poderá continuar a concorrer com a quantia que lhe tocava, ou receber a com que tiver contribuído, com os juros de seis por cento, abatendo-se destes meio por cento para as despesas como o mesmo Empregado escolher.

Art. 16 – Logo que este plano mereça a aprovação do Governo, principiará a fazer-se a dedução no pagamento dos quartéis àqueles Empregados que voluntariamente assinarem ou tiverem assinado, segundo as idades, e a exigir-se dos Empregados mencionados no Parágrafo 2º, Art. 4º a quota correspondente à intimação.

Art. 17 – Far-se-á em cada Repartição, por duplicata, a relação nominal dos Empregados delas que se quiserem matricular por suas assinaturas, com a declaração da idade, estado, nome de sua mulher, número de filhos, nomes, sexos e idades; Repartição em que serve, anos de serviço, e ordenado que vence, ou o em que quer ser contemplado, devendo cada um apresentar a certidão de idade que declarar no assentamento, dentro de um ano, contado do dia da assinatura, exceto os de sessenta ou mais anos, que sendo os que contribuem com maior quantia não precisam de certidão, por isso que nada influi a prova autêntica de sua declaração. As mudanças e variações, que houver na família depois da matrícula, serão participadas, por cada Empregado, para se fazerem na direção as alterações e observações ocorrentes.

Art. 18 – Ambas as relações serão entregues no Tesouro; por uma se fará a matrícula geral dos Empregados, que deram seus nomes, a fim de se fazerem as deduções nos pagamentos, a outra será remetida para a direção, a fim de se proceder também à matrícula, e em tempo se averbarem as mudanças, variações etc.

Art. 19 – Pela morte do Empregado contribuinte devolve-se ipso facto a quantia da pensão correspondente, a quem por esta instituição e matrícula pertencer, sem necessidade de longas habilitações, e promoções fiscais, sendo os Diretores responsáveis pelo pagamento indevido.

Art. 20 – As viúvas meiras apresentarão tão somente a certidão do dia do óbito do marido; as filhas não vivendo com a mãe, igual certidão, não tendo sido já apresentada, e a do batismo para prova da paternidade; os filhos a mesma prova da idade; as filhas legitimadas, a certidão de óbito do pai, e o título da legitimação, ou da instituição. A mãe, ou outros ascendentes, ou irmãs, certidão do assento da paróquia, e, na falta, justificação em regra; e os parentes e estranhos mencionados no Art. 5º, Parágrafo 5º a certidão da verba testamentária, nos casos em que por este plano podem suceder.

Art. 21 – Estes documentos se confrontarão na direção com a matrícula, e estando conformes se mandará pagar, comunicando a direção ao Tesouro em ofício, para as verbas necessárias.

Art. 22 – Logo que o fundo do Monte de Economia formar um capital, igual à soma dos ordenados de um ano dos contribuintes, poderá a direção em Mesa Plena diminuir um por cento ou o que razoavelmente se puder subtrair da contribuição dos cinco por cento, deduzidos dos quartéis, ou meio por cento dos dois e meio que pagam os pensionários, havendo atenção, que essa diminuição se faça sem faltar à manutenção dos pensionários.

Art. 23 – Poderá também a direção aumentar e ir igualando o vencimento das pensões aos sucessores dos Empregados, que venciam mais de dois contos de réis e não venciam proporcionalmente aos mais, a fim de poderem receber os herdeiros contemplados no Parágrafo 2º do Art. 7º metade do ordenado que vencia o Empregado, ou mais um quarto ou um quinto, ou o que na realidade puder ter lugar e de que por ora ficam privados na forma do citado artigo, havendo sempre atenção na graduação da preferência, a antiguidade da matrícula e época da morte do Empregado contribuinte. A disposição deste Artigo deve ter inteira execução primeiro que a do Artigo antecedente, em razão de igualdade entre os herdeiros dos concorrentes.

Art. 24 – Pela mesma razão de igualdade entre os contribuintes, e não ficarem uns de melhor condição do que os outros; todos os Empregados que sucessivamente se forem matriculando no Monte de Economia ficam obrigados a concorrer com as quotas estabelecidas por tantos anos e pela mesma maneira, com que concorrem os Empregados matriculados no primeiro ano desta instituição, até ao tempo em que se acumularem os fundos, na forma do Art. 22, e depois desse tempo, ficarão nas regras ordinárias da contribuição que nessa época existir. Contudo, quando os fundos se acumularem, a direção poderá em Mesa Plena outra coisa acordar se assim julgar conveniente. E esta providência de mudar, ou corrigir estes artigos, fica sempre salva à direção pela maneira sobredita.

Art. 25 – Logo que este projeto for aprovado pelo Governo, o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império ou o da Justiça, nomeará três Empregados para fundar

o estabelecimento. Estes empregados cuidarão em receber das estações públicas a lista das pessoas que voluntariamente tiverem nas mesmas estações assinado seus nomes para a contribuição, e havendo chegado ao número de cem, os congregará, para em comum nomearem dentre si cinco membros para Diretores, havendo atenção que sejam pessoas de inteiro crédito e probidade.

Art. 26 – Será a eleição feita por escrutínio e pluralidade dos votos presentes. Os cinco Diretores eleitos tomarão ao seu cargo por tempo de um ano a administração dos fundos e a economia dos trabalhos. Um deles será Presidente, outro Tesoureiro, e o outro Secretário; as cédulas dos votantes os designarão. O Presidente, o Tesoureiro, e o mais velhos dos outros membros terão cada um uma chave do cofre.

Art. 27 – Os nomes de todos os contribuintes serão escritos em cédulas e metidos em uma urna: dela se tirarão doze adjuntos à Direção, os quais serão chamados, quando a mesma julgar conveniente, para tratar os objetos de interesse comum, que serão decididos à maioria de votos do número presente, estando mais de seis adjuntos e a Direção.

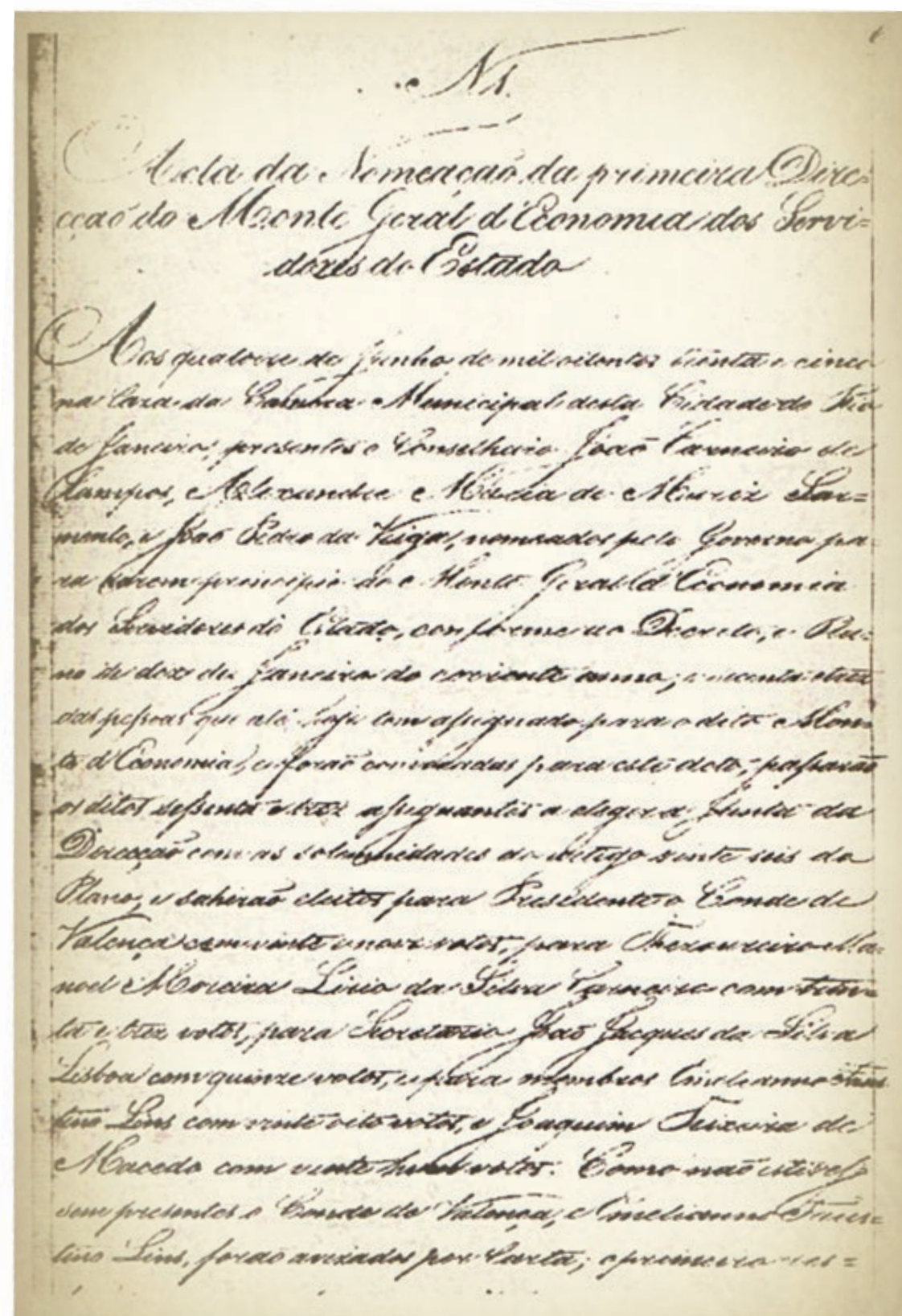
Art. 28 – Findo o ano se procederá à nova eleição de Diretores por escrutínio: não poderão ser reeleitos sem passar outro ano. Os adjuntos serão sempre tirados à sorte, não estando na urna, ao momento da eleição os nomes daqueles que estiverem servindo.

Art. 29 – A Direção nomeada pelos contribuintes fará o regulamento para o expediente e economia; nomeará os Empregados que forem indispensáveis à escrituração e contabilidade, e arbitrará com os adjuntos em sessão os ordenados e gratificações pagas pela Caixa, preferindo quanto for possível os membros da Associação.

Art. 30 – É extensiva aos Empregados militares e civis de qualquer Província do Império a admissão do presente estabelecimento, matriculando-se por si ou por seus procuradores debaixo das cláusulas aqui escritas.

Rio, 10 de Janeiro de 1835.

Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho.”



PRIMEIROS DIRIGENTES

A ata da nomeação da primeira direção da entidade

inaugural da instituição, encaminhada ao Ministério da Justiça em 21 de junho, transcrita a seguir.

“Ata da nomeação da primeira Direção do Monte Geral de Economia dos Servidores do Estado.

Aos quatorze de junho de mil oitocentos e trinta e cinco na Casa da Câmara Municipal desta Cidade do Rio de Janeiro, presentes o Conselheiro João Carneiro de Campos, Alexandre Maria de Muniz Sarmento, João Pedro da Veiga, nomeados pelo Governo para darem princípio ao Monte Geral de Economia dos Servidores do Estado, conforme ao Decreto e Plano de dez de janeiro do corrente ano, e sessenta e três das pessoas que até hoje têm assinado para o dito Monte d’Economia, e foram convidadas para este ato, passaram os ditos sessenta e três assinantes a

eleger a Junta de Direção com as solenidades do artigo vinte e seis do Plano, e saíram eleitos para Presidente o Conde de Valença com vinte e nove votos, para Tesoureiro Manoel Moreira Lírio da Silva Carneiro com trinta e três votos, Para Secretário João Jacques da Silva Lisboa com quinze votos, e para membros Emiliano Faustino Lins com vinte e oito votos, e Joaquim Teixeira de Macedo com vinte e um votos. Como não estivessem presentes o Conde de Valença e Emiliano Faustino Lins, foram avisados por carta, o primeiro respondeu que não podia aceitar por motivo d’ enfermidade, o segundo compareceu e declarou que aceitava. Foi então decidido pela Assembleia que em lugar do Conde se nomeasse outro Presidente, procedendo-se a escrutínio, saiu eleito o Conselheiro João Carneiro de Campos com trinta e seis votos.



MANOEL DO NASCIMENTO CASTRO E SILVA

Presidente do Montepio (1843-1845), o ministro da Fazenda autorizou o órgão público a realizar a arrecadação das contribuições e o pagamento das pensões da entidade em todas as províncias



IRREVERÊNCIA

Caricatura de Angelo Agostini retrata o carnaval de rua carioca no século XIX
1880

Findo este ato passou-se a tirar a sorte com as solenidades prescritas no artigo vinte e sete do Plano, os doze Adjuntos da Direção, e saíram – José Luiz Pinto Monteiro, Firmino Rodrigues Silva, Manoel José Nunes Barbosa, Rafael Pereira de Carvalho, José de Almeida Saldanha, Luiz Manoel Alves de Azevedo, José Maria da Fonseca Costa, Braz Antonio Castrioto, Miguel Marques de Souza, Francisco José da Silva, João Mariano de Barros, e Joaquim Ferreira Guimarães Filho. Então a Comissão nomeada pelo Governo deu posse aos Membros Eleitos da Direção, com o que se deu por concluído o ato para que fosse encerrada a presente Assembleia dos Assinantes do Monte Geral de Economia dos Servidores do Estado, e do termo se lavrou a presente Ata, a qual foi lida e aprovada, e foi assinada pelos Membros da Comissão, e Direção. Eu, Alexandre Maria de Muniz Sarmiento, a escrevi = João Carneiro de Campos = Alexandre Maria de Muniz Sarmiento = João Pedro da Veiga / Comissão = João Carneiro de Campos (Presidente) = Manoel Moreira Lório da Silva Carneiro (Tesoureiro) = Emiliano Faustino Lins (Diretor)

*= João Jacques da Silva Lisboa (Secretário) = Joaquim Teixeira de Macedo (Diretor)”.
Além das medidas ordinárias de instalação da entidade, escrituração e demais providências administrativas, a diretoria solicitou ao Ministro Manoel do Nascimento Castro e Silva, futuro presidente no biênio 1843-1845, que as repartições do Ministério da Fazenda fossem encarregadas dos serviços essenciais para a sobrevivência da instituição, procedendo à arrecadação das contribuições e ao pagamento das pensões em todas as províncias, como então se designavam os estados. Nessa mesma ocasião, os dirigentes oficiaram ao Ministro da Justiça, Manuel Alves Branco, pedindo providências para que os demais Ministérios e as Secretarias de Estado permitissem o desconto, na folha de pagamento de seus funcionários, das contribuições para o plano de pensão, conforme o texto extraído do documento de 21 de junho de 1835.*

“... que se oficiasse ao Ministro dos Negócios da Justiça, pedindo exigir dos outros Ministros e Secretários d’Estado dos Negócios da Fazenda, Guerra e Marinha as suas autorizações aos

tesoureiros das suas respectivas repartições, para fazerem os descontos nos ordenados dos diferentes Empregados, do primeiro de julho próximo em diante, na forma que lhe for comunicado por esta Diretoria.”

O primeiro a dar sinal verde para essa prática, hoje institucionalizada, foi o Ministério da Marinha, em ofício assinado no final do mês de junho pelo então titular da pasta, Capitão de Mar e Guerra José Pereira Pinto, raro representante de sua Arma entre tantos ministros alheios ao ambiente naval, nomeados pelo Governo Imperial no decorrer dos seus 67 anos de duração.



BILHETELOTÉRICO

Um benefício de suma importância para a organização foi a concessão de quotas lotéricas

Outro benefício de suma importância para a entidade foi a concessão de quotas lotéricas. Nos mesmos moldes do que ainda se vê atualmente, as loterias exploradas pelo governo tinham papel preponderante na captação de recursos para os cofres públicos e, em circunstâncias excepcionais, algumas extrações eram destinadas às entidades benemerentes, como a Santa Casa da Misericórdia. Nesses casos, as despesas de

confecção dos bilhetes personalizados e sua venda corriam por conta do beneficiado. No que diz respeito à entidade, o pleito foi acolhido com boa vontade pela Assembleia Legislativa, conforme a notícia publicada no “Jornal do Commercio” em sua edição de 15 de outubro de 1835, dando conta das deliberações da Câmara do Senado.

“Outro do mesmo Secretário acompanhando duas proposições daquela Câmara, tendo por fim a primeira conceder quatro loterias anuais de cem contos de réis cada uma a favor do Monte-Pio, criado em benefício das famílias dos empregados públicos;...”.

Em 12 de dezembro do mesmo ano, a Secretaria de Estado dos Negócios do Império emitiu aviso, com a cópia da Carta de Lei de 29 de outubro, mandando executar o decreto da Assembleia Geral Legislativa que concedeu à organização, pelo período de

seis anos, a extração de loterias a seu favor.

Para cuidar das suas loterias, a instituição nomeou um dos membros da comissão governamental que conduziu o processo eleitoral, João Pedro da Veiga – também Tesoureiro das Loterias do Estado –, estabelecendo para ele uma gratificação de 2% sobre o total arrecadado, cabendo-lhe a responsabilidade pela venda dos bilhetes e as despesas provenientes. Vinte e nove anos mais tarde, as quatro extrações anuais passaram a ser mensais. Os recursos advindos desse benefício foram de grande valia para a manutenção da entidade durante 98 anos consecutivos, evitando, muitas vezes, que fechasse suas portas.

Ainda em outubro de 1835, a diretoria decidiu aplicar seus fundos em Apólices da Dívida Pública, procedimento que manteria por longos anos.

Dentre os participantes de primeira hora na organização podem ser destacados alguns personagens de extraordinária expressão na história do País, tais como Euzébio de Queiroz, autor da lei que proibiu o tráfico de escravos; José Tomaz Nabuco d’Araujo, jurista renomado, futuro ministro da Justiça e pai de Joaquim Nabuco; Bento da Silva Lisboa, duas vezes ministro dos Estrangeiros e representante de Dom Pedro II no casamento com a Princesa Tereza Cristina de Bourbon; Manuel Alves Branco, cinco vezes ministro e primeiro-ministro chefe de gabinete; Felix Emile Taunay, expoente das artes plásticas, diretor da Academia Imperial de Belas Artes e professor de pintura do imperador; Bernardo de Souza Franco, três vezes ministro do Império e senador, e Joaquim Gonçalves Ledo, um dos próceres da Independência.



EUZÉBIO DE QUEIROZ

Autor da lei que proibiu o tráfico de escravos, foi um dos primeiros a inscrever-se no Montepio



NABUCO D'ARAÚJO

Jurista renomado, futuro ministro da Justiça e pai de Joaquim Nabuco, foi um dos primeiros participantes da organização

Consta que, em 20 de agosto de 1822, na sessão do Grande Oriente do Brasil, realizada na Loja Maçônica Comércio e Artes do Rio de Janeiro, Ledo, que era o Primeiro Vigilante, ao substituir o Grão-Mestre José Bonifácio de Andrada e Silva, ausente por estar viajando, proclamou a independência do Brasil, consciente de que D. Pedro já se dispunha a fazê-lo.

A PRIMEIRA PENSÃO

O compromisso que deu origem à entidade não demorou a ser saldado. Ao completar um ano de atividade, a instituição pagou seu primeiro benefício de pensão à irmã do Brigadeiro João Valentim de Faria Souza Lobato, oficial do Exército lusitano, radicado no Brasil desde a época da chegada da Família Real portuguesa, em 1808. Lobato fora Moço da Câmara Real, Preste do Serviço do Paço, Servidor de Toalha e Guarda-Joias, funções de prestígio

junto à Realeza. Possuía as comendas de Cavaleiro da Ordem de N. S. da Conceição, Cavaleiro Fidalgo da Casa Imperial e da Ordem de Cristo. Por ocasião da sua morte, era administrador do Palácio de São Cristóvão (Quinta da Boa Vista), residência oficial de Dom João e, posteriormente, dos imperadores brasileiros, bem como do Paço da Cidade, dentre outros importantes prédios públicos. O brigadeiro – posto imediatamente inferior a general – recebia vencimentos de 2 contos de réis por ano, como comprova a ordem enviada ao tesoureiro da Casa Imperial por José Bonifácio de Andrada e Silva.

“O tesoureiro da Casa Imperial meta em folha o Conselheiro João Valentim de Faria Souza Lobato, Mordomo da Casa Imperial e Administrador dela, com o vencimento de dois contos de réis anuais, que serão pagos mensalmente, a vencer desde o primeiro de setembro do corrente ano; e

igualmente lhe deverá satisfazer o ordenado que venceu em os dois meses de julho e agosto no dito, que serviu efetivamente, quando as circunstâncias o permitirem. Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1831. Dr. José Bonifácio de Andrada”.

João Lobato legou uma pensão de 1 conto de réis a Maria Francisca, sua única irmã e herdeira. O processo burocrático no Brasil era tão lento que o certificado de sua matrícula, de número 309, apesar de o Brigadeiro já estar inscrito na entidade desde dezembro de 1835, somente foi emitido 30 dias antes de sua morte, em 31 de julho de 1836, aos 58 anos de idade.

Naquela época, as artimanhas ilegais e golpes contra a entidade já não eram tão raros. O mais notável foi o caso de uma família ilustre, representante da nobreza brasileira, que impressionou tanto pela posição social que desfrutava, quanto pela riqueza que ostentava. No primeiro dia

de maio de 1836, a diretoria da organização examinava o pedido de inscrição de Francisco Maria Gordilho Veloso de Barbuda, Marquês de Jacarepaguá, quando, devido ao adiantado da hora, resolveu adiar a decisão para o dia 4 do mesmo mês. A reunião extraordinária jamais aconteceria, uma vez que o Marquês morreria no dia seguinte, 2 de maio. Descobriu-se, depois, que não fora uma fatalidade: quando seus familiares encaminharam o pedido de inscrição, o Marquês já estava moribundo, tendo recebido até a extrema unção. Tratou-se tão somente de uma esperteza daqueles que desejavam engordar a pensão deixada pelo velho nobre.

Experiências como essa – e outras inerentes aos aspectos técnicos do plano de pensão – levaram a diretoria da instituição a executar a primeira reforma dos estatutos, aprovada sem restrições pelo Governo imperial em 22 de junho de 1836.



BENTO DA SILVA LISBOA

Um dos primeiros participantes da instituição, foi duas vezes ministro dos estrangeiros



MANOEL ALVES BRANCO

Ministro da Fazenda à época da fundação do Montepio, também foi sócio e dirigente da entidade



PRIMEIRO BENEFÍCIO

A entidade pagou seu primeiro benefício de pensão à irmã do Brigadeiro João Lobato, administrador do Palácio de São Cristóvão (1836)

NO COMANDO, ILUSTRES BRASILEIROS

Em seu relatório de 18 de junho de 1837, apresentado por ocasião da posse da nova diretoria, João Carneiro de Campos demonstrou com clareza o esforço despendido pelos primeiros dirigentes em prol do desenvolvimento da entidade. Em dois anos de funcionamento, contavam-se 584 participantes, os quais haviam instituído pensões que somavam a importância de 802 contos de réis, e a renda auferida no mesmo período atingia a cifra de 264 contos de réis, incluindo os rendimentos advindos das extrações da loteria.

A diretoria eleita para o biênio 1837-1839 assumiu com esse cenário de franca expansão. Era constituída pelo conselheiro Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, presidente; João Jacques da Silva Lisboa, secretário; Manoel Moreira Lírio da Silva Carneiro, tesoureiro; Joaquim Teixeira de Macedo e Joaquim Antonio Caminha, diretores. Na ocasião, foram também eleitos – e não mais sorteados – os 12 diretores adjuntos.

Logo na primeira reunião, a nova diretoria tomou uma decisão extremamente importante para a saúde da organização, proibindo a admissão de sócios (participantes) que houvessem completado 60 anos. A medida foi ratificada mais tarde pelo decreto governamental de 13 de março de 1844, sancionado pelo imperador Dom Pedro II, onde também ficou estabelecida a proporcionalidade das contribuições em relação à idade dos candidatos a participantes, outra providência de vital significado para

a preservação da instituição ao longo do tempo.

A 16 de junho de 1839, os três principais dirigentes, Aureliano, João Jacques e Manoel Lírio foram reeleitos para o biênio seguinte, agregando-se ao grupo os novos diretores José Cupertino Ferreira e Francisco Cordeiro da Silva Torres de Souza Melo e Alvim, ex-ministro de Guerra (1824), bem como os convencionais diretores adjuntos.

Durante os primeiros 100 anos de atividade da organização, sucederam-se em sua presidência os sócios citados no quadro da página ao lado, todos eles brasileiros ilustres, que empregaram seu talento, competência, influência política e social em benefício da instituição.

Com base nos relatórios apresentados por esses presidentes foi possível extrair muitas informações que contam a trajetória da entidade durante o primeiro centenário. Embora não tenha sido possível analisar a maior parte dos documentos produzidos e recebidos pela instituição no período de 1835 a 1885 – consumidos pelo incêndio que destruiu o segundo andar de sua sede naquele ano e, posteriormente, por uma infestação de cupins – as atas de diretoria preservadas pelos atentos dirigentes atuais (desde a primeira, lavrada a 14 de junho de 1835) e outros papéis de origem oficial e particular (colhidos nos principais arquivos históricos do Rio de Janeiro) deram ampla margem à construção de uma linha de tempo, permeada pelos principais acontecimentos que marcaram a vida da instituição.



FRANCISCO CORDEIRO DA SILVA TORRES

Diretor do montepio enquanto Aureliano Coutinho esteve na presidência, assumiu o cargo com a entidade em franca expansão

GALERIA DE PRESIDENTES

PRIMEIRO CENTENÁRIO

BIÊNIOS

1835 a 1837

João Carneiro de Campos

1837 a 1839

Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, posteriormente agraciado pelo imperador com o título de Visconde de Sepetiba

1839 a 1841

Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho

1841 a 1843

Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho

1843 a 1845

Senador Manoel do Nascimento Castro e Silva

1845 a 1849

Conselheiro Saturnino de Sousa e Oliveira(1)

1849 a 1851

Conselheiro Manoel Felizardo de Souza e Mello

1851 a 1853

Pedro de Araújo Lima, Visconde de Olinda

1853 a 1855

Francisco de Paula Vasconcellos

1855 a 1857

Desembargador Manoel de Jesus Valdetaro

1857 a 1859

Conselheiro Manoel Felizardo de Souza e Mello

1859 a 1861

Manoel Vieira Tosta, Barão de Muritiba

1861 a 1863

Conselheiro Joaquim José Ignácio

1863 a 1865

Conselheiro Manoel de Jesus Valdetaro

1865 a 1871

Conselheiro José Maria da Silva Paranhos

1871 a 1881

Visconde do Rio Branco(2)

1881 a 1887

João Lustosa da Cunha, Visconde de Paranaguá

1887 a 1901

João Lustosa da Cunha, Visconde de Paranaguá

1901 a 1903

Conselheiro Olegário Herculano D'Aquino e Castro

1903 a 1905

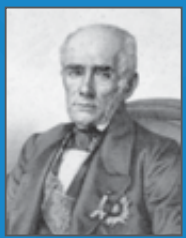
José de Oliveira Coelho

1905 a 1907

José Leopoldo de Bulhões Jardim

1907 a 1909

José de Oliveira Coelho



TRIÊNIOS

1910 a 1921

José de Oliveira Coelho

1922 a 1924

Ministro Joaquim Xavier Guimarães Natal

1925 a 1927

José Leopoldo de Bulhões Jardim
Álvaro da Silva Lima Pereira(3)

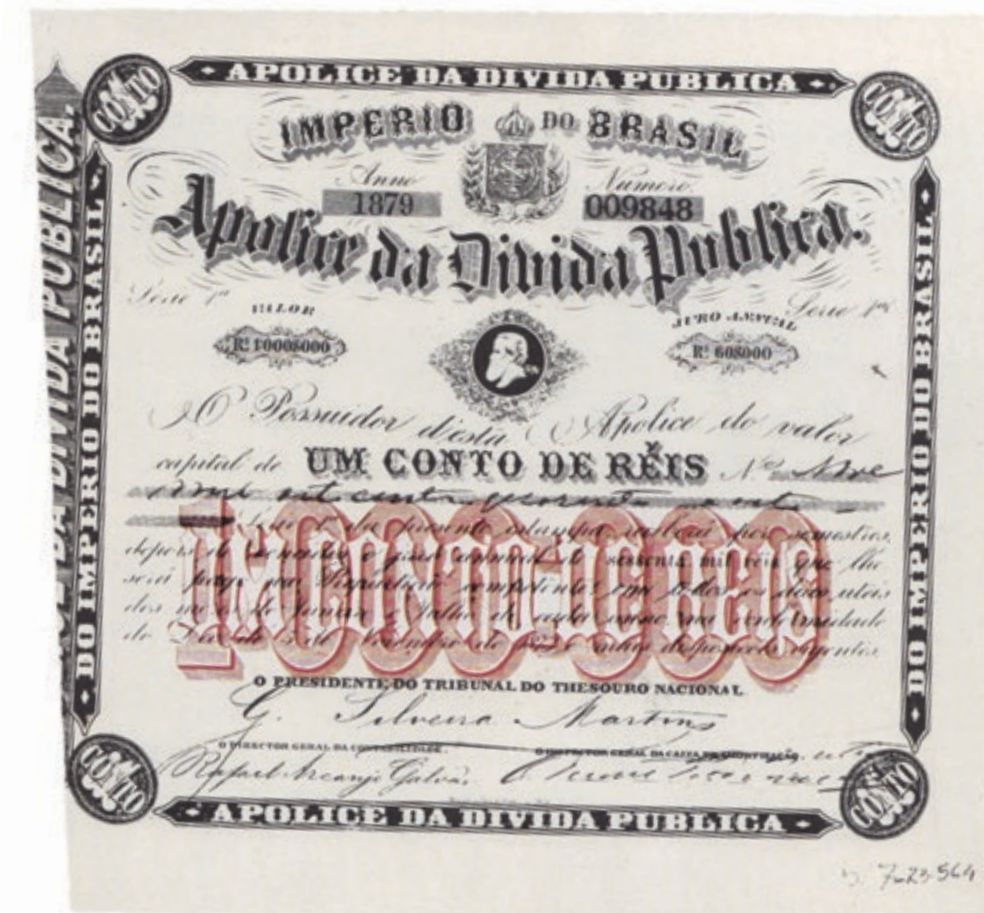
1928 a 1936

Álvaro da Silva Lima Pereira



(1) Saturnino de Sousa e Oliveira era irmão de Aureliano.
(2) Em 1871, José Maria da Silva Paranhos recebeu o título de Visconde do Rio Branco.
(3) José Leopoldo de Bulhões Jardim renunciou ao mandato por motivo de doença.

Lamentavelmente, detalhes que poderiam esclarecer determinadas decisões e as circunstâncias que as motivaram, ficaram perdidos para sempre, reduzidos a pó pelo fogo, pelos insetos e pelo tempo. Dentre as perdas mais significativas podem ser contabilizados os ofícios trocados pela entidade com o Governo e seus principais organismos; a correspondência de sócios ilustres e autoridades em geral; as apólices da Dívida Pública, nas quais a instituição investia quase a totalidade da sua arrecadação; a correspondência interna, fonte preciosa para a análise das deliberações mais específicas; os livros contábeis; e até o retrato a óleo, de corpo inteiro, do fundador, Aureliano Coutinho, instalado no salão nobre da instituição em 28 de julho de 1839, durante o seu segundo mandato como presidente



APÓLICE

A política econômica e financeira da entidade foi durante anos fundamentada nas aplicações em Apólices da Dívida Pública e na receita extraída das loterias



O endereço histórico da Mongeral na época da demolição da Academia Imperial de Belas Artes. À direita, vê-se a sede da entidade, instalada em uma casa de dois andares.

Augusto Malta, Acervo Museu da Imagem e do Som (MIS)

Antes de abrir o tema, vamos lançar um olhar sobre a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro – a Corte, como era chamada a capital do Império brasileiro quando da criação do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado.

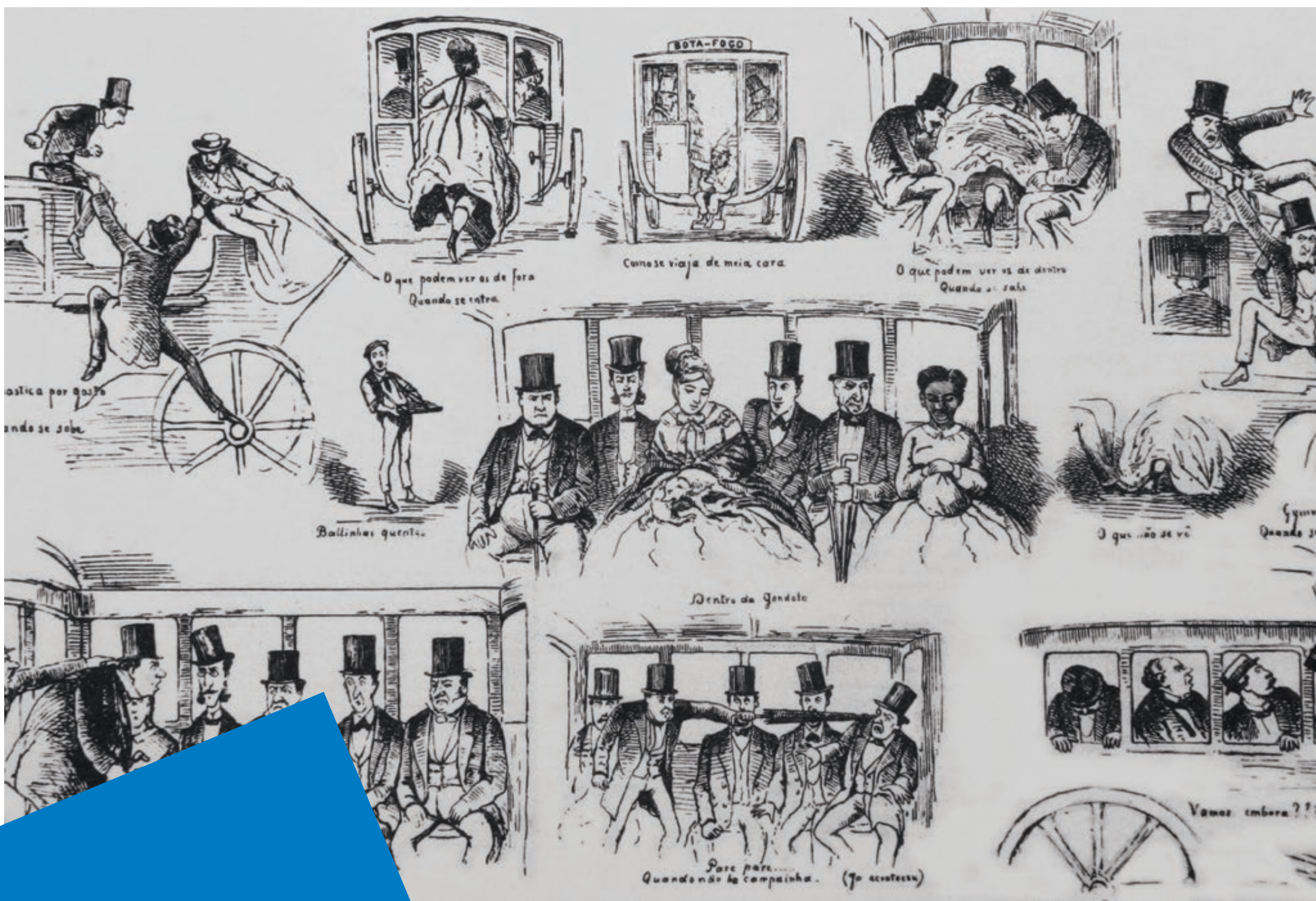
Apesar da imprecisão do censo demográfico de 1834, a população total girava em torno de 100 mil habitantes, dos quais 44 mil, aproximadamente, eram escravos. Os limites do centro urbano iam da Glória até o Campo de Sant’Ana, hoje Praça da República. As demais regiões, como, por exemplo, a Lagoa Rodrigo de Freitas, Botafogo e Flamengo, ao Sul, São Cristóvão – onde se localizava a residência da Família Imperial – e Engenho Velho, ao Norte, eram tidos como zonas rurais, áreas ermas ocupadas por chácaras e pequenos sítios.

Não havia sistema de esgotamento e o recolhimento de dejetos era tarefa de um

contingente de escravos-tigres, que traziam na pele rajada o motivo da alcunha – as marcas provocadas pela amônia das fezes e urina que escorriam das juntas dos barris equilibrados na cabeça, lançadas sem qualquer cuidado nas praias. Também o sistema de iluminação era precário, composto de lampiões alimentados por óleo de baleia. A água doce vinha do Rio da Carioca pelo aqueduto da Lapa para alguns chafarizes espalhados em pontos estratégicos, ou era captada diretamente nos outros rios que cortavam a cidade.

Em sua maioria, as casas do Centro eram térreas e estreitas. De pé direito muito alto, tinham janelas pequenas e portas apertadas. Os poucos sobrados existentes acompanhavam o mesmo estilo. As ruas, igualmente estreitas (cerca de 5,5 metros de largura), mal calçadas, dificultavam a passagem de duas carroças lado a lado e exigiam muita atenção dos transeuntes, tal era a sujeira.





GÔNDOLAS FLUMINENSES

Desajeitados ônibus de tração animal em caricatura de Ângelo Agostini
 Ângelo Agostini, 1868

As gôndolas, desajeitados ônibus de tração animal, serviam como transporte coletivo, disputando espaço com os cavalos, mulas, segas, caleças, carruagens, tálburis, carroças e pequenos carros de carga puxados por escravos.

Em 1840, estavam licenciadas 3.501 casas comerciais; 2.417 pertenciam a brasileiros e 1.084 a estrangeiros. Dentre elas, armazéns de secos e molhados, importadoras e exportadoras, lojas de tecidos e confecções, armarinhos, floristas, alfaiatarias, sapatarias, chapelarias, joalherias, relojarias, perfumarias, cabeleireiros, ourivesarias, lojas de ferragens, tanoeiros, tavernas, depósitos de vinho, açougues, casas de pasto (restaurantes), livrarias, bodegas, farmácias e drogarias, pensões, hotéis, e armadores de enterros.

O Ato Adicional de 1834, consumado por Aureliano Coutinho, transformara a cidade em município neutro, politicamente independente, separada da Província do Rio de Janeiro. Também por sua iniciativa (antes de assumir o posto de ministro, Aureliano fora Intendente Geral de Polícia da Corte, o mesmo que prefeito),

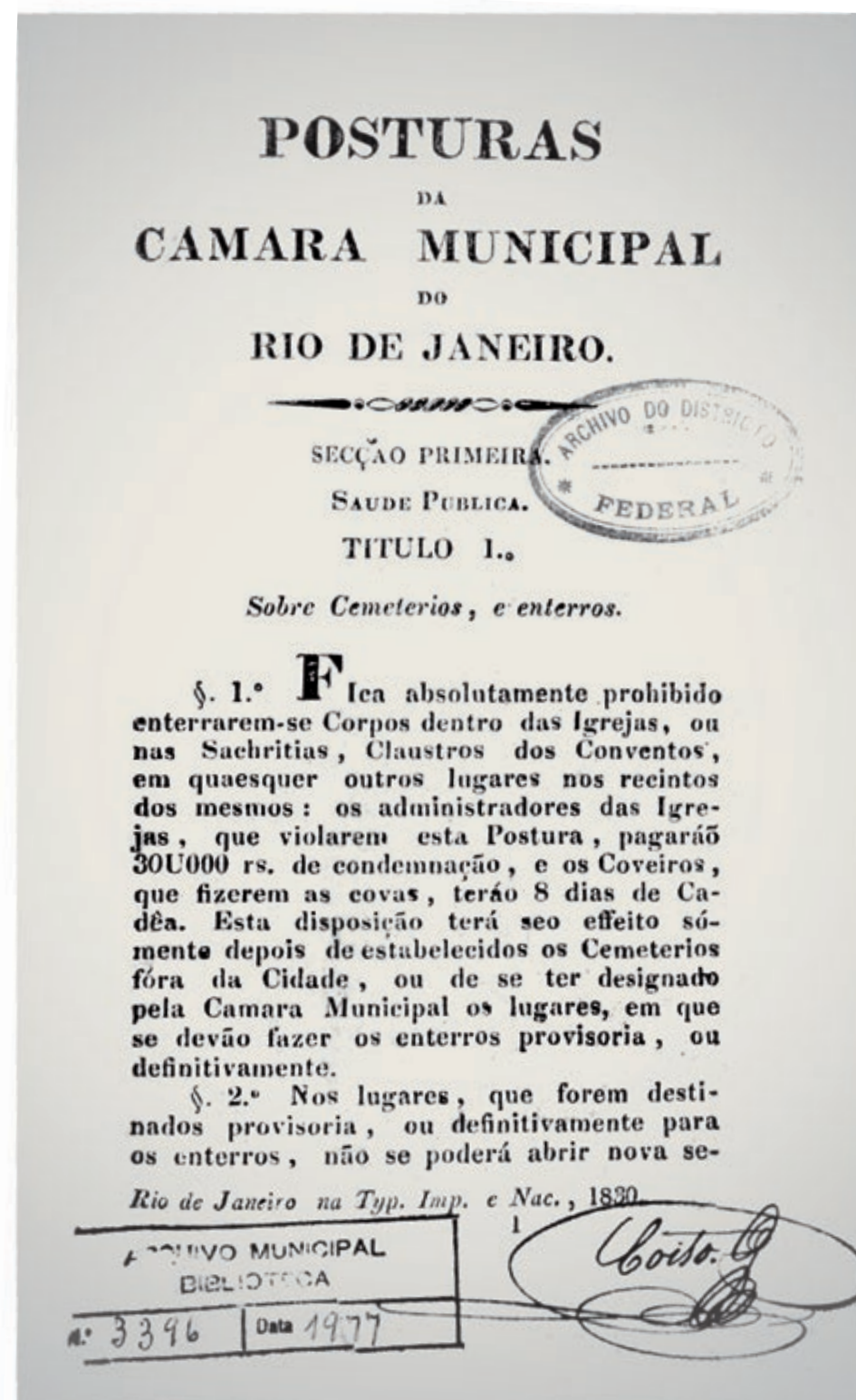
fora publicado o primeiro Código de Posturas Urbanas da cidade e inaugurado o serviço regular de transporte marítimo a vapor entre o Rio e Niterói, em substituição às primitivas faluas, rudimentares embarcações de vela triangular.

ORDEM E PROGRESSO

Nessa metrópole incipiente, o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado começou a funcionar, também de forma precária, mas em pouco tempo experimentou um progresso muito além da expectativa. Com a intervenção do Governo para que o Ministério da Fazenda procedesse ao recebimento de contribuições e pagamentos de benefícios aos participantes do plano de pensão em suas repartições pelo País afora, a instituição eliminou um grande problema de logística e conseguiu, em curtíssimo espaço de tempo, viabilizar uma expansão inimaginável de outra forma.

É improvável que a entidade dispusesse de recursos para estabelecer sucursais em tantos lugares e contratar o número necessário de funcionários para torná-las operantes. Sem essa

medida, sua atuação estaria circunscrita à Corte e à Província do Rio de Janeiro e sua história poderia ter um desfecho que ainda hoje, 180 anos após a fundação, não se descortina. A assinatura do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, Manoel do Nascimento Castro e Silva – que seria presidente da entidade em 1843 –, endossou um dos muitos benefícios recebidos pela instituição, confirmando seus fortes vínculos com a Administração Pública.

**POSTURAS URBANAS**

O primeiro código de Posturas Urbanas da cidade foi publicado por iniciativa de Aureliano Coutinho
Acervo AGCRJ

Contudo, ainda faltava um local para abrigar o comando da entidade, realizar as reuniões de praxe, analisar os pedidos de inscrição que chegavam dos pontos mais longínquos do território nacional e contabilizar o sucesso do empreendimento. Novamente, o recurso foi apelar para o prestígio de seu fundador e a influência de seus demais dirigentes. Graças a eles, em seus primeiros seis anos de funcionamento a entidade foi acolhida no Senado da Câmara, onde se dera sua fundação, nos Ministérios da Justiça e da Fazenda e, por fim, nas dependências da Academia Imperial de Belas Artes – edifício majestoso, projetado pelo talento de Grandjean de Montigni, arquiteto da Missão Francesa contratada por Dom João VI em 1816 para dar à Corte aspectos de cidade europeia.

Hoje, da obra monumental somente resta o magnífico portal trasladado para o Jardim Botânico, e, em seu lugar, na Travessa Belas Artes, um enorme estacionamento de veículos a céu aberto expõe o pouco caso das autoridades pelos monumentos históricos.

Em que pesasse a receptividade dos anfitriões da Academia, o crescimento da instituição

requeria um ambiente exclusivo, destinado aos negócios e ao dia-a-dia, sem obséquios nem licenças – uma casa própria, um lugar que fosse visto como o endereço definitivo da previdência, referência para guiar todos que buscavam um meio de garantir a vida da família no futuro. Íntimo do recém-emancipado imperador do Brasil, Aureliano, então ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros pela segunda vez, e presidente da organização, conseguiu alugar no ano de 1841 um prédio de propriedade do Governo, localizado em frente à Academia Imperial de Belas Artes, pela módica quantia de 192 mil réis anuais. A construção térrea, de pequeno valor em razão da má conservação, foi imediatamente reformada pela instituição. Já instalada em sua sede histórica, a entidade encaminhou ao Governo a segunda modificação de seu plano de pensão e a 13 de março de 1844 era assinado o decreto imperial reproduzido a seguir:

“Tendo a atual diretoria do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado submetido à minha Imperial Aprovação as reformas que, para maior garantia e solidez daquele estabelecimento,

ela, em Mesa Plena, tinha feito ao plano em vigor: Hei por bem que d’ora em diante se observem as alterações que com este baixam, assinadas por Manoel Alves Branco, Conselheiro de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, encarregado interinamente dos da Justiça, que assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em treze de março de mil oitocentos e quarenta e quatro, vigésimo terceiro da Independência e do Império rubrica de Sua Majestade o Imperador. Manoel Alves Branco.”

*A FASE MAIS AGUDA DA CRISE
COMEÇARA COM O EMPENHO
DO GRUPO DOS CARAMURUS
EM RECONDUZIR O PRIMEIRO
IMPERADOR AO PODER
E NEM A SUA MORTE PREMATURA
APLACARA A ÂNSIA DE PODER DOS
RETRÓGRADOS RESTAURADORES*



ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES

Da obra monumental, hoje resta somente o magnífico portal trasladado para o Jardim Botânico

Marc Ferrez, 1891

De fato, a entidade progredia a olhos vistos. Em 1847, o número de inscritos ascendia a 785, e as respectivas pensões anuais a 134 contos de réis. Nessa ocasião, já investira seus recursos em 1.698 títulos da Dívida Pública, no valor total de 1.540 contos de réis.

Em 1854, sob a direção de Francisco de Paula Vasconcellos, a instituição recebeu a posse definitiva do imóvel, em usufruto – ou seja, por força de lei, jamais poderia desfazer-se do prédio. Essa nova benesse do Governo pode ser creditada, ainda outra vez, ao fundador Aureliano Coutinho, que, na condição de senador, convenceu seus pares da Assembleia Geral Legislativa a votarem uma resolução favorável. Para isso, contou com o auxílio inestimável de um ex-adversário político e ex-diretor adjunto do Montepio, Honório Hermeto Carneiro Leão, Visconde de Paraná, então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Conselho de Ministros de Pedro II. A decisão da Assembleia foi transformada em decreto sancionado pelo imperador a 12 de julho do mesmo ano, conforme o texto a seguir.

“Hei por bem sancionar, e mandar que se execute a

resolução seguinte da Assembleia Geral Legislativa.

Art. 1º - Fica concedido ao Montepio Geral dos Servidores do Estado o usufruto do próprio nacional, sito na Travessa Belas Artes, onde atualmente se pagam as pensões do mesmo montepio.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

O Visconde de Paraná, do Meu Conselho, Senador do Império, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretário d’Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Tesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em doze de julho de mil oitocentos cinquenta e quatro, trigésimo terceiro da Independência e do Império. Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador. Visconde de Paraná.”

MEMÓRIAS DE UM INCÊNDIO CRIMINOSO

Outra reforma do edifício da Travessa Belas Artes nº 9 foi realizada a seguir, em 1857, ocasião em que a instituição obteve do Governo autorização para voltar à Academia vizinha durante o correr das obras. Mais tarde, em 1878, sob a presidência

de José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, as instalações foram ampliadas com a construção de um segundo andar, onde passaram a ser localizados os arquivos e o salão de reuniões da diretoria. Inaugurado em 1880, foi justamente este o pavimento mais atingido pelo incêndio de 5 de setembro de 1885, causa da destruição da maior parcela da memória documental da entidade.



HONÓRIO HERMETO CARNEIRO LEÃO

Visconde com honras de grandeza, considerado um dos maiores estadistas do Segundo Reinado, o diplomata fez parte da diretoria da entidade



INCÊNDIO DE 1885

Carro de bombeiro da época do incêndio na sede da organização, quando foi destruída a maior parcela de sua memória documental

Museu do Quartel Central do Corpo de Bombeiros

Segundo o livro de registro de ocorrências do Corpo de Bombeiros da Corte, redigido pelo diretor geral da corporação, Tenente-Coronel João Soares Neiva, o incêndio começou por volta das 20h, momento em que foi dado o alarme pelo bombeiro José Joaquim de Souza, ao avistar um clarão de grandes proporções nas proximidades da Praça da Constituição, atual Tiradentes. Antes de as três bombas a vapor partirem, chegou o soldado do Corpo Militar de Polícia, Antônio de Almeida Henrique, informando o local exato do fogo. O combate às chamas foi difícil em razão das ruas estreitas e da falta de pressão nos encanamentos da região, mas às 21h15 já havia sido debelado, iniciando-se o rescaldo e a perícia que determinaria sua origem e natureza.

O prejuízo material foi estimado em, aproximadamente, 10 contos de réis, e seria coberto integralmente pela entidade, uma vez que o prédio, por ser propriedade do Estado, não estava segurado.

As investigações apuraram que o incêndio fora ateado em três pontos. No térreo, um foco queimara apenas alguns papéis da Tesouraria. No segundo andar, com a fácil combustão do forro do teto e do madeiramento do telhado, os dois focos encontrados provocaram maior estrago. Suspeitou-se imediatamente de uma ação criminosa, o que foi comprovado pelo inquérito policial e pelas evidências levantadas pelo Presidente da instituição, João Lustosa da Cunha, o Visconde de Paranaguá, ex-Ministro da Justiça e da Fazenda.

De fato, o fogo fora provocado pelo escrivão Henrique Wanderley Müller de Campos, capitão do Corpo Militar de Polícia, a serviço da entidade desde 1872, para encobrir o desvio de fundos. Foi então nomeada uma comissão formada pelos Comendadores Carlos Augusto de Sá e Manoel Paulo Vieira Pinto, auxiliados por Miguel de Azevedo Freixo, para proceder à sindicância e avaliar o prejuízo causado. Ao fim dos trabalhos chegou-se à vultosa quantia de 13 contos e 154.786 réis de desfalque, acrescida de prejuízos materiais da ordem de 20

contos e 808.400 réis. O advogado da entidade, Doutor Lopo Diniz Cordeiro, deu início ao processo e o criminoso confesso foi julgado, condenado e encarcerado.

Entretanto, antes de a investigação ser concluída, os jornais sensacionalistas da época lançaram suspeitas contra os dirigentes da instituição. Um desses pasquins, o "Carbonário", publicou a seguinte matéria no dia 11 de setembro:

"Incêndio ou liquidação do Montepio? As gazetas, dando conta do incêndio no Montepio, disseram que, do exame feito foram forçadas a concluir que o incêndio não foi casual, mas não atinaram com o motivo da perversidade, visto ter-se verificado que a burra não sofrera a menor violência. A princípio fica-se assim em dúvida. Sim, porque, o incendiário só poderia ser um malvado ou um gatuno, e desde que não roubou... Porém, lembrando-se a gente do novo método de liquidação, tão em moda no tempo em que o Carvalho circunscrevia o fogo com as suas bombas, facilmente se atina com a razão da coisa, desde que, não sendo um gatuno porque não roubou, também não foi um simples malvado,

que não podia lá ter entrado fora das horas do expediente. Quem ateou o fogo (segundo a conclusão forçada) teve o tempo e a cautela de lançá-lo em dois lugares, para ter mais certeza de bom êxito, e por isso lançou fogo ao pé da burra da tesouraria, e no assoalho do sobrado, onde não tinha chegado, nem talvez chegasse o outro. Considerando que as coisas andam bicudas, e custa muito viver honradamente, só com o produto minguado do trabalho; que o feijão e a carne seca estão por hora da morte, e que o Lirico aí está a pedir dinheiro, não sendo bonito que pessoas de certa ordem deixem de ter lá o seu camarote onde a mulher e as filhas vão fazer exposição de custosas toilettes e ricas jóias, que se não obtêm com palavras, e sim com bom sonante; que o dinheiro não é moleque de ninguém, e não é santo quem com ele lida a toda hora, tendo suas necessidades; que os casos de peculato se sucedem tão miudamente que já não é permitido admirar-se; somos forçados a concluir... Mas, o melhor é não concluir coisa



O BILONTRA

A peça é considerada, hoje, um marco do teatro de revista no Brasil

alguma para não errar, e, visto que nada se nos dizem do resultado do exame, perguntar aos examinadores: Não encontraram alguma matéria oleosa ou resinosa para alentar o fogo? Depois do exame dos cofres examinaram também a escrita, para ver em que estado se acha? Afinal, o incêndio pode não ter tido por móvel praticar um roubo, mas encobrir algum desfalque. E que muito será que assim aconteça, quando para tal fim bem recentemente foi simulado um roubo?! Por aí é que devem examinar a história, e se não conseguimos que se elucide o público, falaremos nós o que se nos informa a respeito. Teremos um novo roubo do Consulado. É o que vamos ver.”

O “Carbonário” circulou de 1881 a 1890 e acredita-se na sua ligação com a Maçonaria e clubes abolicionistas. Devido à sua linha sensacionalista, não aceitava assinaturas nem revelava os nomes de seus redatores.

O incêndio também serviu de mote para a peça de teatro de revista “O Bilontra”, de grande sucesso na época, com mais de 100 apresentações. Escrita por Artur Azevedo e Moreira Sampaio, estreou no Teatro Lucinda em fins de janeiro de 1886, ano em que o déficit público foi superior a 18 mil contos de réis e o Governo perdia credibilidade. “O Bilontra” é considerado, hoje, um marco do teatro de revista no Brasil.

Apesar de todas as dificuldades, a entidade não interrompeu suas atividades um dia sequer, pagando pontualmente todas as pensões. No entanto, os documentos contábeis do período de 1881 a 1883 haviam sido destruídos e, conforme os estatutos, o tesoureiro Regulo Gallo Muniz Valdetaro teve de hipotecar um prédio de sua propriedade como garantia da fiança de praxe, até que a comissão de averiguação desse por encerrado o trabalho de recuperação das contas.



SEDE CENTENÁRIA

Desenho que reproduz a fachada original da sede da entidade na travessa das Belas Artes em 1880

Regulo veio a falecer em 1888, antes do final da apuração, e sua família viu-se em dificuldades financeiras, tendo solicitado a intervenção do presidente para apressar o processo. Em virtude da idoneidade do ex-tesoureiro, João Lustosa da Cunha não esperou pela conclusão da comissão e resolveu decretar a liquidação da responsabilidade de Regulo Valdetaro, liberando o seu imóvel imediatamente.

Reconstruída a sede histórica, reformada ainda algumas vezes, continuou dando abrigo à instituição por muitos anos até que, nos anos 30, a possibilidade de retomada do imóvel pelo Governo Federal levou a diretoria a decidir-se pela construção de um novo edifício.

ATUALIDADE

Fachada da sede na Travessa Belas Artes, 15, registrada em 2009



Suntuoso prédio foi erguido na Avenida Graça Aranha, recebendo o nome de “Montepio”, ao ser inaugurado em 1939. Todavia, a ratificação da posse da velha sede interrompeu os planos de mudança por mais alguns anos. O arranha-céu da Graça Aranha foi alugado e, somente muito mais tarde, veio a ser utilizado para acolher o departamento de vendas da instituição.

Nos anos 50, depois de um incêndio sem maiores consequências, a diretoria decidiu construir outro edifício, desta vez na Rua da Quitanda, centro financeiro do Rio de Janeiro. Concluído em 1953, batizou-o com o nome de seu fundador, transferindo-se para lá em seguida. A sede histórica da Travessa Belas Artes, bastante comprometida pela ação do tempo, foi demolida mais tarde e, em seu lugar, erguido um amplo prédio de nove pavimentos, onde a instituição instalou sua empresa de informática, a Mondados Serviços de Informática Ltda.

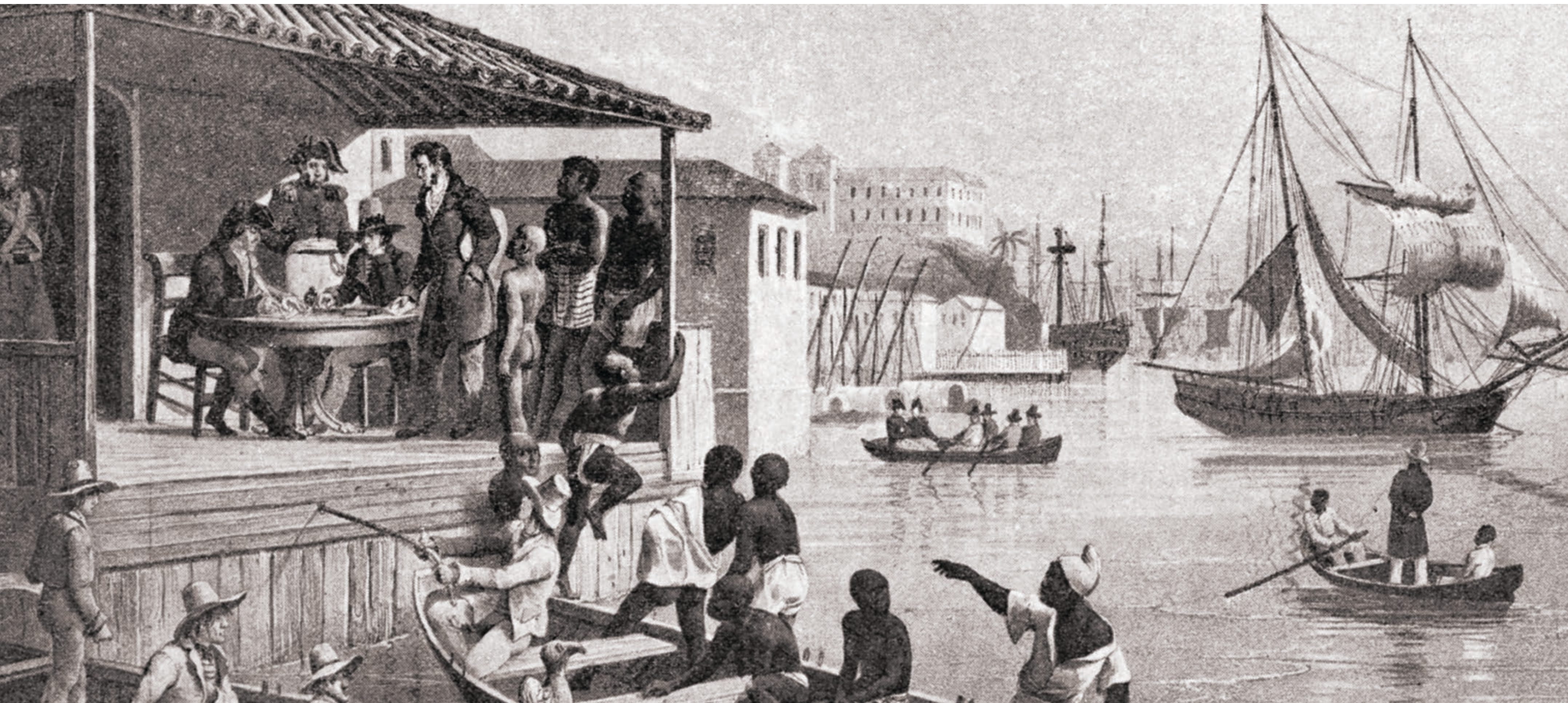
Em 1996, resgatando seu passado de tradição, a então rebatizada Mongeral Previdência



Privada retornou ao local de origem que, de certa forma, nunca chegou a ser abandonado. Assim, a empresa de previdência mais antiga do Brasil é, também, a que por mais tempo mantém-se no mesmo endereço: 174 anos.

AV. GRAÇA ARANHA

Imagem atual do suntuoso prédio erguido pelo Montepio nos anos 30



Desembarque de escravos no Rio de Janeiro, em 1830.

Débarquement, c.1830, Johann Moritz Rugendas

Os anos 40 do século 19 começaram com a declaração de maioria de Dom Pedro, então com 14 anos, 7 meses e 21 dias de idade, uma estratégia de mestre de Aureliano Coutinho e seus companheiros do Partido Liberal – dentre os quais os irmãos Andrada, convertidos em aliados – para manter a unidade nacional e sepultar as aspirações dos conservadores. Um ano depois, com a sagração e coroação do imperador, teve início o Segundo Reinado, período de governo que se estenderia por 48 anos, o mais longo da história do País.

Apesar de ter servido de ambiente para iniciativas pioneiras – como a emissão dos primeiros selos postais brasileiros (a segunda no mundo, com os famosos “olhos de boi” de 30, 60 e 90 réis),

a fundação do Instituto da Ordem dos Advogados e a instituição da Bolsa de Valores – a década registrou mais duas revoltas liberais, em São Paulo e Minas Gerais, e o fim da mais longa guerra civil da história do País, a Revolução Farroupilha. Também foi marcada pela chegada dos primeiros trabalhadores livres, colonos alemães que vieram povoar a recém-criada cidade de Petrópolis. A vinda dos colonos e a fundação de Petrópolis foram duas iniciativas a mais na extensa lista de realizações de Aureliano Coutinho, dessa vez na condição de presidente – mesmo que governador – da província do Rio de Janeiro.

A fotografia chegou ao Brasil nessa época, precisamente em dezesseis de janeiro de 1840, pelas mãos do padre Louis

Comte, capelão da corveta-escola francesa Oriental, que aportou de passagem pelo Rio de Janeiro. O primeiro daguerreótipo (processo feito sem imagem negativa) em solo brasileiro foi assim noticiado pela imprensa:

‘É preciso ter visto a coisa com os seus próprios olhos para se fazer idéia da rapidez e do resultado da operação. Em menos de nove minutos, o chafariz do Largo do Paço, a Praça do Peixe, e todos os objetos circunstantes se achavam reproduzidos com tal fidelidade, precisão e minúcia, que bem se via que a coisa tinha sido feita pela mão da natureza e quase sem a intervenção do artista’. (trecho do Jornal do Commercio de 17/01/1840).

DOM PEDRO II

O segundo Imperador do Brasil sucedeu ao seu pai, que abdicara em seu favor para retomar a coroa de Portugal

Félix Emile Taunay (1835), um dos primeiros participantes do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado





OS PRIMEIROS SELOS POSTAIS

Os famosos “olhos de boi” de 30, 60 e 90 réis compuseram a primeira emissão de selos no Brasil e a segunda no mundo

Outro acontecimento de importância na história da humanidade teve lugar no Brasil da década de 1840. O arqueólogo dinamarquês Peter Wilhelm Lund (1801-1880), que fixara residência em Lagoa Santa, Minas Gerais, descobriu nas cavernas da região mais de 12 mil fósseis, que permitiram escrever a história do período pleistoceno brasileiro – o mais recente na escala geológica –, numa época em que o passado tropical era quase desconhecido pela ciência. Por volta de 1843, Lund descobriu também ossadas do chamado

‘Homem de Lagoa Santa’, que puseram em xeque uma série de pressupostos aceitos pela então incipiente paleontologia, fornecendo subsídios consistentes à teoria da evolução, que Charles Darwin publicaria dezesseis anos mais tarde.

Após normalizar as relações com a França, estremecidas pelas questões de fronteira com a Guiana Francesa, e de colocar um termo no acordo leonino que concedia privilégios tarifários absurdos aos produtos comercializados pelos ingleses, o Brasil suportava uma formidável pressão para acabar com o abominável tráfico de escravos. Em 1845, o Parlamento britânico aprovou a Lei Aberdeen, dando plenos poderes à sua Armada para perseguir e aprisionar em qualquer ponto do Atlântico os navios negreiros, também chamados de “tumbeiros”, devido à grande quantidade de mortes ocorridas durante as viagens.



LEI PARA INGLÊS VER

Apesar da extinção do tráfico de escravos pela Lei Eusébio de Queiroz, a prática continuou de maneira dissimulada *Mercado de escravos no Rio de Janeiro, Jean-Baptiste Debret*



OS PRIMEIROS TRABALHADORES LIVRES

Vista de Petrópolis na época em
que os colonos alemães povoaram
a cidade

Sabatier sobre fotografia de
Victor Frond, 1858-59

O tráfico recebia um golpe mortal, mas agonizaria ainda por alguns anos e nem mesmo com a extinção prevista na Lei Eusébio de Queiroz – outro célebre dirigente da entidade – cessou de vez, continuando de maneira dissimulada, o que levaria o povo a cunhar a expressão “lei para inglês ver”.

Nesse período ainda conturbado, mas de pouca contestação à Monarquia, Aureliano voltou a ocupar um lugar privilegiado na cena política, como ministro dos Negócios Estrangeiros por duas vezes, presidente da província mais rica do País, o Rio de Janeiro, e senador. Sua influência como principal conselheiro do imperador somente cessou com a instituição do Parlamentarismo, em 1847, com o governo sendo exercido pelo ministério, baseado na maioria parlamentar. O novo sistema trouxe a reboque o cargo de presidente do Conselho de Ministros. Indicado pelo imperador, teoricamente seria o principal organizador do ministério e o responsável direto pelo Poder Executivo. No entanto, na

prática, as decisões continuaram a pertencer a Dom Pedro que, a qualquer momento, poderia dissolver a Câmara e convocar novas eleições.

ÉTICA E PIONEIRISMO

Em 1848, a tranquilidade do País foi mais uma vez afetada. eclodiu em Pernambuco a Praieira, última revolta do Império, fomentada pelos setores radicais do Partido Liberal, reunidos em torno do jornal “Diário Novo”, na Rua da Praia, no Recife. Contrários à destituição do Presidente da Província, Antonio Chimorro da Gama, opositor dos conservadores, representados pela aristocracia e burguesia local, os praieiros chegaram a atacar Recife com mais de 2,5 mil combatentes, sendo esmagados impiedosamente pelo novo mandatário de Pernambuco, Manuel Vieira Tosta, Barão de Muritiba, que viria a presidir o Montepio Geral de Economia no período de 1859 a 1861.



MANUEL VIEIRA TOSTA

O Barão de Muritiba presidiu a organização no período de 1859 a 1861

Para a instituição, os anos 40 do século 19 foram extremamente importantes, seja pela consolidação da sua proposta previdenciária, com a crescente adesão ao plano de pensão, seja pelo evidente acerto na condução de sua política econômica e financeira, fundamentada nas aplicações em Apólices da Dívida Pública e na receita extraída das loterias. As carências de infraestrutura foram satisfatoriamente contornadas com o aluguel da sede e a boa vontade dos funcionários das repartições do Ministério da Fazenda nas províncias, utilizados no encaminhamento de pedidos de inscrição, no recebimento de contribuições e pagamento de benefícios. Problemas eventuais, surgidos principalmente das precárias condições de comunicação e da vasta extensão do território brasileiro, eram resolvidos com criatividade, como no caso de um participante da longínqua Província do Pará que, receoso de perder a inscrição por falta de pagamentos, enviou à instituição,

em depósito, uma Apólice da Dívida Pública, cujos juros anuais representavam o exato valor da contribuição devida.

Contudo, o episódio mais significativo daquela época, que fez da entidade a protagonista de mais um ato de pioneirismo na história da previdência brasileira, foi surpreendentemente provocado pela ação criminosa de um dos seus ex-diretores. Corria o ano de 1849 quando Manoel Moreira Lírio da Silva Carneiro, sócio participante e tesoureiro da entidade desde a sua fundação até 1844, foi preso, demitido do cargo de funcionário do Tesouro Nacional, e condenado a 12 anos de prisão com trabalho forçado, pena motivada pelo crime de desfalque por ele cometido nos cofres do órgão do Ministério da Fazenda.

O natural constrangimento da diretoria da organização, frente ao desvio de conduta de um de seus ex-integrantes, não suplantou o dever de amparar a família de um dos sócios participantes de seu Plano de Pensão. Dirigida

pelo conselheiro de Estado Saturnino de Sousa e Oliveira, ex-Ministro dos Estrangeiros e da Justiça, e irmão de Aureliano Coutinho, a instituição seguiu à risca o que prescrevia o artigo 17 da segunda versão do Plano de Pensão, aprovada pelo Governo em 1836, e salvou da miséria Maria Isabel de Araújo Vilella Lírio e Maria Carlotta, respectivamente, mulher e filha de Manoel Lírio, enquanto ele esteve recolhido ao cárcere insalubre do presídio da ilha de Villegagnon, na Baía de Guanabara, configurando o primeiro auxílio-reclusão da história do Brasil, concedido 100 anos antes de instituído oficialmente pela Previdência Social.

Para que se tenha a exata dimensão dessa decisão, é necessário reproduzir integralmente o texto dos artigos 16 e 17 do Plano, preceitos que, ainda hoje, impressionam pelo valor social muito à frente de sua época de origem:

“Artigo 16 – O (empregado público) que for sentenciado a

perdimento do emprego, com inabilitação de poder ser mais empregado, quer a esta pena acompanhe ou não a de prisão simples, ou com trabalho por menos de cinco anos, gozará a sua família da metade da pensão que lhe competiria, se o empregado tivesse falecido naturalmente, com a dedução de dois e meio por cento a benefício do montepio.

Artigo 17 – Se, porém, for sentenciado, além da perda de emprego e inabilidade para outro, à prisão com trabalho ou degredo por cinco anos inclusive, e daí para cima, será reputado como morto naturalmente, e a sua família gozará da pensão por inteiro com a dedução de cinco por cento”.

Mesmo prevista em regulamento, a decisão pioneira da Mesa Plena (assembleia de todos os diretores) foi submetida previamente e aprovada pelo Governo, o que remete mais uma vez à questão do caráter praticamente oficial da entidade.



EVOLUÇÃO DA MOEDA 1834-1848

Começaram a circular as moedas de prata da série dos cruzados, nos valores de 1.200, 800, 400, 200 e 100 réis.

ALMANAK

ADMINISTRATIVO

MERCANTIL E INDUSTRIAL

DA CORTE E PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO

PARA O ANNO DE

1851

ORGANISADO E REDIGIDO

POR

Eduardo Laemmert

Consul de Sua Alteza Real o Grão-Duque de Baden,
Cavalleiro da Imperial Ordem da Rosa
e da Real Ordem Portuguesa de Nosso Senhor Jesus Christo,
Membro Correspondente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

OITAVO ANNO

(SEGUNDA SERIE III)



RIO DE JANEIRO

EM CASA DOS EDITORES-PROPRIETARIOS

EDUARDO E HENRIQUE LAEMMERT

RUA DA QUITANDA N.º 77

1851

ALMANAQUE DA EDITORA LAEMMERT

A obra, que circulou até o início do século 20, reunia dados sobre todos os órgãos da Administração Pública

Os anos 40 do século 19 forneceram mais um precioso indício da relação estreita da organização com o Governo imperial. Por iniciativa dos irmãos Eduardo e Henrique Laemmert, representantes de famosa editora francesa radicados na Corte do Rio de Janeiro, foi publicado pela primeira vez, em 1844, o “Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro”, obra que circulou até o início do século 20, reunindo dados consistentes e pormenorizados sobre todos os órgãos da Administração Pública, incluindo nomes, cargos e até mesmo endereços de seus componentes. Excepcional fonte de informações para todos os pesquisadores e estudiosos da história, o almanaque da Editora Laemmert insere, em seu número inaugural, o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado como parte integrante do Ministério da Fazenda, situando-o na página 164, logo após a Casa da Moeda e imediatamente antes da Caixa Econômica. Essa disposição permaneceria inalterada até 1862 quando a instituição passou a ser inscrita como repartição do Ministério dos

Negócios do Império.

Ainda na primeira edição do almanaque, na página 156, no capítulo referente à Tesouraria Geral do Tesouro, pode ser encontrado o nome de Manoel Moreira Lírio da Silva Carneiro, principal personagem do pagamento do primeiro auxílio-reclusão brasileiro, então morador da Rua dos Ciganos (atual da Constituição), como titular da Tesouraria dos Ordenados, na época o órgão responsável por todos os pagamentos ao funcionalismo público.

O ALMANAQUE DA EDITORA LAEMMERT INSERE, EM SEU NÚMERO INAUGURAL, O MONTEPIO GERAL DE ECONOMIA DOS SERVIDORES DO ESTADO COMO PARTE INTEGRANTE DO MINISTÉRIO DA FAZENDA



Ruínas da casa de recolhimento de Itaipu, onde nasceu Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho.

Pedro Colares da Silva Heringer, 2009

“Sempre me tem dominado o pensamento de ser útil ao meu País: na passagem rápida por este mundo entendo que é dever de todo homem fazer alguma coisa de bom à humanidade em geral, ou ao menos aos homens que nasceram na mesma terra que nós, ou que nela vivem conosco”.

(trecho dos apontamentos biográficos de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, recolhidos por seu cunhado, Francisco Leitão de Almeida).

O período da vida pública brasileira que transcorreu entre 1830 e 1848 colocou em evidência no primeiro plano da cena política nacional a figura de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, não somente pelas posições que então ocupava na cúpula administrativa do País, como também pela natureza peculiar de seu caráter e comportamento renovador. Aquele período abrangeu a abdicação de D. Pedro I, em 1831; a crise da minoridade de seu filho e natural sucessor, Dom Pedro de Alcântara, com as Regências; a fase aguda que envolveu a Maioridade, em 1840; e a introdução de um parlamentarismo teórico, com a implantação do Conselho de Ministros em 1847.

Nascido em 21 de julho de 1800 na casa de recolhimento de Itaipu, freguesia pertencente à Vila Real da Praia Grande – que, a partir de março de 1835, passou a denominar-se oficialmente cidade de Nichteroy – foi o primogênito do Coronel do Corpo Imperial de Engenheiros Aureliano de Sousa e Oliveira e de Francisca Flávia Proença Coutinho.

AURELIANO DE SOUSA E OLIVEIRA COUTINHO

Doutor em Ciências Jurídicas, foi nomeado por Dom Pedro I para os cargos de Juiz de Fora e Ouvidor em São João Del Rei e Ouro Preto





UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Em 1825, Aureliano retornou de Portugal com o diploma de doutor em Ciências Jurídicas e Sociais, título que lhe abriu as portas para a carreira pública

Recebeu uma educação esmerada, primeiro no Seminário São José, então um dos melhores colégios do Rio de Janeiro, depois na Academia Militar, onde conquistou o prêmio de melhor aluno por dois anos seguidos. Não desejando seguir a carreira das armas, obteve uma módica pensão de D. João VI para cursar a cadeira de Ciências Naturais em Coimbra, concedida como prêmio aos excelentes serviços prestados pelo pai.

Chegou a Portugal no ano de 1820 e, mudando de ideia, matriculou-se no curso de Ciências Jurídicas e Sociais. Em fins de 1825, regressou com o diploma de doutor, conferido por uma das mais renomadas universidades da Europa, título que lhe abriu as portas para a carreira pública. Imediatamente, foi nomeado por Dom Pedro I para os cargos de Juiz de Fora e Ouvidor em São João Del Rei e Ouro Preto, respectivamente. Em terras mineiras, foi também Provedor da Santa Casa da Misericórdia e fundador da primeira biblioteca pública da região. Casou-se em 1829 com Adelaide Guilhermina de Castro Rosa, filha

de abastado comerciante local. Os bons frutos do trabalho realizado por Aureliano revelaram-se em sua volta à Corte: candidatando-se pelo Partido Liberal, foi eleito deputado geral por Minas Gerais na segunda legislatura do Império, de 1830 a 1833.

Devido ao seu equilíbrio – extraordinário bom senso com que tratava os assuntos mais delicados, sem abrir mão da firmeza quando se via obrigado a tomar atitudes mais rigorosas ou audaciosas – Aureliano conquistou a simpatia dos deputados do chamado grupo dos moderados, que o indicaram ao cargo de presidente da Província de São Paulo, que estava mergulhada na efervescência causada pelo assassinato do jornalista João Libero Badaró. Inteligente, culto, maneiroso e essencialmente político, ali permaneceu por apenas três meses, mas criou vínculos fortes com o Padre Antônio Diogo Feijó, futuro regente.

Mais uma vez de volta ao Rio de Janeiro, foi nomeado juiz de Órfãos e intendente geral da Polícia do Rio de Janeiro – o mesmo que prefeito da Corte



CARREIRA PÚBLICA

Em Minas Gerais, Aureliano foi provedor da Santa Casa de Misericórdia
s.a, s.d, Arquivo Público Mineiro



SÃO JOÃO DEL REI

Vista da cidade mineira onde Aureliano foi nomeado ouvidor por D. Pedro I s.a, 1880-1890, Arquivo Público Mineiro

– tornando-se, assim, o principal auxiliar do amigo e então Ministro da Justiça Diogo Feijó. Mostrou-se nessa ocasião um severo aplicador da lei, reprimindo os motins e as agitações populares que tumultuavam a cidade, combatendo o derrame de moeda falsa e a criminalidade e, como administrador atento ao progresso, publicando o seu primeiro Código de Posturas Urbanas e implantando o serviço de transporte marítimo a vapor que passou a ligá-la à Vila de Praia Grande.

Na sequência, Aureliano viria a ser Ministro do Império, dos Estrangeiros e da Justiça, a serviço da Regência. Acumulando as duas últimas pastas, promulgou o ato adicional de 1834 à Constituição de 1824, que transformou a Corte em município neutro e ampliou a autonomia das províncias. Também desempenhou papel preponderante no movimento que destituiu José Bonifácio de Andrada e Silva do posto de tutor do futuro monarca, prendendo-o na Ilha de Paquetá. Curiosamente, ao enviuar, viria a casar-se novamente, em 1844, com Narcisa Emília de Andrada Vandelli, neta de José Bonifácio.

Auxiliado pelo irmão Saturnino, membro da Sociedade de Defesa da Liberdade e Independência Nacional, e pelo amigo Paulo Barbosa, ambos redatores do jornal liberal “A Verdade”, Aureliano fundou na chácara deste último, vizinha ao Paço de São Cristóvão, o Clube da Joana, grupo de extraordinária influência nos assuntos palacianos, também conhecido como Facção Áulica. Assim, nomeou o próprio Paulo Barbosa para o cargo de Mordomo da Casa Imperial, bem como efetivou como novo tutor Manoel Ignácio Souto Maior Pinto Coelho, Marquês de Itanhaém, e indicou pessoalmente os educadores de Dom Pedro, com o cuidado de cercá-lo de pessoas dignas, talentosas e competentes, mas ao mesmo tempo comprometidas com o ideal político que ele, Aureliano, professava.

UM DIPLOMATA, UM HOMEM DE AÇÃO

Segundo o historiador Heitor Lyra, “Aureliano era um dos homens mais maneirosos do seu tempo. Inteligente e bem falante,

dotado de uma cultura variada, de um mundanismo insinuante, tinha, de fato, todos os predicados para vencer. A elasticidade de seu espírito, aliada a um temperamento cordial e otimista, o predispunham a enfrentar as mais difíceis situações”.

Araújo Porto Alegre, Barão de Santo Ângelo, que o conhecia de perto, elogiava seus recursos de sociabilidade no trato de assuntos delicados: “Para obstar a discussão de interesses ou recriminações individuais, começou a fazer reuniões periódicas em sua casa, onde a presença do belo sexo desarmava os pugilatos políticos, onde a dança e a harmonia consorciavam almas que se haviam amado e desquitado por opiniões políticas. Foi num desses saraus que pela primeira vez apareceram os sorvetes e os magníficos exemplos de sua urbanidade e gentileza diluíram muitos ódios, aplacaram muitas raivas e acalmaram muitos ressentimentos”.



SATURNINO DE SOUSA E OLIVEIRA

Irmão de Aureliano, era membro da Sociedade de Defesa da Liberdade e Independência Nacional



BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELOS

O mais feroz inimigo e detrator de Aureliano, reconheceria no fim da vida sua importância como estadista

Como administrador, assevera o historiador Hélio Vianna, “foi dos mais notáveis que teve o Brasil monárquico”. Para Joaquim Nabuco, “possuía um número de qualidades e dotes políticos que raramente se encontram juntos: era um administrador, um diplomata, um homem de ação, um observador”.

Depois de sustentar durante algum tempo uma luta surda contra Bernardo Pereira de Vasconcelos, seu mais feroz inimigo e detrator, Aureliano renunciou aos dois ministérios em 17 de janeiro de 1835, sete dias após aprovar o plano do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, voltando à Magistratura no cargo de desembargador do Tribunal da Relação.

Já no final dos anos 30 do século 19, foi reeleito deputado geral pela província do Rio de Janeiro e, ao aderir à campanha pela maioridade de Dom Pedro, juntamente

com os irmãos Andrada – Antônio Carlos e Martim Francisco (seus adversários) –, abandonou o Partido Liberal e tornou-se um político independente até o final de sua vida pública.

Com a formação do Gabinete da Maioridade, em 1840, Aureliano foi convidado pelos adversários para assumir a pasta dos Estrangeiros, como estratégia para aproximá-los de Dom Pedro II. Menos de um ano depois, em março de 1841, o ministério foi dissolvido, ensejando a desdita política dos Andradas e seus seguidores. Apenas Aureliano salvou-se para conservar na organização ministerial seguinte o posto de ministro dos Negócios Estrangeiros.

Em 1842, Aureliano foi nomeado por Dom Pedro II senador vitalício do Império por Alagoas, ocupando a vaga aberta com a morte do Marquês de Barbacena. Dois anos mais tarde, ao

deixar o posto de ministro dos Estrangeiros, assumiu a presidência da Província do Rio de Janeiro, permanecendo no cargo até 1848. Durante essa fase de vida não havia quem lhe fizesse sombra no Paço. Participava de importantes decisões governamentais, o que lhe custou violentos ataques de seus inimigos políticos. Dentre eles, o mais ferrenho, como sempre, foi Bernardo Pereira de Vasconcelos, que o atacava incessantemente no jornal “Sete de Abril”, por acreditar ter sido Aureliano o responsável pelo veto ao seu nome na lista tríplice para senador por Minas Gerais – apesar de, na época, só contar 39 anos e a Constituição do Império exigir a idade mínima de 40 anos para ocupar o cargo.

Da imensa lista de realizações de Aureliano Coutinho como administrador, podem ser extraídas algumas que bem representam seu espírito de homem público, político renovador e empreendedor visionário. Como ministro do Império estimulou a evolução das letras e das belas artes, instituindo concursos e prêmios para os alunos que se destacassem na Academia Imperial e subvencionando companhias

teatrais e jovens talentos literários. Como ministro da Justiça regulamentou a legislação sobre a infância e criou mecanismos para sua proteção. Promulgou o Ato Adicional à Constituição de 1824, transformando a Corte em Município Neutro, e fundou a Casa de Correção, primeiro presídio do gênero no país, que deu origem ao Complexo Penitenciário da Frei Caneca, recentemente implodido.

Ainda no Rio de Janeiro, estabeleceu as primeiras linhas de transporte público de tração animal; criou o bairro da Glória; implantou a navegação a vapor na baía de Guanabara; remodelou o Largo da Carioca, construindo o monumental chafariz que abastecia boa parte do Centro; e participou da fundação da Associação Comercial. Criou o Monte de Socorro e plantou a semente da Caixa Econômica. Providenciou a restauração da Guarda Nacional, regulamentou a navegação costeira e fluvial e atacou o problema da seca nordestina, elaborando um projeto de irrigação de terras no Ceará, com o desvio de um braço do rio São Francisco que rasgaria a Serra de Borborema. Até hoje o projeto polêmico não foi concluído.

Como ministro dos Estrangeiros, reestruturou e ampliou a então minúscula Secretaria de Estado; regulamentou as atividades das legações diplomáticas no Exterior; conduziu com maestria a delicada questão das comissões mistas brasileiras e portuguesas; resolveu o grave problema das presas navais feitas quando do bloqueio de Buenos Aires, então ainda pendente; reformou os contratos comerciais com a Inglaterra; redefiniu acordos de limites territoriais com as Guianas; negociou o casamento das duas princesas e o do imperador com a princesa Tereza Cristina de Bourbon.



PIONEIRO

Aureliano criou o Monte de Socorro e também plantou a semente da Caixa Econômica Federal

Como presidente da Província do Rio de Janeiro, participou de forma efetiva na fundação e colonização de Petrópolis; contratou os primeiros colonos alemães a se radicarem em solo nacional, dando impulso ao trabalho livre; desenvolveu o projeto e iniciou a construção do canal Campos-Macaé, via de escoamento da produção de açúcar e café da região; reformou o ensino fundamental; e reorganizou as finanças públicas. Como humanitário e empreendedor de visão futurista, deu feições à previdência social no Brasil, criando o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado.

Títulos não faltaram a Aureliano: Fidalgo da Casa Imperial; Gentil Homem da Imperial Câmara;



PRESÍDIO

Aureliano fundou a Casa de Correção da Corte, depois Complexo Penitenciário da Frei Caneca, implodido em março de 2010

COMO MINISTRO DOS ESTRANGEIROS, AURELIANO REESTRUTUROU E AMPLIOU A ENTÃO MINÚSCULA SECRETARIA DE ESTADO E CONDUZIU COM MAESTRIA A DELICADA QUESTÃO DAS COMISSÕES MISTAS BRASILEIRAS E PORTUGUESAS



CHAFARIZ

Aureliano remodelou o Largo da Carioca, construindo o grande aguadouro que abastecia boa parte do Centro. Na foto, vê-se o Chafariz ao fundo

Grande do Império; Cavaleiro das Imperiais Ordens de Cristo e da Rosa, da Ordem de Malta e de São João de Jerusalém; Dignitário da Ordem do Cruzeiro; da Grã-Cruz da Ordem Real de Leopoldo I da Bélgica; de N. Sr^a da Conceição de Vila Viçosa de Portugal; da Real Ordem de Fernando de Nápoles; da Ordem de Carlos III de Espanha; da ordem de Alexandre Nevsky, e da Ordem dos Quatro Imperadores da Rússia.

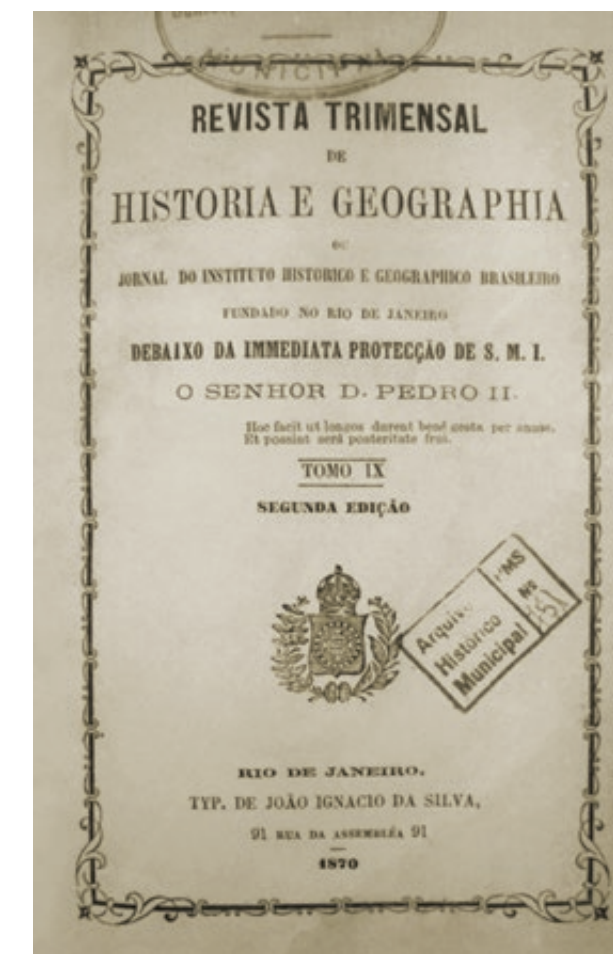
Aureliano foi ainda vice-presidente e um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; membro honorífico da Sociedade Etnológica de Paris; da Sociedade Arqueológica de Bruxelas; e da Real Associação das Ciências, Letras e Artes da Antuérpia, dentre muitas outras sociedades literárias e científicas nacionais e estrangeiras. Maçom no grau 33, foi Soberano e Grande Comendador de Honra do Supremo Conselho Maçônico em 1847.

Conselheiro e ao mesmo tempo professor político, uma espécie de guia, mentor de Dom Pedro II na direção geral do País, orientando seus passos no intrincado labirinto do governo e da administração

pública, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho recebeu o título de Visconde de Sepetiba em março de 1855, como reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à nação. Em 25 de setembro do mesmo ano, despedia-se da vida. Seus restos mortais estão sepultados no primeiro túmulo à direita da entrada do cemitério da Arquiconfraria de N. S^a da Conceição (Maruí), em Niterói.

O parágrafo 13º de seu testamento, lavrado em 31 de dezembro de 1853 e depositado no Cartório Tobias Barreto, em Niterói, resume a retidão de caráter e o valor desse brasileiro notável.

“Creio firmemente que minha mulher não se casará a segunda vez, peço-lhe e a todas as minhas filhas que não se casarem que procurem viver juntas em perfeita harmonia e ajudando-se umas as outras, porque assim o pouco que lhes deixo chegará para passarem com decência, sem sentirem muita falta e sem necessidade de recorrer ao Estado, ao qual, se algum serviço fiz, não quero que minha família peça jamais recompensa dele, somente aceitem se derem, porque também eu jamais pedi nada ao Chefe do



Estado para mim ou para membro de minha família, estando, aliás, sempre pronto para o serviço e tendo consciência de haver feito com honra, desinteresse, zelo e muita dedicação.”

IHGB

Aureliano foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro



Assalto e ocupação de Curuzu, em setembro de 1866. Litografia de Nicolau de Vergueiro Huascar a partir de desenho de Vitor Meireles (1866)

UM SINAL DE PERIGO

A correspondência começava a ser entregue nos domicílios e os primeiros sinais do telégrafo já facilitavam a comunicação. Os lampiões a gás iam substituindo pouco a pouco os velhos candeeiros de óleo de baleia, iluminando a vida e revelando novos hábitos e costumes, como a desordem promovida pelos admiradores fanáticos da dançarina Marietta Baderna que, além de problemas com a polícia, criaram o neologismo “baderneiro”, usado até hoje para se referir a arruaceiros. O trem de Mauá – o mega empreendedor Irineu Evangelista de Souza, de capital maior do que o orçamento do País – abria novos caminhos e encurtava distâncias, seguido de perto pelas locomotivas da Estrada de Ferro D. Pedro II.

Para o montepio as coisas também pareciam andar nos trilhos nos anos 50 do século 19. Em 1854, o Presidente da Província do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu – futuro Visconde de Sinimbu e várias vezes ministro do Império –, em seu relatório anual assumia o compromisso de adiantar aos funcionários públicos a quantia necessária para custear o ingresso na instituição, “entidade nacional subvencionada exclusivamente pelo Estado brasileiro, como atestam os relatórios do Ministério do Império”.



Como de hábito, a organização publicava periodicamente no “Jornal do Commercio” um anúncio convidando os pensionistas, ou seus procuradores, a receberem os benefícios em dias e horários predeterminados:

“Pagam-se as pensões vencidas até o fim do corrente mês, em todos os dias úteis que decorrerem de 1º a 14 de junho próximo, das 4 às 6 1/2 horas da tarde, na casa do estabelecimento, Travessa Belas Artes n. 9: e previne-se aos senhores procuradores que se poderão receber pelas suas constituintes do dia 6 em diante. Além dos dias que ficam designados, terá lugar o respectivo pagamento unicamente às quintas-feiras de cada semana, às mesmas horas. Tesouraria do Montepio Geral dos Servidores do Estado, em 31 de maio de 1855. – O tesoureiro, João Pedro da Veiga.”

No entanto, a começar por Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda, ex-regente e nove vezes ministro de Estado), todos os presidentes da entidade na época foram aos poucos percebendo as dificuldades econômicas e financeiras que se aproximavam. Francisco de Paula Vasconcellos, o senador Manoel de Jesus Valdetaro e o conselheiro Manoel Felizardo de Souza e Mello, se não tomaram medidas consistentes para debelar a crise que começava a se instalar, procuraram, de uma forma ou de outra, minimizar os efeitos da desproporção entre receitas e despesas. Impedidos pelo Governo de resgatar as Apólices da Dívida Pública, que já não rendiam o suficiente para equilibrar as finanças, viram-se na contingência de promover descontos de 5% nos valores dos benefícios e protelar o pagamento dos impostos devidos ao Tesouro Nacional. Todavia, a situação da instituição só fazia piorar.

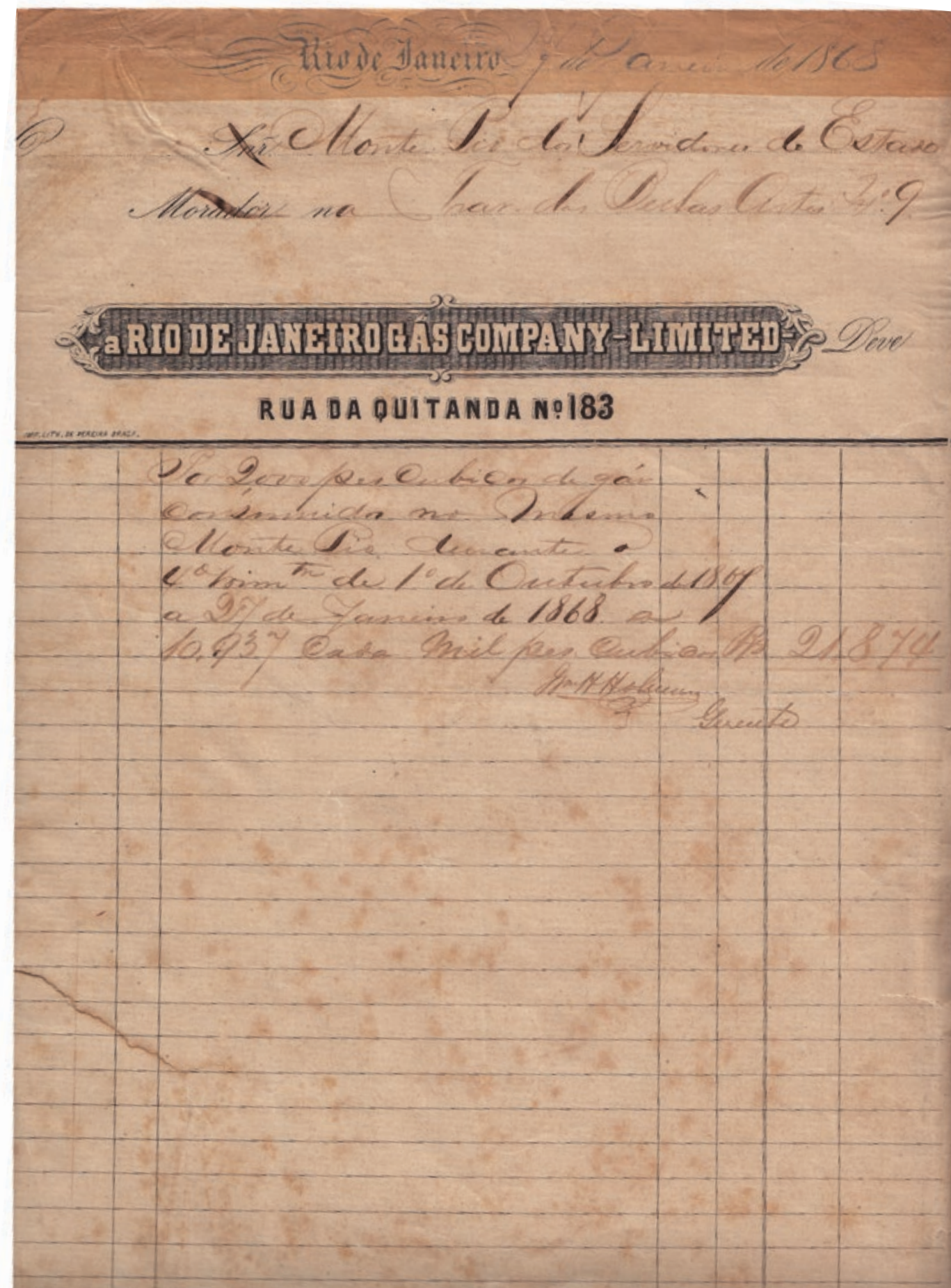


MANOEL FELIZARDO DE SOUZA E MELLO

Presidente da entidade, adotou medidas para equilibrar receita e despesa diante das dificuldades financeiras

ESTRADA DE FERRO D. PEDRO II

Locomotiva “Brasil” e 5 vagões de passageiros na inauguração da estrada de ferro
Desenho de J. G. da Costa da vista tirada do lado oposto, em março de 1858



MEMÓRIA

Conta do gás consumido na iluminação da sede da entidade

MONTE PIO GERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO.

Pagão-se as pensões vencidas até o fim do corrente mez, em todos os dias uteis que decorrerem do 1.º a 14 de Junho proximo, das 4 às 6½ horas da tarde, na casa do estabelecimento, travessa das Bellas Artes n. 9; e previne-se aos Srs. procuradores que se poderão receber pelas suas constituintes do dia 6 em diante. Além dos dias que ficarem designados, terá lugar o respectivo pagamento unicamente às quintas-feiras de cada semana, às mesmas horas.

Thesouraria do monte pio geral dos servidores do Estado, em 31 de Maio de 1855. — O thesourario, João Pedro da Veiga.

AVISO DE PAGAMENTO

Anúncio publicado pela Mongeral no Jornal do Commercio em 1855. No texto, menção ao endereço histórico da Travessa das Belas Artes

Em 1859, com Manoel Vieira Tosta (Barão de Muritiba, Conselheiro de Estado e Ministro dos Negócios da Justiça) na presidência, houve uma reforma nos Estatutos, tímida tentativa de solucionar o problema. Com 1.124 participantes inscritos, a entidade contabilizava 798 contos e 400 mil réis de pensões instituídas, enquanto as anuidades totalizavam apenas 82 contos e 742 mil réis e as pensões pagas por ano ascendiam a 258 contos e 338 mil réis.

Pelo Decreto nº 2.437 de 6 de julho de 1859, sancionado pelo imperador e também assinado pelo próprio Barão de Muritiba, o Governo aprovou as alterações propostas. A diretoria passou a compor-se de sete membros, sendo um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e três diretores. A maioria para os beneficiários homens, que ocorria aos 25 anos, foi reduzida para 21 anos, e o desconto que vinha sendo aplicado às pensões foi extinto.

A criação do novo cargo de vice-presidente teve por motivo a vida pública dos presidentes da entidade, geralmente senadores, conselheiros ou ministros de Estado, o que os obrigava a ausentar-se com frequência da sede da instituição, prejudicando o bom andamento dos serviços. Nessas ocasiões, o vice-presidente assumiria a direção, dando continuidade aos trabalhos iniciados. Por sua vez, a suspensão dos descontos nas pensões era uma questão de justiça para os beneficiários, viúvas e órfãos que contavam com esses proventos para seu sustento. O decreto também modificou o cálculo da joia, pagamento a ser efetuado no ato da inscrição sobre o valor da pensão, adequando-o às idades dos participantes, conforme quadro ao lado.

UMA NOVA REFORMA

A real situação da entidade somente foi colocada às claras ao fim do mandato da diretoria eleita em 1861, quando o então presidente, Conselheiro Joaquim José Ignácio, Ministro da Marinha, expôs cruamente a questão em seu veemente relatório de entrega do cargo, a 10 de agosto de 1863.

“Como vedes senhores, os males que pesam sobre o montepio buscam sua origem em fatos muito remotos; são efeitos das causas que concorreram para a organização da entidade e que, por isso, perdurarão por longo tempo. Assim pois, enquanto não preestabelecer-se a relação entre as idades médias dos instituídos e dos instituidores; enquanto o fundo capital formado pelos contribuintes não for reforçado para com a sua renda satisfazer as pensões instituídas; enquanto estas passarem de primeiras a

segundas vidas; enquanto finalmente a admissão dos novos sócios (participantes) depender de atestado de seu estado de saúde, quase sempre graciosamente prestado por outros contribuintes desprovidos de habilitação para fazê-los, ou de facultativos estranhos ao estabelecimento, ficai certos, senhores, que serão precisos enormes sacrifícios para que possa substituir o montepio no ponto e com os fins para que foi criado.”

A nova administração mostrou-se impressionada com o estado da instituição e acatou os conceitos defendidos pelo ex-presidente, tratando logo de buscar soluções para conter a sangria. Medidas extremas foram tomadas: os salários dos empregados foram reduzidos; os descontos sobre as pensões voltaram a ser praticados, dessa vez com o dobro do corte efetuado anos antes (10%), e criou-se uma comissão médica para examinar os candidatos a

CÁLCULO DA JOIA

Idade	%
Até 25 anos.....	10%
De 25 a 30 anos.....	20%
De 30 a 35 anos.....	40%
De 35 a 40 anos.....	60%
De 40 a 45 anos.....	80%
De 45 a 50 anos.....	100%
De 50 a 55 anos.....	140%
De 55 a 60 anos.....	180%

participantes da Corte e da Província do Rio de Janeiro. O Presidente, Conselheiro Manoel de Jesus Valdetaro, também pleiteou a concessão de uma extração lotérica por mês, em vez das quatro anuais, subsídio autorizado pelo Governo no decreto de 22 de agosto de 1864 e que viria a triplicar aquela receita da instituição. Uma nova reforma dos Estatutos foi proposta, mas até o final do ano de 1865 ainda dependia da conclusão dos estudos realizados pelo Poder Público para ser aprovada, conforme noticia o relatório de Valdetaro, nitidamente ainda sob o impacto do alarme disparado pelo seu predecessor.

No biênio seguinte, de 1865 a 1867, já sob o comando do Conselheiro de Estado José Maria da Silva Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco, a entidade continuou a lutar por sua sobrevivência, e a diretoria chegou a encaminhar ao Governo imperial uma nova reforma do Plano de Pensão. A situação só não era desesperadora porque a instituição ainda mantinha vínculos muito fortes com a Administração Pública, conforme evidencia a circular do Ministério dos Negócios da Fazenda, transcrita a seguir:

“Circular nº 575 – Fazenda

Determina que as tesourarias da Fazenda aceitem e recolham à caixa do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado todas as quantias provenientes de anuidades, ou de outras origens, que lhe forem entregues da parte de contribuintes ausentes. 1ª Seção – Ministério dos Negócios da Fazenda. Rio de Janeiro, em 15 de dezembro de 1865.

Ministro da Fazenda e presidente do Tribunal do Tesouro Nacional, José Pedro Dias de Carvalho.”

Com efeito, o Ministério da Fazenda continuava a poupar a organização de despesas vultosas, tomando para si a responsabilidade pelo recolhimento de contribuições e pagamento de pensões, por intermédio de suas repartições em todas as províncias do Estado. Com a anuência do



JOAQUIM JOSÉ INÁCIO

Presidente da entidade, o Ministro da Marinha expôs a situação difícil em seu relatório de entrega do cargo, em 1863

UM SINAL DE PERIGO



MANOEL DE JESUS VALDETARO

Enfrentou anos difíceis à frente da presidência da entidade

Governo, o encontro dessas contas era protelado sem prazo previsto para o acerto da diferença, cada vez mais ampla, entre a receita proveniente dos participantes ativos e a despesa com o pagamento dos benefícios. Sem essa enorme boa vontade, certamente, a entidade seria sumariamente liquidada. Novamente, o peso político de seus dirigentes fazia a balança pender para o lado da instituição – Paranhos havia ocupado o cargo de Ministro da Fazenda três anos antes de assumir a presidência, em 1865, e fora designado emissário do Império para tentar colocar um termo na guerra que se iniciava com o Paraguai.

UM HERÓI DE GUERRA COM 127 ANOS

O maior e mais sangrento conflito armado da América Latina, a Guerra do Paraguai, teve início em 1864, quando o País governado por Francisco Solano López reagiu à intervenção militar brasileira no Uruguai, apoiada pela Confederação Argentina, declarando guerra ao Brasil. Ato contínuo, aprisionou o navio brasileiro Marquês de Olinda e, em seguida, invadiu as terras da Província de Mato Grosso. Seus verdadeiros motivos remetem a velhas disputas por fronteiras, a navegação do Rio da Prata e a ambição expansionista do Paraguai, questões camufladas por um discutível apoio ao Uruguai. De fato, o Império brasileiro imiscuia-se nos assuntos internos do País vizinho, procurando desalojar do poder o Partido Blanco do Presidente Aguirre, em favor dos rebeldes Colorados do General Venâncio Flores, abrindo mais uma crise nas delicadas relações com os países da Bacia do Prata. No entanto, a ação paraguaia surpreendeu o Governo brasileiro pela agressividade desproporcional, derrubando qualquer tentativa de resolver o conflito pelas vias diplomáticas.



BANCO DO BRASIL

O edifício do banco, na rua da Alfândega, esquina com a Candelária, registrado em 1854, ano em que voltou a operar após ser extinto em 1829
S.a, s.d



VISCONDE DE OURO PRETO

Várias vezes ministro de Estado, Afonso Celso também foi diretor da instituição pioneira da previdência no Brasil

A guerra, também chamada da Tríplice Aliança pelo envolvimento de tropas da Argentina e do Uruguai – já sob o comando do novo presidente empossado pelo Brasil, Venâncio Flores –, chegou ao fim em 1º de março de 1870, com a morte de Solano López e o Paraguai em ruínas. De acordo com a corrente revisionista de historiadores, haviam sido dizimados, aproximadamente, três quartos da população paraguaia, estimada em 800 mil pessoas no começo do conflito. Segundo Richard Francis Burton, observador inglês, López havia utilizado de início cerca de 150 mil combatentes, mas, devido ao longo curso da campanha e às grandes perdas de efetivo, esse contingente pode ter chegado a 300 mil, com o alistamento, ao final do conflito, de velhos e meninos com menos de 12 anos de idade. Apesar da divergência dos pesquisadores, o fato é que, em 1869, um ano antes do fim da campanha, do povo guarani restavam pouco mais de 200 mil mulheres, idosos e crianças. Atingidos pelas balas, lanças e sabres aliados, e com igual ferocidade pela fome e doenças como o tifo e o cólera, mais de 90% dos homens em idade adulta teriam sido exterminados.

Do lado aliado, as perdas também tiveram as mesmas causas e podem ser consideradas substanciais. Dos 30 mil argentinos, 18 mil perderam a vida; dos 5.500 uruguaios, mais de 3 mil não voltaram. O Brasil, principal força de combate, levou à guerra cerca de 140 mil homens em armas, ou seja, 1,5% da população de pouco mais de 9 milhões de habitantes. Desses combatentes, a maioria voluntários despreparados, 50 mil tombaram para sempre nos campos paraguaios e mais de mil voltaram inválidos, segundo relatório do Ministro Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de Ouro Preto, também diretor do Montepio Geral de Economia.

Combates de intensa violência e horror indescritível, como a batalha naval do Riachuelo, a passagem da fortaleza de Humaitá, Curupaiti, Avaí e Lomas Valentinas, marcaram episódios de extrema coragem, valentia e heroísmo de lado a lado. No entanto, nenhum deles se



DUQUE DE CAXIAS

Luís Alves de Lima e Silva teve importante atuação estratégica no conflito com o Paraguai, conduzindo a ocupação da cidade de Assunção, em 1868

aproximou em ferocidade à batalha campal de Tuiuti, em 24 de maio de 1866, a mais sangrenta já travada na América do Sul. Ao fim do enfrentamento de cinco horas e meia, 6 mil paraguaios e mil aliados jaziam mortos; 10 mil combatentes estavam feridos, dos quais 7 mil guaranis e 2,3 mil brasileiros.

“O terreno ficou coalhado de cadáveres paraguaios, em distância superior a três quilômetros, e em tal quantidade que nem todos puderam ser sepultados. Eram tantos os mortos que, após 48 horas enterrando-os, os soldados brasileiros, exaustos, estavam longe de terminar a tarefa. Para evitar doenças decorrentes da putrefação, os cadáveres inimigos foram empilhados, em montes de cinquenta a cem corpos, e incinerados, já de noite” (General Dionísio Cerqueira, combatente em Tuiuti).

A Guerra do Paraguai foi um terrível desperdício de vidas, um enorme e lamentável fracasso da capacidade humana de buscar o entendimento, e um sério prejuízo à imagem pacifista do Império brasileiro perante as potências europeias. No aspecto financeiro, as perdas também se revelaram imensas. Ao final do conflito, o Brasil estava imerso em uma dívida colossal. O Tesouro Nacional registrou um

gasto total de 614 mil contos de réis, quase dez vezes o orçamento do Império para o ano de 1864, quando começou a guerra. Se a economia do Império enfraqueceu sensivelmente, o Exército nacional saiu do confronto bastante fortalecido, ganhando um novo relevo no cenário político do Segundo Reinado. De suas fileiras surgiram lideranças importantes, que influenciavam decisivamente no destino da Monarquia pouco mais tarde, ao tempo em que amadureceram os ideais republicanos.

Na história do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, especificamente, em que pesem as pensões que passou a

pagar às famílias dos militares que participavam do seu plano, mortos durante o conflito, a Guerra do Paraguai somente deixaria uma marca extraordinária mais de um século depois de seu término, época em que a instituição já modernizara seu nome para Mongeral Previdência Privada.

Mal se iniciava o ano de 1981, quando o Censo Demográfico recém-realizado divulgou dentre seus resultados mais curiosos a existência do brasileiro mais velho, um fenômeno de 127 anos de idade, nascido em Vacaria, Rio Grande do Sul, no ano de 1853. Único sobrevivente da guerra que incendiou o cone sul das Américas,

entre as quatro nações que dela participaram – Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai –, Quintino José de Oliveira foi encontrado pelos pesquisadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na minúscula localidade de Flor da Serra, a 300 quilômetros de Foz do Iguaçu, no interior do Paraná, exercendo ainda, apesar do peso da idade, o ofício de lavrador.

O caso não chamaria a atenção da diretoria da entidade, não fosse pelo fato de o matusalém reclamar da injustiça de nunca ter recebido sequer um benefício do Estado brasileiro. Por ordem de José de Almeida – presidente da



CHICO DIABO

José Francisco Lacerda, o “Chico Diabo”, terceiro em pé na foto, lutou na Guerra do Paraguai e ficou famoso por ter matado o ditador paraguaio Francisco Solano López, na batalha de Cerro s.a, 1870



CARICATURA DA GUERRA

Generais brasileiros procurando Solano López, com lunetas sobre um mapa do Paraguai
Ângelo Agostini, 1868

instituição naquela época – foi procedida uma minuciosa investigação, ficando comprovada a idade de Quintino e a veracidade de outras informações, como sua participação na guerra, desde o início até o final. Convencido pelo testemunho de parentes, amigos e autoridades locais, que haviam lido os documentos apresentados no processo de aposentadoria, e pela inconfidência de funcionários da organização militar encarregada, atestando que os papéis haviam desaparecido, Almeida enviou um representante para entrevistar o velho soldado. Aí

então, a história se revelou com todas as cores de uma autêntica epopeia, dissipando todas as possíveis dúvidas. Aos 12 anos de idade, Quintino deixara a fazenda onde trabalhava em Vacaria para se apresentar ao Exército imperial como voluntário na campanha do Paraguai. Pela pouca idade e nenhuma experiência militar, fora alistado na função de cozinheiro, seguindo imediatamente para o teatro de operações. Incorporado ao 6º Regimento de Infantaria, sob o comando dos capitães Saldanha e Maximiliano, viu-se logo na linha de frente, diante de toda a sorte de dificuldades e privações. Devido à escassez de víveres, teve de improvisar a ração de seus companheiros, utilizando raízes, frutos silvestres e até carne de cavalos mortos.

UM SINAL DE PERIGO

Com o decorrer da guerra, o estado de penúria da tropa e a resistência desesperada dos paraguaios faziam de cada combate uma provação sobre-humana. Além de tudo, o calor e a falta de água potável e higiene potencializavam doenças que matavam mais do que as balas inimigas. Sem ter o que cozinhar, Quintino recebeu uma espingarda de fulminante, cartuchos de pólvora negra, munição e a ordem de juntar-se à vanguarda da ação. Maltrapilho, faminto e apavorado, matou o primeiro paraguaio em Itororó, de susto, quase à queima-roupa. Depois, acostumou-se. Na formidável batalha

Um sinal de perigode Avaí, em meio ao tiroteio pesado, parecia um veterano: “Sempre fui magro e serelepe, desguiava do chumbo e do facão. Ninguém me acertava. Perdi a cerimônia!”.

Quintino foi em frente, perdeu

também a conta dos combates, das mortes, até que no princípio de 1870 levou um balaço na perna e foi parar num Hospital de Sangue, onde permaneceu mal cuidado até que lhe disseram que a guerra acabara. Recolheu suas poucas coisas, meteu o boné de infante na cabeça e pegou o caminho de casa. Voltou a pé, mancando pelos campos e estradas. Saiu do Paraguai em março, sem dinheiro e sem remorso, e chegou a Vacaria um ano mais tarde para tocar a vida, como se nada tivesse acontecido. Da guerra, guardou a cicatriz na perna, o velho boné, as lembranças e o ressentimento causado pela injustiça de nunca ter sido lembrado pelo País que defendeu com o próprio sangue. Cento e onze anos depois, o velho lavrador recebeu da Mongeral Previdência Privada o primeiro benefício de aposentadoria, nada mais do que um salário-mínimo



QUINTINO JOSÉ DE OLIVEIRA

O velho lavrador recebeu o primeiro benefício de aposentadoria 111 anos depois da Guerra do Paraguai

Fatos e Fotos, 1987

– Cr\$ 8.464,80 na época –, reconhecimento modesto e tardio, mas finalmente alcançado.

Quintino José de Oliveira, último dos milhares de heróis da Guerra do Paraguai, morreu em 1983, aos 129 anos de idade, ao lado da terceira mulher, dos filhos, netos e bisnetos, provavelmente em paz com o mundo.

O MANDATO DE RIO BRANCO

Sob a direção de José Maria da Silva Paranhos desde 1865, a entidade atravessou os anos do conflito com o Paraguai lutando sua própria guerra contra uma situação financeira cada vez mais crítica. Tendo realizado mais algumas alterações no Plano de Pensão sem, contudo, diminuir o prejuízo crescente, a diretoria decidiu elevar ainda outra vez o desconto que vinha sendo aplicado aos benefícios, passando o rateio de 10% para 20%, medida dolorosa, mas indispensável.

No biênio de 1869 a 1871, a instituição obteve a aprovação do Governo para outra reforma de

seu Plano, conforme o Decreto nº 4.476 de 18 de fevereiro de 1870. Como os efeitos não puderam ser imediatos, o Governo imperial resolveu pela continuação do subsídio advindo da extração de 12 loterias anuais, poupando os pensionistas de mais um aumento no rateio de seus benefícios que, sem a boa vontade do imperador, passaria a ser de 40%.

A reforma promoveu, dentre outras, as seguintes modificações:

- Pensão em vida aos participantes remidos, logo que completassem a previsão de vida média.
- Exame médico obrigatório para os candidatos a participantes, ou elevação da taxa de inscrição (joia).
- Fiscalização rigorosa da idade do participante no ato de ingresso.
- Diminuição da quota de reversão da pensão concedida aos beneficiários sobreviventes.
- Redução de 50% no valor da pensão de viúva que se casasse de novo.
- Aumento substancial dos valores da taxa de inscrição (joia).
- Organização de uma tabela de

vida média (expectativa de vida), sobre a qual seriam calculadas as contribuições.

• Criação do cargo de tesoureiro isolado da função cumulativa de diretor.

• Nova constituição da diretoria, com presidente, vice-presidente, secretário e quatro diretores.

• Implantação de uma comissão de tomada de contas, eleita em assembleia geral, que passou a ter fixado em 25 o número mínimo de participantes para instalação em terceira convocação, alteração que facilitaria o processo eletivo.

UM SINAL DE PERIGO



EVOLUÇÃO DA MOEDA 1868-1873

Apareceram as moedas de bronze, valendo 20 e 30 réis; surgiram as moedas de níquel, de 200, 100 e 50 réis e cunharam-se as moedas de bronze de 40 réis.

A nova versão do Plano de Pensão da organização estabeleceu, também, que o valor da taxa de inscrição (joia) estaria, a partir de 1870, fixado na mesma importância da pensão, e que a anuidade seria equivalente a 10% da quantia inscrita, com a cláusula restritiva de nunca exceder a metade dos vencimentos que o participante recebia dos cofres públicos.

Logo em seguida, pela Lei nº 2.018 de 11 de setembro de 1871, a Assembleia Geral Legislativa isentaria a entidade dos impostos sobre as loterias concedidas, “enquanto a receita não se equilibrar com a despesa”.

O Presidente Paranhos foi, sem dúvida, um dos principais personagens da política brasileira no século 19. Além de ter promovido o primeiro recenseamento realmente organizado e confiável, e instalar o primeiro cabo telegráfico marítimo entre o Brasil e a Europa, inscreveria seu nome definitivamente na história do País ao propor, em maio de 1871, a Lei do Ventre Livre, marco da abolição, transformada em diploma legal no dia 28 de setembro do mesmo ano.

“Lei nº 2.040 de 28 de setembro

de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos. A princesa imperial regente, em nome de Sua Majestade o imperador o senhor d. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte: Art. 1º - Os filhos da mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre. Teodoro Machado Pereira da Silva, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.”

UM LEGADO PRIMOROSO

Enxergando o futuro como ninguém, Paranhos deixaria em seu relatório de 1873, um legado primoroso para a entidade.

“A natureza da nossa instituição, destinada a amparar da miséria as famílias dos funcionários públicos, quando lhes falta seu chefe, aconselha que sejam adotadas medidas conducentes a facilitar

Brasão



Brasão de armas do Visconde do Rio Branco, datado de 1871 (Sebastião Agostinho Sisson)

DIRETORIA NA PRIMEIRA GESTÃO DO VISCONDE DO RIO BRANCO

José Maria da Silva Paranhos,

Visconde do Rio Branco, Ministro da Fazenda (1871-1875) e chefe do Ministério de dom Pedro II.

José Machado Coelho de Castro

Conselheiro Antônio Henriques de Miranda Rego

Cristiano Benedito Ottoni

General João Nepomuceno Castrioto

Conselheiro Afonso Celso de Assis Figueiredo,

Visconde de Ouro Preto, futuro

Ministro da Fazenda em 1880

Luiz Honório Vieira Souto

Conselheiro Francisco Baltazar da Silveira,

Ministro do Supremo Tribunal de Justiça

Conselheiro André Augusto de Pádua Fleury,

ex-Presidente das Províncias do Paraná e do Espírito

Santo, futuro Ministro dos Transportes em 1883

José Carlos de Alambary Luz,

exponente da educação pública

a admissão dos contribuintes, para que possa generalizar-se mais o benefício, elevando-se quanto for possível o montepio à altura de sua missão, que pode mais tarde converter-se em auxiliar dos cofres públicos, libertando-os do ônus do pagamento de pensões às famílias de grande número de servidores do Estado. Visconde do Rio Branco.”

Nessa época, três fatos extraordinários merecem registro. O primeiro deles, envolvendo um participante, refere-se à concessão de um auxílio-reclusão de característica inusitada. Antônio Honório Ferreira, inspetor da Tesouraria da Fazenda de Goiás, que pagara à entidade uma joia de 2 contos de réis e anuidades até junho de 1872, foi condenado em março do mesmo ano às penas de suspensão de emprego por cinco anos, inabilidade para exercer outro qualquer por um ano e 16 anos de prisão com trabalho forçado, por ter cometido um desfalque. Antônio Honório nunca chegou a ser preso, pois fugira pouco antes de ver a sentença pronunciada, abandonando a família à própria sorte. Ainda assim, a diretoria deliberou incluir seu caso no famoso artigo 17 do Plano de Pensão, dando-o como morto. A decisão referendada pelo conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, garantiu a subsistência da mulher do criminoso foragido, Luíza Zulmira Ferreira Brandão, e dos seus filhos menores, Ana, Sebastião, João, Zefirina e Jorge.

O segundo episódio, também ocorrido em 1872, tem a ver com a incrível burocracia da máquina estatal brasileira. Após proceder ao inventário da documentação arquivada na instituição, a diretoria descobriu enorme quantidade de bilhetes de loteria referentes ao período de 1838 a 1857, cujos prêmios de pequeno valor não haviam sido reclamados. Severamente danificados pela umidade e pela ação dos cupins, foi solicitada a autorização para destruí-los, mas o Ministro dos Negócios do Império, João Alfredo, indeferiu o pedido, alegando que “o prazo de reclamação dos direitos era de 25 anos para os menores de idade e que não prescrevia no caso de loucos, desassistidos e quaisquer outros que, privados da administração de sua



Caricatura de Visconde de Rio Branco e do conselheiro Joaquim Saldanha Marinho “brigando” pelo cargo de grão-mestre da Maçonaria (Angelo Agostini)

peessoa e bens, estivessem sujeitos à tutela ou curadoria”. O remédio foi manter os bilhetes guardados por anos a fio em um cofre de aço, até que a ação do tempo os consumisse totalmente. Finalmente, a terceira ocorrência fornece mais uma prova material da estreita relação da entidade com o Poder Público, proximidade que prevaleceria ainda nos primeiros anos da República. O documento que explicita de maneira clara essa curiosa relação é um ofício do Visconde do Rio Branco, Ministro e secretário dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Tesouro Nacional, enviado ao presidente da instituição, que era ele mesmo!

UM SINAL DE PERIGO



BENJAMIN CONSTANT

Prócer da República Brasileira, foi diretor da entidade no biênio 1875-1877

“Ministério da Fazenda, em 18 de setembro de 1872. Os requerimentos, memoriais e quaisquer outros papéis que transitam pelo Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado estão isentos do selo fixo de 200 réis, não assim as quitações ou recibos que passam os pensionistas, por serem documentos particulares. Deus guarde a V.Exa. – Visconde do Rio Branco – A S. Exa. o Senhor Presidente do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado”.

Durante os anos de 1875 a 1877, na sequência do mandato do Visconde do Rio Branco, a diretoria da entidade contou com outros grandes colaboradores, como o Conselheiro Jeronymo José Teixeira Júnior, Visconde de Cruzeiro, ex-Ministro da Agricultura e Presidente da Câmara dos Deputados (1871-1873); Marechal Francisco José Cardoso Júnior, primeiro Presidente da Província do Paraná após a proclamação da República; Cláudio Velho da Motta Maia, médico pessoal de Dom Pedro e membro da comissão de sanidade da entidade, e o prócer da República, Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Na vice-presidência, João Lustosa

da Cunha, futuro Marquês de Paranaguá, também Ministro do Império em cinco Gabinetes, iniciava seu longo período de participação ativa no processo de gestão da entidade.

A esse tempo, a instituição mantinha em funcionamento 18 comissões de sanidade, uma na Corte, e as demais localizadas nas Províncias de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, São Paulo, São Pedro (Rio Grande do Sul), Santa Catarina e Sergipe. O número de Apólices da Dívida Pública, nas quais investia a maior parte de seus recursos, ascendia a 4.875, no valor total de 4.230 contos de réis. Os efeitos benéficos da comissão de tomada de contas já apareciam, dando mostras do acerto do Regimento Interno da instituição, idealizado e escrito pelo Visconde do Rio Branco anos antes. O minucioso trabalho de organização, considerado na época uma evolução sem precedentes no sistema de funcionamento de entidades assistenciais, serviu de modelo para instituições



FÁBRICA DE GÁS

O Gasômetro do Aterrado, que ficava onde hoje é a Av. Presidente Vargas, antes da abertura do Canal do Mangue
Lithografia de Rensburg

análogas mantidas pelo Estado, como o Montepio da Armada e o Montepio do Exército. É interessante mencionar que o celebrado regulamento estipulava, no artigo 16, um horário de funcionamento para a entidade, absoluta mente inconcebível nos dias atuais:

“O expediente da Secretaria começará em todos os dias úteis às 4 horas da tarde, e terminará às 7 da noite, ou se prolongará por mais uma hora quando por motivo de acumulação de serviço o secretário assim o determinar.”

Se em 1875 a organização empatarea despesa e receita em 3.830 contos de réis, quatro anos mais tarde o resultado apresentaria um saldo positivo de 100 contos e 227.802 réis. O mérito por essa conquista deve ser creditado aos esforços de Paranhos para a aprovação do Decreto nº 6.965,

de 6 de julho de 1878, que em seu primeiro artigo permite o pagamento de joias e anuidades em parcelas mensais. Um dos primeiros a se beneficiar do dispositivo foi o herói da Guerra do Paraguai, escritor afamado e então Capitão Dionysio Evangelista de Castro Cerqueira. Das demais modificações introduzidas pelo decreto no Plano de Pensão da entidade devem ser citadas a que elevou para nove o número de diretores, tendo um deles o cargo de secretário adjunto e a incumbência de substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, e a que fixou honorários para os integrantes das comissões de sanidade, pagos pelos próprios candidatos a participante no ato do exame médico obrigatório.

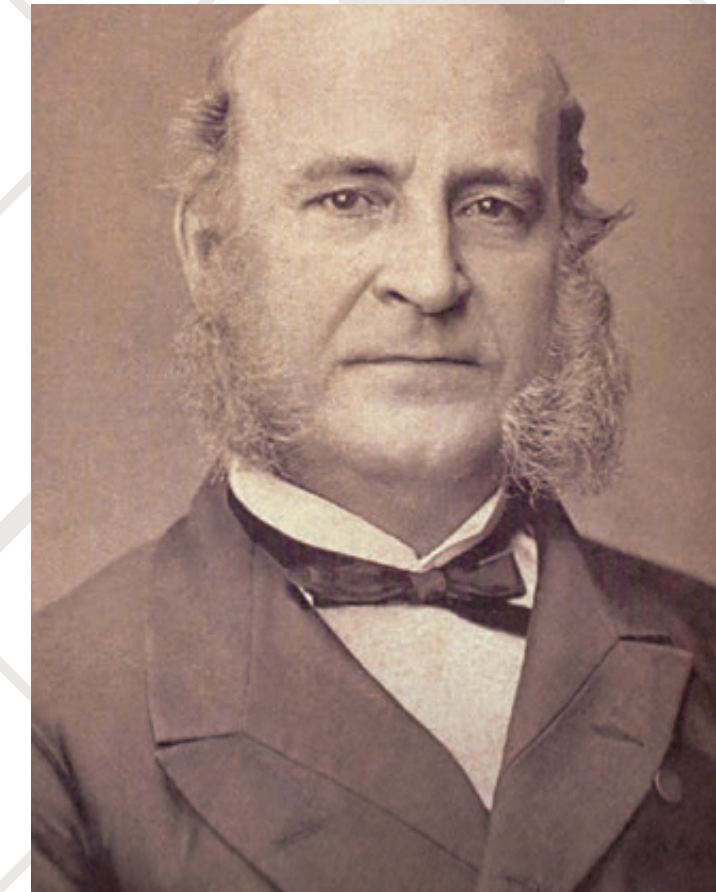
Devido ao péssimo estado de conservação da sede, a diretoria

abriu licitação para a reconstrução do imóvel. Sob orientação do engenheiro Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, foi contratado o empreiteiro Antônio Alves Moreira do Couto, que apresentou orçamento de 38 contos e 500 mil réis, mais do que o dobro do valor do modesto prédio, avaliado pelo Ministério da Fazenda em 15 contos de réis. A reforma somente seria concluída em dezembro de 1880, pouco menos de um mês depois da morte do Visconde do Rio Branco.

José Maria da Silva Paranhos foi um dos estadistas de atuação mais destacada na Monarquia brasileira. Nasceu a 16 de março de 1819, em Salvador, Bahia, onde concluiu o curso primário. Em seguida, cursou aritmética, álgebra, geometria e estudou francês, inglês, história, geografia, filosofia e retórica. Em 1836, iniciou sua vida na Corte, cursando a Academia de Marinha até 1841. Em 1849 já era professor de matemática na Academia Militar.

Embora o jornalismo, a política, a administração e a diplomacia ocupassem sua vida, nunca deixou a carreira de professor até se aposentar em 1877. Como político, chefiou vários gabinetes ministeriais, foi deputado, senador (1863), ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros (1855, 1858 e 1868), da Marinha (1853 e 1856), da Guerra (1858 e 1871), dos Estrangeiros (1868), e da Fazenda (1861, 1871 e 1875). Presidente da Província do Rio de Janeiro em 1858, recebeu várias condecorações, dentre as quais a

O VISCONDE DO RIO BRANCO



de Dignitário da Ordem de Cristo e Comendador da Ordem da Rosa. Exerceu as funções de secretário na missão especial no Rio da Prata, sendo enviado pelo Governo em outras representações nas repúblicas da Argentina, Uruguai e Paraguai.

Presidente do Conselho de Ministros de 1871 a 1875, período em que sancionou a Lei do Ventre Livre, enfrentou em 1873 e 1874 a questão religiosa entre a Igreja Católica e a Maçonaria. Presidiu, na posição de Grão-Mestre, a loja maçônica Grande Oriente do Brasil e organizou o Governo Provisório do Paraguai, após a guerra. Foi sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e presidiu várias sociedades e academias, dentre elas a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Trabalhou durante anos como articulista e

redator nos jornais “O Novo Tempo”, “Jornal do Commercio”, “O Maribondo” e “Correio Mercantil”. Patrono da Cadeira nº 40 da Academia Brasileira de Letras, faleceu de meningite no Rio de Janeiro, no primeiro dia de novembro de 1880, aos 60 anos, ainda na condição de conselheiro permanente de Dom Pedro II e presidente do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, cargo que ocupou por 16 anos consecutivos.

Paranhos deixou a entidade consolidada e embora o equilíbrio entre a receita e a despesa ainda não houvesse chegado a um ponto de nítido conforto, de modo a dispensar os favores do Estado, o desenvolvimento obtido ao curso de seu mandato era visível. Em fins de 1880, a organização contabilizava 5.100 contos de réis em Apólices da Dívida Pública e o Governo Imperial havia perdoado boa parte de seus débitos, tranquilizando a nova administração.



Na Praça da Aclamação, hoje Praça da República, o fim da Monarquia e o início do "Governo Provisório".

Benedito Calixto, 1893

Com a morte do visconde do Rio Branco, assumiu interinamente o posto mais alto do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado o vice-presidente João Lustosa da Cunha, futuro Visconde e Marquês de Paranaguá. Dois anos depois, já eleito para o primeiro de uma série de mandatos que se estenderia por 20 anos, o político, também respeitado e influente, limitou-se a seguir o caminho traçado por Paranhos. A registrar nesse período, apenas o fato curioso do pedido de inscrição do filho natural do fundador, também chamado Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, médico residente em Minas Gerais. Aceito sob a matrícula 3.068, quitou de uma só vez o pagamento de joia e anuidade, no valor total de 6 contos e 784.400 réis, para assegurar o direito à remissão.

No respeitável “Almanak Laemmert”, então, com mais de mil páginas, a instituição aparecia pela última vez como repartição do Ministério dos Negócios do Império. Em 1883, ocuparia a seção destinada aos bancos e instituições mercantis e, logo em seguida, passaria a figurar no caderno alusivo aos

seguros. No final daquele ano, tendo como vice-presidente o Senador Manoel Francisco Correia e entre seus diretores o também Senador Jesuíno Lamego da Costa, Barão da Laguna, o Conselheiro Francisco Augusto de Lima e Silva e o Desembargador Antônio Carneiro de Campos, João Lustosa da Cunha Paranaguá tranquilizava os sócios participantes, informando em seu relatório que “...nenhuma ocorrência desagradável veio perturbar a serenidade da marcha com que o montepio, graças ao auxílio eficaz dos poderes do Estado, tem procurado chegar ao fim (objetivo) de sua criação, que consiste em assegurar às famílias dos contribuintes o pagamento da mo desta pensão, destinada a suavizar de alguma forma os sofrimentos do infortúnio”.

De fato, em 1883, o capital da instituição atingiu a marca recorde de 6.100 contos de réis em Apólices da Dívida Pública, enquanto a receita sobrepujou a despesa em exatos 724 contos e 339.888 réis. No exercício seguinte, novamente foram modificados os Estatutos, com a finalidade de melhorar ainda mais essa relação. A diretoria propôs e o Governo

MARQUÊS DE PARANAGUÁ

Em 1880, assumiu interinamente o posto máximo da entidade e, dois anos depois, foi eleito para o primeiro de uma série de mandatos que se estenderia por 20 anos
Alberto Henschel, 1885



aprovou as seguintes alterações expressas no Decreto nº 9.263, de 16 de agosto de 1884: extinção do pagamento de pensões em vida; prescrição do benefício após dez anos sem nenhum pagamento efetuado ou reclamado; extinção do direito de deixar a pensão para outra pessoa em testamento, na falta de herdeiros legais; extinção da reversão de benefícios de mãe para filhos; e proibição de ingresso para pessoas com menos de 31 anos de idade.

Ainda em 1884, o Ministro da Fazenda, conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, tomou as últimas medidas para a liquidação da entidade homônima, Montepio Geral. Fundada em 1841, tornara-se ao longo do tempo uma concorrente incômoda, que, apesar de mal administrada, dividia participantes e receita com o verdadeiro Montepio Geral, o de Economia dos Servidores do Estado.



PRINCESA ISABEL

Uma assinatura que mudou os destinos da nação brasileira

ECOS ABOLICIONISTAS

Tudo parecia caminhar bem quando, a 5 de setembro de 1885, a sede da Travessa Belas Artes foi parcialmente destruída por um incêndio criminoso, provocado pelo escrívão Henrique Wanderley Müller de Campos para acobertar um grande desfalque. Ao infortúnio, que deixou prejuízo de quase 34 contos de réis, deve-se acrescentar o enorme revés financeiro causado pela falha ocorrida na extração das loterias, principal fonte de sustento da instituição – de 1885 a 1887, das 24 extrações previstas, apenas cinco foram consumadas. Outro grave prejuízo veio com a redução dos juros das Apólices da Dívida Pública, que dos 6% habituais, passaram a render 5%, acarretando uma perda de receita da ordem de 60 contos de réis ao ano.

Tendo a auxiliá-lo como vice-presidente o Senador e ex-Ministro da Justiça, Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, o Marquês de Paranaguá apelou para a Assembleia Geral Legislativa, no intuito de ver proibida a venda de loterias provinciais na Corte, procedimento que trazia grande concorrência às loterias gerais, das quais a entidade se beneficiava. Acolhida por deputados e senadores, a medida não foi suficiente para desacelerar a crise. Apesar de o Presidente da Província do Rio de Janeiro, Antônio da Rocha Fernandes Leão, através de lei, tornar obrigatória a adesão de seus funcionários ao plano da instituição, adiantando inclusive o valor das joias para descontá-lo dos ordenados em parcelas mensais, não havia outra solução a não ser promover mais uma alteração no Plano de Pensão.



NOVO REGIME, VELHOS PROBLEMAS

Para evitar o malfadado desconto nos benefícios dos pensionistas, foi proposto ao Governo um aumento provisório de 50% nas taxas de inscrição (joias) e anuidades, decisão aprovada no Decreto nº 9.847, de 20 de janeiro de 1888, assinado pela Princesa Isabel, regente do Império, e referendado por João Maurício Wanderley, Barão de Cotegipe e Presidente do Conselho de Ministros.

Pouco menos de quatro meses depois, a 13 de maio, um domingo, a Princesa pegou o trem e deixou Petrópolis às pressas para assinar outra lei que mudaria os destinos da nação brasileira. A Lei Áurea, ponto final em quase 300 anos de escravidão, coroou o Movimento Abolicionista, mas pôs em risco iminente a Monarquia, que perdia ali o poderoso apoio dos produtores rurais, mola mestra da economia nacional e principal sustentação do trono.

Joaquim Nabuco, um dos líderes abolicionistas de maior expressão, prenunciava uma nova era, ao afirmar que “o abolicionismo é antes de tudo um movimento político, para o qual, sem dúvida, poderosamente concorre o interesse pelos escravos e a compaixão pela sua sorte, mas que nasce de um pensamento diverso: o de reconstruir o Brasil sobre o trabalho livre e a união das raças na liberdade”. Último dos países ocidentais a acabar com a servidão humana, o Brasil, única monarquia do continente americano, precipitava-se rapidamente na direção de uma mudança radical em seu regime de governo, um novo tempo que se revelaria menos auspicioso do que supunham os republicanos.

Não se pode deixar de ressaltar que, quatro anos antes da lei de ouro, as Províncias do Ceará e do Amazonas

havam libertado seus cativos, numa demonstração de que a abolição total não poderia ser protelada indefinidamente. O descontentamento da elite intelectual, da maioria dos políticos liberais de envergadura e de setores do Exército – que se recusavam a prestar serviço de capitão do mato, perseguindo e capturando escravos fugidos – aumentava a pressão sobre Dom Pedro II, que refreava o ímpeto abolicionista com argumentos pouco convincentes, como o da libertação progressiva. Nessa direção, a Lei 3.270, conhecida como Lei dos Sexagenários ou Saraiva-Cotegipe, proulgada em 1885, garantiu liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade. Mesmo tendo pouco efeito prático, pois alforriara apenas os que, por sua idade, eram menos valorizados e produtivos, provocou grande descontentamento por parte dos escravagistas ricos proprietários de terras e seus representantes na Assembleia Geral Legislativa. A aparente resistência do imperador, no entanto, arrefeceu os ânimos mais exaltados e tudo parecia seguir na mesma marcha lenta, até que sua viagem à Europa, para tratar da saúde, colocou a Princesa, novamente, no governo e no epicentro da questão.

Missa campal



Cerca de vinte mil pessoas celebram a abolição da escravatura, no dia 17 de maio de 1888, com a presença da Princesa Isabel



CAPITÃO DO MATO

Na sociedade escravocrata do Brasil, sua tarefa principal era capturar os escravos fugidos. Fotos, 1987

Rugendas, 1823

Abolicionista assumida, Isabel aparecia em público ostentando vistosas camélias, símbolos do movimento, e se mostrava cada vez mais inclinada a acatar os conselhos de Rodrigo Augusto da Silva, Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, e interinamente dos Negócios Estrangeiros. Não tardou muito e, a 13 de maio de 1888, a Lei 3.353 foi assinada por ela e por Rodrigo Silva, sem oferecer qualquer reparo ou indenização aos senhores de escravos.

O MONARCA ESCORREGOU

Ao retornar, Dom Pedro encontrou o País imerso em mais uma crise. Sem a sustentação da classe dominante por causa da abolição, diante de um movimento republicano crescente e fortalecido pelos militares seguidores do Positivismo – doutrina filosófica, sociológica e política criada pelo francês Augusto Comte – e prestes a enfrentar a insatisfação das principais lideranças do Exército com a possível reconfiguração

da Guarda Nacional, o imperador passou a ignorar as ameaças ao trono buscando refúgio em seus passatempos prediletos – a literatura, as artes e, principalmente, as ciências.

A sucessão também começou a pesar nessa balança. Aos 63 anos, doente e desinteressado na política, Dom Pedro apresentava sinais visíveis de decadência física, o que abria espaço para a indicação de um novo mandatário. Herdeira natural da Coroa, Isabel não contava com a simpatia dos políticos, dos militares e do povo. Religiosa ao extremo, era casada com o Conde d’Eu, francês de nascimento, odiado por seu comportamento arrogante e prepotente. Temia-se que, ao se tornar imperatriz, ela deixasse o País entregue aos caprichos do marido e da Igreja Católica. Para completar o cenário inóspito, Cândido Luís Maria de Oliveira, Ministro da Guerra, adotara uma política que diminuía sensivelmente a força e o prestígio do Exército, desagradando o seu alto oficialato.

O golpe fatal na Monarquia veio no dia 9 de novembro de 1889, quando o imperador promoveu o baile mais suntuoso já realizado na Corte. A pretexto de homenagear os oficiais do navio da entidade), para demonstrar a solidez do Império, Dom Pedro convidou autoridades e a nata da sociedade para uma festa sem precedentes, onde mandou servir 1.300 frangos, 500 perus, 300 pennis de porco, 64 faisões, 18 pavões, 800 quilos de camarão, 800 latas de trufas e 1.200 latas de aspargos, acompanhados de legumes e decorados com frutas e flores. Na sobremesa, 14 mil taças de sorvete e 2.900 bandejas de doces sortidos. Tudo isso regado por 258 caixas de vinho da melhor procedência, 300 caixas de champanhe Veuve Clicquot, 10 mil litros de cerveja e licores dos mais finos. A conta chegou a 250 contos de réis, na

Novo regime, velhos problema-sépoca, o equivalente a 10% do orçamento anual do Rio de Janeiro.



BAILE DA ILHA FISCAL
O GOLPE FATAL NA MONARQUIA
FRANCISCO AURÉLIO DE FIGUEIREDO E MELO, 1905



LOTERIAS

Não fosse o subsídio mantido na República, a situação da entidade seria realmente aflitiva

Segundo consta, o imperador desequilibrou-se ao entrar no salão e teria dito: “O monarca escorregou, mas a Monarquia não caiu”. Enganou-se. Seis dias depois, a 15 de novembro, o amigo fiel, Marechal Deodoro da Fonseca, proclamava a República no meio da antiga praça da Aclamação, mesmo palco onde o Império se apresentara pela primeira vez, com a ascensão de Dom Pedro I ao trono do Brasil.

A Família Imperial foi exilada e Deodoro assumiu o Governo provisório. Logradouros que aludiam a personagens do Império tiveram seus nomes trocados, palácios foram abandonados e móveis e pertences da nobreza foram distribuídos na tentativa de eliminar quaisquer vestígios da Monarquia. Ruy Barbosa, Ministro da Fazenda e interinamente da Justiça, mandou queimar toneladas de documentos históricos para evitar ações indenizatórias dos senhores de escravos. Acabou-se o tempo em que se comprava um título de barão por pouco mais de 2 contos de réis e a modesta taxa de inflação se mantinha equilibrada em 1,58% ao ano.

Segundo Paulo Napoleão Nogueira da Silva, doutor em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, apenas 45 dias depois de instaurada a República, aquela marca havia saltado para 11% anuais e um ano mais tarde chegava a impressionantes 41%. Em 25 de fevereiro de 1891, Deodoro da Fonseca era confirmado como primeiro presidente da República

dos Estados Unidos do Brasil por um colegiado eleitoral. Nove meses e dois dias depois, deixou o Governo, forçado pelos revoltosos da Armada, que ameaçaram bombardear a cidade do Rio de Janeiro, caso não renunciasse. Em seu lugar assumiu o vice Floriano Peixoto, o “marechal de ferro”.

O GOSTO AMARGO DA REPÚBLICA

Para o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, criado e praticamente mantido pela Monarquia, os dois anos iniciais da República foram marcados por duas ocorrências desastrosas: a redução drástica de novos participantes, devido ao aumento de 50% na taxa de inscrição, e a concorrência feroz do Montepio Federal, criado em 1890. Idealizado para acabar de vez com uma obra emblemática do Império, o novo montepio tinha caráter compulsório, sendo, por isso, obrigatória a adesão dos funcionários públicos. Em seu relatório de fim de gestão, o Marquês de Paranaguá salientou a necessidade premente de reduzir a elevada taxa de inscrição para melhorar a receita da entidade e lamentou a decisão do Governo provisório com essas palavras:

“Não se compreende porque foi posta à margem uma instituição como a nossa, que já conta mais de cinquenta anos de existência regular, tendo conseguido, nesse longo período, acumular um fundo capital de mais de sete mil contos de réis, contando em seio mais de dois mil contribuintes, e pagando quase mil contos de réis anualmente a mais de quatro mil pensionistas. Com bastante mágoa, sou obrigado a confessar que o estabelecimento não poderá deixar de ressentir-se profundamente de tal estado de coisas em que foi colocado, mau grado seu, não lhe valendo a solicitude e o zelo de suas administrações.”

No biênio de 1891 a 1893, ainda sob a presidência de

Paranaguá, inscreveram-se apenas oito sócios novos, confirmando as dificuldades previstas em seu relatório anterior. Com isso, a situação da organização foi se tornando angustiante, pois a despesa com novos pensionistas só fazia crescer, enquanto a receita minguava a olhos vistos. As 77 novas pensões do período passaram a exigir mais 62 contos de réis dos cofres combalidos da entidade.

A diretoria, então, encaminhou ao novo Governo mais uma reformulação do Plano de Pensão e, no dia 11 de março de 1892, o Vice-Presidente, Marechal Floriano Peixoto, que substituíra Deodoro no comando da nação, assinou o Decreto nº 757, aprovando várias modificações, dentre elas, as de “considerar a Assembleia constituída, mesmo em primeira convocação, desde que estivessem presentes mais de vinte sócios; validar a reunião de Mesa Plena com a presença de doze diretores, indistintamente, e eliminar os sócios por falta de pagamento, ficando, todavia, onerada a pensão da respectiva dívida”.



FLORIANO PEIXOTO

Em 1892, o vice-presidente aprovou a reformulação do plano de pensão, autorizando a eliminação dos sócios por falta de pagamento
Arquivo Público Mineiro

Por essa ocasião, os sócios participantes já pleiteavam a melhor aplicação dos recursos da instituição, uma vez que as Apólices Federais, com juros de apenas 5%, não cobriam as despesas. Não fosse o auxílio inestimável das loterias, subsídio mantido na República e que vinham sendo extraídas com maior regularidade, a situação seria realmente aflitiva.

Observando que as leis fundamentais da entidade haviam sofrido alterações sistemáticas e consistentes desde a fundação em 1835, Paranaguá determinou a produção de uma coletânea de todos os decretos e regulamentos aprovados durante os 60 anos de funcionamento da entidade. A medida teve por finalidade facilitar o entendimento das normas reguladoras das atividades da instituição por todos os participantes, funcionários e dirigentes, os quais poderiam tomar decisões com mais rapidez e precisão, a partir de

simples consultas à obra. O trabalho foi realizado pelo secretário da instituição, conselheiro Antonio Luiz Fernandes da Cunha, que há mais de 20 anos vinha servindo à instituição, fazendo por merecer o título de sócio remido, em retribuição à sua dedicação e desvelo.

O compêndio figurou como anexo ao relatório do Marquês de Paranaguá já no biênio seguinte (1893-1895). Nele ficaram registrados o plano aprovado pelo decreto de 2 de junho de 1836 e as respectivas alterações referendadas pelos decretos de 13 de março de 1844, 6 de julho de 1859, 18 de fevereiro de 1870 e 6 de julho de 1878, assim como as circulares do Ministério da Fazenda de 12 de novembro de 1863 e 17 de setembro de 1872; o regimento interno de 30 de abril de 1872; os decretos

complementares de 16 de agosto de 1844, 27 de novembro de 1886, 27 de janeiro de 1888 e 11 de março de 1891, incluindo, ainda, todas as regras deliberadas em Mesa Plena.

Em 1894, outra marca pioneira seria creditada à organização. Com a morte do comendador Duarte Claudio Huet de Bacellar Pinto Guedes, Diretor do Tesouro Nacional, sua neta, Escolástica Huet de Castro Amaral, começou a receber a pensão de 1 conto de réis. O benefício foi pago durante 74 anos consecutivos, até 1968, data da morte de Escolástica, um recorde jamais igualado por nenhuma outra instituição de previdência pública ou privada.



BENEFICIÁRIAS

Lourdes e Beatriz, bisnetas de dona Escolástica, neta do Comendador Duarte que recebeu benefício durante 74 anos consecutivos. Na imagem acima, o título de pensão.





PRUDENTE DE MORAIS

Restabeleceu as relações com Portugal e assinou o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com o Japão

Também em 1894, Prudente José de Moraes e Barros foi eleito Presidente da República pelo Partido Republicano Federal (PRF). Primeiro civil a ocupar o cargo, representou a ascensão da oligarquia cafeeira paulista ao poder, em substituição aos militares. Chegou de trem ao Rio de Janeiro para tomar posse e, como ninguém apareceu para recebê-lo, hospedou-se no modesto Hotel dos Estrangeiros, situado no bairro do Catete. Tentou uma audiência com o Presidente Floriano Peixoto, mas não foi atendido, mesmo tendo sido sua candidatura indicada por ele. No dia da cerimônia, teve de pegar carona na carruagem do embaixador da Inglaterra.

No início do seu governo, Prudente de Moraes conseguiu pacificar a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, anistiando os rebeldes. Em seguida, enfrentou e resolveu com sucesso a questão diplomática com os ingleses, que haviam invadido a ilha de Trindade em 1895, e a revolta da Escola Militar. Restabeleceu as

relações com Portugal e assinou o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com o Japão, cujo objetivo era estimular a vinda de imigrantes japoneses para trabalhar na agricultura. Pouco tempo depois, enfrentaria um movimento rebelde sem precedentes, a Guerra dos Canudos, no sertão baiano. Devido a problemas de saúde, afastou-se do poder em fins de 1896, passando o cargo ao Vice-Presidente Manuel Vitorino Pereira.

Com a vitória dos canudenses de Antonio Conselheiro sobre várias expedições militares, a situação voltou a deteriorar-se. Avolumaram-se os rumores de que os rebeldes preparavam-se para atacar cidades vizinhas e partir em direção à capital para depor o governo republicano, reinstalando a Monarquia. Prudente interrompeu a convalescença e nomeou outro Ministro da Guerra, o General Carlos Machado Bittencourt, que liderou nova expedição e derrotou os rebeldes.



REVOLUÇÃO FEDERALISTA

A rebelião, que ocorreu no Sul do Brasil, adquiriu âmbito nacional e ameaçou a estabilidade do regime republicano em todo o país. Ao centro, se vê Gumerindo Saraiva, um dos líderes do movimento

Biblioteca Nacional de Uruguay, 1893



REVOLTA DA VACINA

Bonde virado na Praça da República, Rio de Janeiro, durante a Revolta, em novembro de 1904

As divergências internas no Partido Republicano Federal e a Revolta de Canudos desgastaram o governo. Mesmo com a vitória das tropas federais, a oposição não se acalmou. Em 5 de novembro de 1904, durante cerimônia militar em frente ao atual Museu Histórico, Prudente de Morais sofreu um atentado. Escapou ileso, mas o seu Ministro da Guerra, o então Marechal Bittencourt, faleceu. Imediatamente, o Presidente decretou estado de sítio no Distrito Federal (Rio de Janeiro) e em Niterói, conseguindo assim livrar-se dos opositoristas mais incômodos. As dificuldades econômicas e financeiras, herdadas

da crise do Encilhamento acentuaram-se em sua administração, sobretudo devido aos gastos militares, aumentando muito a dívida externa. Com a assessoria de seus Ministros da Fazenda, Rodrigues Alves e Bernardino de Campos, negociou com os banqueiros ingleses a consolidação da dívida, em operação financeira que ficou conhecida como funding loan, base da política executada por Joaquim Murinho nos quatro anos seguintes.

No plano da política externa, resolveu favoravelmente para o Brasil a questão de limites com a Argentina, arbitrada pelo presidente norte-americano Grover Cleveland, na qual se destacou o representante brasileiro, José Maria da Silva Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco. Há que se destacar que o último ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas do governo de Prudente de Morais foi Jerônimo Rodrigues de Morais Jardim, diretor do montepio por muitos anos.

No balanço das atividades em 1904, a entidade contabilizou apenas nove novos participantes. Em contrapartida, foram instituídas 72 pensões, somando 58 contos e 160.310 réis. O capital empregado em Apólices Federais atingiu, nesse período, a cifra de

7.754 contos e 700 mil réis, que rendiam juros de 387 contos e 735 mil réis. Inesperadamente, o produto do subsídio das loterias foi limitado pelo Governo em 200 contos de réis, decisão que agravou ainda mais a situação financeira da instituição, que vinha arrecadando com essa fonte de recursos pelo menos o dobro. Premido pelas circunstâncias, o Marquês de Paranaguá apelou mais uma vez para o Estado, no intuito de obter autorização para aplicar o capital da entidade em imóveis para renda, a exemplo do que fazia a Irmandade da Santa Cruz dos Militares, o que lhe foi peremptoriamente negado.

Em 27 de outubro de 1904, tendo o Marquês de Paranaguá completado 17 anos como principal dirigente da organização, foi-lhe concedido o título de sócio remido, nos termos do artigo 5º do Decreto nº 757, de 11 de março de 1892. Pela segunda vez em 62 anos de história, a instituição outorgava essa recompensa a um de seus diretores. O velho político, já com 76 anos de idade, continuava à frente da entidade, redobrando esforços para livrá-la da situação crítica. Insistentemente, encaminhou

pedidos de ajuda aos Ministros da Fazenda e da Justiça, Bernardino José de Campos Júnior e Amaro Cavalcanti, respectivamente, sem obter qualquer sucesso. Apelou, então, para o Congresso Nacional, alegando que a entidade prestava assistência a 4.085 pensionistas, despendendo para isso mais de 800 contos de réis. Com as dívidas acumuladas com o Tesouro Nacional e as despesas inerentes ao funcionamento, a instituição não poderia prescindir de mais um rateio de pensões para sobreviver. Embora não solucionasse o problema, o Congresso, através da lei de 26 de dezembro de 1898, atendeu às súplicas da organização, concedendo-lhe um aumento de 57 contos e 500 mil réis sobre a quota lotérica de 200 contos de réis.

*APESAR DAS DIFICULDADES EXTREMAS,
A ENTIDADE MANTINHA SEUS
COMPROMISSOS COM OS PENSIONISTAS
ABSOLUTAMENTE EM DIA*



SÁTIRA

Bonde virado na Praça da República, Rio de Janeiro, durante a Revolta, em novembro de 1904



EVOLUÇÃO DA MOEDA 1911

Os Réis brasileiros registraram sua primeira alta no mercado internacional.

UM NOVO PLANO PARA A “CIDADE MARAVILHOSA”

Apesar das dificuldades extremas, a entidade mantinha seus compromissos com os pensionistas absolutamente em dia. Um bom exemplo é o de César Sauvan Vianna de Lima, Barão de Jauru. Diplomata de carreira, Sauvan Vianna foi embaixador do Brasil no Paraguai, em 1864, às vésperas da guerra e, posteriormente, serviu nas legações brasileiras da Argentina, Áustria e Alemanha, onde morreu em 1897. Participante do plano

Novo regime, velhos problemas da entidade, ele deixou para sua filha Amélia Vianna de Lima uma pensão anual de 1 conto de réis. Como Amélia morava na França, a diretoria da instituição procurou o advogado da família, acertando o pagamento do benefício, que passou a ser depositado no Banco de Paris, de 1898 até o fim de sua vida em 1938.

Em março de 1898, com pouco mais de 420 mil votos, o ex-Presidente do Estado de São Paulo Manuel Ferraz de Campos Sales venceu a eleição para a Presidência da República, superando Lauro Sodré, candidato apoiado por Floriano Peixoto e pelos seguidores do Positivismo. Algumas personalidades da época receberam votos, como o Conde d’Eu, marido da princesa Isabel; o Visconde de Ouro Preto, Ministro do Império e ex-dirigente do montepio; e até o banqueiro inglês Rothschild. Embora não estivessem inscritos para concorrer à Presidência, o voto nesses personagens importantes do tempo da Monarquia representou o protesto do povo contra a República e os políticos do novo regime.

REGISTRO FOTOGRÁFICO DE UM NOVO RIO



AVENIDA CENTRAL

Acima, a construção da atual Avenida Rio Branco, em 1904
Augusto Malta, 1905. Acervo AGCRI

Ao lado, a avenida nos primeiros anos do século 20, já construída
Augusto Malta, 1906. Acervo AGCRI



O novo Governo não trouxe nenhum alento à situação difícil do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado. Em 1900, a crise financeira acentuara-se ainda mais, em decorrência dos volumosos compromissos e da falta de receita. A dívida com o Tesouro Nacional chegava a 250 contos e 303.900 réis, uma razoável fortuna na época. Após prorrogar o prazo de pagamento por várias vezes, o Marquês de Paranaguá voltou ao Congresso Nacional pedindo o perdão da dívida, sem êxito. No ano seguinte, a diretoria, em Mesa Plena, determinou as seguintes medidas em caráter de emergência: “Não aplicar mais nas Apólices Federais qualquer parcela da receita proveniente de seus juros; reduzir em 10% o pagamento de todas as pensões; aumentar em 20% as contribuições dos novos participantes; nomear uma comissão para rever o plano do montepio; nomear outra comissão para examinar a escrituração e propor medidas de economia, e autorizar

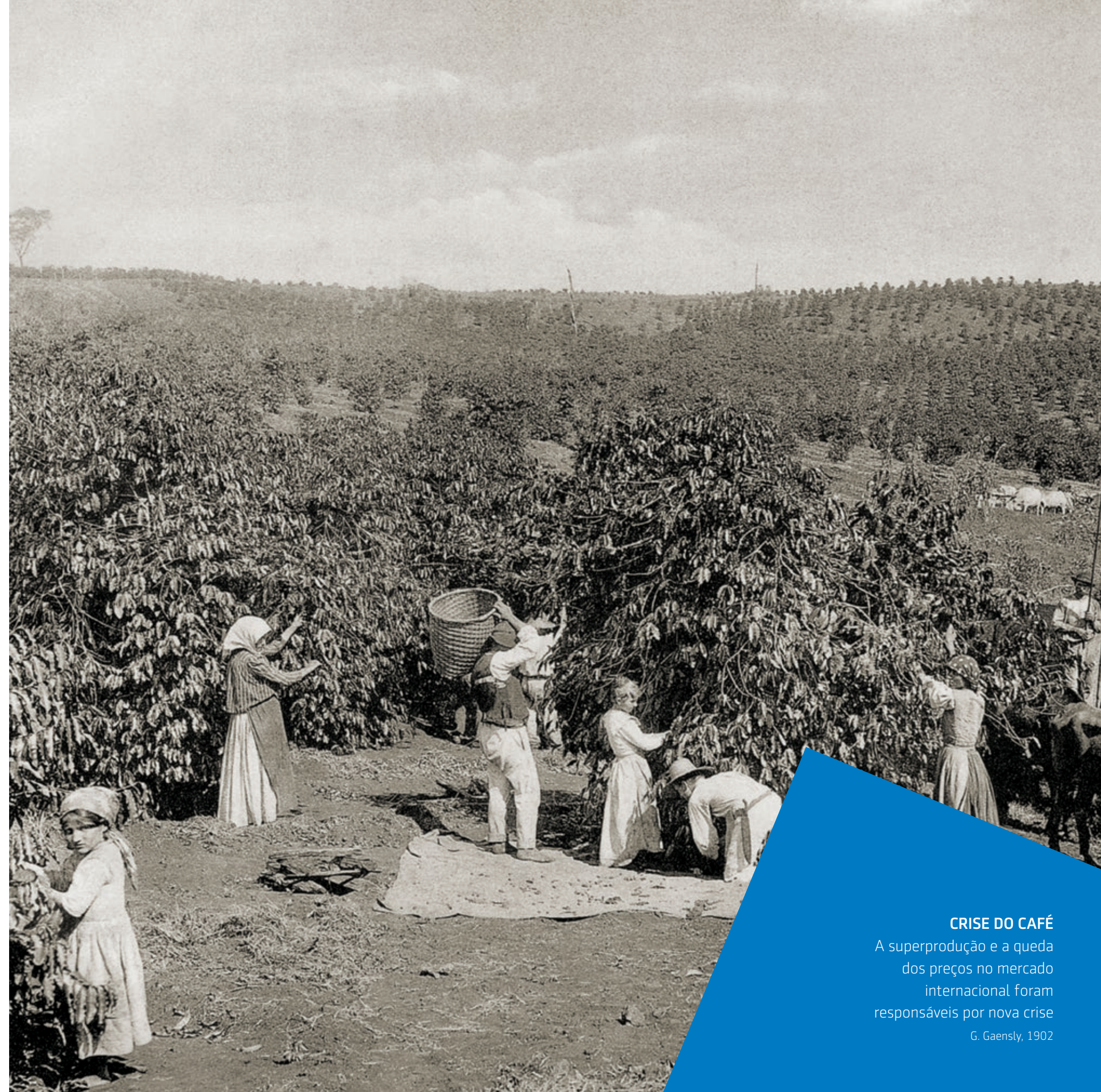
a diretoria a buscar um acordo com o Governo sobre a dívida apurada ao fim daquele exercício”.

Em 1902, o presidente da República era outro. Francisco de Paula Rodrigues Alves recebeu o comando do País a 15 de novembro daquele ano, encontrando uma conjuntura econômica favorável, face à recuperação dos preços do café no mercado internacional e à austeridade política de saneamento financeiro executada por seu antecessor, Campos Sales, seguindo à risca a linha ditada pelos banqueiros ingleses, principais credores da dívida externa brasileira.

A facilidade para obter novos créditos no exterior permitiu que Rodrigues Alves tornasse a contrair dívidas com os mesmos banqueiros para financiar a remodelação urbanística e o saneamento da Capital federal, Rio de Janeiro, um dos pontos principais de seu programa de governo. As condições sanitárias da cidade, que desde meados do século 19 convivia com sucessivos surtos

de febre amarela, varíola e peste bubônica, vinham ameaçando a política de estímulo à imigração, indispensável para o suprimento de mão-de-obra aos setores mais dinâmicos da economia brasileira, ainda ressentidos pela perda do trabalho escravo.

Ao final do seu mandato, concluído em novembro de 1906, o Rio de Janeiro apresentava muitos dos aspectos de uma cidade europeia, além de estar livre das frequentes epidemias de febre amarela. Pode-se dizer, também, que a peste bubônica estava sob controle, com o combate aos ratos e a soro-vacinação. Em sua gestão, o Brasil anexou ao seu território o atual Estado do Acre, após um acordo com a Bolívia, negociado pelo Barão do Rio Branco e que determinava o pagamento àquele País de 2 milhões de libras esterlinas e a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, por onde seria escoada a produção de borracha.



CRISE DO CAFÉ

A superprodução e a queda dos preços no mercado internacional foram responsáveis por nova crise

G. Gaensly, 1902



PEREIRA PASSOS

O prefeito do então Distrito Federal promoveu uma grande reforma urbanística na cidade

Augusto Malta, 1906 - Acervo AGCRJ

Rodrigues Alves enfrentou a famosa Revolta da Vacina, movimento popular contra o sanitarista Oswaldo Cruz e a obrigatoriedade da vacinação, assim como uma nova grave crise do café, ocasionada pela superprodução e outra queda dos preços no mercado internacional. Na tentativa de debelar a crise, foi assinado, em março de 1906, o Convênio de Taubaté, onde os governos estaduais se comprometiam a comprar o excedente da produção para garantir os preços. Esse acordo contribuiria para aumentar o endividamento do Brasil, pois os estados recorreram a empréstimos externos para cumpri-lo.

O Rio de Janeiro também recebeu cuidados especiais no Governo



INSPIRADO NAS REFORMAS DE HAUSSMANN EM PARIS, AO FIM DE QUATRO ANOS PEREIRA PASSOS HAVIA TRANSFORMADO COMPLETAMENTE A APARÊNCIA DO RIO

OSWALDO CRUZ

Após o projeto de Pereira Passos e a intervenção do sanitarista, o Rio perdeu o apelido de "Cidade da Morte" e ganhou o título de "Cidade Maravilhosa"

REGISTRO FOTOGRÁFICO DE UM NOVO RIO



NOVOS HÁBITOS

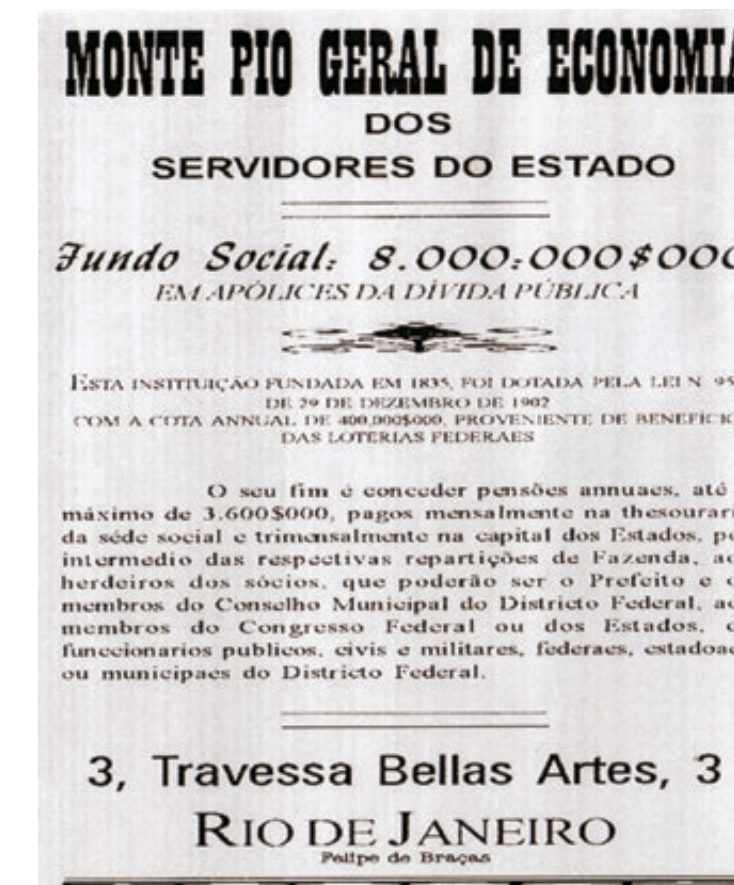
Trajes típicos usados para o banho de mar na praia de Copacabana
Revista Para Todos, 1924



Rodrigues Alves. Nomeado prefeito do Distrito Federal, Francisco Pereira Passos, com a preciosa colaboração de Lauro Müller, Paulo de Frontin e Francisco Bicalho, promoveu uma grande reforma urbanística na cidade, com o objetivo de transformá-la numa capital nos moldes franceses. Inspirado nas reformas de Haussmann em Paris, ao fim de quatro anos Pereira Passos havia transformado completamente a aparência do Rio. Aos cortiços – vilas e casarões decadentes, que serviam de moradia aos desafortunados – e ruas estreitas e escuras, sobrevieram grandes boulevares, com imponentes edifícios e iluminação feérica, dignos de representar a capital de um País que aspirava a um lugar entre os mais desenvolvidos do mundo. A Avenida Central (atual Rio Branco), a Avenida Beira Mar e a Avenida Atlântica, em Copacabana, também foram obras de sua administração, moderna e empreendedora. Após a execução do projeto de Pereira Passos e a intervenção do sanitarista Oswaldo Cruz, o Rio de Janeiro perdeu o apelido de “Cidade da Morte” e ganhou o título de “Cidade Maravilhosa”.

Em 1902, o presidente da entidade também era outro. Paranaguá despedira-se em 1901, concluindo 20 anos de mandato, período de dificuldades sem conta e árdua luta pela sobrevivência da instituição. Em seu lugar, assumiu o Conselheiro Olegário Herculano de Aquino e Castro, Desembargador e Presidente do Supremo Tribunal Federal. A situação da instituição agravara-se bastante. Nos últimos dois anos, não fora admitido um participante sequer e enquanto o número de contribuintes limitava-se a 693, os pensionistas chegavam a 4.083. A instituição recebera pouco menos de 70 contos de réis de contribuições e pagara quase 860 contos de réis em pensões.

Com esse quadro alarmante, a comissão encarregada de rever o Plano de Pensão deu por concluído seu trabalho e, após a aprovação da Mesa Plena, encaminhou as alterações ao Ministro da Fazenda, José Leopoldo de Bulhões Jardim,



PUBLICIDADE

Anúncio da entidade publicado em 1908
Acervo Mongeral

REGISTRO FOTOGRÁFICO DE UM NOVO RIO



ATERRO DO FLAMENGO

Acima, a construção do Aterro do Flamengo, em 1906
Augusto Malta, 1906. Acervo AGCRI

Ao lado, a vista para a Enseada de Botafogo, em 1907
Augusto Malta, s.d. Acervo AGCRI



futuro presidente da organização. Assim, a 4 de fevereiro de 1903, o Governo Rodrigues Alves aprovava as novas regras, por intermédio do Decreto nº 4.774. Dentre elas, destacavam-se as seguintes: “Admitir como sócios participantes os funcionários municipais do Distrito Federal; elevar a 3:600\$000 (3 contos e 600 mil réis) anuais a pensão máxima, até então de 2:400\$000 (2 contos e 400 mil réis); fixar em 6.000:000\$000 (6 mil contos de réis) o fundo social inalienável, constituído por Apólices da Dívida Pública Federal, podendo o excedente, cerca de 2.000:000\$000 (2 mil contos de réis), ser aplicado como recurso extraordinário para cobrir as despesas gerais; aplicar as novas tabelas para a inscrição, que passaram a ser de três categorias – joia com anuidades, anuidades somente, e remissão –, (essas tabelas foram organizadas pelo diretor, Marechal Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim); restabelecer a idade mínima de 20 anos para a admissão de participantes (havia subido para

31 anos); permitir a reeleição de apenas cinco dos nove membros da diretoria, e de seis dos doze diretores adjuntos; fazer coincidir o ano financeiro com o ano civil, devendo os balanços ser encerrados a 30 de dezembro.”

Nos bastidores do poder, especificamente no Ministério da Fazenda, corriam rumores de que o Governo planejava fundir o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado com o Montepio Federal e suspender a extração das loterias. Alertado pela diretoria, o Ministro Leopoldo de Bulhões abortou o plano e ordenou a suspensão temporária da obrigatoriedade de adesão à instituição criada em 1890. O antigo Montepio Federal, atual Montepio Civil da União, fez sombra à entidade precursora da previdência brasileira por pouco tempo. Com o passar dos anos, definiu e, hoje, atende exclusivamente os representantes da alta Magistratura e ministros do Tribunal de Contas da União.



OLEGÁRIO HERCULANO DE AQUINO E CASTRO

Desembargador e Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Conselheiro assumiu a presidência da entidade em 1902



A Bolsa de Valores do Rio de Janeiro foi a primeira a entrar em operação no Brasil, em 1845.

Augusto Malta, s.d.

A ameaça de supressão das quotas lotéricas também não foi consumada e, ao contrário do que se esperava, o Governo firmou novo contrato, aumentando o subsídio das loterias para 400 contos anuais. Em seu último exercício como presidente, Olegário Herculano conquistou mais uma vitória: o Congresso Nacional concedeu à entidade, pelo Decreto nº 992 de 18 de julho de 1903, o prazo de dez anos para saldar a dívida com o Tesouro Nacional, nessa época avaliada em 456 contos e 169 mil réis.

Favorecido pelo fim da concorrência do Montepio Federal, pelos dispositivos do Plano de Pensão implantados a toque de caixa e pela redução de 15% na taxa de inscrição, a organização recebeu a adesão de 58 participantes ao fim de 1904, já sob o comando de José de Oliveira Coelho. Desde logo, o novo presidente decidiu

suspender o desconto de 10% que vinha sendo aplicado ao pagamento das pensões, acabando com a prática que só se justificava pelo estado precário das finanças da instituição. A sede, novamente carente de reparos, passou por uma reforma completa, recebendo cuidados há muito devidos. A obra e os móveis custaram mais de 15 contos de réis. Enfim, a velha entidade ganhava ares de recuperação e progresso.

Em 1905, com o Ministro da Fazenda Leopoldo de Bulhões na presidência, a organização viu repetir-se a ameaça de fusão com o enfraquecido Montepio Federal, mas a proposta não encontrou acolhida sequer entre os federalistas mais ferrenhos. Recomeçando a navegar em mar de tranquilidade, o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado não se ressentiu quando o recebimento da receita gerada pelas loterias passou a ser

inconstante e desfalcado. Dos 400 contos de réis de praxe, recebeu 305 em 1904, 302 em 1905 e somente 276 contos de réis em 1906. Seu capital social, então, ultrapassava os 8 mil contos de réis, referentes a 7.373 Apólices da Dívida Pública.

Na política brasileira, a “República da Espada” parecia ter ficado para trás, dando lugar ao poder civil. A “República Café com Leite” de paulistas e mineiros estava na ordem do dia e, em 1906, Afonso Augusto Moreira Pena foi eleito presidente. Contrariando as expectativas, realizou uma administração que não se prendeu de todo aos interesses regionalistas: incentivou a construção de ferrovias e interligou a Amazônia ao Rio de Janeiro pelo fio telegráfico, com a expedição de Cândido Rondon. Tomou para o Governo Federal a responsabilidade pela compra dos estoques de café, encargo que se destinava à valorização do produto, até então confiado aos Estados de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, signatários do Convênio de Taubaté. Modernizou o Exército e a Marinha com o auxílio do General Hermes da Fonseca, e incentivou a imigração. O lema de seu governo foi “Governar é povoar”, mais tarde adotado e ampliado por Washington Luís.



REPÚBLICA DO CAFÉ COM LEITE

A caricatura representa a época em que São Paulo e Minas Gerais eram o sustentáculo econômico do País

Alfredo Stroni, 1905



AFONSO AUGUSTO MOREIRA PENA

O 6º presidente do Brasil realizou uma administração que não se prendeu aos interesses regionalistas

Seu Ministério foi formado, em maioria, por jovens políticos, seguidores fiéis de suas ideias, o que lhe valeu a alcunha de “Jardim de Infância”. Chegou mesmo a declarar, em carta a Ruy Barbosa, que a função dos ministros era executar seu pensamento: “Na distribuição das pastas não me preocupei com a política, pois essa direção me cabe, segundo as boas normas do regime. Os ministros executarão meu pensamento. Quem faz a política sou eu”.

Em razão de seu afastamento dos interesses tradicionais das oligarquias paulistas e mineiras, enfrentou uma forte crise por ocasião da sucessão. David Morethson Campista, indicado por ele, foi rejeitado pelos grupos de apoio a Hermes da Fonseca, principalmente por Pinheiro Machado, o mais influente congressista da época. Ainda tentou indicar os nomes de Campos Sales e Rodrigues Alves, sem sucesso. Acabou morrendo durante o

mandato, em 1909, em meio à crise sucessória e pouco depois da perda de seu filho, Álvaro Pena. A presidência foi, então, transferida ao vice-presidente Nilo Peçanha.

Durante o biênio de 1907 a 1909, com José de Oliveira Coelho substituindo Leopoldo de Bulhões na presidência, uma iniciativa pioneira consolidaria, futuramente, o projeto de expansão econômica da entidade: a criação de uma caixa de empréstimos aos servidores públicos e pensionistas, sob consignação em folha de pagamento no caso dos primeiros, e contra o recebimento dos benefícios para os demais. Submetida ao Congresso, a ideia foi aprovada pelo Decreto 7.698, de dois de dezembro de 1909, mesmo ano em que o Hino Nacional Brasileiro, cuja música fora composta por Francisco Manoel da Silva em 1822, recebeu os versos de Joaquim Osório Duque Estrada. Juntamente com a caixa de empréstimos, foi validada uma

nova reforma do plano de pensão, da qual os principais dispositivos serão apresentados a seguir.

“Estender a outras classes, além dos servidores públicos, a permissão de se inscrever no montepio; permitir a remissão após 35 anos de contribuição (anteriormente, os participantes contribuía até a morte); dividir o fundo social em duas partes, uma, indisponível, no valor de seis mil contos de réis em Apólices da Dívida Pública, e a outra, disponível, formada pelo excedente dessa importância, para fins de empréstimos a funcionários públicos e pensionistas; proibir outros descontos nos benefícios dos pensionistas; elevar o período de mandato das diretorias de dois para três anos; permitir a reeleição de todos os membros da diretoria, proibir os participantes de representarem mais de um participante ausente nas Assembleias Gerais; separar os estatutos do Plano de Pensão do



Regulamento Interno; transferir para a Assembleia Geral o poder de reformar o Plano de Pensão, e fixar o tempo máximo para a admissão e eliminação de participantes.”

REVOLTA DA CHIBATA

Marinheiros revoltosos com João Cândido (quarto a partir da esquerda)



MARECHAL HERMES DA FONSECA

Logo na primeira semana como presidente do País, enfrentou a Revolta da Chibata

EMPRÉSTIMOS E NOVA REFORMA

O recorrente desfalque nos repasses da receita das loterias ainda provocava embaraços à administração da entidade. O prejuízo acumulado ao longo dos anos já se aproximava de 511 contos de réis, razão pela qual o pagamento das parcelas de amortização da dívida com o Tesouro Nacional não era efetuado pontualmente. Por esse motivo, José de Oliveira Coelho, reeleito para a gestão de 1910 a 1912, apressou-se em organizar a caixa de empréstimos, instalada, finalmente, em 18 de julho de 1910, marco histórico de um período de alívio e crescimento.

Naquele ano, o Brasil dava posse ao seu oitavo presidente. Pela primeira vez no regime republicano instalara-se um clima de campanha eleitoral, com acirrada disputa entre civilistas e militaristas. De

um lado, Ruy Barbosa; de outro, Hermes Rodrigues da Fonseca, sobrinho de Deodoro. Venceu o Marechal Hermes.

Logo na primeira semana de governo, Hermes da Fonseca enfrentou a Revolta da Chibata, liderada pelo marinheiro João Cândido Felisberto, que culminou em motim a bordo dos encouraçados Minas Gerais, São Paulo e Deodoro da Fonseca, e do cruzador Bahia. Abolido o castigo aplicado corriqueiramente pela Marinha e concedida a anistia aos mais de 2 mil amotinados, o Governo traiu sua palavra e deu início a um processo de expulsão de todos os envolvidos. Seguiu-se, então, um levante no batalhão de fuzileiros navais e o Marechal Hermes colocou o País em estado de sítio. Mais de 1.200 marinheiros foram expulsos e centenas presos e mortos.

O braseiro da crise ainda não se apagara por completo e uma

outra revolta veio conturbar o País. A Guerra do Contestado, localizada em região litigiosa entre o Paraná e Santa Catarina, não seria debelada até o fim do seu mandato. Apesar de muito popular quando eleito, o presidente teve sua imagem bastante abalada e somente conseguiu manter a ordem graças ao apoio do Partido Republicano Conservador, liderado pelo Senador Pinheiro Machado. O Marechal Hermes procurou seguir o mesmo projeto das administrações anteriores, sem, contudo, conter o surto militarista das chamadas “salvações”, que consistiam na derrubada das oligarquias dominantes nas regiões Norte e Nordeste. As intervenções federais sucessivas no Amazonas, Pernambuco, Bahia e Alagoas, com o propósito de substituir as lideranças políticas por militares, provocaram violenta oposição e o bombardeio de Manaus e Salvador foi ordenado.



FORMALIDADES

O presidente Hermes da Fonseca e sua esposa, Nair de Tefé, que tinha um pensamento liberal oposto ao seu, em frente à Arquicatedral Metropolitana S.a, 1914. Acervo AGCRJ



EVOLUÇÃO DA MOEDA 1922

Fizeram-se as últimas moedas de ouro, de 20.000 e 10.000 réis. Continuavam a circular as moedas de prata de 4.000, 2.000, 1.000 e 500 réis.

Hermes da Fonseca conduziu nova renegociação da dívida externa e um segundo funding loan foi firmado. A política externa, traçada pelo Barão do Rio Branco, manteve a aproximação com os Estados Unidos e, no plano interno, o presidente prosseguiu com o programa de construção de ferrovias e a instalação de escolas técnicas profissionalizantes, delineado no governo de Afonso Pena.

Hermes da Fonseca foi o único presidente a casar-se durante o mandato, esposando a feminista Nair de Teffé, musicista e caricaturista de pensamento liberal oposto ao seu. Foi, também, o primeiro a envergar a faixa presidencial, instituída em seu polêmico governo.

Ao largo dos problemas da política nacional, a instituição seguia firme em seu curso progressista. Dispondo de três

anos de mandato, conforme rezavam os novos estatutos, a diretoria convocou a Mesa Plena para organizar dois regimentos internos, um para a própria instituição e outro especificamente para a caixa de empréstimos, criada com autonomia, porém sob a superintendência de um dos diretores, anualmente indicado para essa tarefa.

Embora comesçassem a aparecer as vantagens das adaptações aplicadas ao plano de pensão e a caixa de empréstimos revelasse os primeiros sinais de êxito, ainda não havia recursos disponíveis para o pagamento das parcelas de amortização da dívida com o Tesouro. A forte pressão exercida por Francisco Antônio de Salles e Rivadávia da Cunha Corrêa – Ministros da Fazenda em 1913 – obrigou a entidade a lastrear seu débito de 292 contos e 426 mil réis com o depósito de 293

contos de réis em Apólices da Dívida Pública. Simultaneamente, o Presidente José de Oliveira Coelho dava entrada no Congresso Nacional a um pedido de moratória por dois anos.

Em 1914, a instituição sofreu severa campanha dos jornais cariocas por negar empréstimos aos funcionários públicos que não apresentavam garantias de estabilidade. O Superintendente da Caixa de Empréstimos, Lacerda Coutinho, foi chamado a explicar a situação, revelando que a medida tinha por base a inadimplência provocada pela demissão em massa dos servidores do Ministério da Agricultura.

Ao término do triênio em 1915, uma avaliação técnica das tabelas de cálculo dos benefícios inicialmente adotadas pela entidade apontou um grave erro, explicando por quê, desde a sua fundação até 1910, havia consumido toda



a renda ordinária e mais 7.643 contos e 300.700 réis das quotas lotéricas para fazer frente às despesas e pagar as pensões. Essa descoberta foi mais um elemento de segura importância para o saneamento das contas da instituição.

GUERRA DO CONTESTADO

Depois da Revolta da Chibata, mais um sinal da crise no sul do País
Claro Jansson, s.d.

A RECUPERAÇÃO E A CAIXA DE EMPRÉSTIMOS

Nova reforma dos estatutos foi então encaminhada ao Governo e aprovada sem delongas pelo Decreto nº 11.700 de 1915. Além de rever as tabelas erradas, o plano de pensão apresentado modificou a forma de pagamento das contribuições e as respectivas multas para as prestações em atraso. Ademais, permitiu a redução do valor das pensões, alterou o processo de eleição da diretoria (adiando-a para janeiro de 1916) e aperfeiçoou as regras para a constituição da Assembleia Geral e seu funcionamento.

Nesse período, a cláusula de adesão compulsória do funcionalismo público ao Montepio Federal foi restabelecida e acarretou fortíssima redução no volume de inscrições. O impacto causado é bem nítido, quando se comparam os números: durante os anos de 1910 a 1913 foram resgistrados 120 novos participantes, contra apenas 21 no triênio seguinte. No entanto, o

golpe foi totalmente absorvido graças à receita advinda dos juros sobre os empréstimos concedidos.

Hermes da Fonseca despediu-se da Presidência da República sem deixar saudades. No entanto, seu vice-presidente, o mineiro Venceslau Brás Pereira Gomes, continuou no poder. Candidato único, teve seu nome proposto como melhor alternativa para a reconciliação de Minas Gerais e São Paulo com os demais estados. Eleito presidente em 1914, logo de início teve de combater a Guerra do Contestado, revolta herdada do governo anterior. Sufocada a rebelião, mediou a disputa de terras entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, definindo seus limites. Enfrentou, também, diversas manifestações militares, dentre elas a Revolta dos Sargentos em 1915, deflagrada por sargentos e suboficiais do Exército.



VENCESLAU BRÁS PEREIRA GOMES

Promulgou o primeiro Código Civil brasileiro, em 1917

A FASE MAIS AGUDA DA CRISE COMEÇARA COM O EMPENHO DO GRUPO DOS CARAMURUS EM RECONDUZIR O PRIMEIRO IMPERADOR AO PODER E NEM A SUA MORTE PREMATURA APLACARA A ÂNSIA DE PODER DOS RETRÓGRADOS RESTAURADORES



PRIMEIRA GUERRA

O Brasil enviou à Europa um corpo expedicionário com 2 mil combatentes e cem médicos

S.A., 1918. ACERVO AGCRI



GREVE GERAL OPERÁRIA EM SÃO PAULO

Enterro da primeira vítima da greve, na Rua 15 de novembro
S.a, 1917. Acervo AGCRI

CORDIALIDADE EM TEMPOS DE GUERRA E CRISE

Venceslau Brás promulgou o primeiro Código Civil brasileiro, redigido pelo famoso jurista Clóvis Bevilacqua em 1901. Após 16 anos de discussões no Congresso Nacional, o conjunto de leis entrou em vigor, finalmente, em janeiro de 1917, sendo o primeiro a grafar o nome Brasil com a letra S. No mesmo ano, o torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães levou Venceslau Brás a decidir-se pela participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial, enviando à Europa um corpo expedicionário composto de 2 mil combatentes e cem médicos. A dificuldade de importar produtos manufaturados durante o conflito fez com que incentivasse a indústria nacional, porém, sem resultados expressivos, visto que o País ainda era essencialmente agrícola.

Em seu governo eclodiu a primeira greve geral de operários verificada no Brasil, paralisando a Cidade de São Paulo em 1917; morreu o Senador Pinheiro Machado, assassinado a facadas no vestíbulo do Hotel dos Estrangeiros, no bairro do Catete, no Rio de Janeiro; e a Gripe Espanhola dizimou cerca de 300 mil vidas, dentre as quais Rodrigues Alves, então na iminência de um segundo mandato como presidente da República.

Em 1916, José de Oliveira Coelho seguia absoluto na presidência da entidade. Exímio administrador, fora eleito para o quinto mandato pela maioria esmagadora dos votos. É dessa época mais um caso excepcional na trajetória da instituição, que merece ser contado.

Júlio de Araújo Rodrigues, inspetor fiscal de imposto sobre o consumo, subordinado à Recebedoria do Tesouro Nacional, no Rio de Janeiro, comissionado na Delegacia Fiscal do Tesouro Federal do Estado do Paraná, em Curitiba, participava do Plano de Pensão desde 18 de junho de 1904. Em 29 de janeiro de 1917, foi sentenciado a oito anos de reclusão, com perda do emprego e inabilitação para qualquer



outro por 16 anos, pelo crime de peculato, ou seja, o desvio de dinheiro público. Requereu, então, a pensão de 2 contos e 400 mil réis anuais para sustento da mulher, Maria Eliza de Castro Neves, das filhas, Maria e Marietta, e da mãe viúva, Florisbella, prontamente concedida pela diretoria, em conformidade ao artigo 32 dos Estatutos. Descobriu-se mais tarde que as razões de sua prisão foram meramente políticas e Júlio foi libertado em 1920. Aos 55

MOVIMENTO GREVISTA

A polícia dispersando o povo na praça Antônio Prado
S.a, 1917. Acervo AGCRI.



ASSASSINATO

Líder do Partido Republicano Conservador, o senador Pinheiro Machado morreu apunhalado no Hotel dos Estrangeiros, no Rio de Janeiro
S.A, 1915. ACERVO AGCRJ

anos, bastaria que ficasse quieto e calado para usufruir do benefício por longo tempo, pois a diretoria da entidade de nada ficou sabendo. No entanto, a 5 de maio de 1920, ele enviou a seguinte carta à instituição, emocionando a todos com sua honestidade e nobreza de caráter: “Exmos. Srs. Diretores do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado. Rio de Janeiro. Exmos. E prezadíssimos amigos e senhores. Pela presente, tenho a honra e a satisfação de comunicar a VV. Excias. Que me encontro de novo em liberdade e assim em condições de poder prover as necessidades da minha família pelo meu esforço e trabalho, pelo que, como de direito, deve ser suspensa a pensão que nos termos dos nossos Estatutos vinha sendo abonada a minha esposa, desde agosto de 1917. Cumpro o dever de agradecer o valiosíssimo apoio material recebido por minha família durante os longos dias em que se viu privada do meu amparo, o que lhe permitiu viver SPao abrigo da miséria, à sombra da nossa benemérita associação de assistência e de beneficência, à qual em hora feliz a abriguei, sem



ter sequer imaginado que ainda em vida minha verificasse o valor e o acerto da minha resolução. Que o exemplo aproveite a todos os chefes de família e que me imitem. Com os meus agradecimentos, apresento a VV. Excias.

GRIFE ESPANHOLA

A doença dizimou cerca de 300 mil vidas no Brasil. Na foto, se vê o salão de festas do Paulistano, clube tradicional em São Paulo, que virou enfermaria na época
Acervo Unicamp/SP

A RECUPERAÇÃO E A CAIXA DE EMPRÉSTIMOS

os meus votos de felicidade pessoal e de prosperidade para a nossa benemérita instituição. Júlio de Araújo Rodrigues’.

No triênio que se encerrou em 1918, a receita proveniente das extrações da loteria atingiu seu patamar mais baixo, situando-se em modestíssimos 93 contos e 780.600 réis, menos de um quarto da cifra de 400 contos de réis fixada em contrato pelo Estado. “Não fora a criação oportuna da caixa de empréstimos, estaríamos hoje assistindo à liquidação deste acervo considerável de sacrifícios, de esforços e de dinheiro dos nossos predecessores e nossos também”, declarou o presidente em seu relatório de prestação de contas. Nessa mesma ocasião, foram contabilizadas 35 novas inscrições de participantes, número nada animador.

Desanimadora, também, foi a morte de Rodrigues Alves,

vítima da Gripe Espanhola, pouco antes de ocupar a Presidência da República, frustrando as expectativas pelo seu segundo mandato. Em decorrência, assumiu o vice-presidente Delfim Moreira da Costa Ribeiro, até que fossem convocadas novas eleições, de acordo com a Constituição em vigência na época.

No seu curtíssimo período de governo, o Brasil se fez representar na Conferência de Paz em Paris pelo Senador Epitácio Pessoa, eleito presidente logo a seguir, em disputa com Ruy Barbosa. Após a volta do novo presidente do exterior, Delfim Moreira passou-lhe o cargo, voltando à vice-presidência. Seu mandato de oito meses e 16 dias, conhecido como regência republicana, foi um período assinalado por vários problemas sociais, destacando-se o grande número de greves gerais. Delfim Moreira também foi acometido



EPITÁCIO PESSOA

Substituiu a libra pelo dólar como padrão monetário

de uma doença, que o deixava por vezes totalmente desconcentrado e impedido de executar suas tarefas. Nesses momentos, quem tomava as decisões por ele era o Ministro da Viação e Obras Públicas, Afrânio de Melo Franco. Morreu em julho de 1920, aos 51 anos de idade, sendo substituído na vice-presidência por Francisco Álvaro Bueno de Paiva.

Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa foi até o fim do mandato. Os principais fatos que marcaram sua época foram a construção de mais de 200 açudes no Nordeste; a fundação da Universidade Federal do Rio de Janeiro; a comemoração do primeiro centenário da Independência; a inauguração da primeira emissora de rádio, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro; a substituição da libra pelo dólar como padrão monetário; o assentamento de mais de mil quilômetros de trilhos de ferrovias no sul do País; a nomeação de um civil – o historiador Pandiá Calógeras – como Ministro da Guerra; o



levante do Forte de Copacabana, em 1922, mais conhecido como “Os Dezoito do Forte”; e a Semana de Arte Moderna, movimento literário e artístico revolucionário, acontecido em São Paulo no mesmo ano.

18 DO FORTE

Primeira revolta do movimento tenentista, aconteceu em julho de 1922 no Forte de Copacabana

A Semana de Arte Moderna de 1922 foi um movimento literário e artístico revolucionário



CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO DE 1922

Durante sete dias, foram expostos quadros e apresentadas poesias, músicas e palestras sobre a modernidade

Epitácio Pessoa cuidou da economia cafeeira, conseguindo manter em nível compensador os preços do principal produto de exportação brasileiro naquela época. Compreendendo que a prosperidade decorrente dos negócios efetuados durante a Primeira Guerra Mundial tinha bases acidentais e transitórias, empreendeu uma severa política financeira, chegando mesmo a vetar leis de aumento de soldo dos militares. Seu processo sucessório transcorreu sob clima bastante agitado nas Forças Armadas. Tenentes e subalternos pleiteavam reformas políticas profundas, dando origem ao movimento Tenentista. O final de sua administração foi muito conturbado. A campanha do futuro presidente Artur Bernardes foi desenvolvida em meio à permanente ameaça de conflitos e revoltas. Os Estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco não concordavam com a candidatura oficial e lançaram a de Nilo Peçanha,

caracterizando uma segunda crise na política das oligarquias.

A CRIAÇÃO DA CAIXA PREDIAL

Em seu sexto e último ciclo na presidência da entidade, José de Oliveira Coelho remeteu ao Governo novas alterações dos Estatutos, homologadas a 29 de janeiro de 1919 pelo Decreto nº 13.450. Com elas, aumentaram as facilidades para o pagamento das contribuições e as multas por atraso foram reduzidas, os funcionários públicos impedidos de tomar empréstimos, por falta de garantias de estabilidade, foram admitidos e os prazos de amortização e os valores emprestados foram ampliados. Contudo, como se veria mais tarde, o mais importante dispositivo introduzido nessa versão do plano da instituição foi o que criou a caixa predial, espécie de fundo para a construção, aquisição e administração de imóveis, atividade que seria no futuro uma fonte alternativa

de rendimentos para a entidade.

Os resultados apontados pelo balanço do trimestre de 1919 a 1921 consolidaram a política desenvolvida pela caixa de empréstimos. O sucesso do empreendimento traduziu-se em mais de 400 contos de réis de lucro, sem contar os juros de 5% sobre as Apólices da Dívida Pública, alienadas pela organização para constituir seu capital. Tal era a boa fase da instituição, que nem mesmo o número insignificante de novos participantes inscritos (46) foi capaz de preocupar seus dirigentes. José de Oliveira Coelho deixou a presidência com a certeza de que cumprira sua missão: ao atingir 86 anos de existência, o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado trilhava um caminho de sereno progresso em direção ao futuro.

A RECUPERAÇÃO E A CAIXA DE EMPRÉSTIMOS

Em sinal de gratidão pelos relevantes serviços prestados, recebeu o título de sócio remido e seu busto em bronze foi alinhado com os do Visconde do Rio Branco e do Marquês de Paranaguá na galeria dos grandes beneméritos da instituição.

“Permiti finalmente, meus ilustres consócios, que depois do decurso de dezoito anos, em que me diz a consciência, prestei ao montepio todo o vigor dos meus insignificantes serviços, venha hoje depor em vossas mãos o cargo que imerecidamente, por longo tempo, exerci, e saudoso e reconhecido me retirei para não mais voltar. José de Oliveira Coelho”.

Vice-presidente da entidade desde 1907, Joaquim Xavier Guimarães Natal, Ministro do

Supremo Tribunal Federal, assumiu o posto máximo da instituição em 1922. Membro da Junta Governativa de Goiás em 1889, relator e signatário da primeira constituição republicana do estado, em 1891, Guimarães Natal participou ativamente da etapa decisiva de emancipação da instituição, colaborando na construção dos novos modelos do Plano de Pensão e, igualmente, na criação da caixa de empréstimos e da caixa predial. Em sua gestão, que se encerrou em 1924, deu seguimento aos projetos que ajudou a implantar, consolidando-os com extrema competência e dedicação. A instituição, saudável e bem administrada, continuou a receber o subsídio das loterias, apesar de não mais depender das benesses do Governo.

Na política brasileira, a situação se mostrava bem diferente. Eleito presidente da República em 1922, Artur da Silva Bernardes teve sua gestão marcada por permanente instabilidade política, derivada da crise econômica e dos conflitos e revoltas armadas, que se intensificaram no período em que o republicanismo oligárquico foi constantemente ameaçado, tanto por conspirações civis, quanto por

militares. Artur Bernardes lançou mão do Estado de Sítio, que ampliava os poderes do Executivo em detrimento dos direitos e das liberdades individuais, na tentativa de governar e neutralizar seus opositores.

GUIMARÃES NATAL PARTICIPOU ATIVAMENTE DA EMANCIPAÇÃO DA ENTIDADE, COLABORANDO NA CONSTRUÇÃO DOS NOVOS MODELOS DO PLANO DE PENSÃO E NA CRIAÇÃO DA CAIXA DE EMPRÉSTIMOS E DA CAIXA PREDIAL



A CONSTRUÇÃO DO CRISTO REDENTOR

As obras foram iniciadas em 1926 e o monumento inaugurado em 1931

FOTO DA ESCOLA DE AVIAÇÃO MILITAR, 1931

A RECUPERAÇÃO E A CAIXA DE EMPRÉSTIMOS

O desmonte das máquinas administrativas dos governos estaduais, que eram considerados seus adversários políticos, foi o objetivo pretendido. Essa atitude gerou mais descontentamento entre as elites agrárias regionais menos influentes, que se encontravam fora do pacto de dominação firmado entre as oligarquias cafeeira do Estado de São Paulo e pecuarista de Minas Gerais, a velha conhecida “República Café com Leite”.

Com o propósito de obter o apoio dos militares, as elites dissidentes foram explorar o descontentamento de setores do Exército com o regime em vigor. Progressivamente, aproximaram-se do Movimento Tenentista, que mais uma vez explodiria com uma insurreição armada, no ano de 1924, em São Paulo. Rechaçados por Artur Bernardes, os revoltosos juntaram-se a outro grupo de

militares insurretos proveniente do Rio Grande do Sul, comandado pelo Capitão Luís Carlos Prestes. Foi, então, formada a famosa Coluna Prestes, que combateu o Governo Federal pelo Brasil afora, até desfazer-se em 1927. Mesmo enfrentando graves problemas de natureza econômica e política, que ameaçaram as bases do seu governo, Artur Bernardes conseguiu terminar o mandato. Os Estados de São Paulo e Minas Gerais, oligarquias em decadência, ainda tiveram força política suficiente para eleger mais um presidente, dessa vez, o fluminense Washington Luís.

EMPRÉSTIMOS DÃO NOVA VIDA À MONGERAL

Ainda sob o governo de Artur Bernardes, o Deputado Federal Eloy de Miranda Chaves viu aprovado seu projeto de lei pelo



EPITÁCIO PESSOA

Substituiu a libra pelo dólar como padrão monetário

Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923, que criou as Caixas de Aposentadoria e Pensões para os funcionários das empresas de estradas de ferro. Mesmo promulgado 88 anos depois do decreto de fundação do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, é considerado, ainda hoje, o marco da previdência social no Brasil.

Dentre os seus dispositivos, os principais são transcritos a seguir: “Artigo 1º - Fica criada em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no País uma Caixa de Aposentadoria e Pensões para os respectivos empregados. Artigo 2º - São considerados empregados, para os fins da presente lei, não só os que prestarem os seus serviços mediante ordenado mensal, como os operários diaristas, de qualquer natureza, que executem serviços de caráter permanente.

Parágrafo único. Consideram-se empregados ou operários permanentes os que tenham mais de seis meses de serviços contínuos em uma mesma empresa.

Artigo 3º - Formarão os fundos da Caixa a que se refere o artigo 1º: a) uma contribuição mensal dos empregados, correspondente a 3% dos respectivos vencimentos; b) uma contribuição anual da empresa, correspondente a 1% de sua renda bruta; c) a soma que produzir um aumento de 1,5% sobre as tarifas da estrada de ferro; d) as importâncias das jóias pagas pelos empregados na data da criação da caixa e pelos admitidos posteriormente, equivalentes a em mês de vencimentos e pagas em 24 prestações mensais; e) as importâncias pagas pelos empregados correspondentes à diferença no primeiro mês de vencimentos, quando promovidos

ou aumentados de vencimentos, pagas também em 24 prestações mensais; f) o importe das somas pagas a maior e não reclamadas pelo público dentro do prazo de um ano; g) as multas que atinjam o público ou o pessoal; h) as verbas sob rubrica de venda de papel velho e varreduras; i) os donativos e legados feitos à Caixa; j) os juros dos fundos acumulados. Artur da Silva Bernardes, Miguel Calmon du Pin e Almeida, e Francisco Sá”.

A RECUPERAÇÃO E A CAIXA DE EMPRÉSTIMOS

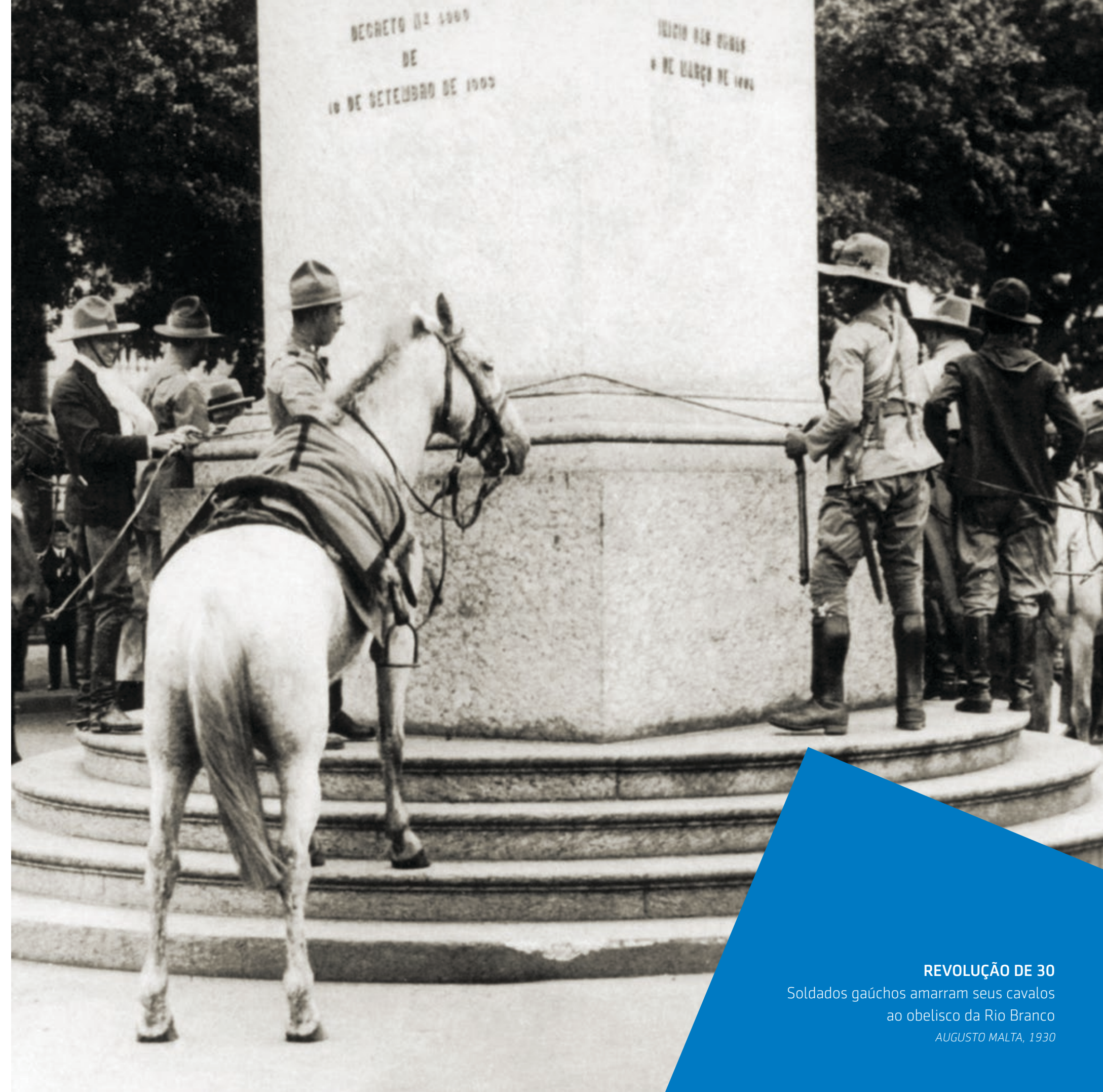
Eleito em 1925 para o seu segundo mandato como presidente da instituição, o ex-Senador e ex-Ministro da Fazenda José Leopoldo de Bulhões Jardim ficaria pouco tempo no cargo. Com a saúde bastante abalada, renunciou em 1926, retirando-se para Petrópolis, cidade da qual fora prefeito. Morreu a 15 de dezembro de 1928. Para completar a sua gestão, foi eleito Álvaro da Silva Lima Pereira, até então, secretário da entidade.

Dentre os ilustres participantes dessa diretoria devem ser citados Hermegildo Rodrigues de Barros, Ministro do Supremo Tribunal Federal; Edmundo da Veiga, Chefe da Secretaria da Presidência da República; Marechal José Bevilaqua, genro de Benjamim

Constant e um dos militares envolvidos na Proclamação da República; e, na função de superintendente da caixa de empréstimos da organização, Elpídio Boamorte, Diretor Geral do Tesouro Nacional.

O lucro contabilizado pela caixa de empréstimos em 1927 alcançava a expressiva cifra de 1.496 contos e 611.543 réis, quase o quádruplo do que fora arrecadado seis anos antes, enquanto o total das operações chegava à fabulosa quantia de 20.187 contos e 600 mil réis. As palavras do Presidente Álvaro Pereira, publicadas no relatório de prestação de contas do período, evidenciam sua crescente importância para os destinos da instituição.

O LUCRO CONTABILIZADO PELA CAIXA DE EMPRÉSTIMOS EM 1927 ALCANÇAVA A EXPRESSIVA CIFRA DE 1.496 CONTOS E 611.543 RÉIS, QUASE O QUÁDRUPLO DO QUE FORA ARRECADADO SEIS ANOS ANTES



REVOLUÇÃO DE 30

Soldados gaúchos amarram seus cavalos ao obelisco da Rio Branco

AUGUSTO MALTA, 1930



WASHINGTON LUÍS

Libertou todos os presos políticos e suspendeu o Estado de Sítio

“Nunca é demais insistir sobre o papel preponderante que exerce a Caixa de Empréstimos nas finanças do montepio, que ameaçado de déficit vultoso com o decréscimo das quotas lotéricas, vê-se hoje em situação folgada e próspera, graças a este novo elemento de vida, representado pelos empréstimos aos funcionários públicos.”

Com dinheiro em caixa, a diretoria realizou uma ampla reforma na sede, abrindo espaço para a contratação de mais funcionários e a instalação de novos departamentos, com o propósito de agilizar e aumentar a eficiência dos serviços. A escrituração da entidade e da caixa de empréstimos foi unificada, facilitando o exame da situação financeira e a tomada de decisões. Com o assentimento do Governo, explicitado no Decreto nº 18.035 de 21 de dezembro de 1927, os estatutos foram mais uma vez

reformados, trazendo as seguintes modificações importantes:

“O valor mínimo da pensão foi fixado em duzentos mil réis, e o máximo em seis contos de réis – quase o dobro de aumento –; os participantes que exerciam profissões de risco tiveram o valor de suas contribuições aumentado; as multas por atraso de pagamento das contribuições foram reduzidas; as pensões dos filhos homens que completassem a maioria ou morressem passaram a ser revertidas para suas irmãs ou mãe; os participantes que não tinham herdeiros legais passaram a ter o direito de legar a pensão a qualquer pessoa; a instituição foi dividida em duas seções, a de pensões e a de empréstimos; o fundo indisponível foi reduzido para quatro mil contos de réis em Apólices da Dívida Pública, aumentando em dois mil contos de réis as aplicações na seção

de empréstimos; foi introduzido pela primeira vez o critério de cálculo das reservas técnicas, e organizado um minucioso estudo atuarial para servir de base de cálculo das novas tabelas de contribuições.”

O FIM DA REPÚBLICA VELHA

Em pouco mais de um ano todo esse trabalho foi realizado, gerando o considerável superávit de 2.500 contos de réis ao final do triênio, em 1930. O lucro da entidade só não foi maior devido ao impacto causado pela revolução deflagrada a 3 de outubro.

A revolução de 1930 eclodiu no final do governo do Presidente Washington Luís Pereira de Sousa. Sua eleição, em 1926, fora recebida com grande esperança, após um período de conturbações profundas no País. Ao tomar posse, libertou todos os presos

MANPRESIDENTE DEPOSTO

Em outubro de 1930, Washington Luís é preso pelos militares e conduzido ao forte de Copacabana Augusto Malta, 1930





VITÓRIA

Soldados e revolucionários à paisana comemoram o fim da revolução
S.A, 1930

políticos e muitos cidadãos confinados injustamente; suspendeu o Estado de Sítio decretado por Artur Bernardes no quadriênio anterior, mantendo a medida restrita a algumas regiões para facilitar o combate à Coluna Prestes, que se retirara para a Bolívia; extinguiu os presídios políticos da Ilha de Trindade e da Clevelândia, no Amapá; enfrentou a crise do café e a crise financeira internacional, iniciada em 1929, com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque; tentou estabilizar a taxa de câmbio, equilibrando o orçamento nacional; promoveu ampla reforma econômica, tendo Getúlio Vargas a auxiliá-lo como Ministro da Fazenda; criou o Conselho de Defesa Nacional, com a missão de coordenar a produção de conhecimentos sobre questões de ordem financeira, econômica, bélica e moral, referentes à defesa da Pátria – esse conselho foi o embrião dos órgãos de inteligência e de segurança nacional. Washington Luís criou, também, o Fundo Especial para Construção e Conservação de Estradas de Rodagens Federais, destinado

a financiar o desenvolvimento rodoviário do Brasil. Entre suas realizações nesse setor, ressalta a construção da rodovia Rio-Petrópolis, inaugurada em 1928, e mais tarde batizada com seu nome, e o término da rodovia São Paulo-Rio, primeira e única a ligar esses estados até a inauguração da rodovia Presidente Dutra. Instituiu pelo Decreto nº 5.083, de 1926, o Código de Menores; em 1927, criou a Aviação do Exército, que daria origem à Aeronáutica, e no ano seguinte, a Polícia Rodoviária Federal. Como havia feito na prefeitura da capital e no governo do Estado de São Paulo, Washington Luís publicou documentos antigos do Arquivo Nacional, preservando a memória histórica do Brasil.

Em 1929, apoiou a candidatura de Júlio Prestes, Presidente do Estado de São Paulo, e de Vital Soares, Presidente da Bahia, para presidente e vice, respectivamente. Com isso, rompia-se a política “Café com Leite”, em que havia o predo mínio de paulistas e mineiros. Dezesete estados deram apoio à dupla indicada

por Washington Luís e apenas três negaram: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba – ainda hoje a bandeira desse estado traz inscrita a palavra NEGÓ. A oposição formou então a Aliança Liberal e lançou Getúlio Vargas, do Rio Grande do Sul, para presidente, e João Pessoa, da Paraíba, para o cargo de vice.

Em 1º de março de 1930, Júlio Prestes venceu a eleição sob acusações de fraude. O surgimento de um movimento instigado pelo Governo Federal contra João Pessoa, Presidente da Paraíba, seguido de seu assassinato, e a grande depressão econômica de 1929, acabaram por servir de pretexto para o golpe ansiado pela oposição. Em 3 de outubro de 1930 começava a revolução e a 24 do mesmo mês, os ministros militares depuseram Washington Luís, entregando a Presidência a Getúlio Vargas. Era o fim da República Velha.



Avenida Presidente Vargas nos anos 40.

Uriel Malta, 1944 - Acervo AGCRJ

Entre as primeiras medidas tomadas pelo Governo provisório, duas atingiram diretamente a entidade. A extinção das quotas lotéricas e a criação de uma Caixa de Subvenções puseram fim a um privilégio que durara 94 anos. O Decreto nº 20.351, publicado no Diário Oficial de 5 de setembro de 1931, deixava claro que as subvenções passariam a contemplar, apenas, as sociedades de caridade e de ensino, desde que não dispusessem de recursos para sua manutenção e desenvolvimento. Após algumas consultas ao Ministério da Educação e Saúde Pública, encarregado das concessões, e ao Ministério da Fazenda, o secretário da entidade, Alfredo Leal de Sá Pereira, apresentou seu parecer à diretoria, aprovado por unanimidade:

“O chefe do Governo provisório, Getúlio Vargas, só concede subvenções às instituições que, documentadamente e após fiscalização, provarem

que encerraram com déficit seus balancetes trimestrais... Pelo exposto e a fim de evitar ao montepio o vexame de um indeferimento, que é fatal, tomo a liberdade de sugerir à diretoria não ser mais requerida a concessão de quotas lotéricas, que pelo espírito e pelos dispositivos da lei em vigor não lhe poderão ser concedidas.”

Sá Pereira estava certo. Como justificar um pedido de auxílio público com os cofres cheios? A situação financeira da instituição era de tal modo cômoda que, a 18 de julho de 1831, amparada pelo artigo 85, letra B dos seus estatutos, concedeu uma bonificação aos pensionistas que recebiam benefícios de até 600 mil réis anuais, além de gratificações a todos os seus funcionários. A seção de empréstimos havia aumentado o piso e o teto do crédito consignado para, respectivamente, 1 conto e 5 contos de réis. Ao se encerrarem os trabalhos do exercício de 1932, apesar dos

REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA

Voluntário paulista com a bandeira do estado
CPDOC/CDA Odete Junqueira



efeitos daninhos de mais uma revolução, a Constitucionalista de São Paulo, 163 novas inscrições foram assinaladas e a bonificação aos pensionistas de baixa renda, repetida. Trinta e cinco participantes solicitaram a elevação do valor dos benefícios contratados e 164 novos pensionistas passaram a receber o total de mais de 85 contos de réis em benefícios.

A Revolução Constitucionalista foi o movimento armado ocorrido no Estado de São Paulo, entre os meses de julho e outubro de 1932, tendo por objetivo a derubada do Governo provisório de Getúlio Vargas e a promulgação de uma nova constituição para o Brasil. Foi uma resposta paulista à Revolução de 1930, que acabou com a autonomia dos estados, impediu a posse do Governador de São Paulo, Júlio Prestes, na Presidência da República e derrubou do poder o Presidente Washington Luís, também ex-governador daquele estado. Último grande conflito armado ocorrido

no País, teve 87 dias de combates e um saldo oficial de 934 mortos, embora estimativas independentes reportem até 2.200 vítimas. Dois anos depois, em 1934, uma nova constituição foi promulgada.

Em julho de 1933, com o objetivo de incentivar a entrada de novos sócios, a instituição lançou sua primeira campanha publicitária, com anúncios nos principais jornais do Rio de Janeiro e cartazes afixados nos bondes elétricos. A iniciativa custou aproximadamente 50 contos de réis aos cofres da entidade.

Propositadamente, não se fez nenhuma referência à seção de empréstimos, por esta não dispor de recursos financeiros suficientes para atender a uma grande demanda. Na verdade, a procura pelo crédito consignado era tal que, mesmo sem propaganda, não se conseguia satisfazer todos os requerentes.

A primeira campanha publicitária da entidade obteve estrondoso sucesso, provocando mais de 650

consultas, com 345 adesões ao término de seis meses. No balanço de 1933, foram contabilizados 470 contos e 400 mil réis em pensões pagas e 122 contos e 497.600 réis em contribuições recebidas. A 10 de junho do mesmo ano – portanto, quatro dias após o Governo criar o primeiro Instituto de Aposentadoria e Pensões, o dos Marítimos – mais uma bonificação aos pensionistas necessitados foi autorizada pelo Presidente Álvaro Pereira.

O estado precário da sede da instituição e a incerteza quanto à manutenção do imóvel passaram, então, a exigir toda a atenção da diretoria. Devido ao crescimento, havia necessidade de construir um terceiro pavimento com um cofre forte para resguardar os altos valores que circulavam ali, diariamente. No entanto, a obra somente poderia ser iniciada com a absoluta convicção de que o edifício não seria retomado pelas autoridades. Com esse propósito, o presidente remeteu ao Governo

TEXTO VEICULADO NA PRIMEIRA CAMPANHA PUBLICITÁRIA DA ENTIDADE

JULHO DE 1933

“SERVIDORES DO ESTADO, AMPARAI VOSSAS FAMÍLIAS – No Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, podeis instituir uma pensão vitalícia para vossa esposa, filhos ou entes que vos são caros, prolongando após vossa morte a protecção que lhes deveis. As tabelas do montepio são módicas e actuarialmente calculadas. O seu activo social é de 16.059:332\$800 e as suas reservas técnicas são de 7.345:675\$000. Nos últimos vinte anos foram pagas pensões no valor de 14.204:587\$066, sendo actualmente as suas pensões anuais de 700:000\$000 distribuídas por 2.945 pensionistas. O montepio está em dia com todos os seus compromissos. Podem ser associados do montepio: os funcionários públicos federais, civis ou militares, e bem assim os funcionários estaduais e municipais; os membros dos poderes Executivo e Legislativo durante o prazo dos

seus mandatos, quer federais, estaduais ou municipais; os administradores e empregados de empresas ou bancos subvencionados ou fiscalizados pelo Governo da União, e os membros de associações científicas que recebam auxílio directo ou indirecto do Governo Federal. A pensão não pode sofrer arresto nem penhora e é paga até o último dia de vida do pensionista. A PREVIDÊNCIA ADIADA É MAIS CRIMINOSA QUE A IMPREVIDÊNCIA. A secretaria do montepio (travessa Belas Artes, 15, junto ao Tesouro Nacional), vos prestará todas as informações e vos remeterá prospectos e folhetos com as precisas instruções (telefone 2-6362). Nos estados sereis igualmente informados nas respectivas Delegacias Fiscais. FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS INSCREVEI-VOS SEM DEMORA COMO SÓCIOS DO MONTEPIO GERAL DE ECONOMIA DOS SERVIDORES DO ESTADO.”

SERVIDORES DO ESTADO, AMPARAE VOSSAS FAMÍLIAS!

No MONTEPIO GERAL DE ECONOMIA DOS SERVIDORES DO ESTADO podeis instituir uma pensão vitalícia para vossa esposa, filhos ou entes que vos são caros, prolongando após vossa morte, a protecção que lhes deveis.

As tabelas do MONTEPIO são módicas e actuarialmente calculadas.

O seu activo social é de 16.059:332\$801.

As suas reservas técnicas são de 7.345:675\$000.

Nos últimos 20 annos foram pagas pensões no valor de 14.204:587\$066, sendo actualmente as suas pensões anuais de 700:000\$000 distribuídas por 2.945 pensionistas.

O MONTEPIO está em dia com todos os seus compromissos.

Podem ser associados do MONTEPIO:

- Os funcionarios publicos federaes, civis ou militares, e bem assim os funcionarios estaduais e municipaes.
- Os membros dos Poderes Executivo e Legislativo durante o prazo dos seus mandatos, quer federaes, estaduais ou municipaes.
- Os administradores e empregados de empresas ou bancos subvencionados ou fiscalizados pelo Governo da União.
- Os membros de associações científicas que recebam auxílio directo ou indirecto de Governo Federal.

A pensão não póde soffrer arresto nem penhora e é paga até o ultimo dia de vida de pensionista.

“A PREVIDENCIA ADIADA E' MAIS CRIMINOSA QUE A IMPREVIDENCIA”.

A Secretaria do MONTEPIO (Travessa Belas Artes 15 — junto ao Tesouro Nacional) vos prestará todas as informações e vos remetterá prospectos e folhetos com as precisas instruções. (Teleph. 2-6362).

Nos Estados sereis igualmente informados nas respectivas DELEGACIAS FISCAES.

FUNCIONARIOS PUBLICOS, INSCREVEI-VOS SEM DEMORA COMO SOCIOS DO MONTEPIO GERAL DE ECONOMIA DOS SERVIDORES DO ESTADO!

PRIMEIRA CAMPANHA

Em 1933, a entidade publicou sua primeira campanha publicitária para incentivar a entrada de novos sócios



MORRO DO CASTELO

A diretoria adquiriu um lote da Av. Graça Aranha após o desmanche do Morro do Castelo

Augusto Malta, 1921. Acervo AGCRJ

Federal uma extensa exposição de motivos, lembrando que doações semelhantes haviam sido feitas aos clubes Naval, Militar e de Engenharia, todos situados na Avenida Rio Branco, local de valor muito superior ao da Travessa Belas Artes. Em 14 de dezembro de 1933, o Diário Oficial transcreveu o sucinto parecer do Ministério da Fazenda: "Indeferido".

Reeleito pela quarta vez no triênio de 1934 a 1936, o presidente Álvaro Pereira informou seus diretores da conveniência de uma declaração formal do Ministério da Fazenda sobre a desocupação da sede, de modo que houvesse base legal para uma ação indenizatória futura. Era sabido que o Governo pretendia demolir o imóvel para favorecer a reconstrução do prédio vizinho (antiga Academia de Belas Artes), pertencente ao Tesouro Nacional, mas nada havia de oficial.

Antecipando-se ao que parecia inevitável, a diretoria decidiu adquirir o lote número 4 da quadra A da Avenida Graça Aranha, ponto central da Esplanada, aberta com o desmanche do Morro do Castelo. A obra de construção da nova sede, um imponente prédio de 12 andares, fora orçada pelo diretor e engenheiro João Batista de Moraes Rego em cerca de 3

mil contos de réis e o prazo de entrega fixado em 18 meses. A entidade ocuparia os três primeiros pavimentos e os demais, divididos em escritórios, seriam alugados. Com base nos preços cobrados por edifícios similares, como o "Castelo" e o "Nilo Mex", a previsão de receita com a locação foi estabelecida em 336 contos e 960 mil réis, pouco mais de 11% do capital empregado na construção. O projeto foi aprovado e as providências cabíveis estenderam-se por dois anos. A seção predial, idealizada em 1919 como caixa predial, começaria a demonstrar sua importância no futuro da instituição.

MAIS DE 50 MIL CONTOS EM BENEFÍCIOS

Em 10 de janeiro de 1935, o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado completou 100 anos de fundação. Em sessão solene, a diretoria decidiu comemorar a data com o donativo de 300 contos de réis para ratear entre todos os seus pensionistas. O resumo de um século de trajetória foi, então, apresentado pelo Secretário Alfredo Leal de Sá Pereira. A publicação, uma singela brochura de 32 páginas, contém as principais iniciativas de

seus 17 presidentes e dezenas de diretores, todos comprometidos com a preservação da obra e determinados a conseguir o seu desenvolvimento a todo custo. Reunidos pelo idealismo do fundador Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, lançaram mão de todos os meios possíveis para superar toda a sorte de dificuldades, sem jamais ferir a moral e a ética. Ao plantarem a semente da previdência social no País, colheram enormes conquistas, sob o peso de grandes sacrifícios. A essas figuras extraordinárias, pessoas de vida pública intensa e desgastante, que ainda assim encontraram força e motivação para transformar o sonho em realidade, a entidade deve sua existência e a previdência brasileira, seus alicerces. Graças a eles, milhares de viúvas e órfãos puderam sobreviver, recebendo, ao longo dos primeiros 100

GALERIA DE PRESIDENTES

A PARTIR DE 1936

1936 a 1940

Álvaro da Silva Lima Pereira

1964 a 1977

Emílio Gonçalves Filgueiras



1940 a 1942

Ministro Ranulpho Bocayuva Cunha

1977 a 1979

Antonio Augusto de Lima Neto



1942 a 1948

Ubaldino do Amaral Filho

1979 a 1980

Emílio Gonçalves Filgueiras

1948 a 1955

Amarílio de Noronha

1980 a 1994

José de Almeida

1956 - 1956

Feliciano de Souza Aguiar

1994 a 1995

Nilton Molina



1956 a 1960

General Armando da Costa Uchoa

1995 a 2003

Fernando Rodrigues Mota



1960 a 1964

Janserico de Assis

2004 (atual)

Helder Molina



anos da instituição, mais de 50 mil contos de réis em benefícios. A lista com os presidentes da organização pioneira da previdência no Brasil nos 75 anos seguintes está no quadro ao lado.

AS TRANSFORMAÇÕES

Após consolidar os ideais da Revolução de 1930, Getúlio Dornelles Vargas assumiu a Presidência do Brasil em 1934, eleito indiretamente pela Assembleia Constituinte. A constituição de 1934 marcou o início do processo de democratização do País, dando sequência às reivindicações revolucionárias e trouxe avanços significativos, como o princípio da alternância no poder, a garantia do voto universal e secreto – finalmente estendido às mulheres –, a pluralidade sindical e o direito à livre expressão. Determinava também a realização de eleições diretas em 1938 e proibia a reeleição de Getúlio.

Mas o processo de democratização em curso ainda iria enfrentar muitos obstáculos. Desde o final de 1935 havia um clima de efervescência no País. De um lado, acirravam-se as disputas eleitorais e, de outro,

multiplicavam-se as greves e as investidas oposicionistas da Aliança Nacional Libertadora (ANL) contra o Governo. Fundada por tenentes dissidentes da Revolução de 30, a ANL defendia a reforma agrária e combatia a doutrina nazifascista de Hitler, na Alemanha, e Mussolini, na Itália. Era uma época marcada por forte sentimento nacionalista e pela centralização do poder estatal. O ciclone do nazismo e do fascismo se fazia sentir no Brasil através da Ação Integralista Brasileira, organização liderada por Plínio Salgado, cujas ideias conservadoras eram resumidas no lema “Deus, Pátria e Família”. O próprio Getúlio Vargas demonstrava afinidade com a doutrina, como se pode perceber através da perseguição aos judeus no seu governo. Muitos emigraram para o Brasil, impelidos pela perseguição na Europa, mas se depararam aqui com barreiras intransponíveis, como a recusa do visto de entrada.

Essa pesada atmosfera externa aliou-se a uma situação interna bastante instável, em que as forças revolucionárias de 1930 se dividiram para disputar o poder.



PRESTES E BENÁRIO

Líderes comunistas, foram presos em 1936. Olga morreu em um campo de concentração nazista

A expansão dos grupos comunistas no Brasil, fortalecidos pela consolidação do regime soviético, causava um temor generalizado. Sob a alegação de conter o comunismo, o Presidente Vargas declarou Estado de Sítio em fins de 1935, seguido pela declaração de Estado de Guerra no ano seguinte, quando todos os direitos civis foram suspensos e os indivíduos considerados ameaças à paz nacional passaram a ser perseguidos. O Governo Federal, com plenos poderes, prendeu e torturou sem que houvesse qualquer possibilidade de interferência por parte das instituições ou da sociedade. Em 1936, foram presos os líderes comunistas Luís Carlos Prestes e sua mulher, Olga Benário. Olga, que era judia, mais tarde seria deportada, grávida, para a Alemanha. Morreu num campo de concentração nazista.

A forte concentração de poder no Executivo Federal e a aliança com a hierarquia militar e com setores das oligarquias criaram as condições para o golpe político

de Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937, inaugurando um dos períodos mais autoritários da história do País, que viria a ser conhecido como Estado Novo. Nessa ocasião, Vargas anunciou a nova Constituição de 1937, de inspiração fascista, que suspendia todos os direitos políticos, abolindo os partidos e as organizações civis. O Congresso Nacional foi fechado, assim como as assembleias legislativas e as câmaras municipais.

Nesse cenário de controle ideológico foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), encarregado de promover o regime e de censurar órgãos de imprensa e veículos de comunicação contrários ao regime, sendo um instrumento estratégico na propagação de ideologias ufanistas e de exaltação ao trabalho. Para difundir as ideias nacionalistas entre os mais novos, o Estado tornou obrigatória a disciplina de Educação Moral e Cívica nas escolas.

GETÚLIO VARGAS

Assumiu a presidência do Brasil em 1934 eleito indiretamente pela Assembleia Constituinte s.a, 1930-1940, Arquivo Público Mineiro





REVOLTA VERMELHA

Soldados marcham na Praia Vermelha na Intentona Comunista, tentativa de golpe contra o governo de Getúlio Vargas pelo Partido Comunista Brasileiro em nome da Aliança Nacional Libertadora

Augusto Malta, 1935

O sentimento ufanista crescia ainda mais com os esforços do Governo para industrializar o País. Foram criados órgãos estratégicos para viabilizar o desenvolvimento, tais como o Conselho Nacional do Petróleo e o Conselho Federal de Comércio Exterior. Foi desse período a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que desempenhou papel fundamental no fornecimento de matéria-prima para o setor industrial. Outra realização de peso, dessa vez no campo social, foi a fundação do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (Ipase).

O Estado Novo conjugou autoritarismo político com modernização econômica e social, sustentando-se pelo controle total e vigilância constante da sociedade. Nesse diapasão, foi instituído o sindicato oficial, filiado ao Ministério do Trabalho, e abolida a liberdade de organização sindical. As relações entre trabalhadores e patrões ficaram, assim, sob total controle do Estado, prevalecendo a lógica

conciliatória e o esvaziamento dos conflitos. Em contrapartida, Getúlio promulgou uma série de leis trabalhistas, culminando com a edição da Consolidação das Leis do Trabalho em 1943, que garantiu importantes direitos e atendeu a antigas reivindicações do movimento operário, projetando dessa forma sua imagem de “Pai dos pobres”.

A Segunda Guerra Mundial, deflagrada em 1939, pôs em disputa a doutrina fascista e nazista contra a doutrina da liberal-democracia. Apesar da simpatia de Vargas pela Alemanha e pela Itália, as circunstâncias da guerra, com a entrada dos Estados Unidos no conflito, levaram o Brasil a combater ao lado dos países aliados. A Força Expedicionária Brasileira, FEB, representada pelo Exército, enviou 25.334 combatentes aos campos de batalha da Itália; a Marinha entrou com cerca de 7 mil homens, e a Força Aérea Brasileira, FAB, com pouco mais de 400. O triste saldo do conflito deixou 454 mortos nas tropas do Exército; mais de quinhentas vítimas

fatais nos efetivos da Marinha de Guerra e da Aeronáutica, e mais de 1000 tripulantes e passageiros da Marinha Mercante perderam a vida. Foram afundados trinta navios mercantes e três vasos de guerra brasileiros e capturadas 20 embarcações inimigas.

Com a derrota da Alemanha em 1945, o mundo foi tomado pelas ideias democráticas e o regime autoritário brasileiro já não podia se manter. Premido pelos militares sob o comando do General Pedro Aurélio de Góis Monteiro, um dos líderes do golpe de 1937, Getúlio Vargas renunciou em 29 de outubro de 1945. José Linhares, Presidente do Supremo Tribunal Federal, assumiu o cargo provisoriamente e convocou eleições. A abertura democrática levou ao poder pelo voto popular o General Eurico Gaspar Dutra, pondo fim a uma época de autoritarismo e violência sem precedentes na história da República.



PRACINHAS

Integrantes da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que lutou ao lado dos Aliados na Itália durante a Segunda Guerra Mundial

GOLPES E OPORTUNIDADES DA DEMOCRACIA

Em 1938, o Montepio Geral de Economia sofreu um sério revés com a publicação do Decreto-Lei 312 de 3 de março. Com ele, o Governo Federal regulou os empréstimos, reduzindo os juros para 12% e restringiu as operações às instituições oficiais, suspendendo as consignações em folha de pagamento por três meses. A medida arbitrária bloqueou as ações da seção de empréstimos, imobilizou o capital de mais de 20 mil contos de réis e alijou, temporariamente, a entidade do mercado de servidores federais, que passou a ser monopólio do Instituto Nacional de Previdência e da Caixa Econômica Federal. Por sua vez, as transações em curso teriam de ser liquidadas no prazo máximo de quatro anos. Sucessivos apelos foram encaminhados ao Presidente Getúlio Vargas, recebendo, invariavelmente, a mesma resposta: “Indeferido”.

Outro duro golpe foi a suspensão dos serviços prestados pelas Delegacias Fiscais do Ministério da Fazenda, começando por Goiás. A medida privou os pensionistas de receberem seus benefícios por

alguns meses e instalou um clima de justificada apreensão na sede da Travessa Belas Artes. Não fora a excelente posição econômica e financeira da entidade – o lucro em 1937 atingira a cifra de 2.800 contos de réis –, sua sobrevivência estaria irremediavelmente comprometida. Mesmo com todas as restrições impostas, a instituição encerrou o exercício de 1938 com um superávit de 1.180 contos e 951.400 réis, porém interrompeu a marcha crescente de resultados positivos dos últimos 20 anos.

Com o propósito de criar uma alternativa à situação, o Presidente Álvaro Pereira designou uma comissão para proceder a uma detalhada reforma nos estatutos, composta pelo vice-presidente Ubaldino do Amaral Filho, o diretor adjunto Walter Carlos de Magalhães Fraenkel e o secretário Sá Pereira. O trabalho foi concluído e remetido ao Governo em 23 de outubro de 1939, acompanhado de ofício no qual aparece, pela primeira vez, a expressão “associação beneficente”, usada para designar a natureza da instituição. O texto está no quadro abaixo.

A primeira reviravolta na política restritiva do Governo Federal se deu naquele mesmo ano de 1939, com a autorização para o restabelecimento dos serviços nas Delegacias Fiscais, conforme despacho do diretor geral da Fazenda Nacional, Romero Estelita, publicado no Diário Oficial. Durante o tempo em que vigorou a proibição, a instituição estabelecera acordos com organizações bancárias privadas, regularizando, em curto espaço de tempo, o pagamento de benefícios. Apesar da crise, no triênio de 1937 a 1939, inscreveram-se 432 novos participantes.

Em 1940, a entidade recebeu uma nova diretoria, encabeçada pelo Ministro Ranulpho Bocayuva Cunha, que transferiu, definitivamente, os serviços de pagamento de benefícios e cobrança de contribuições nos estados ao Banco Industrial Brasileiro e a responsabilidade pela inscrição de novos participantes, bem como a habilitação dos pensionistas, a corretores representantes, nos termos do

OFÍCIO QUE ACOMPANHOU O TEXTO DA REFORMA NOS ESTATUTOS

“Nº 863-23-Outubro-1939. – Excelentíssimo Senhor Doutor Getúlio Vargas, M.D. Presidente da República. O Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, associação beneficente fundada em 1835, com sede nesta capital, à travessa Belas Artes nº 15, cuja finalidade é amparar viúvas, órfãos, pais e irmãs de funcionários públicos, seus associados voluntários, vem solicitar de V.Exa. a aprovação dos seus novos Estatutos, reformados pela Assembleia Geral em reuniões havidas a 6, 13 e 30 de setembro próximo findo. Esta reforma tornou-se imprescindível à vista do Decreto-Lei nº 312, de 3 de março de 1938, que retirou ao montepio a concessão que vinha gozando, desde 1909, de empréstimos a funcionários públicos sob garantia do desconto em folha de vencimentos. A fim de poder assegurar aos seus pensionistas o pagamento das respectivas pensões, teve o montepio de criar novas fontes de renda para o seu capital, o que foi feito na reforma agora realizada. O Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, representado pelo seu presidente abaixo firmado, requer se digne V.Exa. decretar a aprovação dos seus Estatutos. Nestes termos, pede deferimento. Álvaro Silva Lima Pereira.”

artigo 74 dos novos Estatutos. Encerrou assim um acordo de 105 anos firmado com as repartições do Ministério da Fazenda, por ocasião da fundação em 1835. O Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado desatava os laços estreitos que mantivera durante toda a sua existência com o poder público, e passava a ser, de fato e de direito, uma sociedade civil mutuária e beneficente.

Na reunião de diretoria realizada a 29 de março, o Diretor Ubaldino do Amaral Filho informou que o edifício “Montepio”, erguido pela Companhia Construtora Pederneiras S.A., consumira quase 4.500 contos de réis e já estava completamente alugado,

proporcionando renda mensal de mais de 54 contos de réis. Dentre os inquilinos, a Diretoria de Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro, o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e o curso de idioma da Cultura Inglesa. Os recursos advindos da locação, bem como os lucros provenientes dos empréstimos, eram aplicados no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal. A entidade, inde pendentemente dos contratempos causados pelo Governo, seguia crescendo. As bonificações aos pensionistas de baixa renda foram pagas mais uma vez.

EVOLUÇÃO DA MOEDA 1942

O Cruzeiro tornou-se a nova moeda nacional.





ESTADO NOVO

Soldados no bonde em um dos períodos mais autoritários da história do país
Segunda Guerra Mundial

Genevieve Naylor, 1941

No ano seguinte, a seção predial foi devidamente regulamentada para operar a pleno vapor. Em menos de um mês, foram analisadas 19 propostas para a aquisição de imóveis comerciais e a diretoria já se decidira por dois deles quando o Decreto-Lei 3.575, promulgado pela União em 30 de agosto, interrompeu as negociações. O Estado resolvera ratificar a antiga doação do Império e incluir uma espécie de compensação, transferindo para a entidade a pequena construção contígua à sede, prédio projetado pelo arquiteto francês Grandjean de Montigni à época da edificação da Academia Imperial de Belas Artes. No entanto, o caráter instável e provisório da doação estava evidente no artigo 3º do texto condicionante do diploma legal:

“Decreto-Lei 3.575 de 30 de agosto de 1941. O presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo 1º – Fica concedido ao Montepio Geral de Economia dos

Servidores do Estado o usufruto do próprio nacional sito na travessa Belas Artes, 13, desta Capital, o qual tem a área e as confrontações descritas no processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o número 105.764/40.

Artigo 2º – A concessão é feita para a construção no local do edifício destinado a ampliar as atuais instalações e serviços de assistência à viúvas e órfãos dos associados da mesma instituição.

Artigo 3º – Extinto o instituto ou verificado o inadimplemento das obrigações constantes no artigo anterior, dar-se-á a extinção do usufruto, revertendo o imóvel, inclusive o edifício, instalações e benfeitorias existentes ou que venham a existir no local, ao domínio pleno da União, independente de qualquer indenização.

Artigo 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1941. 120º da Independência e 53º da República. – Getúlio Vargas – A. de Souza Costa.”

CAMINHANDO COM AS PRÓPRIAS PERNAS

Àquela altura, os dirigentes da entidade não questionaram a natureza da concessão do Governo, pois ela era conveniente aos seus propósitos de expansão, abrangendo, depois de algumas adaptações, o salão de reuniões da diretoria e da Mesa Plena. Ainda em 1941, a entidade começou a recolher donativos para a Fundação Abrigo Cristo Redentor, instituição de caridade destinada a acolher idosos abandonados, e, no período a seguir, o Presidente Bocayuva Cunha decidiu-se pela criação de um serviço atuarial próprio, chefiado por Oswaldo Soares. Em 1942, a diretoria deliberou aplicar 500 contos de réis em Bônus de Guerra, que ofereciam juros de 6% ao ano, o correspondente à taxa fixada pelo recém-contratado atuário para rendimento do capital da instituição.

No triênio de 1943 a 1945, os sócios participantes, reunidos em Assembleia Geral, elegeram Ubaldino do Amaral Filho para presidente, acompanhado por uma diretoria de nomes ilustres, dentre os quais os Desembargadores Álvaro Moutinho Ribeiro da Costa, Francisco de Paula Rocha Lagoa e Athayde Parreiras, e os Professores Fernando Antonio Raja Gabaglia e Augusto de Brito Belford Roxo. Ainda outra vez, a organização teve negado o pedido de restabelecimento dos empréstimos aos funcionários da União, mantendo suas operações concentradas nos servidores estaduais e municipais.

Nesse período, um fato inusitado comoveu todos os dirigentes e funcionários da instituição. Poucos dias após a posse, o presidente Ubaldino do Amaral recebeu em sua casa a importância de 1 conto e 644 mil réis, remetida pelo correio por pessoa anônima. Em seguida, uma mulher telefonou, para confirmar a entrega do donativo destinado à instituição, e desligou sem se identificar. Surpreso, Ubaldino recolheu a

quantia aos cofres da entidade, dando-lhe a origem de “rendas eventuais”. Nos dois anos subsequentes, sempre à mesma época, a história se repetiu com o mesmo efeito. Somente na quarta vez, ainda sem revelar sua identidade, a mulher explicou o motivo do seu gesto: após a morte do marido, vira-se em situação de penúria, salvando-a da miséria a pontual pensão paga pela entidade. Ao reequilibrar sua vida financeira, achara-se na obrigação de retribuir o benefício, colaborando para que outros pudessem ser auxiliados. Sem dizer mais, desligou o telefone, e nunca se soube quem era. Os donativos, religiosamente efetuados até 1954, não representaram ganho expressivo para a instituição, mas a atitude daquela mulher anônima, sem qualquer dúvida, teve um valor de gratidão e solidariedade que se sobrepõe à mais rica fortuna.

Evidentemente, a organização não precisava da caridade, nem de aportes extraordinários, doações ou benesses. Sua situação econômica e financeira era admirável, como demonstra a evolução do

patrimônio líquido no triênio, já com o cruzeiro no lugar dos réis, e o salário-mínimo fixado em Cr\$ 380,00, conforme quadro na página ao lado.

No mesmo período, foi realizado minucioso inventário de contribuintes e pensionistas. Devido à necessidade de analisar grande número de fichas, utilizou-se pela primeira vez uma máquina Hollerith, que apontou a existência de 2.239 contribuintes e 2.800 pensionistas, dentre os quais três beneficiários com mais de 100 anos de idade e 60 outros com mais de 90, os quais recebiam pensões de cerca de Cr\$ 15 mil. Novos Estatutos foram elaborados pela diretoria e, ao invés de serem submetidos ao Governo, foram registrados no 1º Ofício de Títulos e Documentos, conforme determinava a lei recém-promulgada. A instituição caminhava, agora, com as próprias pernas, e estava por sua absoluta conta e risco.

Expandindo suas operações, a seção predial firmou parceria com a Companhia Jardim Carioca para

a venda de terrenos e construção de casas na Ilha do Governador (RJ), destinadas aos participantes da entidade. O negócio renderia à instituição 1,4% sobre o total das transações comerciais. Em 1945, foi apurado o lucro de Cr\$ 7.395.549,70, o maior da história da entidade até aquele momento. Em franco crescimento, a instituição aplicou parte dos seus ativos financeiros a juros de 7% ao ano nos bancos Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, Crédito Mercantil, Comércio, Financial Novo Mundo, Crédito Real de Minas Gerais, Lavoura de Minas Gerais, Comércio e Indústria de Minas Gerais, Mineiro de Produção, Hipotecário Lar Brasileiro, Almeida Magalhães, Ribeiro Junqueira, Itajubá, Nacional de Minas Gerais e Aliança do Rio de Janeiro. A cada um deles foi destinada a quantia de Cr\$ 1 milhão.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Ano.....Cr\$

1943.....	37.291.331,60
1944.....	40.181.398,20
1945.....	42.914.475,00

No dia 17 de novembro de 1945, o Tribunal Regional Eleitoral requisitou a sede da entidade para instalar duas sessões no pleito que escolheria o novo presidente da República. Em 2 de dezembro, a instituição abriu suas portas, pela primeira vez em um domingo, para receber os cidadãos que elegeram Eurico Gaspar Dutra, com 55,39% dos votos.

Indicado por Getúlio Vargas e pelos Partidos Trabalhista Brasileiro (PTB) e Social Democrata (PSD), Dutra recebeu mais de 3,2 milhões de votos. No entanto, uma vez eleito, aceitou o apoio da União Democrática Nacional (UDN) no chamado “Acordo Interpartidário”, com a clara intenção de lançar Vargas e o PTB na penumbra do cenário político.

A proibição dos jogos de azar e o decorrente fechamento dos cassinos pode ser considerada a medida mais controversa do seu governo. Na área econômica, adotou uma política liberal, acarretando o rápido esgotamento das reservas cambiais acumuladas durante a Segunda Grande Guerra e um severo arrocho salarial. Sua política exterior afastou o País do bloco socialista do Leste europeu e, em 1947, colocou o

EM 1945, FOI APURADO O LUCRO DE CR\$ 7.395.549,70, O MAIOR DA HISTÓRIA DA ENTIDADE ATÉ AQUELE MOMENTO

Partido Comunista na ilegalidade, sob a alegação de que servia aos interesses da União Soviética, com a qual o Brasil romperia relações diplomáticas em 1948. Deve-se a Dutra boa parte da influência dos Estados Unidos sobre o Brasil nas décadas seguintes.

No âmbito interno, buscou priorizar quatro áreas: saúde, alimentação, transporte e energia, cujas iniciais formaram a sigla SALTE, mesmo nome do plano criado por ele. Os recursos para a execução do SALTE seriam provenientes da Receita Federal e de empréstimos externos. Entretanto, a resistência da coalizão conservadora e a ortodoxia da equipe econômica acabaram por inviabilizar o plano, que não saiu do papel.

O governo de Dutra iniciou a ligação rodoviária entre o Rio e São Paulo pela estrada que levou, mais tarde, o seu nome. Foi também durante a sua gestão que surgiram o Conselho Nacional

de Economia, as Comissões de Planejamento Regional e o Tribunal Federal de Recursos. No campo da energia, foi responsável pelo Estatuto do Petróleo, ponto de partida para a construção das primeiras refinarias e aquisição de navios petroleiros. A hidrelétrica de Paulo Afonso também entrou em funcionamento nessa época. Dutra extinguiu os territórios federais de Ponta Porã e Iguazu e, quase no fim do seu mandato, a 18 de setembro de 1950, viu inaugurada a TV Tupi de Francisco de Assis Chateaubriand, a primeira emissora de televisão da América Latina. Nesse mesmo ano, a 16 de julho, a seleção brasileira de futebol perdeu a Copa do Mundo para o time uruguaio no recém-inaugurado estádio do



EURICO GASPAR DUTRA
Eleito, aceitou o apoio UDN com a intenção de lançar Vargas na penumbra
José Medeiros, 1947, Acervo Instituto Moreira Salles

Maracanã, provocando fortíssima comoção nacional. A reeleição de Ubaldino do Amaral Filho para presidente da entidade no triênio de 1946 a 1948 deu continuidade à sua excelente administração. O novo período de fartura e progresso começou com a aquisição de mais um imóvel, ao custo de Cr\$ 8 milhões. Situado na Rua da Gamboa 110, tinha 14 lojas e dois pavimentos de salas, logo postas para alugar. Em seguida, a instituição comprou por Cr\$ 5,3 milhões dois terrenos na Rua da Quitanda 62 e 64, no centro financeiro do Rio de Janeiro, com o propósito de construir edifícios comerciais.

PLENA PROPRIEDADE DA SEDE

A seção de empréstimos teve suas operações suspensas até que o Governo reconsiderasse a proibição de consignação em folha de pagamento dos servidores federais. Seu capital foi empregado na compra de Títulos da Dívida Pública, em depósitos a prazo

fixo em bancos e na aquisição de novos imóveis. Investimentos em propaganda foram realizados e, dentre eles, a publicação dos primeiros informativos dirigidos aos participantes.

Outra ideia pioneira foi materializada na reforma dos Estatutos, criando o primeiro plano de pecúlio da história da previdência brasileira, uma espécie de seguro de vida com um grande e sedutor diferencial: somente poderia ser cancelado pelo participante. No final de seu mandato, a entidade contabilizou Cr\$ 8,5 milhões em contribuições e Cr\$ 4,5 milhões em benefícios pagos. O patrimônio da instituição deu um salto extraordinário e registrou 25% de aumento, pulando de Cr\$ 42 milhões para Cr\$ 53 milhões. Mais uma vez, as bonificações aos pensionistas de baixa renda foram efetuadas. Sobre elas, Ubaldino do Amaral escreveu em seu relatório:

“Muito se tem falado ultimamente em melhoria das pensões,

tendo o Governo concedido uma elevação aos seus pensionistas. No montepio essa melhoria do valor da pensão não é exequível, pois exigiria uma elevação das contribuições dos sócios, sendo como é atuarial a sua organização. Essa medida seria contraproducente, pois viria restringir o número de novos sócios. Muito antes do Governo, da imprensa ou de qualquer instituto cogitar das dificuldades criadas aos pensionistas com a carestia da vida, já o montepio concedia aos seus pensionistas uma bonificação anual, calculada sobre os lucros da instituição. Essa bonificação, que data do ano de 1931, há dezoito anos, portanto, já soma até hoje a quantia avultada de Cr\$ 3.545.416,60 – ou seja, a média de Cr\$ 196.967,58 por ano, uma importância respeitável para uma instituição particular.”



60 CENTAVOS EM TODO O BRASIL

Guerra ao jôgo

O MACACO—Por que não faz voce um discurso? Dirá que o “bicho” é o unico pas-satempo dos pobres. Méta os pobres no meio; todo malandro faz isso.



COMOÇÃO NACIONAL

Em 1950, a seleção brasileira de futebol perdeu a Copa do Mundo para o time uruguaio no recém-inaugurado estádio do Maracanã

Kurt Klagsbrunn, 1950, Acervo Instituto Moreira Salles

No triênio de 1949 a 1951, Amarílio de Noronha assumiu a presidência da entidade, tendo como vice Feliciano de Souza Aguiar, Comandante do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro e irmão do prefeito do Distrito Federal. Nessa administração, por decisão da Mesa Plena, os relatórios, que eram apresentados ao fim de cada mandato de três anos, passaram a ser anuais; a construção do edifício “Visconde de Sepetiba”, na Rua da Quitanda 62, foi confiada à Companhia Pederneiras S.A., e seu custo orçado em Cr\$ 7.122.142,00; os investimentos em publicidade passaram a ser responsabilidade dos corretores representantes; a Assembleia Geral promoveu novas alterações nos estatutos, instituindo um auxílio-funeral de Cr\$ 5 mil a Cr\$ 30 mil para os seus participantes; e a bonificação aos pensionistas de baixa renda somou Cr\$ 1.077.273,00.

Em 12 de outubro de 1950, a diretoria remeteu ao Congresso Nacional uma petição solicitando a plena propriedade da histórica sede da Travessa Belas Artes. O pedido obteve a acolhida esperada e o Senador Fernando de Mello Viana, sócio participante da entidade, prontificou-se a elaborar um projeto de lei com essa finalidade. Sete dias depois, apresentou aos seus pares do Senado o seguinte texto:

“Considerando que o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, sociedade civil mutuária e beneficente, fundado por



Decreto da Regência de 10 de janeiro de 1835, com a finalidade de amparar as famílias dos empregados públicos sem gravame do Tesouro Nacional; considerando que há 115 anos, ininterruptamente, vem o montepio concedendo pensões às famílias de funcionários públicos; considerando que o montepio foi a primeira associação que praticou a assistência social no Brasil; considerando que o montepio obteve pelo Decreto Legislativo nº 749 de 12 de julho de 1854 o usufruto do prédio da travessa Belas Artes nº 15, onde se acha instalado desde 1841, pagando, então, o aluguel anual de 192\$000; considerando que há 109 anos tem o montepio sua sede nesse mesmo prédio, por ele reconstruído e aumentado de mais um pavimento; decreta:

Artigo 1º – É concedida ao Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado a plena propriedade do prédio nº 15 da

travessa Belas Artes.

Artigo 2º – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1950. Mello Viana.”

VARGAS ENTRA PARA A HISTÓRIA

O projeto de lei, aprovado pelo Senado, foi encaminhado à Câmara dos Deputados em 14 de dezembro de 1950. Três meses e oito dias depois, em março de 1951, ocorreu outro incêndio na sede da entidade, tendo início na fiação do segundo andar. Avisados a tempo, o Departamento Federal de Segurança Pública e o Corpo de Bombeiros extinguiram o fogo, sem graves prejuízos para a instituição, visto que nenhum livro ou documento foi atingido. Os pequenos danos verificados foram integralmente reparados com a indenização paga pela Companhia Seguradora Industrial.

Desta vez, prédio e móveis estavam segurados.

Em 8 de março de 1952, com Amarílio reeleito presidente, a diretoria e o corpo de funcionários da organização comemoraram a posse definitiva da sede, garantida pela Lei 1.569, lamentavelmente sem a presença de um de seus mais efetivos colaboradores – o Secretário Alfredo Leal Sá Pereira, aposentado depois de 38 anos de relevantes serviços. Nessa ocasião, o prédio foi avaliado pelo Serviço de Patrimônio da União em

Cr\$ 1,606 milhão. Por ironia do destino, a lei fora sancionada pelo mesmo presidente da República que, anos antes, queria retomar e demolir o imóvel – Getúlio Vargas voltara ao poder.



SILÊNCIO

A irreverência do “Bloco-bonde” durante o carnaval de 1954

Marcel Gautherot, 1954, Acervo Instituto Moreira Salles

“Bota o retrato do velho outra vez, bota no mesmo lugar, o sorriso do velhinho faz a gente trabalhar”. A marchinha de Haroldo Lobo e Marino Pinto, que caiu no gosto popular durante o carnaval de 1950, já dava como certa a volta de Getúlio à Presidência da República. Eleito com 48,7% dos votos, assumiu o governo com o País dividido por uma campanha em prol da nacionalização do petróleo. De um lado, aqueles que defendiam sua exploração por uma empresa genuinamente brasileira; de outro, os “entreguistas”, decididos a ceder aos interesses da norte-americana Standard Oil. “O petróleo é nosso”, slogan criado por Otacílio Rainho, Diretor do Colégio Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, tomou conta da mídia e conquistou personalidades públicas, como o escritor Monteiro Lobato, levando o presidente a fundar a Petrobras em 1953.

Desde o primeiro momento até o fim, Getúlio fez um governo

polêmico, tumultuado e repleto de denúncias de corrupção. Um dos casos de maior repercussão, que jogou grande parte da opinião pública contra ele, foi o esvaziamento da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigava o jornal “Última Hora”, de propriedade de seu apadrinhado, Samuel Wainer, acusado pelo jornalista e político Carlos Lacerda de receber dinheiro do Banco do Brasil para apoiar o presidente. O absurdo reajuste de 100% do salário-mínimo, decretado em fevereiro de 1954 para evitar um possível movimento popular, provocou um forte manifesto dos militares contra o Governo, seguido da demissão do Ministro do Trabalho, João Goulart. Era o “mar de lama”, que chegou ao auge na madrugada de 5 de agosto de 1954, quando um atentado a tiros feriu Carlos Lacerda e matou o major da Força Aérea, Rubens Vaz. O plano foi atribuído a Gregorio Fortunato e a execução a Alcino

João Nascimento e ao seu auxiliar Climério Euribes de Almeida, todos membros da guarda pessoal de Getúlio, chamada pelo povo de “Guarda Negra”.

A crise política que se instalou foi gravíssima. A FAB criou uma investigação paralela, que recebeu o nome de “República do Galeão”. Jornais e rádios não falavam de outro assunto. Alcino e Climério foram capturados pelo coronel Délio Jardim de Matos, que, mais tarde, chegaria a ministro da Aeronáutica. Gregorio também foi detido e levado a depor. O crime da Rua Tonelero, em Copacabana, provocou uma formidável pressão da imprensa e dos militares pela renúncia de Getúlio, levando-o ao suicídio na madrugada de 24 de agosto de 1954, logo após a reunião ministerial, na qual fora aconselhado a se licenciar da Presidência.



A data não poderia ser mais emblemática: premido pela oposição, pela “República do Galeão” e pela mídia, Vargas escolheu a noite de São Bartolomeu para sua morte – em 24 de agosto de 1972, 30 mil protestantes foram perseguidos e massacrados na França. Getúlio Dornelles Vargas, o “Pai dos pobres”, matou-se com um tiro no coração em seus aposentos no Palácio do Catete, sede do Governo. Em sua carta testamento, escreveu: “Saio da vida para entrar na história”. No mesmo dia, o Vice-Presidente João Fernandes Campos Café Filho assumiu o poder.

Dois meses depois, a 20 de novembro de 1954, o potiguar Café Filho, 18º presidente do Brasil, reconduziu a instituição à sua tradicional posição de parceira dos servidores públicos. A Lei 2.339 corrigiu a injustiça cometida 23 anos antes, restituindo um direito legítimo conquistado logo após a sua fundação. Em sua íntegra, o texto legal determinou o seguinte: “Lei nº 2.339, de 20 de novembro de 1954. Inclui a Associação dos

EM 1953, CONCLUÍDA A CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO “VISCONDE DE SEPETIBA”, NA RUA DA QUITANDA 62, A DIRETORIA DECIDIU MUDAR A SEDE PARA O CENTRO FINANCEIRO DO RIO DE JANEIRO

Servidores Civis do Brasil e o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado entre as entidades consignatárias de que trata a Lei nº 1.046, de 2 de janeiro de 1950.

Artigo 1º - É a Associação dos Servidores Civis do Brasil, instituída pelo Decreto-Lei nº 8.012, de 29 de setembro de 1945, como entidade máxima das atividades sociais dos servidores públicos em todo o território nacional, incluída entre as entidades consignatárias de que trata a Lei nº 1.046, de 2 de janeiro de 1950.

Artigo 2º - As vantagens do artigo anterior são extensivas ao Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

João Café Filho, presidente da República”.

Os dirigentes da entidade haviam se preparado para esse momento como se tivessem a certeza de que chegaria mais cedo, ou mais tarde. No ano anterior, 1953, concluída a construção do edifício “Visconde de Sepetiba”, na Rua

da Quitanda 62, a diretoria decidiu mudar a sede para o centro financeiro do Rio de Janeiro, o que ocorreu em 15 de setembro com a inauguração de um busto em bronze do fundador e a presença do seu bisneto, José Salles de Oliveira Coutinho. O novo prédio, a começar pelo tamanho (onze pavimentos, dos quais a instituição ocupou três), possuía todos os requisitos para abrigar a entidade, que aguardara apenas a normalização de sua situação para imprimir um ritmo acelerado às suas atividades. O projeto consumira mais de Cr\$ 19,5 milhões, incluídos nesse total o terreno, os elevadores e a Casa Forte (cofres de aluguel localizados no subsolo), ou seja, pouco mais de um quarto do patrimônio da instituição, avaliado em Cr\$ 75,5 milhões. Contabilizando 3.126 contribuintes, a entidade despendia cerca de Cr\$ 2,5 milhões para prover o sustento de seus 2.709 pensionistas.

No decorrer do ano de 1954, insatisfeita com os serviços prestados pelo Banco Industrial Brasileiro na arrecadação de contribuições e pagamento de benefícios nos estados, a entidade decidiu substituí-lo pela Organização Contábil Serrano. Concentrada nos trabalhos de recuperação da seção de empréstimos, a diretoria nomeou uma comissão formada pelos diretores Armando de Castro Uchoa, Walter Carlos de Magalhães Fraenkel e Rodolpho Luz Vieira para reestruturar seu regulamento e colocá-la novamente em atividade. Meses mais tarde, já estava em pleno funcionamento, revigorada com um aporte financeiro de Cr\$ 10 milhões.



CAFÉ FILHO

Reconduziu a instituição à sua posição de parceira dos servidores públicos



Treinamento de corretores da Augustus Promoções e Vendas nos anos 70. Na foto, Nilton Molina e Fernando Mota. (Acervo Mongeral)

No mês de maio de 1955, Amarílio Noronha, acometido por grave problema de saúde, deixou a presidência, passando o posto ao vice-presidente Feliciano de Souza Aguiar. Em seu curtíssimo mandato, Feliciano causou um enorme constrangimento aos companheiros de diretoria, ao aprovar um pedido de empréstimo de Cr\$ 5 milhões – com adiantamento imediato de Cr\$ 700 mil – à Companhia de Anilinas, Produtos Químicos e Material Técnico, empresa da qual era o principal acionista. Obstado em seu propósito, retirou-se do cargo

dois meses depois, a 26 de julho, dando posse ao General Armando de Castro Uchoa.

Livre do embaraço, a diretoria da organização voltou sua atenção para outro problema, a desvalorização da moeda e seus efeitos sobre as pensões. As bonificações destinadas aos beneficiários de baixa renda continuavam a ser pagas pontualmente, mas não resolviam a questão. Vendo o poder aquisitivo de seus beneficiários diminuir ano após ano, os pensionistas pleiteavam medidas corretivas urgentes. Sem outro recurso, o Presidente Uchoa decidiu, por fim, autorizar os estudos destinados a promover novas alterações nos estatutos da entidade.

Em 1956, as Obrigações de Guerra, adquiridas durante o segundo conflito mundial, foram postas à venda com boa margem de lucro. A seção de empréstimos, que um ano antes registrara o movimento de pouco mais de mil prestamistas para Cr\$ 13 milhões negociados, contabilizava

2,5 mil consignações com mais de Cr\$ 22 milhões investidos. E o patrimônio da entidade chegava à marca de Cr\$ 89,5 milhões. Na época, também teve início a regulamentação da carteira imobiliária e hipotecária, da caixa mutuária e da seção de depósitos para sócios e associados – classificação dada aos participantes que tinham, ou não, direito a voto nas Assembleias Gerais.

Percebia-se uma concreta preocupação quanto à divulgação das atividades da organização como meio de captar novos participantes. Em seu relatório de 1957, o presidente Armando Uchoa demonstra claramente a necessidade de utilizar os instrumentos da propaganda para esse fim.

“À falta de conhecimento, principalmente, a instituição não tem a aceitação vitoriosa que merece. Não dispomos de um perfeito serviço de propaganda, de produção, ou com qualquer outro nome que objetive ampliar o quadro social através de modos de ação que levem ao

conhecimento do público o que realiza o montepio como entidade beneficente, e em que se escuda para garantir os benefícios que vem prestando ininterruptamente, e que já montam a mais de oitenta milhões de cruzeiros... O serviço de propaganda como é feito presentemente pelos corretores, quase todos ineficientes por omissão, exceção feita para os que têm suas atividades nos estados do Piauí, Sergipe e Alagoas, está a provar que (na falta) se assenta também o insucesso...”

Nos dois anos subsequentes, ainda sob a tutela do General Uchoa, a entidade prosseguiu na mesma toada. Apesar da excelente situação financeira, a reforma dos estatutos, a atualização dos métodos administrativos e as iniciativas publicitárias esbarravam em conceitos ultrapassados e na lentidão do processo decisório. Com um patrimônio de Cr\$ 95 milhões e reservas que alcançavam a importância de Cr\$ 29,5 milhões para atender aos compromissos firmados com 2.918 beneficiários, que consumiam pouco menos de

LIVRE DO EMBARAÇO, A DIRETORIA VOLTOU SUA ATENÇÃO PARA OUTRO PROBLEMA, A DESVALORIZAÇÃO DA MOEDA E SEUS EFEITOS SOBRE AS PENSÕES

Cr\$ 3 milhões anuais em pensões, a diretoria protelava, a mais não poder, todas as medidas reclamadas pelos participantes, estimulados pelo desenvolvimento e modernização crescentes do País.

Decerto, o clima nacional era progressista. Logo no começo de seu mandato na Presidência da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira lançara o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), com o célebre lema “50 anos em 5”. O PND tinha 31 metas distribuídas em seis grandes áreas: energia, transportes, alimentação, indústria de base,

educação e a construção da nova capital federal. Visava estimular a diversificação e o crescimento da economia, baseado na expansão industrial e na integração de todas as regiões com a nova capital, estrategicamente situada no planalto central do País.



JUSCELINO KUBITSCHEK

Diversificação da economia, política de crédito e Lei Orgânica da Previdência
Agência Brasil, 1956

Outra importante característica do governo de JK foi a manutenção do regime democrático e a estabilidade política, que gerou um sentimento popular de confiança e de esperança no futuro. Juscelino permitiu a abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro e isentou de impostos de importação as máquinas e equipamentos industriais, assim como os investimentos externos, desde que associados ao dinheiro nacional.

Para ampliar o mercado interno, ofereceu uma generosa política de crédito. Promoveu a implantação da indústria automobilística, com a instalação de fábricas internacionais no País. Estimulou a indústria naval, a expansão da indústria pesada, a construção de usinas siderúrgicas e de grandes hidrelétricas, como Furnas e Três Marias. Abriu rodovias transregionais e aumentou a produção de petróleo

da Petrobras. Em 1959, atendendo à sugestão de Dom Helder Câmara, bispo da Igreja Católica, JK criou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) para integrar a região ao mercado nacional. No mesmo ano, rompeu com o Fundo Monetário Internacional (FMI), por não aceitar a reforma cambial imposta. Mesmo assim, um mês antes de inaugurar Brasília, obteve do FMI um empréstimo de US\$ 47,7 milhões para financiar seu plano industrial – sobretudo, a indústria automobilística em São Paulo. Paralelamente à construção de Brasília, empreendeu uma grande obra rodoviária, que acelerou o povoamento do Centro Oeste e da Amazônia, a rodovia Belém-Brasília. Outro projeto rodoviário conectando regiões brasileiras realizado por Juscelino foi a Régis Bittencourt, que liga o Sudeste ao Sul do País.

Em consequência desse audacioso plano, a dívida externa dobrou, chegando a US\$ 3,8 bilhões, agravada pelas altas remessas de lucros das empresas estrangeiras e pelo consequente aumento do déficit na balança de pagamentos. Apesar do crescimento econômico, o mandato de Juscelino Kubitschek terminou com a inflação potencializada. A expansão do crédito, a grande quantidade de importações para a indústria automobilística e as constantes emissões de moeda para manter os investimentos estatais e pagar os empréstimos externos elevaram a inflação de 25%, em 1960, para 81% em 1963. Em contrapartida, a produção industrial cresceu 80%, os lucros da indústria atingiram 76%, mas os salários obtiveram um ganho de apenas 15%.



NOVA CAPITAL FEDERAL

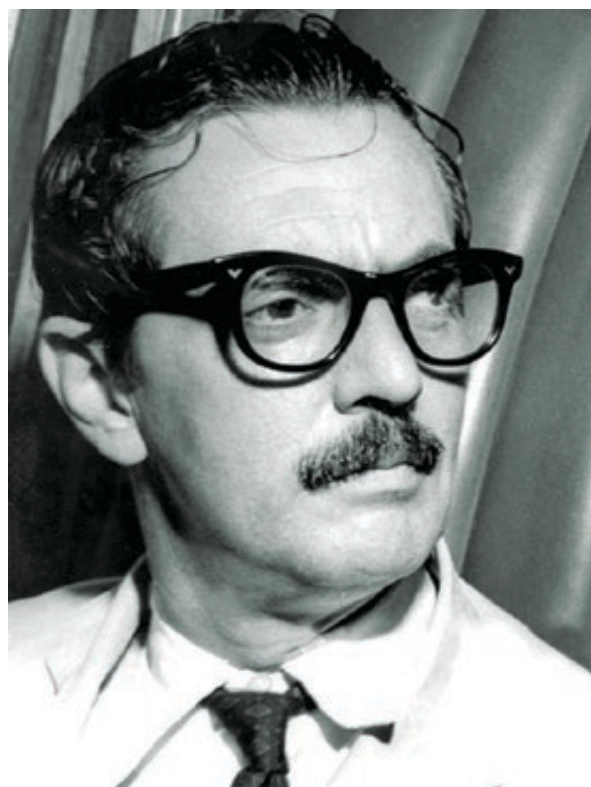
A construção mobilizou mais de 30 mil operários de todas as regiões do Brasil

A construção de Brasília foi, sem dúvida, um dos fatos mais marcantes da história brasileira do século 20. O projeto não era inédito. A ideia de construir uma nova capital no centro geográfico do País, com esse mesmo nome, partiu de José Bonifácio de Andrada e Silva, ainda no segundo quartel dos anos 1800, e estava prevista nas constituições de 1891, 1934 e 1946. As obras, que consumaram o projeto dos arquitetos Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, começaram com entusiasmo em fevereiro de 1957. Mais de 30 mil operários – os “candangos” – vindos de todas as regiões do País, principalmente do Nordeste, enfrentaram um regime de trabalho ininterrupto, dia e noite, para concluir Brasília até a data prefixada de 21 de abril de 1960, em homenagem à Inconfidência Mineira. A nova capital federal ficou pronta no tempo recorde de 41 meses – antes do prazo previsto – e é considerada como uma das realizações mais importantes da arquitetura e urbanismo contemporâneos.

Por conta da construção da nova capital, JK foi acusado de corrupção e a imprensa chegou a noticiar

que ele teria a sétima maior fortuna do mundo, o que nunca se provou. Durante a campanha de sucessão presidencial, essas denúncias foram amplamente exploradas pelo candidato Jânio Quadros, que prometia “varrer a corrupção” do governo.

Ao passar a faixa presidencial para Jânio, em 31 de janeiro de 1961, Juscelino tornou-se, desde Artur Bernardes, o primeiro presidente civil eleito pelo voto direto que iniciou e concluiu seu mandato dentro do prazo determinado pela Constituição. No final de sua gestão, JK promulgou a Lei Orgânica da Previdência – Lei 3.807 de 26 de agosto de 1960 – depois de 14 anos de tramitação no Congresso. Seu governo também ficaria para sempre marcado pelas extraordinárias conquistas esportivas: a seleção brasileira de futebol foi campeã do mundo em 1958; o boxeador peso-galo Éder Jofre conquistou seu primeiro título mundial em 1960; a seleção brasileira de basquete masculino foi campeã mundial no Chile; e a tenista Maria Esther Bueno progredia em sua extensa série de vitórias nos torneios de Wimbledon e US Open.



JÂNIO QUADROS

Denúncias contra JK para varrer a corrupção

A FORÇA DA CORRENTE RENOVADORA

Na contramão da história do País, a instituição iniciou os anos 60 a passos lentos. Administrada por Janserico de Assis, reduziu o período de cada mandato para dois anos e as providências prementes dependiam cada vez mais das morosas decisões da Mesa Plena e da Assembleia Geral. Nessa gestão, os únicos eventos a merecer registro foram a nova regulamentação da caixa mutuária, que voltou a funcionar em 1º de junho de 1961, comercializando planos de auxílio-funeral; a venda de Títulos da Dívida Pública, com o emprego de parte dos recursos auferidos na aquisição de Obrigações do Tesouro Nacional; e uma proposta de organização da caixa de pecúlios à semelhança dos seguros de vida em grupo, que não vingou.

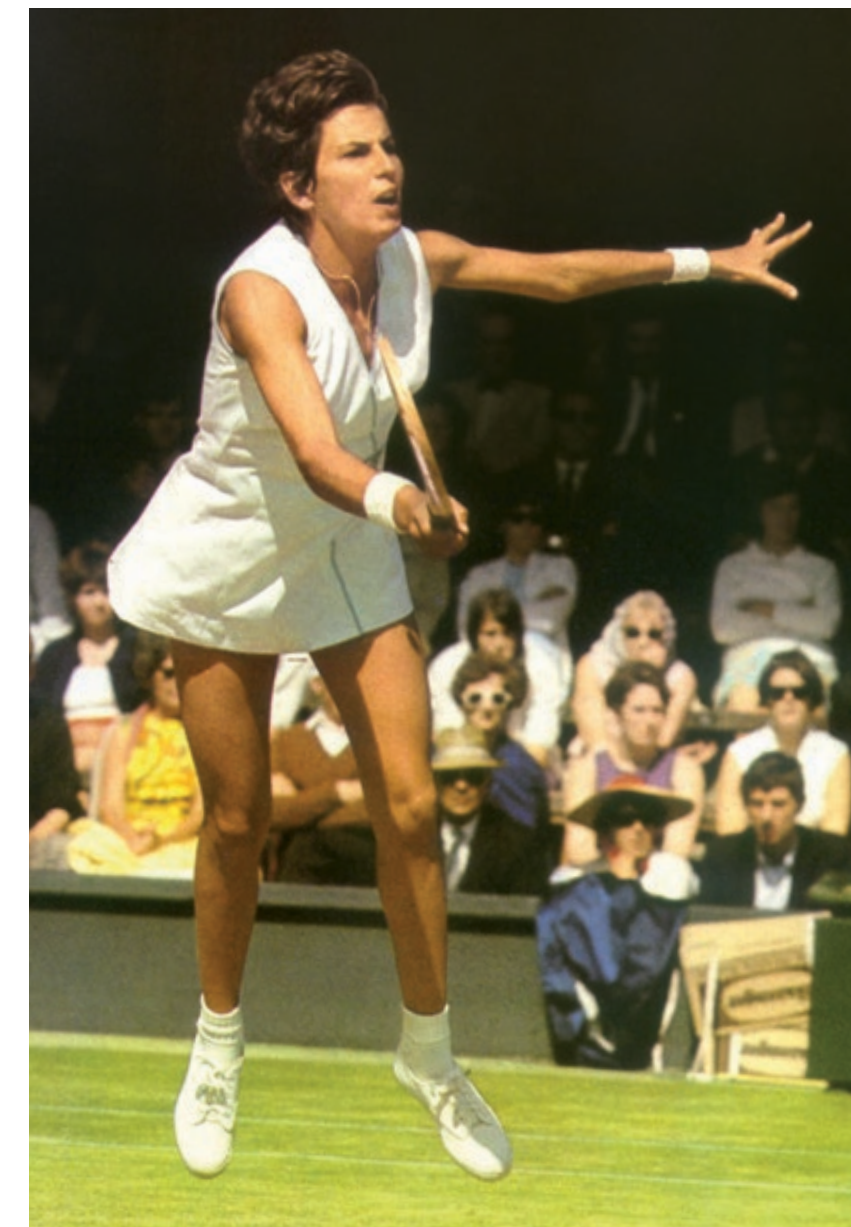
Ancorada no patrimônio milionário e nos lucros crescentes provenientes da seção de empréstimos, das aplicações financeiras e da renda imobiliária, a entidade pioneira da previdência brasileira

parecia ignorar suas origens, mantendo-se acima de qualquer intempérie, a salvo das mudanças políticas e econômicas. Nem mesmo a inflação, em sensível progressão, motivava seus principais dirigentes a buscar novas ideias, por menos ousadas que fossem. As reformas dos Estatutos eram sistematicamente postergadas ao longo de anos de estudo inócuo, sem apresentar alguma alternativa, por mais conservadora, para superar as dificuldades que atormentavam os pensionistas, vítimas impotentes da desvalorização de seus benefícios – nesse período, o salário-mínimo saltara de Cr\$ 9,6 mil para Cr\$ 21 mil. Nas atas da diretoria, havia apenas a rotina dos balancetes, admissão e eliminação de participantes e uma lista interminável de pedidos de pensão provocados pelo envelhecimento da massa de associados.

Entretanto, uma corrente renovadora adquiria força no próprio corpo diretivo, abrindo espaço para a criatividade. Na linha de frente, um diretor adjunto que, desde 1958, buscava apoio para suas sugestões de modernização

e desenvolvimento. Enfrentando ferrenha oposição dos acomodados, Emílio Gonçalves Filgueiras conseguiu finalmente eleger-se presidente em 1964, trazendo com ele os diretores João Queiroz Leite, Licínio de Oliveira Lima, Trayahu Rodrigues Moreira, Euclides de Araújo Lima, Mário Stuart e Joaquim Aspilicueta, elementos de sustentação do audacioso projeto a ser levado a cabo. No primeiro relatório do autodenominado “Movimento Atualizador”, as mudanças apareceram vigorosas. Em 9 de setembro daquele mesmo ano, foi lançado o Montepio Real da Família Brasileira (MRFB), um programa de benefícios composto por dois planos; o primeiro, uma renda de pensão vitalícia, que poderia atingir Cr\$ 450 mil mensais, e o segundo, denominado “plano teto”, que garantia aos beneficiários do participante falecido uma importância de até Cr\$ 20 milhões para a aquisição da casa própria. Ambos eram dotados de um pecúlio por morte, que poderia chegar a Cr\$ 4 milhões. Pela primeira vez, os beneficiários podiam ser indicados livremente e substituídos a qualquer tempo. Em apenas quatro meses de vendas, o MRFB alcançou a cifra de Cr\$ 49.217.500,00, o equivalente a 38,9% da receita da entidade durante o exercício.

Além do ousado programa de benefícios, revolucionário para os padrões da época, a diretoria deu início a um amplo trabalho de modernização, recuperando móveis e imóveis, atualizando serviços, substituindo máquinas e equipamentos, renovando métodos de operação e até funcionários – o antigo atuário, Oswaldo Soares, foi aposentado e para a função foi contratado Álvaro Joaquim dos Santos. O “novo montepio” passou a ser identificado pela sigla MGESE e ganhou um serviço de divulgação, a cargo do jornalista



EXEMPLO

A ex-tenista brasileira Maria Esther Bueno, a número 1 do mundo em 1959 e 1960, venceu dezenove torneios de Grand Slam ao longo de sua carreira

Roberto Corte-Real, consagrado apresentador de televisão. Os documentos antigos, manuscritos históricos que contam a vida da instituição, receberam pela primeira vez a atenção dos dirigentes, sendo gradualmente restaurados. Finalmente, depois de anos de conservadora e quase apática administração, o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado voltava a assumir um lugar de destaque entre as mais vibrantes e modernas entidades em seu segmento de atuação. As palavras de Emílio Filgueiras, ao término do primeiro mandato, refletem a emoção com que celebrou essa conquista.

“Espanamos a poeira secular que cobria os verdadeiros objetivos dessa instituição, retiramos as teias de aranha que se sobrepunham aos programas de desenvolvimento; desfazendo os entraves e empecilhos, abrimos novos caminhos, replantando e cultivando a semente da previdência.”

Reeleita em 1966, a diretoria

continuou inovando, ao lançar o programa de cooperativismo habitacional, que oferecia ao quadro de participantes a oportunidade de financiar a casa própria. Os imóveis, edifícios modernos e bem localizados, seriam empreendimentos de responsabilidade da própria organização, construídos por intermédio de empresas contratadas. Um ano depois, mais uma novidade repercutiria positivamente: o consórcio de automóveis Conso-Mon-Real iniciou suas atividades, formando vários grupos de 100 participantes interessados na compra financiada de veículos novos. Em apenas três meses, os primeiros dez carros foram entregues.

No campo previdenciário especificamente, os antigos planos, desgastados pela inflação, foram revistos e atualizados, permitindo aos participantes multiplicar o valor dos benefícios, ao longo de uma carência fracionada de 6 a 48 meses de contribuições. As tabelas da caixa mutuária também foram redimensionadas

e os valores do auxílio-funeral elevados, chegando até Cr\$ 1 milhão. Todas as iniciativas passaram a ser sistematicamente levadas aos participantes por meio do BIM, “Boletim Informativo do MGESE”, publicado a cada três meses, bem como através de folhetos promocionais de ampla circulação.

Em 23 de agosto de 1967, o Senado Federal apresentou o projeto de Lei nº 458, propondo que o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado fosse considerado uma entidade de utilidade pública. Naquele mesmo mês e ano, o primeiro edifício da cooperativa, situado à Rua Garnier, no Rocha, Rio de Janeiro, foi entregue aos proprietários. Simultaneamente, novos prédios eram erguidos em outros bairros valorizados da cidade, como Tijuca, Vila Isabel e Andaraí, e o projeto para a construção de um edifício comercial moderno no lugar da velha sede histórica ganhava forma.

Pouco mais tarde, em 1968, a entidade lançaria seu primeiro



MGESE

A nova sigla passou a identificar a entidade, que voltou a destacar-se em seu segmento

Acervo Mongeral

plano de renda de aposentadoria, contemplando uma antiga aspiração dos participantes. Com esse novo produto, chegariam a cinco as opções de coberturas previdenciárias oferecidas, computados o pecúlio, o auxílio-funeral, a renda mensal vitalícia de pensão e a renda mensal para educação universitária dos filhos ou dependentes. Os empréstimos, em ritmo mais lento, a cooperativa habitacional e o consórcio de automóveis arrematavam o maior pacote de benefícios disponível no mercado brasileiro de previdência privada. A expressão “previdência privada” passou a ser usada para designar as empresas de livre iniciativa que atuavam no segmento alternativo à previdência oficial, desde a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), em 21 de novembro de 1966, fruto de uma nova ordem política instalada no Brasil pelo golpe militar de 1964.

AUGUSTUS: NOVOS RUMOS NA HISTÓRIA DA ENTIDADE

A renúncia do mato-grossense Jânio da Silva Quadros em 1961, seu primeiro ano de mandato, levou ao posto supremo do País o Vice-Presidente João Belchior Marques Goulart. Jango, como era chamado, mantinha vínculos com os comunistas e socialistas (por ocasião da renúncia de Jânio, estava em visita à China) e os militares o consideravam uma grave ameaça à democracia capitalista. A resistência à sua posse foi enorme e somente ao cabo de complicada negociação, levada a efeito pelo cunhado Leonel de Moura Brizola – na época governador do Rio Grande do Sul –, os partidários de João Goulart e a oposição militar e civil costuraram um acordo, que instalaria o regime parlamentarista, limitando a ação do chefe do Estado.

Habitação



A diretoria inovou ao lançar o programa de cooperativismo habitacional nos anos 60 (Acervo Mongeral)

No dia 2 de setembro de 1961, respaldado na “Campanha da Legalidade”, Jango assumiu a Presidência, tendo como Primeiro-Ministro o mineiro Tancredo Neves, ex-Ministro de Getúlio Vargas. No ano seguinte, Tancredo demitiu-se, dando lugar ao gaúcho Brochado da Rocha, e Jango lançou o Plano Trienal, conjunto de medidas que se destinava a sanar os problemas básicos do País, a começar pelo déficit público e a reforma agrária. No entanto, o Congresso barrou todas as iniciativas, impedindo que o plano fosse posto em prática. Em 1963, um plebiscito promoveu a volta do regime presidencialista e Jango, finalmente, pode exercer o cargo com plenos poderes. Mas, aí, já era tarde.

A fragilidade das instituições políticas, minadas por vários problemas estruturais acumulados em décadas, ficou evidente, desestabilizando o Governo. Desgastado pela crise econômica e política, enfrentando a forte oposição dos militares e o descontentamento dos setores mais radicais da esquerda, o presidente procurou apoio nas classes trabalhadoras, provocando manifestações, comícios e desordens, até que, na madrugada de 31 de março para 1º de abril de 1964, irrompeu o golpe militar que o depôs, instalando um regime ditatorial que duraria 21 anos.

Esse período foi marcado pelo desenvolvimento econômico, em grande parte financiado pelos norte-americanos. Em contrapartida, o General Humberto de Alencar Castelo Branco, primeiro de uma série de presidentes militares, promoveu forte repressão política, lançando na clandestinidade os comunistas. Com a justificativa de manter a estabilidade social, a Lei de Segurança Nacional foi aplicada ao extremo, iniciando-se a perseguição de todos que discordavam publicamente do regime.



MODERNIZAÇÃO

Eleito Presidente da instituição em 1964, Emílio Gonçalves Filgueiras lançou o chamado “Movimento Atualizador”, implementando o mais completo pacote de benefícios da previdência brasileira
Acervo Mongeral

A VITÓRIA DA CRIATIVIDADE

Em 1967, Castelo Branco foi sucedido pelo General Artur da Costa e Silva, que editou o abominado Ato Institucional nº 5, recebendo amplos poderes para fechar o Congresso, cassar políticos e institucionalizar a repressão. Por sua vez, a esquerda armou-se e partiu para o enfrentamento, provocando uma guerra subterrânea e persistente. Com a imprensa censurada, os adversários do regime marginalizados e a liberdade de expressão praticamente extinta, tornaram-se comuns as prisões arbitrárias, a tortura e até a morte daqueles que eram tidos como suspeitos de tentar desestabilizar o regime. Estima-se que cerca de 300 dissidentes perderam a vida.

Em contraponto à violência do regime, que se estenderia até 1985, realizações de suma importância para o desenvolvimento estrutural do País devem ser creditadas aos Governos Militares, como a criação do

Banco Central e Banco Nacional de Habitação (1964), da Embratel (1965), do INPS, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, do Sistema Nacional de Seguros Privados (1966), do Movimento Brasileiro de Alfabetização, do Projeto Rondon e da Fundação do Índio (1967).

Em 1969, consolida-se o período denominado 'Milagre Brasileiro', já com o General Emílio Garrastazu Médici na Presidência. A partir de então, o volume de iniciativas cresceu sensivelmente. A Embraer (1969), a rodovia Transamazônica, o Programa de Integração Social (1970), a Telebrás, a usina nuclear Angra I

(1972), a Ponte Rio-Niterói, a Hidrelétrica Binacional de Itaipu (1974) e o Pró-Álcool (1975), dentre outros empreendimentos de vulto, entraram para a história como legado positivo dos "Anos de Chumbo". É da época de Médici o lema ufanista





COSTA E SILVA

Editou o abominado Ato Institucional nº 5, recebendo amplos poderes para fechar o Congresso

“Brasil, ame-o ou deixe-o”, cunhado sobre o slogan “Love it or leave it”, utilizado pelos norte-americanos em campanha cívica durante a guerra do Vietnã e que no Brasil serviu de pano de fundo para o exílio de centenas de dissidentes, na fase de recrutamento da repressão.

No mesmo ritmo de desenvolvimento do País, mas em perfeita harmonia com sua crescente legião de participantes, a entidade progredia a olhos vistos. Em 1969, o Presidente Emílio Filgueiras – mais uma vez reeleito – pôs em execução um plano de expansão audacioso, contratando a Datamec, companhia de processamento de dados vinculada à Caixa Econômica Federal, para implantar o controle eletrônico das operações da instituição, com o triplo propósito de dar agilidade aos processos, reduzir os custos e aumentar a produtividade. Paralelamente, estabeleceu acordo com a empresa Augustus Promoções e Vendas

para comercializar os planos de previdência em todo o território nacional. Com a chegada da firma paulista, entraram em cena dois personagens que influíram diretamente na história da então MGESE, tanto naquele momento, quanto no futuro, quando teriam papel fundamental na sua sobrevivência: Nilton Molina e Fernando Rodrigues Mota. Principais sócios da Augustus, impulsionaram de tal forma as vendas que, em apenas seis meses, o número de participantes atingiu a casa dos 100 mil, configurando um crescimento de 120%.

Mota propulsora do plano de expansão projetado pela diretoria, a Augustus, com seu sistema inusitado de corretores funcionários, representava a instituição com exclusividade em todos os pontos estratégicos do País, através de 18 filiais. No que se pode considerar um feliz acaso, sua sede localizava-se na cidade de São Paulo, na Rua Marquês de Paranaguá, título dado a João



ACORDO COMERCIAL

Um acordo com a Augustus Promoções e Vendas, cujos principais acionistas eram Nilton Molina e Fernando Mota, impulsionou as vendas da entidade
Acervo Mongeral

Lustosa da Cunha, um dos mais célebres e importantes presidentes da entidade.

Por essa ocasião, a seção de empréstimos estava praticamente desativada. A diretoria concentrava todos os seus esforços na evolução dos planos de previdência e no programa habitacional, iniciativa pioneira, levada a efeito antes mesmo de o governo criar o Banco Nacional da Habitação. O prédio da Rua Barão de Itapagipe 453, na Tijuca, bairro nobre do Rio de Janeiro, já fora entregue aos participantes proprietários e um novo edifício estava em construção na Avenida Otacílio Negrão de Lima, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Mesmo com a inflação beirando os 23% e mais uma forte desvalorização da moeda, os ativos da instituição superavam a cifra de NCr\$ 129 milhões, configurando uma situação de admirável solidez.

Enquanto o povo brasileiro comemorava o tricampeonato mundial de futebol, a entidade pioneira da previdência tinha motivos de sobra para celebrar outras conquistas. O reajustamento dos benefícios de pensões e bonificações que, por iniciativa da diretoria, passara a obedecer à proporção do lucro obtido com as aplicações financeiras, começou a ser efetuado semestralmente, diminuindo parcialmente a perda provocada por longo período de inflação – a expectativa era de recuperar o valor integral dos benefícios em até 20 anos. Cinco novos empreendimentos imobiliários foram iniciados, assim como a construção do edifício na sede histórica, com oito pavimentos, cobertura e lojas. A evolução das

A VITÓRIA DA CRIATIVIDADE

vendas de planos previdenciários resultou em um crescimento de 67,7% da receita. As modernas técnicas de administração implantadas reduziram as despesas para 8,15% da receita e cada cruzeiro novo de compromisso assumido com os participantes tinha a cobertura de NCr\$ 117,04.

Dois outros fatos relevantes também remontam a esse período. Em 1970, a marca da organização foi modernizada e sua razão social sintetizada pela sigla Mongeral. O trabalho, que contou com a colaboração de funcionários, foi realizado pelo publicitário Isauo Ferreira Cardoso, responsável pela propaganda da instituição desde meados dos anos 60. Vinte e quatro anos mais tarde, Cardoso seria o mais importante aliado de Molina e Fernando Mota na obra de recuperação da entidade.

VITÓRIA

A seleção brasileira conquistou o tricampeonato mundial e a organização um crescimento de 67% da receita





AUGUSTUS

A empresa comercializava os planos de previdência em todo o território nacional
Acervo Mongeral

CRESCIMENTO

Em apenas seis meses, o número de participantes atingiu a casa dos 100 mil. Na foto, compoendo a mesa, André Silva, Aldo Lima, Emílio Filgueiras, Nilton Molina, Fernando Mota e Moacir Artusi
Acervo Mongeral



CORRESPONDÊNCIA REMETIDA PELO INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (INPS), EM 1972

“Rio de Janeiro, janeiro de 1972. Ofício nº 792. Prezado Diretor Presidente. Tenho a satisfação de acusar, em nome do Presidente Eleber Gollart, o recebimento do ofício Mongeral nº 124, de sete do corrente, em que V.S.º, além de enaltecer a política de previdência social brasileira, oferece uma cópia do Decreto da Regência que aprova o plano do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado. Agradecendo a honrosa doação de tão alto significado histórico, apresento a V.Sa. meus cumprimentos pelo transcurso do 136º aniversário da instituição precursora da previdência social brasileira e pela eficiente e avançada direção que imprime a essa sociedade. Valho-me do ensejo para apresentar a V.Sa. as expressões de minha elevada consideração. Nélio Barros de Aguiar, Assessor de Relações Públicas.”

O segundo fato merecedor de registro está inserido na correspondência remetida pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), em 1972, onde o pioneirismo da Mongeral é reconhecido oficialmente pelo Governo, como precursor da previdência social no Brasil. O texto está no quadro acima.

Apesar da frustração de ver indeferida a proposta do Senado para incluir a entidade na categoria de instituição de utilidade pública, a diretoria não tinha mais nada a lamentar, pois os negócios e o prestígio andavam em alta conta. Ainda em 1972, os Governadores de São Paulo, Laudo Natel, e da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, confirmaram pelos Decretos nº 290, de 14 de setembro, e nº 3.055, de 31 de outubro, respectivamente, a condição da Mongeral como consignatária dos funcionários públicos desses estados. O mesmo ocorreu na Guanabara, pelo expediente 04-26.021-72, de 14 de fevereiro de 1973, assinado pelo governador Antonio de Pádua Chagas Freitas.



Participantes da primeira reunião gerencial de 1978, realizada no Salão de convenções do Novotel, Niterói. Na foto, acima, da esquerda para a direita, José Alexandre, Marcio Mendes, Aluizio Camargo, Renato Guedes, Paulo Castro, Higino Amaral, Gilberto Arruda, Fernando Mota e Manoel Barbará. Embaixo, Antonio Mota, Alexandre Koga, Nilton Molina, Antonio Ramalho, Mituo Odaira, Barreto Silva, Carlos Floriano Vidal e José do Amaral.

Acervo Mongeral

Todavia, nem tudo eram flores para a Mongeral. Novamente eleita – dessa vez para uma gestão de três anos –, a diretoria formada por Emílio Filgueiras, Severino Alves de Souza, Manoel Marques Garcia, Nelson Ballariny, Mário Ten Brink, Edmundo Martins e Pedro de Moraes e Mattos enfrentava a proliferação desmedida de montepios e sua atuação predatória no mercado, provocada pela falta de regulamentação do setor.

Durante toda a sua trajetória, a Mongeral conviveu com outras entidades congêneres. No tempo do Império, o Montepio do Exército (1827), a Caixa de Socorro dos Trabalhadores das Estradas de Ferro do Estado (1888), o

Montepio dos Empregados do Correio e a Caixa de Pensão dos Operários da Imprensa Nacional (1889) foram as mais importantes. No nascimento da República, o Montepio Federal (1890) foi foco de sérios problemas acarretados pela obstinação do Governo em transformá-lo na única instituição do gênero. Com exceção deste último, todas ficaram pelo caminho. Na República Velha, Estado Novo e República Nova, a concorrência continuou crescendo, até alcançar, no começo dos anos 70, o número exorbitante de 200 entidades de previdência privada e assemelhadas, sem que nenhuma providência fosse tomada pelo Governo para nortear e fiscalizar a atividade.

O “Regulamento Murtinho”, anexo ao Decreto nº 4.270, de dezembro de 1901, regulamentara apenas o funcionamento das seguradoras, esquecendo montepios e aparentados. O Código Civil Brasileiro, editado em 1917, dispusera sobre a autorização prévia para a constituição desse tipo de entidades, em reação aos abusos que já eram praticados na época. No entanto, o Decreto nº

14.593, de 1920, excluía daquele regime os montepios, sociedades beneficentes, socorros mútuos, sindicatos e cooperativas profissionais. Se por um lado o Governo avançava no campo da seguridade social com as Caixas de Aposentadorias e Pensões de 1923 (Lei Eloy Chaves), os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) de 1933 em diante e o Sistema Nacional de Seguros Privados de 1966 – marco regulador da atividade seguradora –, por outro ignorava completamente a existência de dezenas de montepios, que continuaram sem regulamentação específica. O Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, gênese do Sistema Nacional de Seguros Privados, chegou ao cúmulo de estabelecer o seguinte:

“...todos os montepios em funcionamento ficam excluídos do regime estabelecido nesse decreto-lei, facultado ao Conselho Nacional de Seguros Privados mandar fiscalizá-los se e quando julgar conveniente.”



UNIÃO

Lutando pela regulamentação da previdência privada, a partir da direita, Raul Silveira (Susep), Renato Guedes (Augustus), Fernando Mota (Augustus), Homero Diniz (Mongeral), Andre Silva (Mongeral), Nilton Molina (Augustus), Álvaro Santos (Mongeral)

Acervo Mongeral



PRIMEIRO SIMPÓSIO NACIONAL DE PROVIDÊNCIA PRIVADA

Os principais diretores da Mongeral e os dirigentes da Augustus marcaram presença no encontro. Na foto, Emílio Filgueiras, Danilo Luis Krause, Carlos Weber, Ivânio Silva, o Governador de São Paulo, Paulo Egydio, Mario Leão e o Ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen

Acervo Mongeral

O resultado desse abandono foi a multiplicação desordenada das entidades de previdência privada, várias delas com a única finalidade de aproveitar-se da situação, aplicando toda sorte de golpes contra o consumidor. Instituições de notória seriedade, como a Mongeral e outras poucas, eram arrastadas pela promiscuidade do mercado e, apesar de todos os esforços moralizantes, viam suas marcas atreladas a um conceito negativo.

A enorme soma de recursos arrecadados e a experiência acumulada em tantos anos de atividade por essas entidades tradicionais teriam de ser, mais cedo ou mais tarde, identificadas como um poderoso instrumento à disposição do poder público, em sua luta contra os riscos sociais. Assim, em 1974, realizou-se na cidade de São Paulo o primeiro Simpósio Nacional de Previdência Privada, que além de definir a posição do Governo frente a essas organizações tradicionais, teve

como objetivo constituir meios práticos de cooperação entre elas e os órgãos oficiais, na elaboração de legislação para regulamentar a ação dos montepios e fundos de pensão. Os principais diretores da Mongeral, bem como os dirigentes da Augustus, marcaram presença nesse encontro, discutindo diretamente com o Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, as providências a tomar. Mais uma vez, a entidade plantou uma semente pioneira, colocando-se à vanguarda do movimento pelo saneamento do setor.

Motivada pela repercussão do evento, a imprensa engajou-se na luta e colocou frequentemente em pauta o debate pela regulamentação da previdência privada, apresentando a questão como “um caso de segurança nacional”. Estimulados, os montepios e a recém-fundada Associação Nacional de Previdência Privada (Anapp), constituída pelas dez mais tradicionais entidades do

setor forçaram a realização do segundo Simpósio Nacional, que teve lugar no Rio de Janeiro. A discussão aberta sobre a regulamentação e institucionalização da previdência privada se intensificou perante a opinião pública e, por fim, o assunto foi introduzido no Congresso Nacional.

A causa, antes restrita ao grupo dos montepios e fundos de pensão, passou a interessar também às seguradoras de vida, que descortinaram um novo mercado promissor. Sentindo a pressão desencadeada pela Mongeral e suas congêneres, amplificada pela imprensa, a opinião pública e as seguradoras, o parlamento brasileiro deu trâmite ao projeto. Em 15 de julho de 1977, o quarto presidente da República no regime militar instalado em 1964, General Ernesto Geisel, sancionou a Lei 6.435, que instituiu dois sistemas: a previdência privada fechada, na qual se inseriam os fundos de pensão, e a previdência privada aberta, que englobou os montepios sem fins lucrativos – caso da Mongeral – e as empresas

com finalidade de lucro, ou seja, as companhias de seguros, cuja maioria mantinha ligações com bancos e organizações financeiras. A integração dos montepios ao Sistema Nacional de Seguros Privados somente se deu com esta lei.

No auge da campanha pela regulamentação, a diretoria da Mongeral ainda encontrou tempo



APROXIMAÇÃO

O Simpósio, realizado em São Paulo, aproximou a entidade dos principais representantes do setor. Na foto, Emílio Filgueiras (Mongeral), Raul da Silveira (Susep) e Mário Henrique Simonsen (Ministro da Fazenda)
Acervo Mongeral

para mais um ato pioneiro, de repercussão nacional. Em 1974, contratou o renomado atuário Rio Nogueira, responsável pela estruturação e implantação técnica das fundações Petros (Petrobras), Valia (Vale do Rio Doce) e Fabes (BNDES), dentre outras, para criar o Sistema Mongeral de Seguridade Social. Inspirado nesses fundos de pensão, o programa teve por finalidade colocar à disposição dos empregados e dirigentes de empresas privadas benefícios suplementares aos oferecidos pelo INPS, tais como complementação de aposentadoria por tempo de serviço, invalidez ou velhice, pensão, auxílio-doença, auxílio-reclusão e pecúlio. No entendimento de Emílio Filgueiras, o sistema possuía “um modelo de mecanismo previdenciário, de estrutura e características tão revolucionárias, que sua implantação marcaria época na história da previdência social no

Brasil”. A previsão se confirmou. Nos anos 90, a iniciativa provaria seu valor extraordinário, servindo de base à previdência associativa da Mongeral, destinada aos convênios firmados com instituidores de todo o País, como, por exemplo, os Fundos de Pensão da Ordem dos Advogados do Brasil. Na atualidade, a iniciativa pioneira é considerada um marco para o mercado nacional de previdência privada.

No segmento comercial, tocado com absoluto sucesso pela Augustus, outra ideia admirável faria história. Inspiração pela sensacional carreira do pugilista brasileiro Éder Jofre, Nilton Molina criou, em 1974, o troféu “Galo de Ouro” para distinguir os profissionais de vendas comprovadamente fenomenais, campeões por excelência. E não



ERNESTO GEISEL

O general instituiu os sistemas de previdência aberta e fechada

poderia ser diferente. Como peso-galo, Éder Jofre fora campeão mundial pela Associação Mundial de Boxe (AMB) de 1960 a 1965; pela União Europeia de Boxe (UEB) de 1962 a 1965; e pelo Conselho Mundial de Boxe (CMB) de 1963 a 1965. Eleito o melhor peso-galo de todos os tempos pelo CMB, Jofre não se deu por satisfeito e, em 1973, sagrou-se novamente campeão do mundo em outra categoria, a dos pesos-pena. Hoje, ocupa um lugar merecido no Hall of Fame, nos Estados Unidos, ao lado de Muhammad Ali (Cassius Clay), como um dos maiores pugilistas da história do boxe.

Com esse lastro formidável, o troféu “Galo de Ouro” ganhou projeção no mercado de previdência privada e seguros de vida, tornando-se, com o passar do tempo, um dos prêmios mais importantes e cobiçados. Roberto Soares Sábia, primeiro corretor a receber o “Galo de Ouro”, em



INSPIRADO NA SENSACIONAL CARREIRA DO PUGILISTA ÉDER JOFRE, FOI CRIADO, EM 1974, O TROFÉU “GALO DE OURO”, PARA DISTINGUIR OS PROFISSIONAIS DE VENDAS CAMPEÕES POR EXCELÊNCIA



UM NOVO TEMPO SOB O AMPARO DA LEI

cerimônia realizada no Jôquei Clube do Rio de Janeiro em 11 de janeiro de 1975, também é um dos grandes vencedores do prêmio nas edições patrocinadas pela Mongeral, com cinco troféus. Para fechar o período de forma categórica, o balanço de 1974 apresentou mais algumas vitórias a comemorar. Os planos de Amparo Familiar, Aposentadoria Programada e Pensão Educacional carregaram a inscrição de 34 mil novos participantes. O edifício do Humaitá foi concluído e entregue aos mutuários da cooperativa habitacional. Sete outros prédios estavam em construção, todos também localizados no Rio de Janeiro – na Lagoa Rodrigo de Freitas, Gávea, Leblon, Tijuca, Vila Isabel (2) e Rio Comprido. E, por fim, uma empresa de processamento de dados, a Mondados Serviços e Empreendimentos,

subsidiária criada pela Mongeral, dava os primeiros passos, ocupando as modernas instalações recém-inauguradas no local da antiga sede da Travessa Belas Artes.

Com a finalidade de aprimorar o sistema de seguridade supletiva, representado principalmente pelos montepios, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) baixou a Resolução nº 41 de 1975, estabelecendo que os planos de benefícios fossem previamente submetidos à aprovação da Superintendência de Seguros Privados (Susep), entidade oficial encarregada de fiscalizar as organizações que operavam no mercado segurador. Decerto, a medida não atendia plenamente à reivindicação da Mongeral e de suas aliadas na campanha pela regulamentação do setor, mas significava um avanço, um sinal claro de que a lei da previdência

supletiva estava a caminho.

A diretoria, então, decidiu empenhar-se na criação de planos previdenciários individuais que incluíssem cláusulas de correção monetária, com o propósito de preparar-se adequadamente para o tempo que se avizinhava. Para a tarefa foram mobilizados o atuário Álvaro Joaquim dos Santos, o professor Rio Nogueira, Presidente do Instituto Brasileiro de Atuária, e os representantes da Augustus Promoções e Vendas, Nilton Molina e Fernando Mota. O assessor da diretoria Antonio Augusto de Lima Neto, futuro presidente da Mongeral, juntar-se-ia ao grupo mais tarde, na fase de acabamento dos novos produtos.

A comissão trabalhou exaustivamente no projeto pioneiro durante todo o ano de 1976, recebendo a importante colaboração do Diretor Técnico da Mondados, Sérgio de Almeida Soares.

VENCEDORES DO GALO DE OURO

5 TROFÉUS CONQUISTADOS



Roberto Soares Sápia
é o recordista do Galo de Ouro, com 5 troféus

Roberto Soares Sápia

4 TROFÉUS CONQUISTADOS

Lauro Nelson Batista Rocha
Marcio Mendes Ferreira



Lauro Nelson Batista Rocha e Marcio Mendes Ferreira
estão em segundo lugar, com 4 Galos de Ouro cada

3 TROFÉUS CONQUISTADOS

Altair Francisco Costa
Barreto & Filhos Representação e Produção
João Erasmo dos Santos

2 TROFÉUS CONQUISTADOS

Carlos Tadeu Chaves Giesteira
Décio e Abílio Coelho Rodrigues Filho
Edite Andrade
Eneida Pereira Carvalho
Geraldo Catarino do Nascimento

Geraldo Majela dos Santos
Jobson de Albuquerque Lira
José Carlos Branco Amenta
José Higinio Amaral
Lenir Maria Gomes

Maria Helena Santos do Nascimento
Paulo Roberto Oliveira dos Santos
Wilson de Oliveira Reis
Yuri Eurico Travassos Cordeiro

1 TROFÉU CONQUISTADO

Adilson Baptista Bueno
Albert Ilton Versati
Alcindo C. de Araújo Filho
Aline Conceição Endler da Silva
Aline Cristina Almeida
Álvaro Augusto de Castro
Amaury Jorge Furblinger
Andréia Silva de Mesquita
Antônio Luiz Morgante
Ari Lima
Ari Sebastião Cruz
Arnaldo Cavaliere
Artur de Amorim Curado
Belforte Corretora e Adm. de Seguros
Benedito Penalva Calmon de Passos
Camila Gonçalves
Carlos Antonio Camargo
Carlos Roberto Antonio
Célia Bernardi
Celso Assumpção
Claudemir Carlos
Cláudio Márcio Dias Ministério
Darci Alves Pereira
Diomedes Pedrosa de Abreu
Djalmir Salvador

Domingos Barbosa – Top Bras Corretora
Dorival M. Laia
Edegar Caram
Edson Mendes Soares
Eduardo José Batista de Oliveira
Elaine Feijó da Silva
Eneida Botelho
Eugênia
Eustáquio Queiroz
Fábio Gerevini
Fátima Oliveira
Fátima Toledo de Lima Bennata
First Class Corretora de Seguros
Francisco de Assis Furtado
Francisco de Carvalho
Gama Gouveia
Geraldo Batista dos Santos
Geraldo Pereira Gil
Guilherme de Carvalho
Haroldo Carlos da Silva
Jacílio Teixeira dos Santos
Jair Moreira
Jair Pedro Barbosa
João Rodrigues Siqueira
José Antonio Alves

José David Tavares
José do Amaral
José Ismael Pereira
Lourdeana Vasconcelos Menezes
Luiz Alfredo Dib Gomes
Luiz Fernando B. da Silva
Luiz Tadeu Alves
Márcia Cristina Salviano Soares
Marcos Paulo Dias Maciel
Marcos Paulo Gomes da Matta Pereira
Maria Aparecida Pinheiro
Maria Paula Cerqueira de Souza
Maria Santa Cruz Maluf
Marinalda Pereira
Mário da Luz Piedade Rosa Valente
Moisés Ferreira
Nelson de Souza
No Tear Repr. e Corretora de Seguros
Otacílio da Cunha Borges
Paraguassu Cerpa de Moraes
Patrícia Folter
Patrícia Rezende Corpas de Siqueira
Paulo César Godoy Alfieri
Paulo Marques
Paulo R. C. Castro

Paulo Silva Marques
Pedro Daniel de Mira
Pedro Paes
Provenfora
Reinaldo Magela
Renato Cunha Barbosa
Renato Feltes
Rivadavia Manoel da Rosa
Robson Corrêa
Rogério Felipe
Ronald Pinto Ribeiro
Rosângela Constantino Mendes
Rosenwald Pereira de Mello
Sampaio
Sandra Cruz Rodrigues
Sérgio Pires de Miranda
Sérgio Rui Pinto
Soraia Doralice Martins
Sueli de Souza Gonçalves
Tatiana Pontes da Silva
Taurino Pereira Ramos
The Family Corretora de Seguros
Vera Lucia Pedroza
Walter F. Ribeiro Filho e Agnaldo Pinto
William Marcos dos Santos Gonçalves

Todavia, a morte de Álvaro Joaquim dos Santos em dezembro daquele ano e as notícias que davam como certo o anúncio da nova lei da previdência supletiva em princípios de 1977 retardariam o lançamento dos novos planos.

O ano de 1976 teve outros fatos relevantes. O mais importante foi o Projeto de Lei 2.688, de 18 de agosto, encaminhado ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, General Ernesto Geisel, com a proposta de confirmação da doação do imóvel contíguo à sede da Mongeral, efetuada por Getúlio Vargas em 1941. Com parecer favorável do Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, permaneceria no parlamento até 8 de abril de 1978, ocasião em que foi transformado na Lei 6.523 pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

Embora não tenha o mesmo peso da iniciativa do Poder Executivo, a realização do primeiro Concurso Mongeral de Literatura também repercutiu nesse período, carreando prestígio popular para

a instituição. Lançado no início do ano, o concurso recebeu a participação de mais de duas centenas de contos, examinados pela comissão formada por: professora Mônica Paula Rector, Delegada Regional do Ministério da Educação e Cultura, MEC; professora Déa Mianovitch Torre, Técnica em Educação do MEC; Elísio Condé, Diretor do “Jornal de Letras”; Josué Montello, escritor e membro da Academia Brasileira de Letras; Antônio Gomes Filho, professor de Literatura Portuguesa do Colégio Pedro II; Sílvio Carneiro da Silva Filho, jornalista; e o professor Ronaldo Menegaz, Diretor da Mongeral. Em 21 de setembro, a comissão apontou como vencedor o trabalho apresentado por Luiz Francisco Muniz, de Curitiba, Paraná.

Ainda sobre 1976, não pode ser esquecida a decisão do Governo do Estado do Amazonas, credenciando a Mongeral para a venda de planos de previdência no regime de consignação em folha de pagamento de seus servidores, mais uma vitória

atribuída à operosidade dos profissionais da Augustus.

O ano de 1977 começou com a empresa Rio Nogueira e Associados efetivada na condução dos serviços de atuária da instituição. A expectativa pela regulamentação da previdência privada e as mudanças organizacionais decorrentes protelavam o lançamento dos planos com correção monetária, até que, a 15 de julho, o tão esperado diploma foi tornado público. Sancionada pelo Presidente Geisel, a Lei 6.435 deixou de ser um sonho acalentado pelo mercado para materializar o desenvolvimento ordenado por regras claras e insofismáveis, estabelecidas e fiscalizadas pelo Governo. A previdência supletiva passava a ser reconhecida oficialmente como setor produtivo fundamental para a evolução social e econômica do País. Finalmente, tinha início uma nova era para a Mongeral, agora protegida e amparada pela lei.



QUALIFICAÇÃO

Um dos líderes da corretora Augustus, Fernando Mota sempre marcou presença nos eventos de premiação dos profissionais de vendas
Acervo Mongeral

LEI QUE RECONHEU OFICIALMENTE A PREVIDÊNCIA SUPLETIVA COMO SETOR PRODUTIVO FUNDAMENTAL PARA A EVOLUÇÃO DO PAÍS

"Lei nº 6.435 de 15 de julho de 1977.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Introdução

Art. 1º Entidades de previdência privada, para os efeitos da presente Lei, são as que têm por objeto instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados aos da Previdência Social, mediante contribuição de seus participantes, dos respectivos empregadores ou de ambos.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, considera-se participante o associado, segurado ou beneficiário incluído nos planos a que se refere este artigo.

Art. 2º A constituição, organização e funcionamento de entidades de previdência privada dependem de prévia autorização do Governo Federal, ficando subordinadas às disposições da presente Lei.

Art. 3º A ação do poder público será exercida com o objetivo de:
I - proteger os interesses dos participantes dos planos de benefícios;

II - determinar padrões mínimos adequados de segurança econômico-financeira, para preservação da liquidez e da solvência dos planos de benefícios, isoladamente, e da entidade de previdência privada, em seu conjunto;

III - disciplinar a expansão dos planos de benefícios, propiciando condições para sua integração no processo econômico e social do País;

IV - coordenar as atividades reguladas por esta Lei com as políticas de desenvolvimento social e econômico-financeira do Governo Federal.

Art. 4º Para os efeitos da presente Lei, as entidades de previdência privada são classificadas:

I - de acordo com a relação entre a entidade e os participantes dos planos de benefícios, em:

a) fechadas, quando acessíveis exclusivamente aos empregados de uma só empresa ou de um grupo de empresas, as quais, para

os efeitos desta Lei, serão denominadas patrocinadoras;

b) abertas, as demais.

II - de acordo com seus objetivos, em:

a) entidades de fins lucrativos;

b) entidades sem fins lucrativos.

§ 1º As entidades fechadas não poderão ter fins lucrativos.

§ 2º Para os efeitos desta Lei, são equiparáveis aos empregados de empresas patrocinadoras os seus gerentes, os diretores e conselheiros ocupantes de cargos eletivos, bem como os empregados e respectivos dirigentes de fundações ou outras entidades de natureza autônoma, organizadas pelas patrocinadoras.

§ 3º O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos e conselheiros das empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações vinculadas à Administração Pública.

§ 4º Às empresas equiparam-se entidades sem fins lucrativos, assistenciais, educacionais ou religiosas, podendo os planos destas incluir os seus empregados e os religiosos que as servem.

Art. 5º As entidades de previdência privada serão organizadas como:

I - sociedades anônimas, quando tiverem fins lucrativos;

II - sociedades civis ou fundações, quando sem fins lucrativos.

Art. 6º Não se considerará atividade de previdência privada, sujeita às disposições desta Lei, a simples instituição, no âmbito limitado de uma empresa, de uma fundação ou de outras entidades de natureza autônoma, de pecúlio por morte, de pequeno valor, desde que administrado exclusivamente sob a forma de rateio entre os participantes.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se de pequeno valor o pecúlio que, para cobertura da mesma pessoa, não exceda o equivalente ao valor nominal atualizado de 300

(trezentas) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN.

Art. 7º As entidades abertas integram-se no Sistema Nacional de Seguros Privados.

Parágrafo único. As sociedades seguradoras autorizadas a operar no Ramo Vida poderão ser também autorizadas a operar planos de previdência privada, obedecidas as condições estipuladas nesta Lei para as entidades abertas de fins lucrativos."

Com o intuito de possibilitar ao leitor a interpretação da importância desse dispositivo legal, serão reproduzidos no quadro da página ao lado os sete artigos que compõem seu primeiro capítulo.

A partir da Lei nº 6.435, o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado passaria a ter uma nova organização, como entidade aberta de previdência privada sem fins lucrativos, dirigida por um Conselho Deliberativo eleito a cada quadriênio em Assembleia Geral pela maioria dos votos de seus participantes contribuintes. O Conselho, por sua vez, escolheria a diretoria executiva e todos os seus atos seriam regulamentados e fiscalizados pelo Poder Público, representado pelo CNSP e pela Susep, respectivamente.

Contabilizando 339.708 participantes no final de 1977, com reservas técnicas de Cr\$ 176.307.611,44 e quase Cr\$ 12 milhões em benefícios pagos, a Mongeral entraria em 1978 sob nova direção, tendo à frente Antonio Augusto de Lima Neto.

A regulamentação da Lei 6.435



somente aconteceria naquele ano, mediante os Decretos 81.240, de 20 de janeiro, e 81.402, de 23 de fevereiro. Com base nessas normativas, foram promovidas as adaptações exigidas nos estatutos sociais, no regimento interno e no organograma administrativo, tendo a Mongeral recebido a carta-patente nº 004, que atestava o seu perfeito enquadramento nas novas regras da previdência privada.

REGIONALIZAÇÃO

O corretor Geraldo Batista pagando um benefício ao Sr. Ignácio Fontes, em Araxá. Minas Gerais
Acervo Mongeral

Os planos com correção monetária aprovados pela SUSEP – Aposentadoria Corrigida (PAC), Pensão Corrigida (PPC) e Pecúlio – foram lançados em 1978 pela Augustus Promoções e Vendas, com enorme sucesso. Alguns meses antes, ao se aproximar do 13º ano como presidente da Mongeral, Emílio Gonçalves Filgueiras deixou registrada a dimensão que esse momento teria na história da entidade e na vida de seus participantes:

“Desde a fundação, a Mongeral permaneceu dentro de suas restritas funções de entidade mutuária e beneficente, operando planos de pensão, pecúlio e aposentadoria que se aperfeiçoaram mais pela mudança de roupagem do que pela evolução de sua própria filosofia. Seus planos foram, de certa forma, copiados, mas nenhuma inovação essencial se verificou no terreno da previdência privada, o que os tornou a todos cada vez mais distantes dos interesses de seus instituidores, afetados pelos efeitos dramáticos

A RESOLUÇÃO 41 NÃO ATENDIA À REIVINDICAÇÃO DA MONGERAL E DE SUAS ALIADAS NA CAMPANHA PELA REGULAMENTAÇÃO DO SETOR, MAS SIGNIFICAVA UM AVANÇO

da inflação sobre os benefícios. De acordo com suas tradições de pioneirismo, a Mongeral busca, desde 1974, uma solução para o problema e, agora, pode-se dizer, com orgulho, que o primeiro passo foi dado.”

Estimulados pelo grande receptividade dos planos com correção monetária, os dirigentes multiplicaram os investimentos em publicidade, veiculando campanhas criativas nos principais jornais, revistas, e emissoras de rádio e TV do País. Essas iniciativas concentraram-se, como de costume, na agência Artífice Propaganda, liderada pelo publicitário Isaura Cardoso, responsável pela comunicação da instituição desde os anos 60, o que incluía a publicação mensal de um boletim de notícias destinado aos participantes, intitulado “Mongeral Informa”, redigido pela jornalista Lia Brando.

O PRIMEIRO É QUEM CHEGA PRIMEIRO.

Confiança não é um conceito que se impõe. A confiança é conquistada. Com seriedade, responsabilidade e, sobretudo, competência.

Em 1934, ainda no Império, quando os heróis da Mongeral foram lançados, a previdência privada realizou agora, ao receber a aprovação do SUSEP – Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda, para a regulamentação de seus planos de previdência, o salto e o passo maior de sua existência. Esta imagem de segurança, construída ao longo de cinco gerações de brasileiros representada hoje, a confiança definitivamente conquistada. O esforço pioneiro reconhecido pelo Governo e por milhares de associados em todo o país. Ser o primeiro para a Mongeral significa vencer este espírito vivo e dinâmico. Quem chega primeiro, vence o dever de ser o primeiro sempre. Este é o compromisso que a Mongeral mantém com a tradição de sua existência.

A previdência privada realizada agora, ao receber a aprovação do SUSEP – Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda, para a regulamentação de seus planos de previdência, o salto e o passo maior de sua existência. Esta imagem de segurança, construída ao longo de cinco gerações de brasileiros representada hoje, a confiança definitivamente conquistada. O esforço pioneiro reconhecido pelo Governo e por milhares de associados em todo o país. Ser o primeiro para a Mongeral significa vencer este espírito vivo e dinâmico. Quem chega primeiro, vence o dever de ser o primeiro sempre. Este é o compromisso que a Mongeral mantém com a tradição de sua existência.

A esta primeira concessão pelo Governo e a prova maior de que, tanto quanto a previdência, a confiança também se faz ao tempo.

Mongeral,
145 anos de segurança.

MONGERAL
FUNDADA EM 1934
R. da Quitanda, 62 - Rio

É preciso acabar com essa velha estória de que o futuro só a Deus pertence. Ele já não aguenta mais tanta responsabilidade.

Diz a sabedoria popular que Deus aqui e aqui está maluco. Em outras palavras, quem faz por onde maluco a vida se torna. Mas, para os adeptos do comodismo, é para a obrigação de manter tudo o que é quando o futuro chega, devendo-se que não se tem e não se tem, a vida é sempre a mesma. Não há o que fazer. Deus me abandone. Este é um fato muito comum quando se trata de aposentadoria. Muita gente que se diz esperta, segue a vida confiante apenas, na sorte e vai pensando todas as medidas que se deve tomar para garantir um bom futuro.

Quase sempre desconhecida que, na hora da vida, os benefícios adquiridos ao longo de anos de contribuição para o INSS não chegam para manter o mesmo padrão de vida conseguido com o trabalho. Então, descobre-se também que a previdência não é mágica. Para evitar esse momento, a solução é muito simples. Todos sabem que as entidades de previdência privada existem para suprir esta deficiência, complementando os benefícios do plano anexo de plano de aposentadoria e previdência privada, elaborado segundo as melhores determinações legais.

Estado na lei 6.436. Um bom exemplo é o MONGERAL que, há 144 anos, acompanha o desenvolvimento da previdência no Brasil. Como de há, não há mais qualquer dúvida para os comodatários e beneficiários. No fim das contas, o futuro pertence a quem tem previdência.

MONGERAL
FUNDADA EM 1934
Rua da Quitanda, 62 - tel. 264-0822 - Rio de Janeiro

Império, República, Crises, Revoluções, Festas, Eleições, Guerras, Copas, Feitos, Guerras, Descobertas e Aberturas.

Há 144 anos o MONGERAL participa da História deste País.

MONGERAL

PUBLICIDADE

A receptividade dos planos de correção monetária estimulou novas campanhas publicitárias. Acervo Mongeral



JOSÉ DE ALMEIDA

O ex-inspetor do Banco Central assumiu a presidência da Mongeral em 1980

Acervo Mongeral

UMA NOVA PRESIDÊNCIA

Se na divulgação tudo andava às mil maravilhas, o mesmo não se podia dizer do ambiente político da entidade, conturbado pela disputa do poder. Duas correntes de pensamento opostas travavam uma verdadeira batalha para assumir o controle, valendo-se, por vezes, de recursos jurídicos para tentar alcançar seu intento. De um lado, Emílio Filgueiras, defendendo mudanças operacionais e estruturais progressivas, mas buscando perpetuar-se no comando da entidade. De outro, Antônio Augusto de Lima Neto, partidário da manutenção dos mesmos métodos e rumos, porém com novos dirigentes. A fase mais aguda da turbulência se deu ainda em 1977, quando a facção de Lima Neto conseguiu desalojar o grupo de Emílio Filgueiras,

assumindo a direção da Mongeral. Sucederam-se ações na Justiça até que Emílio foi reconduzido à Presidência em 1979.

Nesse momento crítico, atendendo a denúncias sobre irregularidades no processo sucessório e malversação dos recursos da entidade, o Governo decidiu intervir, designando para a tarefa Hernani Trindade Sant'Anna. Advogado e administrador experiente, com passagens marcantes nas Aerovias Brasil, Realtur e Loide Aéreo Nacional, Sant'Anna ingressou no Serviço Público em 1974, ocupando os cargos de procurador autárquico, interventor federal, diretor-fiscal e liquidante na Susep. Após seis meses de minuciosa auditoria, o interventor comprovou a saúde econômica e financeira da Mongeral, bem como a lisura de suas operações. Encaminhou

o processo eleitoral na entidade e retirou-se ao início de 1980, deixando Emílio Filgueiras encarregado de dar posse ao novo presidente, José de Almeida, ex-inspetor do Banco Central e ex-diretor dos bancos Bandeirante e do Estado do Espírito Santo.

A essa altura, o segmento de vendas também passava por um momento delicado, com o fim do contrato com a Augustus. A decisão de não renovar a parceria, tomada no calor da crise política, acabou por representar um dos mais sérios entraves ao processo de desenvolvimento da entidade. Afastados do planejamento e da execução das atividades comerciais da Mongeral, Nilton Molina e Fernando Mota assistiram de longe ao trabalho implantado com sucesso perder força gradativamente, até desmoronar por completo anos mais tarde.

A POLÍTICA NACIONAL DE 1964 A 1980

No contexto da política nacional, a intervenção militar iniciada em 1964 também se aproximava do fim. Apontado por Ernesto Geisel como seu sucessor, o General João Batista de Oliveira Figueiredo foi eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral em 15 de outubro de 1978 como candidato da Aliança Renovadora Nacional (Arena), derrotando o General Euler Bentes Monteiro, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Arena e MDB eram os dois únicos partidos políticos permitidos pelo regime.

Com o firme propósito de promover a distensão política e reconduzir o País à democracia, Figueiredo concedeu anistia ampla, geral e irrestrita aos dissidentes cassados, permitindo o retorno dos exilados pelos governos militares. Logo após, extinguiu o bipartidarismo e comandou uma reforma eleitoral, com a clara intenção de favorecer a situação nas eleições de 1982, onde se defrontaram o Partido Democrático Social (PDS), pelo lado do governo, e quatro legendas de oposição: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido Popular (PP). Apurados os votos, os adversários do regime obtiveram dez governos estaduais, sendo nove do PMDB (que havia incorporado o PP) e um do PDT, configurando um cenário de equilíbrio de forças inédito desde 1964.

Embora tenha conquistado 12 governos estaduais, a maioria das prefeituras e a maior bancada no Congresso Nacional, a vitória do Governo se deu graças às regras eleitorais elaboradas para favorecer os situacionistas do PDS: proibição de coligações partidárias, voto vinculado (o eleitor só poderia votar em candidatos de um mesmo partido) e as sublegendas (nas eleições para senador e prefeito cada partido poderia lançar até três nomes). Ademais, os eleitores das capitais dos estados e dos municípios considerados áreas de segurança nacional e de instâncias hidrominerais não puderam eleger seus prefeitos, o que só viria a ocorrer em 1985.

Mesmo obtendo a maioria no Congresso, Figueiredo não conseguiu impedir que o Decreto nº 2.045 de 1983, que impunha



JOÃO FIGUEIREDO

Fim do bipartidarismo e reforma eleitoral

a redução de 20% na correção monetária dos salários, fosse rejeitado, estabelecendo-se uma atitude oposicionista até então inédita na ditadura militar. No mês seguinte, o PT, fundado em 1980, realizou em São Paulo a primeira manifestação em favor das eleições diretas para presidente. No início de 1984, houve em todo o País uma intensa mobilização popular em favor da causa, gerando o movimento das “Diretas Já”.

Durante o Governo Figueiredo, ocorreram vários atentados terroristas, todos atribuídos a setores da direita. No ano de 1980, foram 25 atentados sem vítimas, em sua maioria explosões de bombas em bancas de jornais que vendiam periódicos de esquerda, da chamada “imprensa alternativa”. A situação se agravou em 27 e 28 de agosto, com a detonação de cartas-bombas enviadas ao vereador do Rio de Janeiro Antônio Carlos de Carvalho (PMDB) e a Eduardo Seabra Fagundes, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Em consequência, o jornalista José Ribamar de Freitas, chefe de gabinete do vereador, ficou gravemente ferido, e Lida Monteiro da Silva, secretária da OAB, morreu.

De todos os atentados, o mais notório aconteceu no Riocentro (Barra da Tijuca, Rio de Janeiro), na noite de 30 de abril de 1981, quando duas bombas explodiram durante um show de música popular promovido pelo Centro Brasil Democrático (Cebrade), em comemoração ao Dia do Trabalho. No local havia cerca de 20 mil pessoas, a maioria jovens. Por acidente ou imperícia, uma das explosões ocorreu num carro particular que manobrava no estacionamento, matando um dos ocupantes, o sargento Guilherme Pereira do Rosário, e ferindo gravemente o motorista, capitão Wilson Luís Chaves Machado, ambos do Destacamento de Operações Internas - Centro de Operações de Defesa Interna, o famigerado DOI-CODI, ligado ao Exército. O atentado provocou uma crise política, que acabou sendo solucionada à base de mútuas concessões. Não houve punição aos integrantes da ala mais radical das Forças Armadas e o Exército pôde conduzir o seu próprio inquérito, concluindo que os dois militares haviam sido “vítimas de uma armadilha arditamente colocada no

carro do capitão”. A insatisfação com o resultado das investigações provocou o pedido de demissão do General Golbery do Couto e Silva, Chefe do Gabinete Civil da Presidência, tido como o principal articulador do processo de distensão política.

Na economia, a gestão do General Figueiredo ficou marcada pela grave crise que assolou o Brasil e o mundo, com as altas taxas de juros internacionais, pelo segundo choque do petróleo, ocorrido em 1979, pela disparada da inflação, que passou de 45% ao



ATENTADO DO RIOCENTRO

O mais notório de todos que ocorreram no governo Figueiredo

A POLÍTICA NACIONAL DE 1964 A 1980



PASSEATA DOS 100 MIL

Um dos mais significativos protestos no período ditatorial
Banco de Imagem Textual



mês para 230% ao longo de seis anos, e pelo crescente aumento da dívida externa, que superou a casa dos US\$ 100 bilhões, o que levou o Governo a recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1982. Contudo, em seu último ano de mandato, o País havia conseguido sair da recessão e o Produto Interno Bruto (PIB) atingiu um crescimento superior a 7%.

As contas externas também encontraram relativo equilíbrio, com a explosão das exportações e aumento da independência nacional do mercado externo, especialmente na área do petróleo. Figueiredo implementou um forte programa de incentivo à agricultura, que tinha como lema “Plante que o João garante”. Esse programa foi promovido por Antônio Delfim Neto, então Ministro do Planejamento. O “Presidente da anistia” também conduziu o maior programa de habitação da história do Brasil, construindo quase 3 milhões de casas populares – mais do que já havia realizado o Banco Nacional de Habitação (BNH) ao longo de sua trajetória.

Figueiredo abriu mão da prerrogativa de coordenador da sucessão presidencial, provocando a falta de consenso na escolha do nome a ser indicado pelo PDS. Acreditando que o clima confuso seria propício ao retorno das eleições diretas, a oposição apresentou emenda à Constituição, de autoria do Deputado Dante de Oliveira, derrotada por falta de quórum. Compelida a oferecer uma alternativa de peso no processo sucessório, articulou então a candidatura do Governador mineiro Tancredo Neves, tendo como companheiro de chapa o Senador José Sarney. Apoiado por um grupo de dissidentes do PDS – que havia finalmente escolhido Paulo Maluf como candidato –, Tancredo foi eleito Presidente da República pelo Congresso Nacional em 15 de janeiro de 1985, com 480 votos, contra 180 dados ao adversário.

Porém, o vitorioso não chegaria ao Governo. Vitimado por uma diverticulite, Tancredo viria a morrer em 21 de abril de 1985, após sete cirurgias e uma longa internação

hospitalar, efetivando na Presidência da República o Senador José Sarney, antigo desafeto de partido. Na cerimônia de posse, a 15 de março, ainda com Tancredo internado no Hospital de Base de Brasília, Figueiredo não quis passar a faixa presidencial a Sarney, pois o considerava um “impostor”, vice de um presidente que sequer havia assumido o mandato.



MORTE DE TANCREDO NEVES

Eleito presidente pelo Congresso Nacional, não chegou a assumir





Conselho Deliberativo da Mongeral nos anos 80. A partir da esquerda, Carlos Alberto Ponzo, Pedro Mattos, Luiz Baptista Filho, Sady Fischer, Sylvio Eyer, José de Almeida, Kleber Araujo, Ariovisto Marcos Rego, Edgar Figueiredo, Lamartine Lucas, Djalma Goes, Paulo de Oliveira, Antonio Frões, Altamiro Gonçalves.

Nos anos 80, a Mongeral – então com a razão social alterada para Mongeral Previdência Privada – havia retomado a estrutura de vendas e atendimento formada por representantes, contratados para atuar independentemente em cada estado da Federação, sob coordenação e fiscalização de um departamento específico situado na sede da entidade. No entanto, mesmo com a experiência acumulada nos bancos que dirigiu, o presidente José de Almeida não vivenciara em sua vida profissional uma situação semelhante, na qual a área de produção possuía enorme autonomia. Seguiu, de certa forma, a receita deixada por seu antecessor, que, por sua vez, procedera a uma adaptação do modelo posto em prática pelos administradores da entidade nos longínquos anos 30. Os representantes comerciais vendiam os planos de previdência, atendiam

os clientes, controlavam a arrecadação advinda das consignações em folha de pagamento, ingeriam nas relações da entidade com os órgãos públicos consignantes e, via de regra, estabeleciam seus próprios alvos, métodos de operação e campanhas de estímulo à produção.

Em detrimento da prospecção de novos clientes, concentravam grande parte dos seus esforços em ações de venda mais fáceis, denominadas “repiques”, ou seja, sucessivas vendas realizadas para os mesmos participantes, muitos dos quais chegaram a ter dez ou mais planos de previdência da Mongeral. Iniciativas que demandavam empenho e perseverança, como a abertura de novas fontes de negócios em órgãos que ainda não haviam credenciado a entidade, ou a recuperação de outros, abandonados no correr do caminho por dificuldades logísticas,

eram postergadas sem limite de tempo ou, então, simplesmente descartadas. Apesar da troca periódica de diretores e gerentes nacionais de produção – alguns deles capazes, preparados e bem intencionados, como Zairo Cheibub e João Carlos Hoffman –, o efeito dessas lideranças sobre o trabalho dos representantes comerciais mostrava-se invariavelmente infrutífero, pois o erro não estava no comando e sim no sistema, ultrapassado e viciado.

A tudo isso deve-se acrescentar a falta de estratégias agressivas e eficazes para o saneamento e recuperação da carteira de clientes, repleta de participantes de planos de previdência antigos, sem correção monetária e que, com a inflação e a desvalorização da moeda, viam suas economias de anos a fio se transformarem lentamente em pó.



150 ANOS

Ponerismo celebrado em tempos difíceis. Ao centro, participando da solenidade, o príncipe Dom Pedro Gastão, representante da família real brasileira
Acervo Mongeral

Por outro lado, os sistemas e métodos operacionais e administrativos da Mongeral também estavam congelados no tempo. Processos simples, mas imprescindíveis, como os registros diários, a comunicação interna e externa e os lançamentos contábeis eram realizados manualmente, de forma arcaica e morosa. Créditos, débitos e cobranças obedeciam a um ritual burocrático sem fim, emperrando a máquina produtiva.

Ao completar 150 anos de atividade contínua em 10 de janeiro de 1985, a Mongeral Previdência Privada, pioneira em tantas realizações e conquistas, apresentava alguns sinais visíveis de decadência. Nem mesmo o espírito festivo dos eventos comemorativos, caprichosamente elaborados pela Artífice Propaganda, podia disfarçar o desânimo e a ausência de perspectivas.

Frustrado pela doença que impediu a posse de Tancredo Neves, e sem vislumbrar perspectivas de uma vida melhor em curto prazo, o povo brasileiro assistiu, também com evidente desânimo, à cerimônia que instituiu José Sarney de Araújo Costa como o 31º presidente da República. Sua

posse foi cercada de muita tensão e controvérsia, pois havia dúvidas constitucionais sobre se seria ele, ou o presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, quem deveria assumir. Nesse episódio, o apoio explícito do General Leônidas Pires Gonçalves, indicado por Tancredo para o Ministério do Exército, foi preponderante para garanti-lo no cargo.

Efetivado com a morte de Tancredo Neves, Sarney foi de indiscutível importância para a consolidação da democracia, mas seu Governo ficaria para sempre marcado pela gravidade da crise econômica, que evoluiu para um quadro de hiperinflação histórica, seguida de moratória. Também proliferaram as acusações de corrupção endêmica em todas as esferas do Governo, apontando superfaturamento de obras e irregularidades em concorrências públicas, sendo o próprio presidente denunciado, embora o seu envolvimento não tenha sido apurado pelo Congresso Nacional.

Na área econômica especificamente, o Governo Sarney adotou uma política considerada heterodoxa. Em meio à crise econômica de proporções gigantescas, com o

salário-mínimo valendo absurdos Cr\$ 600 mil, optou por medidas extremas. A de maior destaque foi o Plano Cruzado, lançado em 1986, que decretou o congelamento geral de preços por 12 meses e adotou o “gatilho salarial”, um reajuste automático dos salários sempre que a inflação atingisse ou ultrapassasse os 20%. No princípio, o Plano Cruzado, que inseriu uma nova moeda com o mesmo nome, obteve efeito na contenção dos preços e no aumento do poder aquisitivo da população. Milhares de consumidores passaram a fiscalizar os preços no comércio e a denunciar as remarcações, ficando conhecidos como “Fiscais do Sarney”.

No decorrer do ano, o Cruzado foi perdendo sua eficiência com uma severa crise no abastecimento de gêneros, a cobrança de ágio disseminada entre fornecedores e a volta da inflação. Mesmo assim, o Governo manteve o congelamento até as eleições estaduais de 1986, tentando obter os maiores dividendos políticos possíveis. A estratégia eleitoral rendeu ao PMDB a vitória esmagadora no pleito para governador em 22



JOSÉ SARNEY

Nova moeda, congelamento de preços e “gatilho salarial”

dos 23 estados brasileiros. No entanto, a economia não resistiu ao controle estatal sobre a inflação, principalmente porque o Governo não era capaz de conter os seus próprios gastos. Foi lançado então o Plano Cruzado II, sem que a situação indicasse qualquer sinal de melhora.



PLANO CRUZADO

O economista Mario Henrique Simonsen critica duramente o Plano Cruzado em matéria publicada na revista Veja, em outubro de 1987

Esse processo culminou com a decretação da moratória, em 20 de janeiro de 1987, mais uma decisão considerada controversa pelos economistas da oposição. Sucederam-se os Planos Bresser e Verão, sem apresentar qualquer resultado positivo no combate à escalada inflacionária. No fim do Governo Sarney, o Brasil estava mergulhado em uma crise sem precedentes: entre fevereiro de 1989 e março de 1990, a inflação chegara a 2.751%.

Responsável pela condução do processo de redemocratização do País, Sarney garantiu a realização de eleições diretas para prefeito das capitais, as primeiras após 21 anos de regime autoritário. Em 1986, ocorreram as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte e a nova Constituição brasileira foi promulgada em 5 de outubro de 1988. Foram legalizados todos os partidos políticos até então clandestinos e extinta a censura prévia aos meios de comunicação. Finalmente, em 1989, foram realizadas as tão sonhadas eleições diretas para Presidente da República, as primeiras em 29 anos, vencidas por Fernando Collor de Mello.

INFLAÇÃO E CANCELAMENTOS

Convivendo de maneira dolorosa com a política econômica do Governo, a Mongeral via sua situação agravar-se dia a dia. A inflação em altos níveis exigia constantes correções nos valores dos benefícios, o que provocava o automático reajuste das contribuições, levando ao cancelamento de muitos planos e, conseqüentemente, à perda maciça de participantes. A evasão crescia ainda mais com a intensa concorrência das empresas de previdência privada, formadas pelos bancos e seguradoras após a promulgação da Lei 6.435, em 1977. Perfeitamente integradas ao mercado, acumulando a experiência de cerca de dez anos de atividade, essas companhias ainda levavam a vantagem de contar com amplos recursos financeiros, investidos principalmente na remuneração de seus profissionais de vendas, no desenvolvimento e na divulgação de seus produtos.



DEMOCRACIA

Presidida por Ulysses Guimarães, a Assembleia Nacional Constituinte promulgou a nova Constituição brasileira, em 5 de outubro de 1988



EMBATE

Acima, o futuro presidente em campanha

Abaixo, Collor já com a faixa presidencial no dia de sua posse



As subsidiárias de bancos, especialmente, competiam com a Mongeral e suas congêneres sem fins lucrativos sustentadas por redes de distribuição formidáveis, representadas pelas numerosas agências, de abrangência nacional.

A diretoria tentou de todas as formas recuperar a instituição e torná-la outra vez competitiva, renovando a força de vendas, trocando representantes e lançando novos produtos, mas esbarrava sempre nas limitações impostas pelo modelo comercial ultrapassado, na escassez de recursos para investimento, e em seus próprios erros, como a falta de estratégias de marketing modernas e realmente eficazes.

José de Almeida tinha a auxiliá-lo nessa difícil tarefa o Vice-Presidente Edgard Figueiredo Façanha, ex-Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, e o Presidente do Conselho Deliberativo Kleber Armindo de Lima Araujo, ambos também inexperientes no trato das exigências comerciais da Mongeral e do mercado. Ademais, todos os diretores e conselheiros

estavam em idade avançada, alguns doentes e até impossibilitados de trabalhar normalmente.

Assim transcorreram os anos 80, acumulando tentativas infrutíferas de resgatar o período áureo da entidade e seguidos revezes na disputa acirrada por um mercado cada vez mais dinâmico e especializado.

Ao contrário do ambiente pesado reinante na entidade pioneira da previdência, o clima no País era de esperança e fé no futuro, com a eleição de Fernando Affonso Collor de Mello para presidente da República com mais de 35 milhões de votos. Collor, indicado pelo pequeno Partido da Renovação Nacional (PRN), recebeu o apoio dos conservadores do Partido da Frente Liberal (PFL), que aderiram em massa à sua candidatura ainda no começo da campanha, embora tivessem como candidato oficial Aureliano Chaves. Com a promessa de governar para os “descamisados e pés descalços”, uma alusão ao eleitorado mais humilde, Collor venceu, no segundo turno, o representante das classes operárias, Luís Inácio Lula da Silva,

do Partido dos Trabalhadores (PT). De modo geral, o País votou em Collor, que ganhou em todos os estados com exceção de Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Seu governo, no entanto, seria interrompido aos dois anos e meio, sufocado por uma avalanche de denúncias de corrupção e uma mobilização popular jamais vista no Brasil.

Empossado em 15 de março de 1990, uma quinta-feira, Collor anunciou seu plano econômico no dia seguinte, com o retorno do Cruzeiro como unidade monetária, em substituição ao Cruzado Novo, vigente desde janeiro de 1989, quando houve o último choque econômico patrocinado por seu antecessor, José Sarney.

O Cruzeiro voltou a circular em sua terceira e última versão, pois acabaria substituído pelo Cruzeiro Real em 1993. As medidas de Collor para a economia incluíram ainda ações de impacto como o confisco dos depósitos bancários superiores a Cr\$ 50 mil por um prazo de 18 meses, visando reduzir a quantidade de moeda em circulação; a alteração no cálculo

A INFLAÇÃO EM ALTOS NÍVEIS EXIGIA CONSTANTES CORREÇÕES NOS VALORES DOS BENEFÍCIOS, O QUE PROVOCAVA O AUTOMÁTICO REAJUSTE DAS CONTRIBUIÇÕES

da correção monetária e também na sistemática das aplicações financeiras; a redução da máquina administrativa com a extinção ou fusão de ministérios e órgãos públicos; a demissão de funcionários públicos; e o congelamento de preços e salários.



PEDRO COLLOR DE MELLO

Denúncia de esquema que ajudou a tirar o próprio irmão da presidência

Mesmo sendo o confisco bancário um flagrante desrespeito ao direito constitucional de propriedade, o plano econômico conduzido pela Ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello, prima do presidente, foi aprovado pelo Congresso Nacional em poucos dias. Em seus dois primeiros meses, o Plano Collor, que seria complementado por uma série de outras medidas em janeiro de 1991, acabou por aprofundar a recessão econômica, impulsionada pela extinção, em 1990, de mais de 920 mil postos de trabalho e por uma inflação na casa dos 1.200% ao ano.

O descontentamento da elite política e empresarial com o plano viria a ser amainado por medidas inspiradas no modelo econômico neoliberal, tais como a abertura da economia brasileira ao mercado externo, que facilitou as importações e o ingresso do capital estrangeiro no País; o início de um programa nacional de desestatização; e a modernização de nosso parque industrial. Todavia, como faltou a devida regulamentação, tais medidas logo perderiam o

impacto ante o recrudescimento da crise econômica.

A crise que derrubou Collor tomou forma em junho de 1992, provocada por uma disputa envolvendo seu irmão, Pedro, e o empresário Paulo César Farias (o PC Farias, espécie de eminência parda do Governo), a partir da aquisição, por este último, do jornal “Tribuna de Alagoas”, com o propósito de montar uma rede de comunicação forte o bastante para neutralizar a “Gazeta de Alagoas” e as Organizações Arnon de Mello. Agravada com a reportagem da revista “Isto É”, que publicou o depoimento bombástico do motorista de Collor, Eriberto França, a situação do presidente ficou insustentável quando a revista “Veja” entrevistou Pedro Collor, que acusava PC Farias de enriquecer às custas do presidente, apresentando provas documentais contundentes sobre a rede de corrupção e o tráfico de influência, que ficaram conhecidas como “Esquema PC”.



CARAS PINTADAS

Nas ruas, o grito de “Fora Collor”



IMPEACHMENT DE COLLOR

Ao renunciar ao mandato, Collor preservou os direitos políticos

A Polícia Federal abriu inquérito e, em seguida, o Congresso Nacional instaurou uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para averiguar as acusações. Fernando Collor foi à televisão e rechaçou as denúncias e, com isso, sentiu-se à vontade para conclamar a população a sair de casa vestida de verde e amarelo, em seu apoio. Em consequência, no dia 12 de agosto de 1992, quando completou 43 anos, foi homenageado por empresários, políticos, artistas e admiradores, parecendo até que tudo seria esquecido. Entretanto, nas ruas o efeito foi inverso ao que esperava: manifestações de jovens estudantes, denominados “caras-pintadas”, que exigiam o impeachment do presidente, com o slogan “Fora Collor” repetido à exaustão em passeatas por todo o País. Essa mobilização estudantil, reforçada pela participação da sociedade civil organizada e pela mídia, foi o fator decisivo para que as investigações da CPMI avançassem.

Em 26 de agosto, o relatório final da CPMI foi aprovado,

comprovando o envolvimento de Collor no “Esquema PC”. Um pedido formal de impeachment foi apresentado, tendo como signatários o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e o advogado Marcelo Lavenère, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Entregue ao Deputado Ibsen Pinheiro, Presidente da Câmara, o pedido de abertura do processo de impeachment foi aprovado em 29 de setembro, por 441 votos a favor e 38 votos contra, uma abstenção e 23 ausências. O julgamento de Collor pelo Senado foi marcado para 29 de dezembro. Com o impeachment iminente, o último recurso para tentar preservar os direitos políticos foi a renúncia ao mandato. Collor foi sucedido pelo Vice-Presidente Itamar Franco, que passou a exercer o cargo a partir do afastamento, ocorrido em 2 de outubro de 1992.

Em 1993, ainda presidida por José de Almeida, a Mongeral encontrava-se sem expectativas, em fase de indefinições. As ações de vendas dos planos de

previdência haviam cessado quase completamente. O sistema de representantes fora desarticulado, e os poucos que continuaram vinculados à entidade procuravam contratos com outras empresas do ramo, impelidos pela falta de produtos competitivos e pela inexistência de obrigações de exclusividade. O quadro de funcionários, bastante inchado em relação às reduzidas operações, pesava excessivamente no orçamento. Visando minimizar parte do problema, a diretoria resolveu reduzir a jornada diária de trabalho a meio expediente, na tentativa de conter os gastos com energia, alimentação e operações. Com essa medida, a Mongeral voltava ao século 19, quando funcionava “das quatro da tarde às sete horas da noite”!

Dos 300 mil contratos de benefícios do final dos anos 70, a instituição conseguiu manter pouco menos de 20 mil, configurando uma perda drástica, situada acima de 90% dos contribuintes. Na grande maioria dos órgãos públicos consignantes, a ausência de participantes congelara ou

DOS 300 MIL CONTRATOS DE BENEFÍCIOS DO FINAL DOS ANOS 70, A INSTITUIÇÃO CONSEGUIRA MANTER POUCO MENOS DE 20 MIL

cancelara o credenciamento. De produtivo, apenas o projeto de Previdência Associativa (inspirado no antigo Instituto Mongeral de Seguridade Social criado pelo professor Rio Nogueira, atuário da entidade), que continuava ativo graças à colaboração efetiva do profissional de vendas Clécio Olsson e do publicitário Isaura Ferreira Cardoso.



Nos anos 90, a Mongeral retomou seu crescimento com a ação eficaz dos antigos parceiros, Nilton Molina e Fernando Mota, e recebeu do Poder Público o reconhecimento pelos serviços prestados à previdência nacional. Na foto, Fernando recebe Moção de Honra na Câmara Municipal de São Paulo.

Premida pela situação, a diretoria precisava tomar uma decisão urgente para recuperar a Mongeral e revigorar as raízes da previdência brasileira, de modo que a velha árvore voltasse a florescer e frutificar. A solução encontrada foi a de procurar apoio nos antigos parceiros de um passado vigoroso e profícuo, Nilton Molina e Fernando Rodrigues Mota. Na época, em sociedade com a família Almeida Braga, Molina e Fernando participavam da gestão da Icatu Seguros S.A., onde o primeiro acumulava a presidência do Conselho de Administração e o posto de principal executivo, enquanto o segundo ocupava o cargo de vice-presidente administrativo e operacional.

O plano de reestruturação, meticulosamente construído por eles com a colaboração de Isauro Cardoso, foi apresentado aos dirigentes da Mongeral no final de 1993, sendo aprovado ao longo dos primeiros meses do ano seguinte, sem ressalvas. Em sequência, foram tomadas algumas providências fundamentais para

garantir a sua implementação. Dentre elas, a reformulação do Estatuto Social da entidade, de modo a permitir o ingresso de investidores e a profissionalização da Diretoria Executiva, que, assim, poderia ser composta por especialistas desvinulados do quadro associativo. Na mesma sessão do Conselho, também foi decidido agraciar todas as pessoas que efetuassem doações significativas com o título de associado benemerente, posição que as habilitaria a influir no destino da Mongeral.

Na extensa lista de beneméritos que acorreram em auxílio à entidade, podem ser citados, dentre outros: Sylvia Maria da Gloria de Mello Franco Nabuco, Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga, Luis Antonio de Almeida Braga, Lucia Nabuco de Almeida Braga Rebello, Sylvia Nabuco de Almeida Braga, Nilton Molina, Marcos Pessoa de Queiroz Falcão, Ricardo Coelho Taboação, Luiz Patrício de Miranda Avillez, Antonio Carlos Dantas Mattos, Fernando Rodrigues Mota, Carlos Alberto Figueiredo Trindade Filho,

Nelson Moreira Assad, Pedro Luiz de Bodin Moraes e Alarico Silveira Neto. Pouco mais tarde, Isauro Cardoso se juntaria a eles.

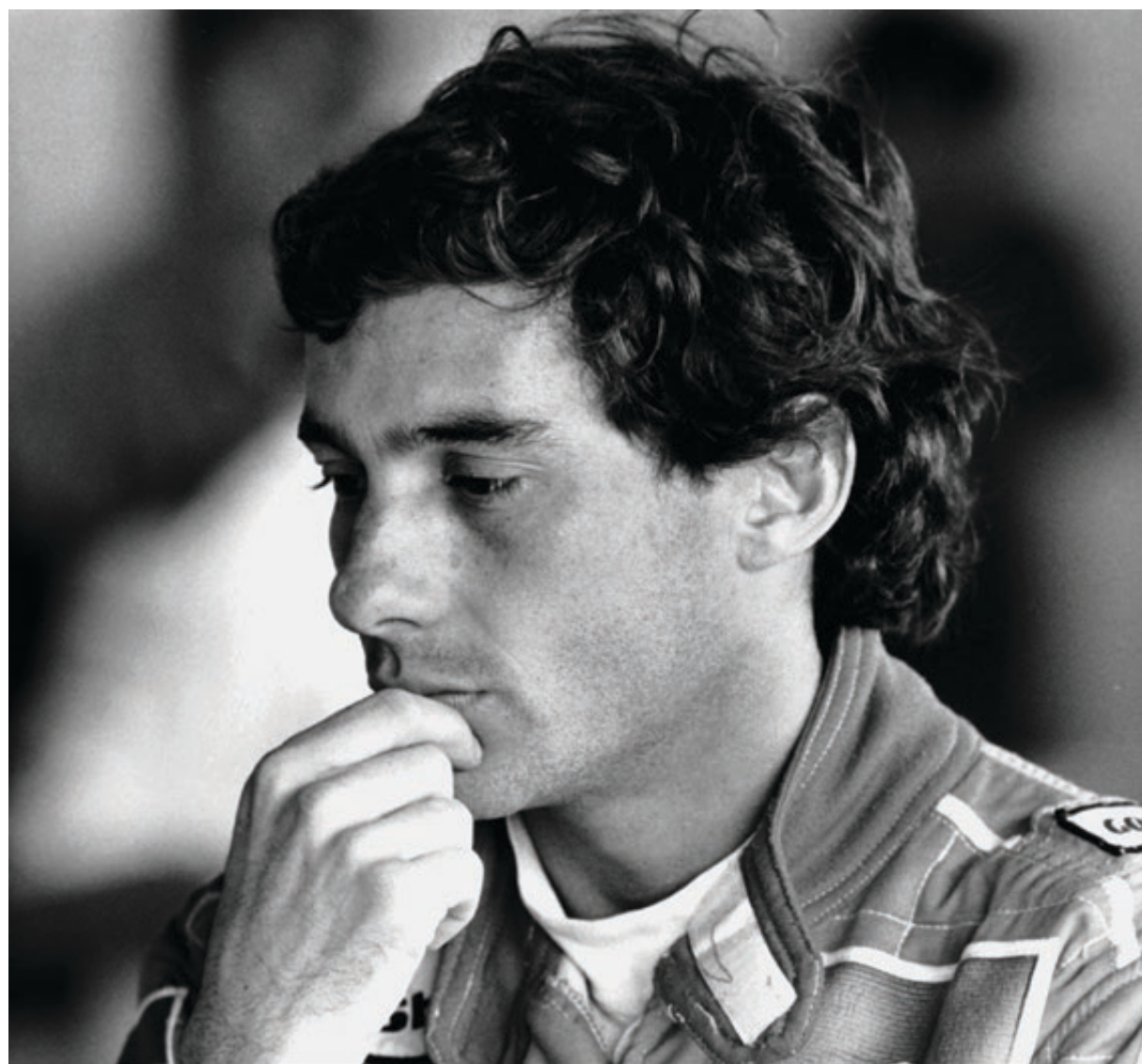
A 28 de setembro de 1994, os membros do Conselho Deliberativo, presidido por João Ferreira da Silva, bem como da Diretoria Executiva, liderada por José de Almeida, renunciaram, dando espaço para que os novos dirigentes, homologados pela Susep no ofício Susep/Decom nº. 1.724/94, de 16 de novembro, assumissem. O novo Conselho foi constituído por Nilton Molina, Marcos Pessoa de Queiroz Falcão, Ricardo Coelho Taboação, Luiz Patrício de Miranda Avillez, Antonio Carlos Dantas Mattos, Pedro Luiz Bodin de Moraes, Nelson Moreira Assad, Alarico Silveira Neto, Fernando Rodrigues Mota, Carlos Alberto Figueiredo Trindade Filho e Helder Molina. Para diretores foram indicados Nilton Molina (presidente), Isauro Ferreira Cardoso e Otávio Gentil Afonso. Pouco depois, em dezembro, Fernando Mota incorporou-se à executiva como vice-presidente.



FORTALECIMENTO

Nilton Molina expõe seu projeto de recuperação da Mongeral ao então Presidente, José de Almeida (esquerda), e a dois representantes da Susep

Acervo Mongera



PERDA

Em 1994, o Brasil perdia seu maior ídolo, Ayrton Senna, em um acidente no GP da Itália, gerando uma comoção nacional

Com essa mudança radical de comando, a Mongeral terminou o ano de 1994 calibrando uma ampla reforma em bases profundas. De pronto, a jornada de trabalho normal foi reimplantada, e o imenso contingente de funcionários foi avaliado e reduzido a um terço, com o aproveitamento daqueles que evidenciavam condições de responder bem a um processo de requalificação profissional. Em contrapartida, os que permaneceram receberam valorização imediata, com benefícios sociais, tais como ticket refeição, alimentação e plano de saúde. Paralelamente, uma nova organização estrutural ganhava corpo para absorver os setores estratégicos, como arrecadação, produção e benefícios. A modernização de métodos e processos operacionais e administrativos teve início, promovendo-se, paulatinamente, a substituição dos procedimentos manuais e arcaicos por meios digitais.

CONQUISTA

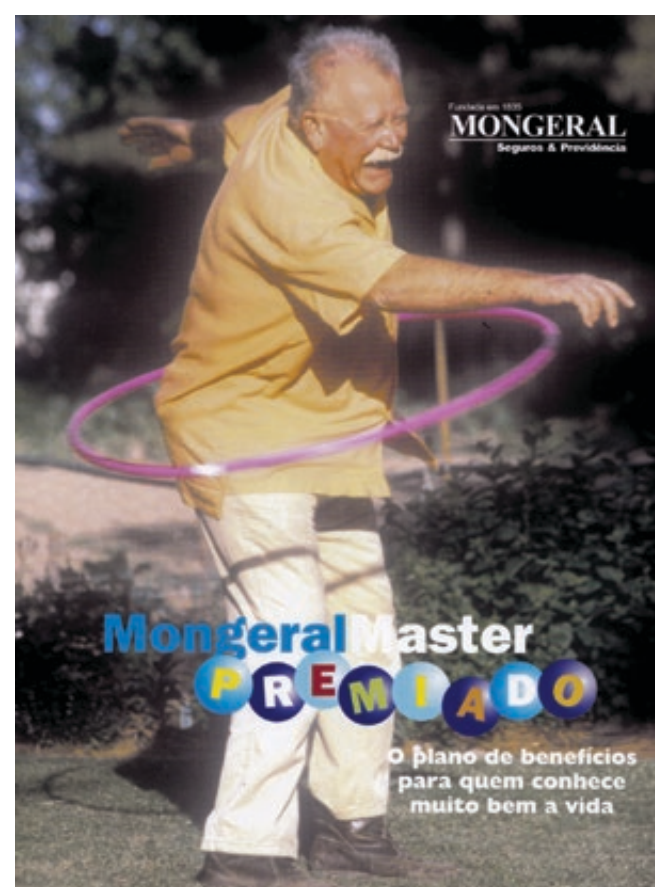
Meses depois, a seleção brasileira, após uma angustiante espera de 24 anos, conquistava o tetracampeonato mundial de futebol





PROPAGANDA

Com a criação de uma assessoria de Marketing, a empresa passou a investir cada vez mais em seus materiais de divulgação
Acervo Mongeral



Os antigos representantes comerciais foram convocados para reiniciar as vendas, ao passo que um novo modelo de distribuição era planejado; as convenções nacionais de vendas foram retomadas, com a finalidade de unificar as operações, fixar metas de produção e planejar ações coordenadas.

A agência Artífice Propaganda foi extinta e, para o seu lugar, contratada uma assessoria de marketing, encarregada de toda a comunicação da entidade. As finanças começaram a ser saneadas, com a retomada e disponibilização de imóveis com aluguéis aviltados, a recuperação do patrimônio, e a correta aplicação dos recursos. Uma assessoria jurídica foi implantada, com o propósito de orientar a diretoria em cada iniciativa e, a 31 de janeiro de 1995, foi firmada uma parceria com a Icatu Seguros, que passou a coparticipar nos produtos de risco (pecúlios e pensões), multiplicando a capacidade de garantia da Mongeral.



PIONEIRA

Atual salão de vendas da sucursal Pernambuco, uma das primeiras filiais da Mongeral
Acervo Mongeral



ARTICULAÇÃO

Vista do salão de vendas da Mongeral nos anos de 1990. Contratado para coordenar as ações comerciais da entidade, Osmar Navarini (no centro da foto) esteve à frente do primeiro plano voltado para o desenvolvimento do setor
Acervo Mongeral

Na sequência, os produtos de previdência foram modificados, com o intuito de adequá-los às exigências da Resolução nº 25 do Conselho Nacional de Seguros Privados, CNSP, até que novos fossem criados e submetidos à aprovação da Susep. Três meses depois, a administração da entidade apresentava os primeiros planos de previdência de sua autoria: Mongeral Vida Toda, Pecúlio com Capitalização, Aposentadoria, Invalidez, Pecúlio-Funeral, Pensão Individual e Pecúlio Individual-Repatrição.

Ao mesmo tempo em que o prédio da Travessa Belas Artes era submetido a uma grande adaptação para receber de volta a sede da instituição, o edifício da Rua da Quitanda, 62, também passava por uma ampla reforma. Na ocasião, foram retiradas mais de seis toneladas de papéis inúteis e cinco caminhões carregados de móveis e utensílios danificados ou obsoletos.

Seguindo à risca o plano de reestruturação traçado, o serviço de telemarketing ativo e passivo começou a ser testado; os códigos de consignação restaurados; o quadro de representantes comerciais reformulado, com a criação das primeiras sucursais, e a carteira de clientes com benefícios defasados saneada. Durante todo o ano de 1995, a Mongeral viveu em clima de absoluta reconstrução.

No ano de 1996 – já com a Diretoria Executiva reduzida para dois membros (Fernando Mota, presidente, e Isauro Cardoso, vice-presidente) –, a sede retornou às instalações da Travessa Belas Artes e a Mondados Serviços e Empreendimentos teve as atividades oficialmente encerradas, sendo seus principais técnicos alocados no recém-criado departamento de informática.

Avaliando os resultados do setor de produção ao cabo de um ano de trabalho, os dirigentes da Mongeral sentiram necessidade de ter um especialista para elaborar e coordenar a execução das ações comerciais. Para a missão

EM 1996, A SEDE RETORNOU ÀS INSTALAÇÕES DA TRAVESSA BELAS ARTES E A MONDADOS SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS TEVE AS ATIVIDADES OFICIALMENTE ENCERRADAS

foi contratado Osmar Navarini, profissional de larga experiência e excelente conceito no mercado. Com ele, o primeiro plano da área, realmente articulado, já apontava o caminho dos seguros de vida para compensar “a rigidez do carregamento sobre os produtos de previdência, que inviabilizava uma política de recompensa à produção capaz de incentivar os corretores a buscarem melhores resultados”.

O plano apresentado em 26 de novembro de 1996, destinado ao exercício de 1997, foi um marco no desenvolvimento das atividades

comerciais da instituição e contou com a colaboração direta do então diretor regional Sul/Sudeste, Enio Corbellini. Defendia, entre outras iniciativas, a formação de um modelo de distribuição baseado em sucursais estratégicas, com corretores externos vinculados a cada uma delas, atuando em áreas geográficas específicas. Reivindicava, ainda, a estruturação do setor de convênios, chamando a atenção para a sua importância nos resultados da empresa.

Na época, os convênios firmados pela Previdência Associativa da Mongeral com o Instituto Assistencial dos Advogados do Paraná, de Goiás, do Rio Grande do Sul, a Cagece (Águas e Esgotos do Ceará), e o Instituto Assistencial do Transporte, Rodhes, totalizavam 53,7% da produção consolidada pela área comercial.

O período encerrou-se com a criação do Fundo Multipatrocinado da Mongeral. Idealizado pela diretoria para atender inicialmente os funcionários da instituição, complementando os benefícios oficiais por sobrevivência, invalidez e morte, no decorrer do tempo passaria a ser mais uma oportunidade de negócios, agregando valor aos múltiplos produtos oferecidos no mercado.

No Brasil pós-Collor, as reformas e a modernização também ganhavam importância. Durante o curto mandato de Itamar Franco, foi lançado o Plano Real, fruto de um trabalho

desenvolvido pelos economistas Edmar Bacha, Persio Arida, André Lara Resende, Gustavo Franco, Pedro Malan, Clovis Carvalho e Winston Fritsch, dentre outros, liderados pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC). Finalizado pelo seu sucessor, Rubens Ricupero, o programa estabeleceu medidas de redução e maior eficiência dos gastos públicos e criou a Unidade Real de Valor (URV) – já prevendo a posterior transformação na nova moeda, o Real. Além disso, disciplinou o Sistema Monetário Nacional e estabilizou a economia, acabando com a crise hiperinflacionária. Beneficiado pelo sucesso do plano, Fernando Henrique Cardoso passou a ser o candidato oficial à sucessão de Itamar e foi eleito presidente em outubro de 1994.

Contando com o apoio total de sua agremiação, o Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), e dos Partidos da Frente Liberal (PFL), Trabalhista Brasileiro (PTB),

Progressista Brasileiro (PPB, atual Partido Progressista) e de parte do PMDB, conseguiu reeleger-se para um segundo mandato até 2002, o que garantiu estabilidade política e econômica ao Brasil neste período.

Fernando Henrique deu prosseguimento ao processo de privatização de empresas estatais, iniciado por Collor, dentre as quais a da Companhia Vale do Rio Doce foi a mais complexa e polêmica. Foram concedidas à iniciativa privada algumas rodovias federais, como a Presidente Dutra (que liga as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro), e foram privatizados vários bancos estaduais (responsáveis por grande parte do déficit público) e o sistema telefônico brasileiro, o que democratizou o acesso a esse meio de comunicação – abrindo caminho para a chegada e o fortalecimento da internet e da telefonia móvel.



GOVERNO FHC

Eleito em 1994 e reeleito em 1998, Fernando Henrique Cardoso foi responsável pela estabilidade econômica e privatização de estatais, como a rodovia Presidente Dutra



PRESENÇA INTERNACIONAL

Instalação da parceria com a Icatu Hartford Seguros e Previdência, associação da empresa brasileira com a terceira maior seguradora dos Estados Unidos
Acervo Mongeral

A presidência de Fernando Henrique Cardoso também se destacou pela ampla reforma do Estado e sua modernização, priorizando o investimento em carreiras estratégicas para a gestão do setor público.

FHC também conseguiu a aprovação de emendas à Constituição, facilitando a entrada de empresas estrangeiras no Brasil, e sancionou a "Lei do Petróleo", pondo fim ao monopólio estatal. Em geral, Fernando Henrique tentou atacar todas as fontes de déficit público, para eliminar o problema crônico da inflação, promovendo, por exemplo, em 1999, uma grande reforma na Previdência Social. O eixo dessa reforma foi fixado na alteração de várias regras, dentre as quais as que tratam do limite de idade para a aposentadoria integral no setor público e privado, das aposentadorias especiais, do cálculo dos benefícios, com a introdução do fator previdenciário, etc. Por outro lado, aprovou leis mais duras para os crimes

contra o sistema financeiro e a Lei de Responsabilidade Fiscal, que limitou o endividamento dos estados e municípios e os gastos com o funcionalismo público.

Primeiro presidente a ser reeleito e a governar por dois mandatos contínuos, Fernando Henrique Cardoso preparou o Brasil para o século 21, dando-lhe o perfil moderno e evolucionista que abriu caminho para que o país, já sob a presidência de Lula, ocupasse lugar no grupo das economias emergentes mais respeitadas do mundo – Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC).

Ao longo de 1997, o trabalho de modernização da estrutura da Mongeral continuava a todo vapor. A comunicação on line começou a ser testada, interligando sucursais e algumas representações ao núcleo operacional no Rio de Janeiro, em caráter experimental. A implantação em 1996 das quatro primeiras unidades de atendimento e vendas começou a dar forma ao sistema de sucursais. Depois

de Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Distrito Federal, vieram Minas Gerais e Bahia. Do grupo antigo de representantes comerciais, apenas um fora aproveitado no decorrer da reforma: Lauro Batista Rocha, oriundo dos tempos remotos da Augustus Promoções e Vendas, passaria a ocupar o posto de gerente da sucursal localizada em Belo Horizonte, redirecionando a sua carreira entre as novas lideranças comerciais da entidade. Por outro lado, as relações com os órgãos públicos consignantes tornavam-se, pouco a pouco, mais eficientes e ágeis, com a substituição das listagens analíticas impressas, por meios magnéticos.

Trabalhando em ritmo acelerado, a Mongeral preparava-se para chegar ao novo milênio com a competência suficiente para recuperar as posições perdidas durante os anos 80.



RITMO ACELERADO

Recuperando posições perdidas durante os anos 80, a Mongeral lançou novos produtos de previdência, como o Aposentadoria Plus, e ampliou suas operações a partir de suporte tecnológico de ponta
Acervo Mongeral



CELEBRAÇÃO

Fernando Mota discursa na cerimônia do Galo de Ouro 98, realizado nos Estados Unidos para celebrar o sucesso da parceria com a Icatu Hartford Seguros e Previdência. Acervo Mongeral

Com Fernando Mota e Isaura Cardoso à frente da diretoria, e Nilton Molina na presidência do Conselho Deliberativo, no início de 1998, foi posta em prática uma nova parceria com a Icatu Hartford Seguros e Previdência, associação da empresa brasileira com a Hartford, terceira maior seguradora dos Estados Unidos. Os resultados vieram com o lançamento de novos produtos de previdência, como o Aposentadoria Plus, e a ampliação das operações, a partir de um suporte tecnológico de ponta.

Recuperando prestígio e alcançando uma posição de destaque entre as lideranças do segmento de entidades de previdência privada não ligadas a organizações financeiras – Fernando Mota passou a participar da diretoria do Conselho Superior da Associação Nacional de Previdência Privada, Anapp –, a entidade havia concluído com sucesso a primeira etapa do processo de informatização e caminhava com passos firmes para concretizar uma consistente rede de distribuição com a predominância de sucursais.

Revitalizado por Molina, o

tradicional concurso “Galo de Ouro” voltou a contemplar os grandes campeões de vendas da empresa a partir de 1998, após um intervalo de 19 anos. Dentre os primeiros vencedores, Luiz Alfredo Dib Gomes, Elaine Feijó, Rosenwald Pereira de Mello e William Marcos dos Santos Gonçalves, todos da sucursal Rio de Janeiro.

A essa altura da história, a diretoria já havia concluído e implantado o método de pagamento semanal aos corretores e um sistema de categorias, classificando-os e premiando-os segundo sua produção, o que, além de valorizar o trabalho desses profissionais, fez crescer consideravelmente o volume das vendas. Na mesma direção, ou seja, a valorização, ampliação e desenvolvimento da força de produção, foi apresentado o primeiro modelo de curso de formação e aperfeiçoamento de corretores. O programa, tocado pelo departamento de treinamento da instituição, resultaria na formação de cerca de 1,5 mil novos profissionais ao longo de nove anos de atividade. Ainda em 1998, os planos Vida Premiada

EM 2000, A MONGERAL COMEMOROU SEU 165º ANIVERSÁRIO E OS 200 ANOS DE NASCIMENTO DO SEU FUNDADOR, AURELIANO DE SOUSA E OLIVEIRA COUTINHO

(com capitalização), Master e Pecúlio tiveram suas contribuições mínimas reduzidas, em estratégia para disputar uma fatia do mercado de menor poder aquisitivo.

Para consolidar o seu projeto de reestruturação, a Mongeral procedeu alterações nos seus Estatutos, que deram ao Conselho Deliberativo um caráter vitalício, garantindo a consecução das medidas postas em prática até então. No ano seguinte, com a participação efetiva de Victor Gialluise, profissional oriundo da extinta Mondados, o ambicioso

projeto de informática foi concluído com a implantação do Sysprev, sistema que integrou todas as operações da entidade; novas sucursais foram inauguradas, e o departamento de marketing iniciou suas atividades.

Em 2000, a Mongeral comemorou seu 165º aniversário e os 200 anos de nascimento do seu fundador, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, oferecendo ao público um resumo de sua história, sob os formatos de folheto e exposição de painéis. Promoveu também a restauração e digitalização de

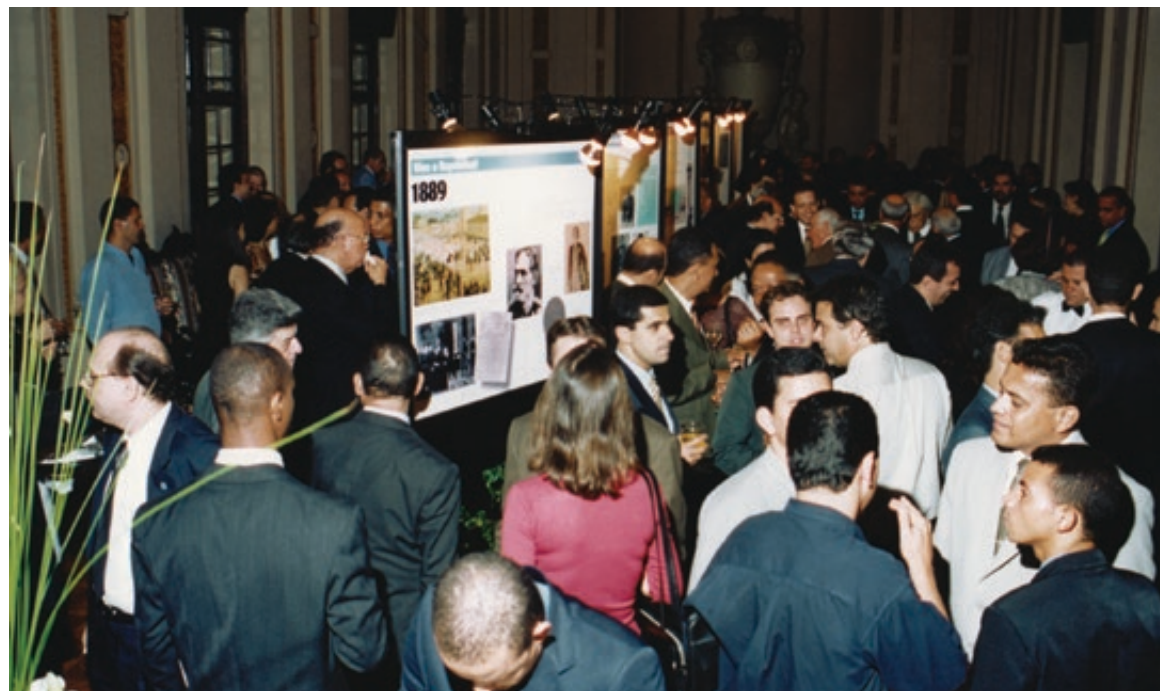


RECONHECIMENTO

Medalha Pedro Ernesto concedida pelo vereador Luiz Carlos Ramos, ex-corretor da Mongeral
Acervo Mongeral

RESGATE DA MEMÓRIA

Ao completar 165 anos, a Mongeral realizou uma exposição na Alerj para resgatar sua história
Acervo Mongeral



todos os documentos manuscritos que contam essa trajetória e participou da primeira Bienal do Livro de Campos dos Goitacazes, no Estado do Rio de Janeiro. Em sessões especiais promovidas pela Câmara Municipal da cidade do Rio e pela Assembleia Legislativa fluminense, recebeu as primeiras homenagens de uma série que se estenderia pelos anos seguintes, com moções de honra e aplauso do Poder Legislativo em São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais, Bahia, Distrito Federal e Ceará, entre outros. Na Câmara do Rio, um fato curioso: a homenagem foi proposta pelo vereador Luiz Carlos Ramos, corretor da Mongeral nos anos 70.

Com o objetivo de proporcionar uma independência maior à entidade, uma nova alteração na composição do Conselho Deliberativo foi promovida. A partir de então, as decisões de suprema instância na Mongeral passaram a ser tomadas, exclusivamente, por Nilton Molina (presidente), Fernando Mota

(vice-presidente), e pelos demais conselheiros, Helder Molina, Isauro Cardoso, José Carlos Gomes Mota, Carlos Augusto Falletti, Juarez Pantaleão, Mário José Gonzaga Petrelli e Sara Molina.

Nessa mesma época, foram lançadas novas versões dos planos de previdência, tais como o Mongeral Master, destinado aos idosos; Mongeral Vida Premiada (capitalização), em mais uma parceria com empresas do Grupo Icatu Hartford, e Mongeral Vida Plena, pacote de benefícios abrangente, programado para cobrir todos os imprevistos da vida. Também foi criado o Mongeral Segurança Exclusiva, direcionado aos profissionais do segmento de segurança pública (policiais militares, civis e bombeiros). Outro acordo vitorioso foi o firmado com a Europ Assistance, empresa multinacional de prestação de serviços de assistência, que passaram a compor a estrutura de vários planos da entidade.

Inaugurando o novo milênio, a diretoria deu mais um forte

impulso em seu projeto de expansão, ao assumir a gestão da congênere Coifa Previdência Privada, empresa com 50 anos de atividade. O processo de transição dos clientes e funcionários da Coifa para a Mongeral obteve pleno êxito, com a colaboração do novo Diretor de Relações com o Mercado, Edney de Resende Moura. A incorporação foi autorizada em 10 de dezembro de 2002, pela Portaria 1.523 da Susep, e acrescentou cerca de 50 mil novos contratos à carteira da instituição, que na época totalizava 54 mil contribuintes. No mesmo ano, foi fechado um acordo pioneiro com a Fundação Escola Nacional de Seguros, Funenseg, que permitiu à Mongeral formar seus próprios corretores em cursos ministrados nas dependências das sucursais, garantindo-lhes o credenciamento oficial.

Com a conexão do Sysprev em destaque, interligando a matriz a todas as sucursais, a Mongeral viu seu projeto de gerenciamento eletrônico de documentos ser



apresentado no Congresso Infoimagem como case de sucesso. Ao mesmo tempo em que era aceita como membro da Limra International e do Instituto Brasileiro de Database Marketing, IBDM, patrocinou o primeiro concurso de monografias sobre a previdência social no Brasil, na Universidade Federal de Pernambuco.

No dia 30 de junho de 2003, Fernando Mota foi empossado como membro do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Aberta e Capitalização, Crsnsp. A marca impressa pela administração que reconduziu a Mongeral ao caminho do sucesso estava presente no treinamento permanente da força de vendas e de funcionários, visando à evolução de seus integrantes; no rejuvenescimento de todos os processos operacionais, através de metodologia moderna e informatização; na contenção de despesas, culminando no apoio incondicional à área de produção. Sua gestão aproximava-se do fim. No entanto, ainda sobrava tempo para mais algumas realizações: a criação da superintendência técnica; um novo programa de formação de corretores; o desenvolvimento de um portal na Internet, o Intranet Mongeral, e a preparação das lideranças para os importantes desafios que se aproximavam.

Nesse momento, o Presidente do Conselho Deliberativo, Nilton Molina, planejava mais um passo importante em direção ao futuro: a transformação da Mongeral em seguradora de vida. Fundamentado na experiência acumulada ao longo dos anos em que atuou no Conselho Nacional de Seguros Privados e no Conselho Nacional de Seguridade

Social; como vice-presidente da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização, e, ainda, como fundador da Bradesco Vida e Previdência e da Icatu Hartford Seguros, Molina sabia que a Mongeral só poderia fazer frente aos gigantes do mercado a partir de sua evolução para uma sociedade anônima. Um ano depois, a esperança de mais uma mudança nos rumos da empresa se transformaria em realidade, com a entrada em cena da Mongeral S/A Seguros e Previdência.

Em janeiro de 2004, no seu tradicional pronunciamento anual de prestação de contas, o presidente Fernando Mota fez um retrospecto dos resultados consolidados em nove anos de gestão. Ao assumir a empresa em 1994, encontrara apenas 18 mil clientes, que geravam uma receita de R\$ 2,3 milhões e reservas técnicas de aproximadamente R\$ 2,7 milhões. Naquela época, a

A ESPERANÇA DE MAIS UMA MUDANÇA NOS RUMOS DA EMPRESA SE TRANSFORMARIA EM REALIDADE, COM A ENTRADA EM CENA DA MONGERAL S/A SEGUROS E PREVIDÊNCIA

Mongeral operava em apenas 448 órgãos públicos. Ao final de 2003, esses números haviam saltado para um patamar muito acima do esperado: 104 mil clientes, receita total de R\$ 79 milhões (mais de 3000% de aumento), reservas de R\$ 48 milhões e parcerias com 1.264 órgãos federais, estaduais e municipais. Com cerca de 14 sucursais, a instituição ocupava ao fim de 2003 o 16º lugar no ranking geral de empresas de previdência privada,

computando-se seguradoras e bancos. Seu programa de fidelização de clientes recuperara 28% da massa de inadimplentes, a partir do trabalho contínuo do moderno Serviço de Atendimento ao Cliente, telemarketing ativo e passivo, e as comissões sobre as vendas começavam a ser pagas em tempo real, diariamente, graças ao desenvolvimento das operações on line.

Na política brasileira, a esperança também venceu todos os obstáculos, com a eleição do operário e sindicalista Luís Inácio Lula da Silva para presidente da República, após três derrotas consecutivas. Em sua gestão, Lula consolidou a estabilidade econômica alcançada pelo Governo Fernando Henrique. A dívida interna cresceu, mas sua proporção em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) diminuiu, assim como a dívida externa – Lula quitou integralmente o débito brasileiro com o Fundo Monetário Internacional, FMI. A questão econômica tornou-se, conseqüentemente, a pauta maior do Governo. A minimização dos riscos e o controle das metas de inflação de longo prazo impuseram ao Brasil uma limitação no crescimento econômico, o qual, porém, realizou-se a taxas maiores do que foram alcançadas durante o governo FHC, com um

crescimento médio anual do PIB de 3,35%. Com uma política monetária conservadora, na qual o Banco Central tem autonomia prática, embora não garantida por lei, Lula atingiu as metas de inflação predeterminadas. Tratada da mesma forma, sua política fiscal garante a obtenção de superávits primários ainda maiores do que os observados no governo anterior.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego também caiu e o número de trabalhadores com carteira assinada subiu. O total de empregos sem carteira assinada diminuiu 3,1%, enquanto o total de pessoas ocupadas cresceu 8,6%.

No princípio do seu mandato, Lula empenhou-se em dar prosseguimento à reforma da Previdência Social, por via de emenda constitucional, impondo uma contribuição sobre os rendimentos dos

aposentados do setor público. Eleito presidente com uma bancada minoritária, formada pelo PT, Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PcdoB) e Partido Liberal (PL), Lula partiu para a cooptação de partidos mais à direita do espectro político brasileiro. Conseguiu apoio do PP, do PTB e de uma parcela do PMDB, com a contrapartida de cargos públicos em todos os escalões do Governo.

Segundo todas as pesquisas de opinião, em 2006, Lula obtinha a maior taxa de aprovação de um presidente brasileiro ao final de mandato. Com José Alencar mais uma vez na chapa, Luís Inácio Lula da Silva partiu absoluto para a reeleição, tendo como uma de suas bandeiras os programas assistenciais à população carente, dentre os quais o Bolsa Família.



GOVERNO LULA

Eleito em 2002 e reeleito em 2006, Luís Inácio Lula da Silva adotou uma política monetária conservadora e deu prosseguimento à reforma da Previdência Social, tendo altos índices de aprovação popular

Com José Alencar mais uma vez na chapa, Luís Inácio Lula da Silva partiu absoluto para a reeleição, tendo como uma de suas bandeiras os programas assistenciais à população carente, dentre os quais o Bolsa Família.

A 22 de janeiro de 2007, o presidente lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com previsão de investimentos de mais de R\$ 500 bilhões, e, logo a seguir, o Plano de Desenvolvimento da Educação, PDE, que estabeleceu o objetivo de nivelar a educação brasileira com a dos países desenvolvidos, até 2021.

Na economia, o ano de 2007 foi marcado pela retomada da atividade em vários setores, em virtude principalmente da recuperação da renda da população e pela expansão do crédito no País. O maior destaque foi a Agropecuária, cujo desempenho foi puxado pelo aumento do consumo interno de alimentos e da demanda internacional por commodities. As melhores condições de renda e crédito também incrementaram o desempenho da Indústria, com destaque para os recordes de produção do setor

Automotivo, além do setor de Construção Civil. Com a retomada, o PIB brasileiro apresentou expansão de 5,4% em 2007, a maior taxa de crescimento desde 2004, quando houve crescimento de 5,7%.

No entanto, em 2008, quando o aquecimento da demanda e da atividade econômica nacional geravam preocupações para o cumprimento das metas de inflação e obrigavam o Banco Central a apertar a política monetária por meio do aumento da taxa básica de juros, a crise financeira mundial originada nos Estados Unidos atingiu o Brasil no último trimestre, refreando a economia.

No campo das Relações Exteriores, Lula direcionou suas principais ofensivas para a Organização Mundial do Comércio, a União Europeia e os países da África e da América do Sul, com o propósito de obter melhores condições de exportação para os produtos brasileiros e diminuir a dependência comercial com os Estados Unidos. Com o mesmo intuito, aproximou-se da China. Ainda na política externa, tendo Celso Amorim como seu ministro das Relações Exteriores,

conseguiu superar as crises comerciais provocadas pela Venezuela (petróleo), Bolívia (gás) e Paraguai (Hidrelétrica Binacional de Itaipu), as quais afetariam sensivelmente o programa energético nacional.

A imagem internacional do presidente ganhava relevo, à medida que crescia a importância do Brasil no cenário da economia mundial, a ponto de Lula ser considerado pela revista norte-americana Newsweek, uma das 20 personalidades mais importantes e influentes do mundo, ocupando a liderança do ranking em toda a América Latina.

Ainda no seu segundo mandato, Lula anunciou a conquista da autonomia na produção de petróleo e a descoberta de campos promissores na camada pré-sal, iniciando o processo de negociação para a exploração dessas reservas. Ao aproximar-se o fim do seu Governo, os níveis de pobreza e desigualdade caíram consideravelmente, gerando a expectativa de que, mantido o ritmo, o País poderia vir a situar-se no grupo dos mais desenvolvidos até 2016.

Em 2009, Luís Inácio Lula da Silva foi considerado o 'homem

do ano' pelos jornais Le Monde (França) e El País (Espanha). De acordo com o jornal britânico Financial Times, foi uma das 50 pessoas que moldaram a década pelo seu 'charme e habilidade política' e também por ser 'o líder mais popular da história do Brasil'.

Empenhado na tarefa de conduzir o processo sucessório em benefício do PT – partido que ajudou a fundar em 1980 –, Lula indicou a Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, como sua candidata à Presidência da República em 2010.

*A 22 DE JANEIRO DE 2007,
LULA LANÇOU O PROGRAMA DE
ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO
(PAC), COM PREVISÃO DE
INVESTIMENTOS DE MAIS DE R\$
500 BILHÕES*



Conselheiros e diretores da Mongeral em 2006. Em pé, da esquerda para a direita, Luiz Claudio Friedheim, Andrea Levy, Sérgio Melo, Osmar Navarini, Helder Molina e José Carlos Mota. Sentados, Fernando Mota, Nilton Molina, Isauro Cardoso e Edney de Resende Moura.

Acervo Mongeral



CONFIANÇA

Ao encerrar seu último período como gestor da Mongeral, Fernando Mota passou o cargo a Helder Molina, no princípio de 2004
Acervo Mongeral

Ao encerrar seu último período como gestor da Mongeral, Fernando Mota passou o cargo a Helder Molina, no princípio de 2004, durante a cerimônia de mais um "Galo de Ouro", dessa vez realizada no Hotel Sofitel, no Rio de Janeiro. Depois de meses de intenso treinamento na sede da Life Insurance Management Research Association (Limra), nos Estados Unidos, Helder estava preparado para assumir o desafio de executar todas as políticas de uma das mais dinâmicas empresas do mercado brasileiro de seguridade, liderando a diretoria composta por José Carlos Mota (técnico e operacional), Sérgio Mello (administrativo e financeiro), Osmar Navarini (comercial) e Edney de Resende Moura (relações com o mercado), um corpo funcional próximo de 300 profissionais de todos os níveis, e um contingente de quase mil corretores.

De imediato, a cinco de abril, a empresa foi transformada em seguradora, o que amplificou sua missão e responsabilidade. A portaria que influiria diretamente no futuro da empresa está reproduzida na página ao lado em sua íntegra.

PORTARIA Nº 69, DE 05 DE ABRIL DE 2004. PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO EM 07/.04/.2004.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 74 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o art. 5º do Decreto nº 94.110, de 18 de março de 1987, e no art. 36 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e considerando o que consta do Processo SUSEP nº 15414.000037/2004-85.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a transformação da MONGERAL – PREVIDÊNCIA PRIVADA, CNPJ no 33.608.308/0001-73, com sede social na cidade do Rio de Janeiro - RJ, de sociedade civil, para sociedade anônima.

Art. 2º Aprovar as alterações introduzidas no Estatuto Social da MONGERAL – PREVIDÊNCIA PRIVADA, na reunião do Conselho Deliberativo de 19 de dezembro de 2003, rerratificou as reuniões realizadas em 29 de abril de 2003, 21 de agosto de 2003 e 18 de novembro de 2003, dentre as quais inclui-se a mudança da denominação social para MONGERAL S/A SEGUROS E PREVIDÊNCIA.

Art. 3º Conceder a MONGERAL S/A SEGUROS E PREVIDÊNCIA autorização para operar com seguros de pessoas e planos de previdência complementar aberta, em todo o território nacional.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

*Antonio Palocci Filho
Ministro de Estado da Fazenda*

UMA NOVA ERA

Considerado por Helder um período de adaptação, o ano de 2004 foi consumido no planejamento de ações estratégicas destinadas a continuar o processo de crescimento da companhia – tão ambicioso quanto consistente. O primeiro movimento nesse sentido foi dado quando todos os segmentos da Mongeral empenharam-se na elaboração de um Plano Estratégico para o período de cinco anos. O trabalho, que daria sequência ao modelo construído pela administração anterior, foi composto por dezenas de ações, contemplando a construção da marca, a revisão do portfólio de produtos, a qualificação do canal de vendas, a construção de oportunidades, a estruturação organizacional, operacional, e técnica, o redimensionamento da comunicação, atendimento, controles, recursos humanos e da tecnologia de informática. Medidas como desenvolver o marketing direto, de relacionamento e institucional; investir em pesquisas; transferir informações ao cliente; desenvolver e criar novos produtos; afinar e ampliar a comercialização dos fundos instituídos (Previdência

Associativa); identificar e qualificar lideranças comerciais; aprimorar o sistema de gestão e acompanhamento de vendas, os programas de formação e desenvolvimento de corretores, de comissionamento e premiação para corretores e funcionários; aproveitar oportunidades de negócios; gerir projetos; aumentar os índices de fidelização; agilizar o pagamento de benefícios; melhorar a gestão de custos, dentre tantas



VISÃO

Friedhein (segundo a partir da esquerda), executivo proveniente da Icatu Hartford, foi convidado a assumir a área de Marketing em 2005, unindo-se aos demais diretores, Sérgio Mello, Helder Molina, Osmar Navarini e José Carlos Mota, na foto com o conselheiro Isauro Cardoso)
Acervo Mongeral



FIDELIDADE

Funcionários da Mongeral Aegon que estão há mais de 20 anos na empresa: da esquerda para direita, Rita Luziete, Franir Correa, Maria de Fátima Melo, Maristela Ferreira, Rosana Ribeiro, Rosemary Vieira, Lucimar Costa, José Gilson Oliveira e Solange de Azevedo. Ao fundo, a partir da direita, Carlos Eduardo Baptista, Francisco Joaquim, Antônio Martorelli, José Ocelo, Aécio Nery, Victor Gialluise e Jorge Soares
Acervo Mongeral

UMA NOVA ERA

Com as técnicas de governança em constante desenvolvimento e uma equipe alinhada aos ideais de desenvolvimento da empresa, faltava apenas consolidar uma das mais arrojadas diretrizes do Plano Estratégico: a associação a uma seguradora multinacional de renome
Acervo Mongeral



UMA NOVA ERA



VIDA TODA

A partir de 2004, a nova linha de produtos foi construída com planos direcionados especificamente ao homem, à mulher, ao jovem, ao idoso e aos profissionais de segurança pública
 Acervo Mongeral



A participação em eventos, como o Congresso Nacional de Corretores de Seguros, aproximou ainda mais a Mongeral de outras entidades representantes do mercado de previdência privada (Acervo Mongeral)

outras, foram cuidadosamente pensadas por grupos de trabalho específicos e colocadas em prática ao longo do tempo. Como será visto mais adiante, desse elenco de ações, uma em especial estabeleceria um marco no processo evolutivo da companhia: a associação com uma seguradora internacional.

No ano seguinte, para comemorar os 170 anos de fundação, a diretoria realizou uma série de eventos, culminando com uma grande recepção no Palácio da Cidade do Rio de Janeiro, em Botafogo, que contou com a presença de várias autoridades, parceiros comerciais, funcionários e corretores. Na ocasião, representando o Prefeito Cesar Maia, o Embaixador Raul Fernando Ribeiro recebeu o primeiro

UMA NOVA ERA

exemplar do livro "Olhar Carioca", patrocinado pela Mongeral para homenagear a Cidade Maravilhosa, berço da empresa.

Ainda em 2005, a seguradora fechou mais um acordo com a Icatu Hartford Seguros, absorvendo sua carteira de produtos de risco individuais, e tornando-se distribuidora exclusiva de seus produtos de acumulação, dirigidos basicamente aos profissionais da iniciativa privada, através de seu canal de corretores fidelizados. A decisão de adquirir esses ativos foi um movimento estratégico de suma importância para que a companhia ganhasse espaço no mercado de seguros de pessoas, alcançando em poucos meses uma participação que, de outra maneira, levaria anos para ser conquistada. Com sua representatividade no mercado garantida, a empresa estava preparada para ganhar escala através do constante aperfeiçoamento de seus processos operacionais e da estrutura de atendimento que incorporava.

Nesse momento, a força de vendas alcançou o número recorde de 3 mil corretores, orientados por mais de 120 gerentes comerciais. Face ao crescimento vertical e às

exigências impostas pelo novo ciclo, foi criada, então, a Diretoria de Marketing, sendo convidado para desenvolver suas atividades Luiz Claudio Friedheim, executivo proveniente da Icatu Hartford. Uma de suas primeiras iniciativas foi a de buscar a identificação correta para a vocação evolucionista da companhia, com uma chancela atual, vibrante e comunicativa. Para reforçar a imagem de liderança, excelência, solidez e pioneirismo da Mongeral, a nova logomarca da empresa foi idealizada a partir



VISÃO

Friedheim (segundo a partir da esquerda), executivo proveniente da Icatu Hartford, foi convidado a assumir a área de Marketing em 2005, unindo-se aos demais diretores, Sérgio Mello, Helder Molina, Osmar Navarini e José Carlos Mota, na foto com o conselheiro Isauro Cardoso)
Acervo Mongeral

dos círculos da mandala, que formam uma estrela de oito pontas, simbolizando a capacidade que a companhia tem de se renovar, expandindo-se sem descartar o passado de realizações.

Seguindo a orientação do Plano Estratégico de 2004, o portfólio de produtos foi reformulado, com o objetivo de trazer soluções para o perfil de cada cliente. Assim, a nova Linha Vida Toda foi construída com planos direcionados especificamente ao homem, à mulher, ao jovem, ao idoso e aos profissionais de segurança pública.

No mês de agosto do mesmo ano, já com a nova estrutura de sucursais implantada, a companhia chegava a 25 unidades de atendimento, localizadas em todos os principais pontos estratégicos do país. Dois canais de relacionamento foram criados, a Central de Atendimento Exclusiva para o Corretor e, via internet, o Canal do Corretor. Juntamente com o portal da Mongeral, já em pleno funcionamento, essas ferramentas de comunicação diminuíram distâncias e otimizaram o tempo das operações. Acompanhando o processo evolutivo criteriosamente programado,



PIONEIRISMO E SOLIDEZ

A mudança da marca da empresa ao longo da história. A primeira marca reunia elementos da Maçonaria, revelando uma característica da personalidade do fundador da instituição, Aureliano Coutinho
Acervo Mongeral



GALO DE OURO

O troféu Galo de Ouro recebeu um design moderno e arrojado. Os vencedores da premiação são anunciados anualmente em um evento especial que conta com a participação de jornalistas de renome, como Chico Pinheiro

Acervo Mongeral

o troféu “Galo de Ouro” recebeu um design moderno e arrojado e, paralelamente, audaciosas campanhas de estímulo à venda e fidelização dos profissionais da área foram postas em execução.

Em 2006, a diretoria voltou sua atenção para a expansão do crédito consignado no país. Incentivado pelo Governo Lula, esse tipo de operação despertou o interesse de todas as instituições financeiras, principalmente os bancos. Pequenas, médias e grandes empresas lançaram dezenas de produtos assemelhados, quase ao mesmo tempo, no afã de conquistar seu espaço no mercado e aproveitar ao máximo a oportunidade. Para a Mongeral, seria o reencontro com uma atividade que exercera durante boa parte do século vinte.





AEGON GROUP

Com Helder Molina, Todd Michael Bergen, Mark Mullin, David Michael Towriss e Ken Kilbane
Acervo Mongeral

Com acesso direto a um dos principais mercados de consumo – os servidores alocados nos 1.300 órgãos públicos, nos quais estava credenciada para a consignação em folha de pagamento –, a companhia aproximou-se de um dos mais sólidos e tradicionais grupos financeiros do país, o Unibanco, que de pronto se mostrou interessado. A parceria foi afinada ao longo de alguns meses e um projeto experimental testado com os próprios funcionários da seguradora, resultando em sucesso absoluto. Ao cabo de mais alguns ajustes, foi lançado, em 2007, o MongeralCred. Com a expansão do segmento, dois outros parceiros associaram-se ao projeto: o Banco BGN S/A e a BV Financeira, do Grupo Votorantim.

Por essa época, o canal de Previdência Associativa também celebrava avanços e bons resultados. Com uma carteira composta por 17 instituições, dentre as quais a Quanta (Fundação da Unicred) e os primeiros Fundos de Pensão da OAB, em Santa Catarina e Minas Gerais, pioneira neste tipo de negócio, distanciava-se da concorrência, isolando-se na liderança do segmento. Em que pesassem as dificuldades impostas pela Lei

Complementar nº 109, de maio de 2001, que obrigava os Institutos Assistenciais a se transformarem em Fundos de Pensão, a receita dos convênios atingiu a marca de R\$ 17 milhões.

Mais tarde, foi celebrado um acordo com a Petros, Fundo de Pensão da Petrobras (o segundo maior do país), para o lançamento do plano CulturaPrev, plano pioneiro, destinado a todos os profissionais que atuam no movimento cultural do país. Em seguida, vieram novos negócios direcionados aos profissionais liberais da área de saúde, como médicos e dentistas, dentre outros. Hoje, o setor de Previdência Associativa (ou Fundos Instituídos) da seguradora, mantém convênios com 18 fundos de pensão, num total de 180 instituidores e 25 planos, dentre os quais, 8 são formados por 25 seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil. Mantendo-se na liderança absoluta do mercado, com mais de 55 mil participantes somente neste canal de negócios, a Mongeral tornou-se, ainda outra vez, referência nacional no segmento de previdência, inspirando suas congêneres e fazendo jus ao seu passado de realizações pioneiras.





PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVA

Nos anos 2000, o setor de Fundos Instituídos da seguradora fechou convênios com 18 fundos de pensão
Acervo Mongeral

Em 2008, outros fatos relevantes tiveram lugar. Dentre eles, a eleição de Helder Molina para a Diretoria da Limra International, instituição com 90 anos de atividade, considerada a maior fonte mundial de pesquisa e informação sobre o mercado segurador, com serviços prestados a mais de 850 companhias de vários países; e a inauguração da TV Corporativa Mongeral em 11 de novembro. Com a transmissão simultânea para todas as sucursais de um programa apresentado pela diretoria, ganhava vida uma ferramenta de comunicação preciosa para a empresa, capaz de imprimir velocidade e materialidade à informação. Nesse mesmo período, o investimento em parcerias estratégicas apresentava resultados expressivos, ratificando mais um acerto entre tantos gerados pelo planejamento de 2004, e o E-SIM, novo sistema de integração de dados projetado pela área de tecnologia da informação, começava a entrar em produção para substituir o Sysprev.

Com todas as técnicas de governança em constante desenvolvimento, dando respaldo a uma força de vendas poderosa, bem preparada e sintonizada com os ideais de crescimento da empresa, a Mongeral preparava-se para mais um passo crucial na sua escalada. Faltava consolidar uma das mais arrojadas diretrizes do Plano Estratégico, ou seja, a associação a uma seguradora multinacional de peso e renome. Com esse propósito, as ações que desencadearam mais um episódio notável da história da companhia permearam seu passado recente, tendo início em 2006, com a aproximação da Transamerica Reinsurance, braço norte-americano do AEGON Group, um dos dez mais fortes e importantes conglomerados financeiros do mundo.

O negócio pactuado entre as empresas visava às operações de resseguro da carteira de risco da Mongeral e, uma vez posto em prática, aumentaria muito suas



MONGERAL AEGON

A associação com a Aegon foi celebrada na sede do Governo do Rio de Janeiro com a presença do governador Sérgio Cabral Filho e do Superintendente da Susep, Armando Vergílio dos Santos Junior
Acervo Mongeral

**PORTARIA SUSEP/DECON Nº 1.046,
DE 6 DE OUTUBRO DE 2009.**

O Chefe do Departamento de Controle Econômico – DECON, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, por meio da Portaria SUSEP nº 2.875, de 18 de março de 2008, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta dos Processos SUSEP nº 15414.002421/2009-27 e 15414.002422/2009-71, resolve:

Art. 1º. Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelos acionistas e conselheiros de MONGERAL S.A. SEGUROS E PREVIDÊNCIA, CNPJ nº 33.608.308/0001-73, com sede social na cidade do Rio de Janeiro – RJ, que, na Assembleia Geral Extraordinária e na Reunião do Conselho de Administração realizados em 28 de maio de 2009, aprovaram, em especial, o seguinte:
I- O aumento do capital social em R\$ 29.995.600,00, elevando-se de R\$ 20.200.000,00 para R\$ 50.195.600,00, dividido em 13.640.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal;
II- A alteração da denominação social para Mongeral Aegon SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.; e
III- A reforma e a consolidação do Estatuto Social.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Manoel José da Silva Neto

Departamento de Controle Econômico – DECON
Chefe

garantias, ensejando considerável expansão das vendas e o conseqüente aumento de sua participação no mercado. Oportuno para a Mongeral, empenhada em um projeto de crescimento ambicioso, mas sedimentado, também era bem-vindo para a Transamerica, que almejava firmar-se no promissor mercado brasileiro.

De operação em operação, todas muito bem sucedidas, os vínculos entre as duas empresas foram se estreitando, até que, no início de 2007, a ideia de uma joint-venture começou a tomar forma. A lucratividade garantida pela Mongeral, a seriedade e a eficiência com que seus funcionários conduziam as operações de distribuição dos produtos envolvidos na parceria contaram favoravelmente na decisão de partir para a aliança definitiva.

No entanto, a associação não se materializou da noite para o dia. Após o período inicial de análise, o AEGON Group realizou uma auditoria completa na Mongeral, através de três empresas especializadas: a Milliman do Brasil



verificou as condições técnicas, negociais e empresariais da seguradora brasileira; a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes checkou a parte contábil; e a Trench Rossi & Watanabe Advogados (empresa associada à Baker McKenzie International) concluiu sobre os aspectos legais. Ao fim do delicado processo, vencidas todas as diferenças culturais entre a Mongeral – uma companhia

CULTURAPREV

Um futuro mais tranquilo
para os artistas brasileiros
Acervo Mongeral

genuinamente brasileira – e o AEGON Group – organização multinacional –, o contrato de associação foi assinado e encaminhado à Superintendência de Seguros Privados, Susep, onde foi homologado a seis de outubro de 2009 pela Portaria Susep/Decon nº. 1.046, publicada no Diário Oficial da União dois dias depois. A empresa pioneira da previdência no Brasil renasceu, mais uma vez, agora como Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.

É importante ressaltar que a associação com o AEGON Group se deu no auge da crise financeira mundial, que debilitou a economia de todos os países mais desenvolvidos, arrastando, por consequência, os demais. No entanto, as fundações da Mongeral – revitalizadas por Fernando Mota desde 1994 e robustecidas por Helder Molina a partir de 2004 –, estavam firmemente construídas em terreno sólido: o Brasil encontrava-se preparado para enfrentar a crise mundial sem grandes sustos.

Em seu segundo mandato como Presidente da República,

Luís Inácio Lula da Silva viu-se forçado a enfrentar uma crise econômica mundial de grandes proporções, originada no sistema de crédito imobiliário dos Estados Unidos. Para o Brasil em franco desenvolvimento, a tsunami que se precipitava sobre a economia global representava um sério risco de retrocesso, e os setores produtivos alardearam a catástrofe iminente. Nesse momento crucial, Lula assumiu uma posição de tranquilidade, confiança e otimismo, chegando a dizer que ‘a tsunami chegaria ao País como uma marolinha’.

Por força dessa declaração, foi ridicularizado pela imprensa e pelos economistas de plantão. Porém, com medidas tão simples quanto efetivas, provou que não estava longe de ter razão.

Para enfrentar a crise, o Governo Lula reduziu alíquotas de impostos, aumentou o gasto público, baixou os juros e ampliou o crédito público, implantando uma política tributária, fiscal, monetária e de crédito antirrecessiva, promovendo diretamente e financiando a produção e o consumo. Também manteve e aprofundou as políticas

sociais de transferência de renda. Compensou os municípios pela queda na arrecadação e nas transferências do Fundo de Participação dos Municípios/FPM. A compensação foi de R\$ 1 bilhão, assegurando-se o repasse dos mesmos valores de 2008, recorde histórico do FPM. Também ampliou a oferta de crédito para a produção e o consumo através dos bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES), compensando a redução da oferta de crédito dos bancos privados no auge da crise. Por fim, garantiu o aumento real do salário mínimo e do Programa Bolsa Família em 2009, além de seguir corrigindo o salário do servidor público federal. Esta agenda, conduzida pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, tirou o país da crise rapidamente. Ao final de 2009, a Bolsa de Valores de São Paulo apresentava o maior índice de crescimento entre as suas congêneres de todo o mundo e o PIB brasileiro apresentou-se como um dos menos atingidos pela recessão.



MONGERAL AEGON

A associação com a Aegon foi anunciada pela diretoria nas diversas sucursais da empresa

Acervo Mongeral



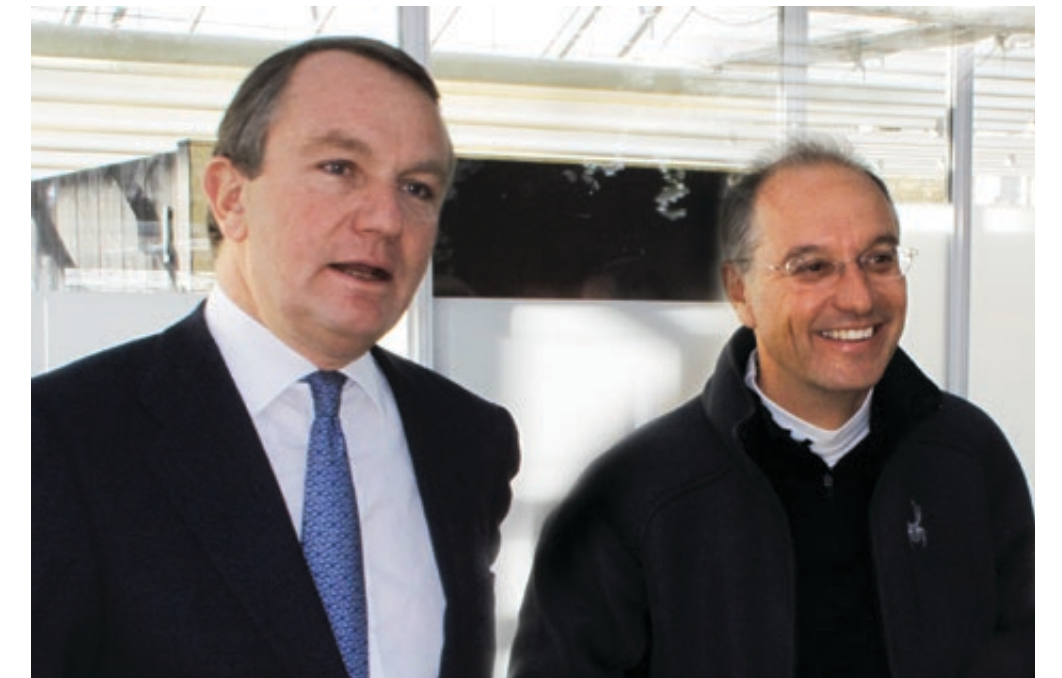
CELEBRAÇÃO

A diretoria da empresa celebra a parceria com os representantes do AEGON Group, que está entre as dez maiores organizações de seguros e previdência do mundo

S.a, 1915. Acervo AGCRI

Para a Mongeral, a associação com o AEGON Group pode ser considerada um dos principais marcos em seus 175 anos de história. Para o mercado brasileiro de seguros e previdência, um dos eventos de maior importância nos últimos tempos, sendo, por isso, celebrada na sede do Governo do estado do Rio de Janeiro, com a presença do governador Sérgio Cabral Filho, seu Secretariado, do Superintendente da Susep, Armando Vergílio dos Santos Júnior e do presidente da Federação Nacional de Seguros, Fenaseg, João Elísio Ferraz de Campos.

No mesmo dia em que a associação foi homologada pela Susep, a sede da, então, Mongeral Aegon, no histórico edifício da Travessa Belas Artes, 15, acolheu o novo Conselho de Administração, que passou a ser composto por Nilton Molina (presidente), Todd Michael Bergen (vice-presidente), Fernando Rodrigues Mota, Helder Molina, Kenneth Patrick Kilbane e David Michael Towriss. No mês seguinte, foi eleita a Diretoria Executiva, formada por Helder Molina (presidente), José Carlos



GRIFE ESPANHOLA

A doença dizimou cerca de 300 mil vidas no Brasil. Na foto, se vê o salão de festas do Paulistano, clube tradicional em São Paulo, que virou enfermaria na época
Acervo Unicamp/SP

Gomes Mota (diretor de operações), Osmar Navarini (diretor comercial), Luiz Claudio do Amaral Friedheim (diretor de marketing) e Sergio Luiz Fernandes de Mello Junior (diretor financeiro).

Com a missão de “garantir um futuro seguro e tranquilo para seus clientes, por intermédio de seguros de vida e planos de



PRIMEIRO SIMPÓSIO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Galistas 2009 visitam a sede da AEGON, na Holanda. Em 2010, a empresa chega aos 175 anos mais fortalecida do que nunca: são 600 funcionários e 3.500 corretores que cuidam de mais de 500 mil clientes e cerca de 1.400 órgãos públicos

Acervo Mongeral

previdência flexíveis e inovadores”, em 2010 a Mongeral Aegon chegou aos 175 anos mais fortalecida do que nunca.

Em sua face nacional, apresentava-se como a quarta empresa mais antiga do Brasil em atividade constante, a primeira no mercado de planos de Fundo de Pensão instituídos e uma das mais importantes companhias independentes de seguros de vida e previdência, com uma sólida rede de distribuição de 55 unidades. Seus 600 funcionários e 3.500 corretores cuidavam de mais de 500 mil clientes e cerca de 1.400 órgãos públicos, que acreditavam como parceira no sistema de consignação em folha de pagamento dos servidores civis e militares de todo o país.

Sua face internacional, representada pelo AEGON Group, está entre as dez maiores organizações de seguros e previdência do mundo, com mais de 40 milhões de clientes, 31 mil funcionários e atuação em mais de 20 países, com ativos superiores a US\$ 500 bilhões.

Em que pesem esses números

formidáveis, a história da Mongeral Aegon foi escrita com as ideias, os ideais, a dedicação, o despreendimento, a audácia e a sabedoria de pessoas tão simples quanto estas palavras, mas que acreditaram e acreditam, acima de tudo, na capacidade inesgotável de reinventar-se a cada momento, como seu fundador, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, que resolveu criar o futuro no princípio do século 19.

De João Carneiro de Campos, primeiro presidente, a Helder Molina, o atual, a paixão pela obra e o desvelo por sua sobrevivência se repetem em moto contínuo, ensejando a cada ciclo uma lição sobre o significado do verbo empreender.

A Mongeral Aegon é o fruto de uma semente plantada em época remota que germinou, produziu raízes firmes e vigorosas e deu perenidade à árvore que sustenta a previdência no Brasil. Tal como a história contada, este livro não tem ponto final...

LINHA DO TEMPO

CRONOLOGIA DA PREVIDÊNCIA BRASILEIRA

A PREVIDÊNCIA BRASILEIRA JÁ PASSOU POR VÁRIAS MUDANÇAS CONCEITUAIS E ESTRUTURAIS, ENVOLVENDO O GRAU DE COBERTURA, O ELENCO DE BENEFÍCIOS OFERECIDOS E A FORMA DE FINANCIAMENTO DOS SISTEMAS. UM DEMONSTRATIVO DA LEGISLAÇÃO DE CADA FASE HISTÓRICA PERMITE VERIFICAR OS PROGRESSOS ALCANÇADOS AO LONGO DE SUA EXISTÊNCIA. NO CASO DA PREVIDÊNCIA PRIVADA, AS LEIS REGULAMENTARAM AS ATIVIDADES E DERAM LEGITIMIDADE ÀS ENTIDADES.

LINHA DO TEMPO

CRONOLOGIA DA PREVIDÊNCIA BRASILEIRA

1835

O Decreto do Governo, de 10 de janeiro de 1835 determinou a fundação do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, primeira manifestação organizada e de cunho praticamente oficial da previdência no Brasil.

1888

O Decreto nº 9.912-A, de 26/03, regulou o direito à aposentadoria dos empregados dos Correios. Fixava em 30 anos de efetivo serviço e idade mínima de 60 anos os requisitos para a aposentadoria. A Lei nº 3.397, de 24/11, criou uma Caixa de Socorros em cada uma das Estradas de Ferro do Império.

1889

O Decreto nº 10.269, de 20/07, criou o Fundo de Pensões do Pessoal das Oficinas de Imprensa Nacional.

1890

O Decreto nº 221, de 26/02, instituiu a aposentadoria para os empregados da Estrada de Ferro Central do Brasil, benefício depois ampliado a todos os ferroviários do Estado (Decreto nº 565, de 12/07). É criado o Montepio Obrigatório dos Empregados do Ministério da Fazenda, pelo Decreto nº 942-A, de 31/10.

1892

A Lei nº 217, de 29/11, instituiu a aposentadoria por invalidez e a pensão por morte para os operários do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro.

LINHA DO TEMPO

CRONOLOGIA DA PREVIDÊNCIA BRASILEIRA

1894

Projeto de lei do Deputado Medeiros e Albuquerque visava instituir um seguro de acidente do trabalho. No mesmo sentido foram os projetos dos Deputados Gracho Cardoso e Latino Arantes (1908), Adolfo Gordo (1915) e Prudente de Moraes Filho.

1911

O Decreto nº 9.284, de 30/12, criou a Caixa de Pensões dos Operários da Casa da Moeda.

1912

O Decreto nº 9.517, de 17/04, criou uma Caixa de Pensões e Empréstimos para o pessoal das Capatazias da Alfândega do Rio de Janeiro.

1919

A Lei nº 3.724, de 15/01, tornou compulsório o seguro contra acidentes do trabalho em certas atividades.

1923

O Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923, conhecido como Lei Eloy Chaves, autor do projeto, determinou a criação de uma Caixa de Aposentadoria e Pensões para os empregados de cada empresa ferroviária. É considerado o ponto de partida da previdência social brasileira, mas apenas inaugurou o período de franca evolução do setor no país. O Decreto nº 16.037, de 30/04, criou o Conselho Nacional do Trabalho, com atribuições, inclusive, de decidir sobre questões relativas à Previdência Social.

LINHA DO TEMPO

CRONOLOGIA DA PREVIDÊNCIA BRASILEIRA

1926

A Lei nº 5.109, de 20/12, estendeu o regime da Lei Eloy Chaves aos portuários e marítimos.

1928

A Lei nº 5.485, de 30/06, estendeu o regime da Lei Eloy Chaves aos trabalhadores dos serviços telegráficos e radiotelegráficos.

1930

O Decreto nº 19.433, de 26/11, criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, tendo como uma de suas atribuições orientar e supervisionar a previdência social, inclusive como órgão de recursos das decisões das caixas de aposentadorias e pensões. O Decreto nº 19.497, de 17/12, determinou a criação de caixas de aposentadorias e pensões para os empregados nos serviços de força, luz e bondes.

1931

O Decreto nº 20.465, de 01/10, estendeu o regime da Lei Elói Chaves aos empregados dos demais serviços públicos concedidos ou explorados pelo Poder Público, além de consolidar a legislação referente às Caixas de Aposentadorias e Pensões.

1932

Os trabalhadores nas empresas de mineração foram incluídos no regime da Lei Elói Chaves.

LINHA DO TEMPO

CRONOLOGIA DA PREVIDÊNCIA BRASILEIRA

1933

O Decreto nº 22.872, de 29/06, criou o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, considerado “a primeira instituição brasileira de previdência social de âmbito nacional, com base na atividade genérica da empresa”.

1934

Várias caixas e institutos foram criados: Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Aeroviários (Portaria nº 32, de 19/05, do Conselho Nacional do Trabalho); Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (Decreto nº 24.272, de 21/05); Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Trapiches e Armazéns (Decreto nº 24.274, de 21/05); Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Operários Estivadores (Decreto nº 24.275, de 21/05); e Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (Decreto nº 24.615, de 09/07). Os trabalhadores nas empresas de transportes aéreos foram incluídos no regime da Lei Eloy Chaves e o Decreto nº 24.637, de 10/07, modificou a legislação de acidentes do trabalho.

1936

A Lei nº 367, de 31/12, criou o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

1938

O Decreto-Lei nº 288, de 23/02, criou o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado. O Decreto-Lei nº 651, de 26/08, criou o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, mediante a transformação da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Trapiches e Armazéns.

LINHA DO TEMPO

CRONOLOGIA DA PREVIDÊNCIA BRASILEIRA

1939

O Decreto-Lei nº 1.142, de 09/03, estabeleceu exceção ao princípio da vinculação pela categoria profissional, com base na atividade genérica da empresa, e filiou os condutores de veículos ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas. O Decreto-Lei nº 1.355, de 19/06, criou o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Operários Estivadores e o Decreto-Lei nº 1.469, de 01/08, criou o Serviço Central de Alimentação, do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. Reorganizado o Conselho Nacional do Trabalho, criando-se a Câmara e o Departamento de Previdência Social.

1940

O Decreto-Lei nº 2.122, de 09/04, estabeleceu para os comerciantes regime misto de filiação ao sistema previdenciário. Até 30 contos de réis de capital o titular de firma individual, o interessado e o sócio-quotista eram segurados obrigatórios; acima desse limite a filiação era facultativa. O Decreto-Lei nº 2.478, de 05/08, criou o Serviço de Alimentação da Previdência Social, que absorveu o Serviço Central de Alimentação do IAPI.

1943

O Decreto-Lei nº 5.452, de 01/04, aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho, elaborada pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que elaborou também o primeiro projeto de Consolidação das Leis de Previdência Social.

1944

A Portaria nº 58, de 22/09, criou o Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência, como comunidade de serviços da Previdência Social. O Decreto-Lei nº 7.036, de 10/11, reformou a legislação sobre o seguro de acidentes do trabalho.

LINHA DO TEMPO

CRONOLOGIA DA PREVIDÊNCIA BRASILEIRA

1945

O Decreto nº 7.526, de 07/05, dispôs sobre a criação do Instituto de Serviços Sociais do Brasil. O Decreto-Lei nº 7.720, de 09/07, incorporou ao Instituto dos Empregados em Transportes e Cargas o da Estiva. O Decreto-Lei nº 7.835, de 06/08, estabeleceu que as aposentadorias e pensões não poderiam ser inferiores a 70% e 35% do salário-mínimo.

1946

O Decreto-Lei nº 8.738, de 19/01, criou o Conselho Superior da Previdência Social. O Decreto-Lei nº 8.742, de 19/01, criou o Departamento Nacional de Previdência Social. O Decreto-Lei nº 8.769, de 21/01, expediu normas destinadas a facilitar ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários melhor consecução de seus fins.

1949

O Decreto nº 26.778, de 14/06, regulamentou a Lei nº 593, de 24/12, referente à aposentadoria ordinária (por tempo de serviço) e disciplinou a aplicação da legislação em vigor sobre Caixas de Aposentadorias e Pensões.

1950

O Decreto nº 35.448, de 01/05, expediu o Regulamento Geral dos Institutos de Aposentadoria e Pensões.

1953

O Decreto nº 32.667, de 01/05, aprovou o novo Regulamento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes e facultou a filiação dos profissionais liberais

LINHA DO TEMPO

CRONOLOGIA DA PREVIDÊNCIA BRASILEIRA

como segurados autônomos. O Decreto nº 34.586, de 12/11, criou a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos, que ficou sendo a Caixa Única.

1960

A Lei nº 3.807, de 26/08, criou a Lei Orgânica de Previdência Social (Lops), que unificou a legislação referente aos Institutos de Aposentadorias e Pensões. O Decreto nº 48.959-A, de 10/09, aprovou o Regulamento Geral da Previdência Social. A Lei nº 3.841, de 15/12, dispôs sobre a contagem recíproca, para efeito de aposentadoria, do tempo de serviço prestado à União, autarquias e sociedades de economia mista.

1963

A Lei nº 4.214, de 02/03, criou o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural). A Resolução nº 1.500, de 27/12, do Departamento Nacional de Previdência Social, aprovou o Regimento Único dos Institutos de Aposentadoria e Pensões.

1966

O Decreto-Lei nº 66, de 21/11, modificou dispositivos da Lei Orgânica da Previdência Social relativos às prestações e ao custeio. Decreto-Lei nº 72, de 21/11, reuniu os seis Institutos de Aposentadorias e Pensões no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

1967

A Lei nº 5.316, de 14/09, integrou o seguro de acidentes do trabalho na Previdência Social. O Decreto nº 61.784, de 28/11, aprovou o novo Regulamento do Seguro de Acidentes do Trabalho.

LINHA DO TEMPO

CRONOLOGIA DA PREVIDÊNCIA BRASILEIRA

1968

O Decreto-Lei nº 367, de 19/12, dispôs sobre a contagem de tempo de serviço dos funcionários públicos civis da União e das autarquias.

1969

O Decreto-Lei nº 564, de 01/05, estendeu a Previdência Social ao trabalhador rural, especialmente aos empregados do setor agrário da agroindústria canavieira, mediante um plano básico. O Decreto-Lei nº 704, de 24/07, ampliou o plano básico de Previdência Social Rural. O Decreto-Lei nº 710, de 28/07, e o Decreto-Lei nº 795, de 27/08, alteraram a Lei Orgânica da Previdência Social. O Decreto nº 65.106, de 06/09, aprovou o Regulamento da Previdência Social Rural.

1971

A Lei Complementar nº 11, de 25/05, instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Pró-Rural), em substituição ao plano básico de Previdência Social rural.

1972

O Decreto nº 69.919, de 11/01, regulamentou o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Pró-Rural). A Lei nº 5.859, de 11/12, incluiu os empregados domésticos na Previdência Social.

1973

A Lei nº 5.890, de 08/06, alterou a Lei Orgânica da Previdência Social. O Decreto nº 72.771, de 06/09, aprovou o Regulamento do Regime de Previdência Social, em substituição ao Regulamento Geral da Previdência Social. A Lei nº 5.939, de 19/11, instituiu o salário-de-benefício do jogador de futebol profissional.

LINHA DO TEMPO

CRONOLOGIA DA PREVIDÊNCIA BRASILEIRA

1974

A Lei nº 6.036, de 01/05, criou o Ministério da Previdência e Assistência Social, desmembrado do Ministério do Trabalho e Previdência Social. A Lei nº 6.125, de 04/11, autorizou o Poder Executivo a constituir a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (Dataprev). A Lei nº 6.179, de 11/12, instituiu o amparo previdenciário para os maiores de 70 anos ou inválidos, também conhecido como renda mensal vitalícia. A Lei nº 6.195, de 19/12, estendeu a cobertura especial dos acidentes do trabalho ao trabalhador rural.

1975

O Decreto nº 75.208, de 10/01, estendeu os benefícios do Pró-Rural aos garimpeiros. A Lei nº 6.226, de 14/07, dispôs sobre a contagem recíproca, para efeito de aposentadoria, do tempo de serviço público federal e de atividade privada. A Lei nº 6.243, de 24/09, determinou, entre outros pontos, a elaboração da Consolidação das Leis da Previdência Social. A Lei nº 6.260, de 06/11, instituiu para os empregadores rurais e seus dependentes benefícios e serviços previdenciários.

1976

O Decreto nº 77.077, de 24/01, expediu a Consolidação das Leis da Previdência Social. O Decreto nº 77.514, de 29/04, regulamentou a lei que instituiu benefícios e serviços previdenciários para os empregadores rurais e seus dependentes. A Lei nº 6.367, de 19/10, ampliou a cobertura previdenciária de acidente do trabalho. O Decreto nº 79.037, de 24/12, aprovou o novo Regulamento do Seguro de Acidentes do Trabalho.

1977

A Lei nº 6.430, de 07/07, extinguiu o Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economiários. A Lei nº 6.435, de 15/07, dispôs sobre previdência privada aberta e fechada (complementar). A Lei nº 6.439, de 01/09, instituiu o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas), orientado, coordenado e controlado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social.

LINHA DO TEMPO

CRONOLOGIA DA PREVIDÊNCIA BRASILEIRA

1978

O Decreto nº 81.240, de 15/01, regulamentou a Lei nº 6.435/77, na parte referente à previdência complementar.

1979

O Decreto nº 83.080, de 24/01, aprovou o Regulamento de Benefícios da Previdência Social. O Decreto nº 83.081, de 24/01, aprovou o Regulamento de Custeio da Previdência Social. O Decreto nº 83.266, de 12/03, aprovou o Regulamento da Gestão Administrativa, Financeira e Patrimonial da Previdência Social.

1980

A Lei nº 6.887, de 10/12, alterou a legislação de Previdência Social.

1981

O Decreto-Lei nº 1.910, de 29/12, dispôs sobre contribuições para o custeio da Previdência Social.

1982

O Decreto nº 87.374, de 08/07, alterou o Regulamento de Benefícios da Previdência Social.

LINHA DO TEMPO

CRONOLOGIA DA PREVIDÊNCIA BRASILEIRA

1984

O Decreto nº 89.312, de 23/01, aprovou nova Consolidação das Leis da Previdência Social.

1985

O Decreto nº 90.817, de 17/01, alterou o Regulamento de Custeio da Previdência Social. 1986 O Decreto-Lei nº 2.283, de 27/02, instituiu o seguro-desemprego e o Decreto-Lei nº 2.284, de 10/03, manteve-o. O Decreto nº 92.700, de 21/05, instituiu a função de Ouvidor na Previdência Social.

1988

A Nova Constituição Federal determinou algumas alterações no Plano de Benefícios e Custeio da Previdência Social, as quais só foram regulamentadas em 1991.

1990

A Lei nº 8.029, de 12/04, extinguiu o Ministério da Previdência e Assistência Social e restabeleceu o Ministério do Trabalho e da Previdência Social. O Decreto nº 99.350, de 27/06, criou o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mediante a fusão do IAPAS com o INPS.

1991

A Lei nº 8.212, de 24/07, dispôs sobre a organização da Seguridade Social e instituiu seu Plano de Custeio. A Lei nº 8.213, de 24/07, instituiu o Plano de Benefícios da Previdência Social. O Decreto nº 357, de 07/12, aprovou o Regulamento dos Benefícios da Previdência Social.

LINHA DO TEMPO

CRONOLOGIA DA PREVIDÊNCIA BRASILEIRA

1992

O Decreto nº 611, de 21/07, deu nova redação ao Regulamento dos Benefícios da Previdência Social. O Decreto nº 612, de 21/07, deu nova redação ao Regulamento da Organização e do Custeio da Seguridade Social. A Lei nº 8.540, de 22/12, dispôs sobre a contribuição do empregador rural para a Seguridade Social.

1993

A Lei nº 8.619, de 05/01, alterou dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213/91, sobre a composição do Conselho Nacional da Seguridade Social. A Lei nº 8.620, de 05/01, alterou as Leis nº 8.212 e 8.213/91 e deu outras providências. A Lei nº 8.629, de 05/01, alterou dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213/91 referentes especialmente a contribuições para a Seguridade Social. O Decreto nº 738, de 28/01, alterou o Regulamento da Organização e do Custeio da Seguridade Social e regulamentou a Lei nº 8.620/93. O Decreto nº 752, de 16/02, dispôs sobre a concessão do Certificado de Entidade Filantrópica. O Decreto nº 789, de 31/03, alterou o Regulamento da Organização e do Custeio da Seguridade Social e regulamentou a Lei nº 8.540/92. A Lei nº 8.641, de 31/03, estabeleceu normas sobre a contribuição dos clubes de futebol e o parcelamento de débitos. A Lei nº 8.647, de 13/04, dispôs sobre a vinculação do servidor público civil ocupante de cargo em comissão ao Regime Geral de Previdência Social. O Decreto nº 854, de 02/07, alterou o artigo 130 do Regulamento dos Benefícios da Previdência Social. O Decreto nº 894, de 16/08, dispôs sobre a dedução de recursos do Fundo de Participação dos Municípios para amortização das dívidas para com a Seguridade Social e o FGTS. A Lei nº 8.742, de 07/09, dispôs sobre a organização da Assistência Social e deu outras providências. O Decreto nº 935, de 22/09, alterou dispositivos do Regulamento dos Benefícios da Previdência Social e do Regulamento da Organização e do Custeio da Seguridade Social. O Decreto nº 944, de 30/09, alterou dispositivos do Regulamento da Organização e do Custeio da Seguridade Social. O Decreto nº 982, de 12/11, dispôs sobre a comunicação, ao Ministério Público Federal, de crimes de natureza tributária e conexos, relacionados com as atividades de fiscalização e lançamento de tributos e contribuições. O Decreto nº 984, de 12/11, suspendeu o pagamento de subvenções sociais e determinou o recadastramento no CNSS de entidades de fins filantrópicos. O Decreto nº 994, de 25/11, dispôs sobre a arrecadação e distribuição do salário-educação.

LINHA DO TEMPO

CRONOLOGIA DA PREVIDÊNCIA BRASILEIRA

1994

O Decreto nº 1.038, de 07/01, deu nova redação ao Decreto nº 752/93, que dispôs sobre a concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos. O Decreto nº 1.097, de 23/03, determinou providências relativas às entidades de fins filantrópicos. A Lei nº 8.861, de 25/03, dispôs sobre a licença por maternidade. A Lei nº 8.864, de 28/03, estabeleceu tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte. A Lei nº 8.870, de 15/04, alterou dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213/91. A Lei nº 8.900, de 30/06, dispôs sobre o seguro-desemprego. A Lei nº 8.902, de 30/06, prorrogou os prazos previstos no artigo 17 da Lei nº 8.620/93 e no artigo 69 da Lei nº 8.212/91. O Decreto nº 1.197, de 14/07, regulamentou dispositivos das Leis nº 8.861, de 25/03, e 8.870, de 15/04, que alteraram dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213/91. A Lei nº 8.935, de 18/11, vinculou os notários, oficiais de registro, escreventes e auxiliares à previdência social, de âmbito federal, assegurando a contagem recíproca de tempo de serviço e sistemas diversos. O Decreto nº 1.317, de 29/11, estabeleceu que a fiscalização das entidades fechadas de previdência privada seja exercida pelos Fiscais de Contribuições Previdenciárias do INSS. O Decreto nº 1.330, de 08/12, regulamentou a concessão do benefício de prestação continuada, previsto no artigo 20 da Lei nº 8.742/93.

1995

A Lei nº 8.981, de 20/01, instituiu o Real. O Decreto nº 1.457, de 17/04, promulgou o Acordo de Seguridade Social entre Brasil e Portugal. A Lei nº 9.032, de 28/04, dispôs sobre o valor do salário-mínimo e alterou dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213/91, principalmente no tocante a acidentes do trabalho e aposentadoria especial. O Decreto nº 1.514, de 05/06, alterou o Regulamento da Organização e do Custeio da Seguridade Social. A Lei nº 9.063, de 20/06, alterou as Leis nº 8.212/91 e 8.861/94, no tocante a contribuições rurais. O Decreto nº 1.689, de 07/11, promulgou o Convênio de Seguridade Social entre o Brasil e a Espanha. A Lei nº 9.129, de 20/11, modificou normas relativas ao custeio e aos benefícios da Previdência Social, autorizando o parcelamento das contribuições previdenciárias dos empregados em geral. O Decreto nº 1.744, de 18/12, regulamentou a concessão do benefício de prestação continuada à pessoa portadora de deficiência ou idosa e extinguiu o auxílio-natalidade, o auxílio-funeral e a renda mensal vitalícia.

LINHA DO TEMPO

CRONOLOGIA DA PREVIDÊNCIA BRASILEIRA

1996

A Lei Complementar nº 84, de 18/01, instituiu outras fontes de custeio para manutenção da Seguridade Social. A Medida Provisória nº 1.523-2, de 12/12, alterou dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213/91. A Medida Provisória nº 1.463-8, de 19/12, alterou para 20% a contribuição dos segurados empresários, facultativos, autônomos ou a eles equiparados, que se encontrem contribuindo nas três primeiras classes. A Lei nº 9.422, de 24/12, dispôs sobre a concessão de pensão especial aos dependentes das vítimas fatais de hepatite tóxica, por contaminação em processo de hemodiálise no Instituto de Doenças Renais, com sede na cidade de Caruaru/PE. A Lei nº 9.425, de 24/12, dispôs sobre a concessão de pensão especial às vítimas do acidente nuclear ocorrido em Goiânia/GO.

1997

O Decreto nº 2.172/97 aprovou o novo Regulamento dos Benefícios da Previdência Social (5 de março de 1997). O Decreto nº 2.173/97 aprovou o novo Regulamento da Organização e do Custeio da Seguridade Social (5 de março de 1997).

1998

O Decreto nº 9.732/98 alterou dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24/07/91 e da Lei nº 9.317, de 05/12/96. A Emenda Constitucional nº 20 de 15/12/98 modificou o sistema de previdência social e estabeleceu normas de transição.

LINHA DO TEMPO

CRONOLOGIA DA PREVIDÊNCIA BRASILEIRA

1999

A Lei nº 9.783/99 dispôs sobre a contribuição para o custeio da Previdência Social dos servidores públicos, ativos e inativos e dos pensionistas dos três Poderes da União. A Emenda Constitucional nº 21/99 prorrogou, alterando a alíquota, a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF). O Decreto nº 3.039/99 alterou os artigos 30 a 33 do Regulamento da Organização e do Custeio da Seguridade Social, aprovado pelo Decreto nº 2.173, de 05/03/97. O Decreto nº 3.048/99 aprovou o Regulamento da Previdência Social. O Decreto nº 3.142/99 regulamentou a contribuição social do salário-educação, prevista no art. 212, § 5º, da Constituição, no art. 15 da Lei nº 9.424, de 24/12/96 e na Lei nº 9.766, de 18/12/98. A Lei nº 9.876/99 dispôs sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual o cálculo do benefício e alterou dispositivos das Leis números 8.212 e 8.213, ambas de 24/07/91. O Decreto nº 3.265/99 alterou o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06/05/99.

2000

O Decreto nº 3.431, de 24/04, regulamentou a execução do Programa de Recuperação Fiscal (Refis). O Decreto nº 3.469, de 18/05, dispôs sobre a contratação de operações de crédito ao amparo do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop), de que tratam os Decretos nº 2.936 de 11/01/99; nº 3.263, de 25/11/99; e, nº 3.399, de 31/03/2000. A Lei nº 9.983, de 15/07, alterou o Decreto-Lei nº 2.848, de 7/12/40 – Código Penal (apropriação indébita previdenciária e sonegação de contribuição previdenciária). O Decreto nº 3.641, de 25/10, dispôs sobre a contratação de operações de crédito ao amparo do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop), de que tratam os Decretos números 2.936, de 11/01/99; 3.263, de 25/11/99 e 3.469, de 18/05/2000. O Decreto nº 3.668, de 22/11, alterou o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06/05/99. A Lei nº 10.147, de 21/12, dispôs sobre a incidência da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), nas operações de venda dos produtos que especifica. A Lei nº 10.170, de 29/12, acrescentou parágrafos ao art. 22 da Lei nº

LINHA DO TEMPO

CRONOLOGIA DA PREVIDÊNCIA BRASILEIRA

8.212, de 24/07/91, dispensando as instituições religiosas do recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre o valor pago aos ministros de confissão religiosa, membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.

2001

O Decreto nº 3.721, de 08/01, alterou o Decreto nº 81.240, de 20/01/78. A Lei nº 10.189, de 14/02, dispôs sobre o Programa de Recuperação Fiscal (Refis). A Lei nº 10.192, de 14/02, dispôs sobre medidas complementares ao Plano Real e deu outras providências. A Lei nº 10.199, de 14/02, deu nova redação aos artigos 6º e 9º da Lei nº 8.019, de 11/04/90, e acrescentou dispositivo à Lei nº 9.365, de 16/12/96. O Decreto nº 3.788, de 11/04, instituiu, no âmbito da Administração Pública Federal, o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP). A Lei Complementar nº 108, de 29/05, dispôs sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, e deu outras providências. A Lei Complementar nº 109, de 29/05, dispôs sobre o Regime de Previdência Complementar e deu outras providências. A Lei nº 10.256, de 09/07, alterou a Lei nº 8.212, de 24/07/91, a Lei nº 8.870, de 15/04/94, a Lei nº 9.317, de 05/12/96, e a Lei nº 9.528, de 10/12/97. A Lei nº 10.266, de 24/07, dispôs sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2002. O Decreto nº 3.969, de 15/10, estabeleceu normas gerais sobre o planejamento das atividades da administração previdenciária em matéria fiscal e para a execução de procedimentos fiscais com vistas à apuração e cobrança de créditos previdenciários.

O Decreto nº 4.032, de 26/11, alterou dispositivos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06/05/99. A Lei nº 10.312, de 27/11, dispôs sobre a incidência das Contribuições para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social nas operações de venda de gás natural e de carvão mineral.

LINHA DO TEMPO

CRONOLOGIA DA PREVIDÊNCIA BRASILEIRA

2002

A Lei nº 10.421, de 15/04, estendeu à mãe adotiva o direito à licença-maternidade e ao salário-maternidade, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. O Decreto nº 4.206, de 23/04, dispôs sobre o regime de previdência complementar no âmbito das entidades fechadas. A Lei nº 10.478, de 28/06, dispôs sobre a complementação de aposentadorias de ferroviários de Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), em liquidação. A Lei nº 10.483, de 03/07, criou a carreira da Seguridade Social e do Trabalho. A Lei nº 10.548, de 13/11, alterou a Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a incidência da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio (PIS-Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), nas operações de venda dos produtos que especifica. A Lei Complementar nº 115, de 26/12, alterou as Leis Complementares nº 87, de 13 de setembro de 1996, e nº 102, de 11 de julho de 2000. A Lei nº 10.637, de 30/12, dispôs sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor público (Pasep), nos casos que especifica: sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e deu outras providências.

2003

A Lei nº 10.666, de 08/05, dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências. A Lei nº 10.676, de 22/05, dispõe sobre a contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – (Cofins) devidas pelas sociedades cooperativas em geral. O Decreto nº 4.709, de 29/05, dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social, a partir de 01/06/03. O Decreto nº 4.712, de 29/05, dá nova redação ao artigo 36 do Decreto nº 1.744, de 08/12/95, que regulamenta o benefício de prestação continuada devida à pessoa portadora de deficiência e a idoso, de que trata a Lei nº 8.742, de 07/12/93. A Lei nº 10.684, de 30/05, altera a legislação tributária, dispõe

LINHA DO TEMPO

CRONOLOGIA DA PREVIDÊNCIA BRASILEIRA

sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social. O Decreto nº 4.729, de 10/06, altera dispositivos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06/05/99. A Lei nº 10.699, de 09/07, dispõe sobre o salário-mínimo a partir de 01/04/03. A Lei nº 10.710, de 05/08, altera a Lei nº 8.213, de 24/07/91, para restabelecer o pagamento, pela empresa, do salário-maternidade devido à segurada empregada gestante. O Decreto nº 4.827, de 03/09, altera o art. 70 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06/05/99. A Lei nº 10.736, de 15/09, concede remissão de débito previdenciário do período de abril de 1994 a abril de 1997, em face do recolhimento com base na Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, pelas agroindústrias. A Lei nº 10.741, de 01/10, dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. O Decreto nº 4.862, de 21/10, altera dispositivos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999. O Decreto nº 4.882, de 18/11, altera dispositivos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999. A Medida Provisória nº 138, de 19/11, altera e acresce dispositivo à Lei nº 8.213, de 24/07/91, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social. A Emenda Constitucional nº 41, de 19/12, modifica artigos da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98 e fixa o limite máximo de R\$ 2.400,00 para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social e dá outras providências.

(Fonte: Página do Ministério da Previdência Social na Internet)